

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**MULHERES MIGRANTES NO CONTEXTO DAS FRONTEIRAS DE
GÊNERO E ARRANJOS FAMILIARES**

PAULO EDUARDO ANGELIN

SÃO CARLOS-SP
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**MULHERES MIGRANTES NO CONTEXTO DAS FRONTEIRAS DE
GÊNERO E ARRANJOS FAMILIARES**

PAULO EDUARDO ANGELIN

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi

SÃO CARLOS-SP
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

A582mm

Angelin, Paulo Eduardo.

Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares/ Paulo Eduardo Angelin. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

255 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Migração. 2. Papel social. 3. Trajetória social. I. Título.

CDD: 304.82 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Paulo Eduardo Angelin

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 27 de abril de 2012

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi
Orientador e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger
Universidade Estadual de Campinas

Para uso da CPG

Homologado na 30.^a Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 16/05/2012

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

Dedico à minha esposa Simone, pelo seu amor para comigo.
Aos meus pais, Ana e Eduardo, pelo amor, carinho e apoio
ao longo de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial aos meus pais por terem me ajudado e apoiado sempre; à minha esposa Simone pelo carinho e amor; aos meus irmãos e cunhadas: Marcos, Roberto; Néia, Rose; a todos aos meus sobrinhos; aos meus avós Antônio e Aparecida; e a toda a minha família.

Agradeço em especial também ao meu orientador, Oswaldo Mário Serra Truzzi, por ter acreditado em mim, pelas horas dedicadas e pela paciência despendida para que esse trabalho fosse concretizado.

Às professoras participantes da banca, por terem aceitado o convite.

À família de minha esposa, em especial, aos seus pais, Arlinda e Joaquim, pela humildade, respeito e carinho para comigo.

A todas as entrevistadas, pela disposição em participar da pesquisa.

À agência de fomento CNPq, pelo apoio financeiro na realização desta pesquisa.

A todos que contribuíram para a realização dessa pesquisa, meu muito obrigado.

RESUMO

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 2012. 256 f. Tese. (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender as trajetórias das famílias migrantes e, sobretudo, as trajetórias de vida e os papéis sociais atribuídos e desempenhados no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios, por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, residentes em um bairro da cidade de São Carlos, interior de São Paulo, denominado Cidade Aracy, considerando sempre a origem, a cultura regional, a condição socioeconômica e o arranjo familiar. Para a efetivação deste estudo, foram realizados, em uma primeira fase, diálogos com autores que discutem a temática da migração, seja ela internacional ou interna. Dialogou-se ainda com teóricos que retratam a questão de gênero, a dominação masculina e a divisão sexual do trabalho, bem como com autores que abordam a noção de arranjos familiares. Finalmente, trabalhou-se com autores que discutem a participação da mulher nos fluxos migratórios e na articulação e mobilização das redes de parentesco. Em seguida, através da pesquisa qualitativa, realizaram-se entrevistas com 33 mulheres migrantes, empregando um roteiro de entrevista individual e semiestruturado, que foi construído à medida que avançava a pesquisa bibliográfica e a fundamentação teórica. A pesquisa revela que as mulheres migrantes em questão, de acordo com o contexto sociocultural e familiar, desempenham papéis sociais diferentes. A família e os arranjos familiares influenciam decisivamente no desempenho desses papéis sociais. Mas, outros fatores, como a origem, a cultura regional, a condição climática, a condição socioeconômica, podem influenciar nessas representações, ao ponto das mulheres provenientes de um mesmo arranjo familiar, atuarem de modos diferentes na sociedade em geral e no processo migratório.

Palavras-chave: Migração, Gênero, Arranjos familiares, Papéis sociais.

ABSTRACT

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 2012. 256 f. Tese. (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

The objective of this research was to understand the trajectories of migrant families and, especially, the life trajectories and social roles assigned and represented in society and specifically in the processes of migration, women migrants and northeastern Paraná, living in a neighborhood of the city of São Carlos, São Paulo, called city Aracy, always considering the origin, the regional culture, socioeconomic status and family arrangements. For the achievement of this study were performed in a first phase, conversations with authors who discuss the theme of migration, whether international or domestic were performed. A dialogue with theorists who portray the issue of gender, male domination and sexual division of labor, as well as authors who address the notion of family arrangements was also made. Finally, we worked with authors who discuss women's participation in migratory flows and the coordination and mobilization of kinship networks. Then, through qualitative research, interviews were conducted with 33 migrant women, using a guide and semi-structured individual interviews, which was built as advanced research and theoretical literature. The research shows that women migrants women in question, according to the socio-cultural and family, play different social roles. Family and living arrangements decisively influence the representation of these social roles. But other factors such as the origin, regional culture, the weather conditions and socioeconomic status, may influence these representations, to the point of women from the same family arrangement, act differently in society in general and in the migration process.

Keywords: Migration, Gender, Family arrangements, social roles.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RESUMO: MULHERES MIGRANTES, PARANAENSES E NORDESTINAS, DO CIDADE ARACY 025

QUADRO 2: REFERÊNCIA: CONTEXTOS FAMILIARES EM SÃO CARLOS E NA TERRA DE ORIGEM 191

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, NO ESTADO DE SÃO PAULO	084
MAPA 2: ÁREA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS: EM DESTAQUE A REGIÃO CIDADE ARACY.....	085
MAPA 3: DETALHAMENTO DO “GRANDE CIDADE ARACY”	090

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	013
PARTE I - REFLEXÕES SOBRE A MIGRAÇÃO E A CONDIÇÃO FEMININA	031
1 A MIGRAÇÃO EM GERAL: TEORIAS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS ACERCA DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	032
1.1 Teorias migratórias clássicas e contemporâneas	032
1.2 Outros enfoques teóricos e a migração interna no contexto da América Latina	038
1.3 Pensando as migrações internas no contexto brasileiro.....	041
2 COMPREENSÃO DA MIGRAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE REDES SOCIAIS	046
2.1 As redes de parentesco	050
3 MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL	054
3.1 Família e gênero	054
3.1.1 Gênero e dominação masculina.....	056
3.2 A mulher e a sua condição na história do Brasil	059
4 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	069
4.1 Articuladoras e mobilizadoras de redes de parentesco nos processos migratórios	074
PARTE II - MIGRAÇÃO, MULHER E PERIFERIA: OS PAPÉIS SOCIAIS DESEMPENHADOS POR MULHERES MIGRANTES EM SÃO CARLOS, NO BAIRRO CIDADE ARACY	080
5 A MIGRAÇÃO EM SÃO CARLOS E A PERIFERIA URBANA	081
5.1 Compreensão da dinâmica do bairro Cidade Aracy	088
5.1.1 Caracterização dos bairros que formam o “grande Cidade Aracy”	089
6 A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE MIGRANTE: APRESENTANDO AS PARTICIPANTES DESTA PESQUISA E SUAS RESPECTIVAS FAMÍLIAS	101

6.1 Migrações diretas e não diretas: ligação entre o local de origem e a sociedade de destino	108
6.2 Conhecendo as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas	113
7 O RETRATO DAS FAMÍLIAS MIGRANTES PESQUISADAS EM SÃO CARLOS: ORGANIZAÇÃO FAMILIAR, SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	128
7.1 Condições socioeconômicas das famílias pesquisadas.....	133
7.2 As relações de gênero, segundo o estrato social e o arranjo familiar.....	137
8 AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE MIGRAÇÃO DAS MULHERES MIGRANTES PARANAENSES E NORDESTINAS E DE SUAS FAMÍLIAS.....	145
8.1 A terra natal	145
8.2 A origem no campo	149
8.3 Os motivos da emigração	152
8.4 Redes migratórias: redes de parentesco.....	157
8.5 O processo de adaptação em São Carlos	166
8.6 Os migrantes e o bairro.....	171
8.7 O Cidade Aracy e a sua relação com São Carlos	174
8.8 Os recém-chegados e os moradores antigos do bairro	177
8.9 A identidade migrante	180
8.10 O retorno para a terra de origem.....	180
9 MULHERES MIGRANTES: O DESEMPENHO DOS PAPÉIS SOCIAIS.....	183
9.1 O olhar sobre o mundo de origem: a infância, o trabalho doméstico e o casamento	184
9.2 O desempenho dos papéis sociais segundo o arranjo e contexto familiar.....	191
9.3 O caso das famílias conjugais nucleares e reconstituídas.....	193
9.3.1 A vida na terra de origem	193
9.3.2 A decisão de emigrar	200
9.3.3 Os papéis sociais desempenhados no local de destino	209
9.4 Famílias baseadas no modelo monoparental feminino e extensas	218
9.4.1 A vida antes de migrarem para São Carlos.....	220
9.4.2 A decisão de emigrar	223

9.4.3 Os papéis sociais desempenhados já em São Carlos.....	226
9.5 Articulação e mobilização das redes migratórias de parentesco	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS	244

I INTRODUÇÃO

As pesquisas mais recentes sobre migração têm revelado o aumento da importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos. Elas têm sido articuladoras e mobilizadoras de redes sociais na migração, especialmente de redes de parentesco e, muitas vezes, são as pioneiras no movimento migratório familiar (SERTÓRIO e SANTOS, 2010). Além disso, elas vêm mostrando que as mulheres migrantes também elaboram mentalmente e vivem emocionalmente seu trajeto migratório ao reconstruir as imagens de sua vida. Neste processo de reconstrução, surge o sentimento que, simbolicamente, traz à tona a saudade e a dor de uma vida deixada para trás, de amigos e parentes que ficaram na terra natal. Geralmente, a motivação de trabalho, de uma vida melhor, com acesso a bens e recursos, apoiada pelos laços parentais e fraternos, é a origem do querer partir das migrantes. Sabe-se ainda que muitas mulheres que migram sozinhas ou acompanhadas possuem uma vida árdua, em razão de dificuldades de moradia, condições econômicas precárias, tristezas, descontentamentos conjugais e incertezas. Mas, ao mesmo tempo, possuem muita coragem de enfrentar o cotidiano e deixar para trás suas memórias de mulheres do interior, recriando esperanças e acreditando que tudo pode melhorar no novo local (TOSSIN e SANTÍN, 2007).

Mas esta visão nem sempre foi assim. Nos estudos clássicos sobre migração, a questão de gênero não era problematizada e a mulher quase não era notada ou, se era, era sempre compreendida a partir de um papel subordinado e nunca como sujeito ativo da migração. Por isso, as pesquisas mais recentes, cientes de que os estudos clássicos, baseados na teoria *push-pull*, não são mais suficientes para explicar os processos migratórios, passaram a incorporar em suas análises os estudos de redes sociais e voltaram suas atenções para outras categorias, como a de gênero. A migração passa a ser compreendida não apenas como resultado de uma escolha racional, mas também como estratégia familiar, na qual homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para os rearranjos das relações familiares e de gênero.

Ainda assim, existe a necessidade de se fazer duas colocações. A primeira delas consiste no fato de que boa parte dos estudos recentes sobre migração, que incorporaram a

categoria gênero em suas análises, refere-se à migração internacional¹. Uma segunda colocação consiste no fato de que há ainda muitos temas sobre as mulheres migrantes que continuam sem respostas, pois, ou ainda não são objetos de estudos das pesquisas sobre migração, ou não foram estudados a fundo diante de sua complexidade. Um destes temas, que agora é objeto de estudo desta tese, consiste no papel social designado e desempenhado pelas mulheres migrantes no processo migratório e na sociedade em geral, a partir da sua origem, condição socioeconômica e status dentro do contexto familiar. Não há percepção de como essas mulheres migrantes são representadas no âmbito de suas famílias.

Partimos do pressuposto de que a família é a instituição primeira que ensina o indivíduo a agir de acordo com determinadas regras sociais e culturais. É onde se formaliza o processo de socialização dos indivíduos, por meio da imposição de uma série de normas, regras e valores. É na família que se torna possível internalizar as relações de gênero, construir identidades e, especialmente naquelas de origem pobre, constituídas sob um núcleo patriarcal, reproduzir desigualdades sociais e relações de poder entre homens e mulheres. De acordo com Arruda (2000), também é na comunidade familiar que se revela a forma mais pura da relação de natureza afetiva. É nas relações familiares que os vínculos são estabelecidos desde a origem, permitindo a formação de elos de caráter recíproco e possibilitando relações comuns, como desejos, hábitos, lembranças de pessoas íntimas, mas também criando relações desiguais entre os sexos, baseadas em modelos socioculturais e sistemas de valores específicos. Por tudo isso, entendemos que é a partir de sua posição na comunidade familiar que a mulher projeta e desempenha determinados papéis sociais no âmbito da sociedade em geral e, especificamente, nos processos migratórios.

Por sua vez, também é importante levar em consideração fatores externos, como a origem geográfica, social e cultural dessas famílias e de seus integrantes. Conhecer a região, o modo de vida, a situação socioeconômica, a condição climática, as tradições, a relação de gênero no seio familiar das mulheres pesquisadas, são fatores importantes para a compreensão e diferenciação das trajetórias de vidas e dos papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. Por isso, se os arranjos familiares influenciam diretamente nas trajetórias de vida e nos papéis sociais, eles também podem ser influenciados por fatores externos, resultando numa

¹ É claro que há exceções, como, por exemplo, os estudos da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, que retratam as mulheres nos processos migratórios internos. Também os trabalhos de Maria Inácio D'Ávila Neto e Juliana Nazareth, que retratam as experiências migratórias de mulheres nordestinas.

distinção de papéis entre um mesmo modelo de organização familiar, mas com origens diferentes. O que pretendemos afirmar é que famílias estruturadas sob um modelo organizacional (conjugal nuclear, por exemplo), mas que possuem origens diferentes, em razão da condição geográfica, social, cultural, etc., (como as famílias de paranaenses e as de nordestinos), podem atribuir papéis diferentes para os seus integrantes no âmbito da sociedade e no processo migratório.

É a partir desse entendimento que delimitamos nosso problema de pesquisa e buscamos, com a realização deste estudo, responder as seguintes questões: quais são os papéis sociais assumidos e desempenhados pelas mulheres migrantes no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios? Será que mulheres migrantes, que vivenciam contextos socioculturais e arranjos familiares específicos, assumem e representam papéis diferentes no âmbito da sociedade em geral e nos processos migratórios? Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é o de compreender as trajetórias das famílias migrantes e, sobretudo, as trajetórias de vida e os papéis sociais atribuídos e desempenhados no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios, por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, residentes em um bairro da cidade de São Carlos, denominado Cidade Aracy², considerando sempre a origem, a condição socioeconômica e o arranjo familiar. A tese que defendemos neste estudo é a de que as mulheres migrantes em questão, de acordo com o contexto sociocultural que vivenciam no âmbito de suas famílias, desempenham papéis sociais específicos, tanto no âmbito da sociedade, quanto no processo migratório do qual fazem parte.

Cabe, neste momento, justificar a escolha das participantes e do bairro Cidade Aracy como campo de investigação. O Cidade Aracy é um bairro periférico da cidade de São Carlos que recebeu e continua recebendo milhares de famílias migrantes oriundas de muitos estados e regiões do Brasil, mas, principalmente, do estado do Paraná e da região Nordeste. Lá, vivem inúmeras famílias que, através das redes sociais de migração, saíram de seus locais de origem e migraram para São Carlos pelas mais diversas razões possíveis e, principalmente, em busca de emprego e melhores condições de vida. O Cidade Aracy é um bairro bastante estigmatizado, por

² A região da Cidade Aracy, ou “grande Cidade Aracy”, como veremos mais adiante, é composta pelos seguintes bairros: Aracy, Presidente Collor e Antenor Garcia. Além disso, o bairro “Aracy”, embora não exista uma divisão formal, é dividido e conhecido pelos moradores, como: Aracy I e Aracy II. Desta forma, quando nos referirmos ao conjunto de bairros que formam o “grande bairro Cidade Aracy”, utilizaremos os termos “grande Cidade Aracy”, ou, simplesmente, bairro Cidade Aracy. Os termos, geralmente, serão utilizados na forma elíptica e no gênero masculino. Exemplo: “O Cidade Aracy” [O bairro Cidade Aracy, o grande bairro Cidade Aracy]. Por sua vez, sempre nos referiremos especificamente a cada bairro que compõe o “grande Cidade Aracy” pelos seus nomes. Exemplo: Aracy I, Aracy II, Presidente Collor, Antenor Garcia.

ser considerado perigoso e concentrar boa parte da população pobre da cidade. Também é onde se concentra a maior parte das famílias migrantes pobres que vivem em São Carlos. Isso porque, quando surgiu, seus lotes foram doados ou vendidos a preços baixos, com ótimas condições de pagamento.

Assim como outros grupos de migrantes, paranaenses e nordestinos viram em São Carlos a possibilidade de emprego e melhores condições e qualidade de vida e, a partir do incentivo das redes de parentesco, instalaram-se no Cidade Aracy. Inseridas, então, nessa população migrante, encontramos as mulheres paranaenses e nordestinas. Muitas delas migraram com a família, a partir de uma decisão em conjunto com o marido ou outros membros familiares; outras migraram apenas para acompanhar o marido; outras ainda se deslocaram sozinhas ou com os filhos; mas quase sempre a partir de influência e do apoio de redes migratórias, especialmente, de redes de parentesco. Atualmente, assumem e representam papéis sociais a todo instante, fortemente influenciadas pelos arranjos e contextos familiares em que vivem.

Para a efetivação deste estudo, foram realizados diálogos com autores que discutem as temáticas da migração, seja ela internacional ou mesmo nacional. Dialogamos ainda com autores que utilizam em suas análises, sobre o fenômeno da migração, a perspectiva de redes sociais, abordando conceitos como redes migratórias e, especialmente, redes de parentesco. Trabalhamos também com teóricos que retratam a questão de gênero, a dominação masculina e a divisão sexual do trabalho, bem como com autores que abordam a noção de arranjos familiares e outros que analisam a condição feminina no processo histórico do Brasil. Finalmente, dialogamos com autores e com a literatura que retratam a participação da mulher nos fluxos migratórios e na articulação e mobilização das redes de parentesco.

De acordo com Minayo (1999), o campo de uma pesquisa é constituído pelo recorte espacial em que tal pesquisa ocorre. É a abrangência empírica do recorte teórico que corresponde ao objeto de investigação. Assim, o campo de investigação desta pesquisa é justamente o bairro Cidade Aracy, localizado na periferia da cidade de São Carlos, repleto de moradores de origem migrante. Além disso, vale ressaltar que os sujeitos de pesquisas são formados por mulheres provenientes de famílias migrantes paranaenses e nordestinas. Sendo assim, através da pesquisa qualitativa, realizamos entrevistas com 33 mulheres migrantes, empregando um roteiro de entrevista individual e semiestruturado, que foi construído à medida que avançava a pesquisa bibliográfica e a fundamentação teórica. Cabe, neste espaço, apresentar o caminho metodológico

trilhado para a realização da pesquisa de campo, bem como os percalços enfrentados pelo pesquisador.

Caminhos metodológicos e os percalços da pesquisa de campo:

Foram inúmeras as vezes que fui ao bairro Cidade Aracy desde quando ele se tornou campo de estudo desta pesquisa. Na verdade, antes mesmo de iniciar o doutorado, ainda no período do mestrado, quando trabalhava com o tema “trabalho doméstico”, eu já o havia visitado. Naquela ocasião, não fiz nenhuma andança ou investigação mais aprofundada. Coube apenas realizar algumas entrevistas com adolescentes trabalhadoras domésticas residentes no referido bairro. Mas, desde aquele meu primeiro contato com o bairro e com a sua realidade, percebi que o Cidade Aracy se configurava num bairro diferente na cidade de São Carlos. Algum tempo se passou depois dessa primeira visita. Concluí o mestrado e logo após iniciei o doutorado e comecei a estudar as mulheres migrantes de origens paranaenses e nordestinas, residentes naquele lugar. E assim fui a campo.

A pesquisa qualitativa exigiu um grande esforço do pesquisador, já que impôs inúmeras dificuldades até então não apresentadas. Ela ocorreu em dois momentos distintos: o primeiro momento refere-se às observações feitas sobre o bairro Cidade Aracy, realizadas durante todo o processo de pesquisa de campo, que iniciou ainda no ano de 2008 e se estendeu até os momentos iniciais da redação desta tese. Assim, foram inúmeras vezes as idas e vindas ao bairro; inúmeras conversas informais com os seus moradores, seja nos ônibus lotados, seja no próprio bairro, dentro de estabelecimentos comerciais, como bares, mercados, lanchonetes, açougues, etc., ou nas ruas e avenidas; também foram muitos quilômetros percorridos entre uma ponta e outra das avenidas e ruas do conjunto de quatro bairros que formam o “grande Cidade Aracy”, bem como muitas casas, lotes e comércios observados. Confesso que o maior esforço nesta etapa da pesquisa qualitativa, fundamentada na observação do bairro, foi físico, já que as inúmeras caminhadas pelo bairro, composto por inúmeras ruas íngremes, foram cansativas.

É no segundo momento da pesquisa qualitativa, efetivada a partir de entrevistas, que as maiores dificuldades se sobrepuseram. As entrevistas foram realizadas com 33 mulheres integrantes de famílias de origem migrante paranaense e nordestina, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2009; julho e outubro de 2010; janeiro, setembro e outubro de 2011; e

janeiro de 2012. Todas elas foram feitas nas residências das entrevistadas. Após um contato prévio e devidamente autorizado, eu me deslocava até a residência da participante da pesquisa e, através da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado, conduzia a entrevista de forma a deixar as mulheres falarem sobre a trajetória de vida e de migração, bem como sobre a inserção no local de destino, vida cotidiana, adaptação no novo ambiente, relacionamentos familiares e com a comunidade local, saudades do local de origem, dentre outros assuntos. Contudo, até chegar a esta fase das entrevistas, muitos percalços foram ultrapassados.

O primeiro deles está ligado ao estabelecimento de contato com as participantes da pesquisa. Embora já conhecesse o Cidade Aracy, eu não tinha nenhum contato que me ligasse às famílias migrantes. Além disso, o bairro é imenso, com uma população estimada em quase 20 mil habitantes (MACIEL, 2012). A pesquisa de campo fundada na técnica de entrevista foi a parte mais difícil de executar. Isso devido, em grande parte, ao tamanho do bairro Cidade Aracy. Embora seja ele composto, em sua maioria, por migrantes oriundos dos mais diversos estados do país, quando se chega ao Cidade Aracy, e se observa a sua grande extensão territorial, além do grande contingente de moradores, o pesquisador depara-se com as seguintes dificuldades: aonde ir? A quem procurar? Como estabelecer contato com as famílias migrantes, participantes da pesquisa? E, principalmente, como conseguir a confiança das pessoas que residem no bairro e, especialmente, das famílias migrantes? Diante dessa realidade, a primeira providência tomada foi buscar uma forma de estabelecer contato com as famílias migrantes de origem nordestina e paranaense. E a primeira delas foi “batendo de porta em porta”. Confesso que esta não foi a melhor estratégia para estabelecer contatos. Embora tenha rendido algumas boas entrevistas, esta primeira forma de contato, ao longo do tempo, mostrou-se cansativa e desgastante, pois o “leque de opções” era enorme, ou seja, o número de casas que podia, ou não, ter famílias migrantes era grande. Cabe descrever rapidamente como ocorreu esta estratégia.

Por diversas vezes eu andei pelo bairro e batia à porta das residências, com o objetivo de encontrar famílias migrantes de origem nordestina ou paranaense, dispostas a participar da pesquisa. Utilizando este método, as dificuldades já surgiam no começo. Primeiro, eu tinha que torcer para que, ao bater à porta, ela fosse atendida. Muitas vezes não era; até havia gente na casa em alguns casos, mas muitos não atendiam à porta. Outras vezes realmente não havia ninguém em casa, por motivos diversos: estar trabalhando, procurar emprego, estar no posto médico, etc. No começo, eu achava que isso não era empecilho, afinal, existiam muitas casas para bater à

porta. No entanto, quando isso começou a se repetir exageradamente e eu perceber que o trabalho de campo não estava rendendo e o cansaço só aumentando, o desespero começou a aparecer. Segundo, quando as pessoas atendiam à porta, eu tinha que torcer para que elas fossem migrantes e ainda de origem nordestina ou paranaense. Em muitos casos, de fato, a família era migrante de origem paranaense e nordestina. Porém, em outros, eu despendia tempo me identificando, explicando a pesquisa para, em seguida, perguntar se elas eram migrantes e de origem paranaense ou nordestina, e ouvia como resposta “não”. Terceiro, eu ainda tinha que torcer para que as famílias que estavam em casa e atenderam à porta e se identificaram como migrantes de origem paranaense ou nordestina aceitassem participar da pesquisa. A maioria das famílias que recusaram participar da pesquisa foi através desta estratégia de contato. A explicação para a recusa é clara: falta de confiança por parte delas no pesquisador. Como poderiam, de fato, abrir às portas para um estranho, permitir que ele adentrasse a casa e fornecesse um monte de informações a respeito de si e de sua família, sem ao menos conhecer minimamente aquele que diz ser da Universidade e pesquisador?

Ainda assim, com todas essas dificuldades, consegui entrevistar por meio desta estratégia de contato, algumas mulheres provenientes de famílias migrantes de origem paranaense ou nordestina. Em geral, era a mulher, sujeito de estudo desta pesquisa, que atendia à porta. Com bastante esforço, eu me identificava e explicava toda a pesquisa e demonstrava a importância do aceite delas para a realização do estudo. Em seguida, perguntava se elas queriam participar do estudo. Muitas mulheres diziam que não estavam interessadas em participar; eu agradecia a atenção delas despendida e a conversa parava por aí. Porém, algumas outras, em proporção bem menor, aceitaram participar da pesquisa e se colocaram a disposição para dar entrevistas sobre a trajetória de vida e de migração sua e de sua família. Neste caso, novas datas eram marcadas para que elas pudessem conceder as entrevistas. Esses novos contatos permitiam uma maior aproximação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa; quanto mais à vontade elas ficavam, mais informações importantes elas traziam para a pesquisa.

Contudo, era necessária uma segunda forma para conseguir estabelecer contato com famílias migrantes de origem paranaense ou nordestina. Era necessário entrar em contato com algum órgão ou instituição fixada no bairro, ou alguma rede de migrantes ou alguém que me ligasse às famílias migrantes de origem paranaense ou nordestina.

Deste modo, o segundo contato no bairro foi com o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS. O CRAS foi de grande importância para a realização da pesquisa. Através dele, entrei em contato com algumas famílias e mulheres migrantes de origem paranaense ou nordestina. No CRAS fui muito bem recebido pela Assistente Social e, após o primeiro contato, ela se comprometeu em conferir nos cadastros do CRAS e identificar as famílias oriundas de outros estados e regiões. Como combinado, depois de algum tempo, ela me enviou uma lista contendo uma relação com telefones e endereços de famílias migrantes oriundas dos mais diversos estados e regiões do país. Coube-me o trabalho de identificar, nesta listagem, as famílias de origem paranaense e nordestina. Após este primeiro procedimento, retornei ao CRAS com a lista de famílias migrantes e solicitei à Assistente Social uma forma de facilitar o acesso às famílias listadas. Mais uma vez, muito atenciosa, a Assistente Social, através de um comunicado escrito, identificado e assinado por ela, pedia à família visitada pelo pesquisador que o atendesse e o deixasse explicar os motivos da visita, se fosse possível. Esse procedimento facilitou bastante o contato com as famílias.

É importante registrar que, através dos contatos estabelecidos com as famílias migrantes, por intermediação do CRAS, foi possível constatar que boa parte delas é realmente de origem nordestina, cujos arranjos familiares não se restringem à família conjugal nuclear, baseado na figura do pai, da mãe e dos filhos, mas se multiplicam em diversos outros arranjos, como, por exemplo, em família composta apenas pela mãe e os filhos, sem a presença do pai, ou famílias agregadas, isto é, diversas famílias (todas parentes entre si), vivendo sob o mesmo teto, etc. Ainda é importante dizer que a maioria das mulheres nessas famílias desempenhava trabalhos fora do seu ambiente familiar, na esfera pública, e seu rendimento, em alguns casos, constituía a principal renda familiar. Estas constatações me levou a perceber que as famílias migrantes de origem nordestina residentes no Cidade Aracy têm uma grande propensão a utilizar os serviços assistenciais prestados pelo CRAS, embora famílias de origem paranaenses também os utilizem. Seja como for, estes assuntos e outros serão tratados na parte dois desta tese, quando analiso as entrevistas com as famílias participantes desta pesquisa.

É relevante destacar que uma terceira forma de contato com famílias de origem paranaense e nordestina foi necessária. E isso ocorreu através da Igreja Católica existente no local. Depois de algumas caminhadas pelo bairro Cidade Aracy, eu percebi a existência de uma grande Igreja Católica que tinha um número considerável de fiéis e que, entre estes, muitos

poderiam ser de origem migrante, especialmente oriundos do Nordeste e do Paraná. Sendo assim, um contato foi estabelecido com o escritório paroquial que, por sua vez, me passou o contato, endereço e autorização para conversar com o padre responsável por aquela paróquia. Dias depois, eu me dirigi para a casa do padre e lá, durante algum tempo, ficamos conversando sobre os objetivos da pesquisa, bem como sobre o bairro Cidade Aracy. O padre, por sua vez, embora novato naquela paróquia, contou um pouco da história do bairro, da pobreza daquela população, e das relações sociais ali estabelecidas diariamente. Em seguida, autorizou que o escritório paroquial, através de seus registros, passasse-me o contato de algumas famílias migrantes. De volta ao escritório paroquial, a secretária pesquisou seus arquivos e retirou quatro nomes de fiéis, provenientes de famílias migrantes. Em seguida, ligou para as famílias e explicou os motivos da ligação, bem como falou rapidamente sobre a pesquisa e perguntou se elas estavam dispostas a receber o pesquisador para a realização de entrevistas sobre a trajetória de migração delas. Interessante notar que o contato da secretária da Igreja ocorreu, em todas as ligações, exclusivamente com mulheres casadas. Além disso, todas as ligações foram feitas para a casa de famílias migrantes de origem paranaense. Entre as quatro famílias que foram contatadas, três delas se dispuseram a atender e participar da pesquisa. Importante mencionar ainda que as três mulheres que me receberam em suas casas eram do lar e não exerciam trabalhos externos, sendo o marido o principal provedor da casa.

Por fim, outra forma de contato com famílias migrantes de origem paranaense ou nordestina ocorreu através de redes sociais de migrantes. Percebi que as redes de parentesco são fortes no Cidade Aracy. Boa parte dos migrantes de origem paranaense ou nordestina, moradores do bairro, migrou para São Carlos através de redes de parentesco. São famílias inteiras que chegaram à cidade porque outros parentes já haviam migrado outrora. As redes mais fortes existentes ali são, sem dúvida, as redes de parentesco. Elas foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, já que muitas entrevistas foram realizadas a partir delas. Muitas famílias indicaram outras famílias próximas delas para serem entrevistadas. Em alguns casos, a entrevistada apenas passava o endereço da família de parentes; em outros casos, a própria entrevistada estabelecia anteriormente o contato com uma parenta e explicava a razão de uma possível visita de um entrevistador, com o objetivo de que ela contasse a trajetória de vida e de migração, dela própria e de sua família. Neste caso, a aproximação era bem mais fácil, já que a família estava avisada sobre a ida do pesquisador e já estava ciente do que ele pretendia.

Os contatos estabelecidos através de redes de parentesco ocorreram com mais frequência com famílias de origem nordestina, embora também tenham ocorrido com famílias de origem paranaense. Só em uma rede de parentesco de pernambucanos, quatro mulheres foram entrevistadas. Todas residiam em São Carlos, no Cidade Aracy, porque parentes vieram outrora para a cidade, trabalhar em algum setor da economia. E, assim, esses conseguiram trazer outros que, por sua vez, trouxeram mais parentes. Atualmente, continuam chegando migrantes ao Cidade Aracy, que vêm para viver, inicialmente, nas residências dos parentes já ali instalados. Embora as famílias de origem paranaense tenham extensa rede de conterrâneos e, sobretudo, de parentes, elas são mais reservadas ao ponto de indicarem menos famílias de parentes para serem entrevistadas. Por sua vez, as famílias de nordestinos se mostraram mais propensas a fazer tal recomendação.

A pesquisa ainda se depararia com outras dificuldades, como a desconfiança dos sujeitos de pesquisa em relação ao pesquisador. Todo pesquisador sabe que para se desenvolver um bom trabalho na área das Ciências Humanas, é necessário que ele conquiste a confiança daqueles que pretende estudar. Por isso, uma grande preocupação no desenvolvimento da pesquisa foi sempre a de conquistar a confiança das mulheres migrantes e de suas famílias. Por sua vez, percebi durante todo o processo de pesquisa de campo que aquelas a quem eu estava tentando entrevistar eram desconfiadas: umas um pouco mais; outras um pouco menos; mas todas desconfiadas. Muitas vezes, por exemplo, perguntavam-me se seria necessário identificar-se, fornecendo nomes, telefone, endereço, etc. Outras não queriam conceder a entrevista se fosse gravada, pois tinham medo de que as gravações pudessem ser divulgadas e suas famílias serem prejudicadas. Por isso, desde o princípio, a preocupação sempre foi a de conquistar a confiança das famílias que eu pretendia entrevistar. E isso ocorreu de várias formas: identificando-me corretamente como aluno de doutorado em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos, utilizando, inclusive, a carteira de identificação universitária (RA), como uma espécie de crachá; explicando cautelosamente os motivos da visita, bem como os objetivos da pesquisa; procurando contatar as famílias quase sempre por indicação de alguém ou de alguma instituição conhecida por elas; agendando entrevistas nos melhores horários para as entrevistadas; estabelecendo diversos contatos com a entrevistada e sua família; realizando mais de uma entrevista com a mesma pessoa, mas nunca forçando ou impondo outras visitas, contatos e entrevistas, para não importuná-las. E, assim, foi-se construindo uma relação de confiança mais sólida.

É importante afirmar que, em geral, as famílias de paranaenses parecem impor mais resistência à aproximação do pesquisador, muitas vezes se negando a participar da pesquisa, principalmente se elas estiverem fixadas no bairro há muitos anos e ocuparem um status social mais privilegiado naquele local. Mas, em muitos casos, gradativamente vai se estabelecendo a relação de confiança entre elas e o pesquisador, e a entrevista, conseqüentemente, ocorre de maneira natural. Famílias paranaenses mais pobres e recém-chegadas no bairro são mais acessíveis, mas também desconfiadas. Por sua vez, as famílias de origem nordestina, várias delas muito pobres, impõem menos resistência à aproximação do pesquisador, especialmente se ele for indicado por outros parentes e, sobretudo, pelo CRAS. Percebi que quando eu chegava à casa de alguma família de origem nordestina, identificava-me, explicava o motivo da visita e dizia que estava ali por intermédio do CRAS, as famílias prontamente me recebiam, ao ponto de me oferecerem café, lanche, etc. Percebi ainda em algumas famílias que, mesmo sendo eu um pesquisador ligado à Universidade, e sem nenhum vínculo com o CRAS, elas, em vários momentos, procuravam revelar a sua situação de pobreza, buscando me sensibilizar para que eu, de alguma forma, ajudasse-as junto ao CRAS, conseguindo uma cesta básica, um botijão de gás.

Outra dificuldade que precisei superar, enquanto pesquisador, foi a de responder sobre os benefícios da pesquisa. Quando chegava às casas e explicava sobre os objetivos daquele trabalho, as famílias que me recebiam queriam, constantemente, saber o benefício que tal pesquisa lhes traria diretamente. Muitas famílias têm a visão de que uma pesquisa só é importante se lhes trazer benefícios diretos. Caso não consigam enxergar os benefícios que a pesquisa pode render, desistem de participar. Durante a realização da pesquisa qualitativa, deparei-me várias vezes com essa dificuldade. A todo o momento as famílias, tanto de origem paranaense como de nordestina, questionavam o benefício direto que elas teriam participando da pesquisa. Muitas delas, se não conseguissem enxergar tal benefício, rapidamente se negavam a participar, não dando chances para eu articular uma resposta. Constantemente, tive que demonstrar, cuidadosamente, que a pesquisa não traria nenhum benefício direto às famílias pesquisadas, como dinheiro, acesso a bens e serviços, etc., como muitas queriam, mas que o seu benefício estava em conhecer e expor a trajetória de vida e de migração das famílias e mulheres pesquisadas, de modo que todos pudessem compreender, a partir de uma situação local, os papéis sociais desempenhados por mulheres migrantes de origem nordestina e paranaense no âmbito de suas famílias e no âmbito da sociedade. Essa explicação muitas vezes não convencia, e por isso muitas

mulheres e famílias não aceitaram participar da pesquisa. Muitas outras, no entanto, compreenderam a importância do estudo e aceitaram participar, concedendo entrevistas e expondo suas trajetórias de vida e de migração.

Outra dificuldade surgiu na realização da pesquisa qualitativa. Muitas famílias não queriam participar, pois reclamavam que, frequentemente, passavam em suas residências pesquisadores ligados à UFSCAR ou à USP, querendo que elas participassem de suas pesquisas. Muitas delas participavam, respondendo questionários ou sendo entrevistadas. Porém, uma vez coletadas as informações junto a essas famílias, os pesquisadores jamais voltavam para levar os resultados e conversar sobre isso. Comprometi-me, junto às famílias pesquisadas, que, de alguma forma, os resultados da pesquisa seriam acessados por elas. Uma das formas encontradas, discutidas e aceitas pelas famílias pesquisadas para terem acesso à pesquisa, seria deixando cópias do estudo em instituições públicas no bairro, como em escolas e no próprio CRAS.

Além desses problemas enfrentados, outra grande dificuldade que se impôs à realização das entrevistas junto às famílias migrantes diz respeito ao problema do pesquisador ser homem e entrevistar mulheres, muitas delas casadas. Percebi que uma barreira baseada em diferenças de gêneros existe na sociedade e, particularmente, estava bastante presente no Cidade Aracy. É claro que muitas vezes fui recebido apenas pela mulher da casa, que após escutar os objetivos da pesquisa, permitia a minha entrada em sua residência. Outras vezes, fui recebido pelo marido, ou por ambos, e, da mesma forma, após conquistar a sua confiança, abriam-me as portas. Alguns maridos ficavam sentados conosco ouvindo a entrevista. Outros até mesmo saíam de casa neste momento, para nos deixar à vontade. Nunca me deparei com um marido que proibisse a mulher de conceder entrevistas e participar da pesquisa. Porém, muitas vezes percebi que as mulheres, por medo de que os seus maridos pudessem praticar algum tipo de retaliação ou punição posterior a elas, ou ainda por vergonha de que seus vizinhos as vissem recebendo um homem desconhecido em sua casa, ficavam constrangidas em me receber, ainda que eu estivesse devidamente identificado. Devido a isso, acredito que muitas afirmavam que não queriam participar da pesquisa; outras até participavam e me recebiam, porém as entrevistas eram realizadas ali fora, na calçada ou no alpendre. Outras, ainda, ficavam com as crianças por perto durante a entrevista, de modo que ninguém tirasse conclusões indevidas sobre elas. Embora nenhuma entrevistada tenha me dito diretamente que não me receberia porque seu marido não

estava em casa, percebi que a diferença de gênero entre eu e a entrevistada, em alguns casos, apresentava-se como um empecilho para a realização da pesquisa qualitativa.

Finalmente, outro percalço está relacionado à rotina de vida e de trabalho das mulheres migrantes e de suas famílias. Assim como deve ser, as entrevistas sempre eram marcadas nos horários mais propícios para as entrevistadas, de modo que a presença do pesquisador não atrapalhasse a rotina diária da mulher e de sua família. Desse modo, a maioria das entrevistas era previamente agendada e realizada nos horários que melhor convinha à entrevistada. Acontece que, muitas vezes, uma entrevista estava agendada e, ao chegar a casa, a entrevistada não se encontrava, ou porque esqueceu que tinha agendado uma entrevista, ou porque apareceu algum contratempo e ela tivera que sair, sem conseguir comunicar-me. Quando ocorrem esses contratempos, especialmente quando o entrevistador tem que retornar em outro dia, geralmente o cronograma acaba se alterando, pois uma nova visita é feita para verificar se a pessoa pode ser entrevistada naquele momento ou se é necessário agendar outro dia. Caso seja necessário outro agendamento, a entrevista somente ocorrerá no dia e horário que melhor convier para a entrevistada e para a sua respectiva família.

O resultado de todos esses percalços pode ser visto logo abaixo no quadro-resumo, que demonstra os principais dados das mulheres migrantes participantes desta pesquisa, como idade, local de nascimento, localidade e data de emigração, estado civil, estado civil em São Carlos, arranjo familiar, renda, escolaridade e filhos.

QUADRO 1: RESUMO: MULHERES MIGRANTES, PARANAENSES E NORDESTINAS, DO CIDADE ARACY

Nome	Idade	Local de nascimento	Veio para S. Carlos de:	Estado civil origem	Estado civil em S. Carlos	Arranjo Familiar	Escolaridade	Renda Familiar	Filho
Luana	35	Boa Esperança, PR	Boa Esperança, PR	Solteira	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Maria	37	Santa Amélia, PR	Santa Amélia, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Completo	R\$ 1.500,00	SIM
Josefa	60	Corumbataí do Sul, PR	Corumbataí do Sul, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Noemia	50	Primeiro de Maio, PR	Casa Branca, SP	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 800,00	SIM
Natalia	34	Florestópolis, PR	Florestópolis, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 600,00	SIM
Lurdes	53	Venceslau Brás, PR	Venceslau Brás, PR	Casada	Casada (duas vezes)	Reconstituída	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Marisa	43	Porecatu, PR	Porecatu, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Cleide	56	Jaguapitã, PR	Jaguapitã, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Arlinda	60	Mamborê, PR	Maringá, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Neiva	45	Rio Bom, PR	Rio Bom, PR	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Cida	32	São João do Ivaí, PR	Curitiba, PR	Solteira	Solteira	Monoparental	Ens. Médio	R\$ 600,00	SIM

						feminino	Completo		
Rose	22	Faxinal, PR	Faxinal, PR	Solteira	Separada	Monoparental feminino	Ens. Médio Completo	NI	SIM
Guimar	33	Ortigueira, PR	Ortigueira, PR	Solteira	Solteira	Monoparental feminino	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Irene	63	Ortigueira, PR	Ortigueira, PR	Casada	Divorciada	Monoparental feminino	Analfabeta	R\$ 58,00	SIM
Ruti	43	Guaravera, PR	Guaravera, PR	Amasiada	Solteira	Monoparental feminino	Analfabeta	NI	SIM
Adelaide	27	Bom Conselho, PE	Bom Conselho, PE	Casada	Separada	Monoparental feminino	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Suzana	41	Bom Conselho, PE	Bom Conselho, PE	Casada	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Malvina	73	Bom Conselho, PE	Bom Conselho, PE	Casada	Casada	Família extensa	Analfabeta	NI	SIM
Catarina	72	Bom Conselho, PE	Bom Conselho, PE	Viúva	Viúva	Família extensa	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 538,00	NAO
Vânia	28	São José do Delmonte, PE	São José do Delmonte, PE	Casada	Separada	Monoparental feminino	Ens. Médio Completo	NI	SIM
Sandra	35	Recife, PE	São Paulo, SP	Casada	Separada	Monoparental feminino	Ens. Médio Completo	NI	SIM
Tereza	67	Euclides da Cunha, BA	São Paulo, SP	Casada	Viúva	Monoparental feminino	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Glória	37	Maceió, AL	Maceió, AL	Solteira	Amasiada	Reconstituída	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 800,00	SIM
Rita	37	Arapiraca, AL	Arapiraca, AL	Separada	Amasiada	Reconstituída	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 538,00	SIM
Fátima	52	Cajazeira, PB	Cajazeira, PB	Casada	Amasiada	Reconstituída	Analfabeta	NI	SIM
Dolores	54	Floresta, PE	Floresta, PE	Separada	Separada	Monoparental feminino	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Célia	49	Jacobina, BA	São Paulo, SP	Separada	Amasiada	Reconstituída	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM
Sílvia	38	Maceió, AL	Maceió, AL	Casada	Casada	Conjugal Nucl.	Ens. Médio Completo	NI	SIM
Lúcia	48	Petrolina, PE	São Paulo, SP	Solteira	Casada	Conjugal Nuclear	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 600,00	SIM
Mercedes	58	Vitória da Conquista, BA	São Paulo, SP	Casada	Divorciada	Monoparental Feminino	Ens. Fund. Incompleto	R\$ 500,00	SIM
Clotilde	31	Antas, BA	Antas, BA	Solteira	Casada	Conjugal Nucl.	Analfabeta	NI	SIM
Joana	67	Águas Belas, PE	São Paulo, SP	Casada	Casada	Conjugal Nucl.	Analfabeta	NI	SIM
Silvana	45	Barreiras, PE	São Paulo, SP	Casada	Divorciada	Monoparental Feminino	Ens. Fund. Incompleto	NI	SIM

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir deste quadro, podemos extrair dados que indicam algumas importantes informações sobre as mulheres migrantes participantes da pesquisa. A maioria das entrevistadas possui mais de trinta anos, com uma forte concentração de mulheres entre quarenta e sessenta anos, o que pode demonstrar que elas possuem uma extensa trajetória de vida. Todas elas possuem filhos, geralmente entre três e cinco por família, alguns deles concebidos a partir de pais diferentes; boa parte dos filhos são maiores de dezoito anos e casados, conforme ficou constatado nas entrevistas. Mas também há muitos menores de idade, que vivem no grupo familiar originário. Embora boa parte delas não tenha informado a renda familiar, foi possível constatar que a maioria possui uma condição de vida simples, com um nível de renda relativamente baixo, se dividido a renda familiar pelo número de integrantes da família. Trata-se de famílias pobres, que dependem, muitas vezes, do auxílio do programa Bolsa Família e do CRAS para

sobreviverem. Os dados da tabela revelam, ainda, que a maioria das entrevistadas tem um nível de instrução escolar baixo: boa parte delas não concluiu o ensino fundamental. Quanto ao atual arranjo familiar na sociedade receptora, concentra-se mais entre conjugal nuclear e monoparental feminino, embora também haja famílias reconstituídas e extensas. O quadro-resumo revela ainda que antes de migrarem, a maioria delas vivia com parceiros, sendo maridos ou companheiros; outro fator perceptível é que a maioria das migrações ocorreu de forma direta, ligando o local de origem à sociedade de destino. Contudo, quando comparadas as migrações de famílias paranaenses com as migrações de famílias nordestinas, verifica-se que a maior quantidade de migrações indiretas concentra-se entre as famílias nordestinas. Constata-se, também, que um grande contingente de famílias nordestinas, antes de migrar para São Carlos, migrou, sobretudo, para a cidade de São Paulo, registro esse que não se verifica entre as famílias de paranaenses.

XXXXXX

Esta tese está organizada em duas partes. Na parte I, a preocupação foi a de realizar uma abordagem bibliográfica de temáticas ligadas, direta e indiretamente, à problemática deste estudo, de modo a nos fornecer respaldo teórico para os resultados da pesquisa qualitativa. Ou seja, a discussão parte de uma abordagem teórica e mais geral para, gradativa e cuidadosamente, chegarmos à problemática central. Porém, a abordagem teórica também é constantemente realizada e retomada na parte II deste texto.

A parte I é composta, então, por quatro capítulos, que assim seguem: no primeiro capítulo, realizamos uma discussão sobre a migração internacional, bem como sobre a migração interna, abordando teorias clássicas e contemporâneas acerca dos processos migratórios. Procuramos desvendar o conceito de migração como um todo e discutir as teorias sociológicas clássicas no campo da migração, conhecidas como “teorias micro e macrosociológicas”. Discutimos, ainda, as tipologias da migração e as perspectivas teóricas sobre migração interna, abordadas no contexto da América Latina, tais como: perspectiva demográfica, perspectiva sociológica baseada na teoria da modernização, perspectiva econômica ou abordagem neoclássica e a perspectiva histórico-estrutural. Finalmente, são discutidas também as migrações internas no contexto brasileiro.

No capítulo dois, o objetivo foi o de discutir a migração a partir da perspectiva de redes sociais, buscando compreender os fluxos migratórios sob uma dinâmica relacional que destaca neles a importância não apenas dos fatores econômicos, mas também dos fatores políticos sociais e culturais. Ou seja, entendemos que nos estudos sobre migração, a análise de redes sociais torna-se importante para não nos restringirmos apenas aos aspectos econômicos nos quais os migrantes parecem sujeitos que agem desconectados de relações sociais. Sob esta perspectiva, as migrações recentes resultariam, portanto, mais de redes sociais do que apenas em decorrência de crises econômicas. Sendo assim, debatemos a noção de redes sociais e o seu desdobramento em redes migratórias e redes de parentesco.

No capítulo três, realizamos uma breve discussão histórica, procurando compreender os papéis sociais designados e assumidos pelas mulheres de diferentes camadas sociais no Brasil, no âmbito de sua família e no contexto da sociedade. Essa discussão, por sua vez, exigiu uma análise acerca de conceitos como “gênero”, “dominação masculina” “família e arranjos familiares” e “divisão sexual do trabalho”. Toda essa análise foi importante para fornecer um referencial histórico e conceitual, auxiliando-nos, em certa medida, na compreensão de alguns aspectos comportamentais da sociedade brasileira atual, no que diz respeito à condição sociocultural da mulher.

Finalmente, o capítulo quatro teve como objetivo analisar a participação das mulheres nos fluxos migratórios e, também, na articulação e mobilização de redes de parentesco, além de compreender como essa atuação é retratada pelos estudos sobre migração. O capítulo quatro analisa ainda as poucas abordagens teóricas sobre a mulher nos fluxos migratórios.

Na parte II, saindo de uma visão mais ampla e geral, baseada na fundamentação teórica, chegamos à análise de um fenômeno social universal, a partir de uma perspectiva micro (ELIAS, 2000), compreendendo inicialmente as razões da existência de uma grande concentração de migrantes na região e na cidade de São Carlos, bem como a constituição e dinâmica populacional do bairro periférico denominado Cidade Aracy para, em seguida, compreender os papéis sociais desempenhados no âmbito da sociedade e no processo migratório pelas mulheres migrantes em questão. Segue estruturada da seguinte forma a parte II: o quinto capítulo consiste em discutir brevemente a cidade de São Carlos e os fenômenos históricos ocorridos no estado de São Paulo, que possibilitaram o grande fluxo de migrantes para a cidade. Também é apresentada uma abordagem sobre a noção de periferia urbana. Na sequência, apresentamos e caracterizamos

o bairro Cidade Aracy, o que possibilitou compreender alguns elementos importantes acerca dele, permitindo orientarmo-nos adequadamente no desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

Por sua vez, no sexto capítulo, procuramos tecer alguns comentários gerais sobre as identidades, paranaense e nordestina, bem como conhecer, em linhas gerais, as mulheres migrantes participantes da pesquisa e suas respectivas famílias. Este capítulo retrata ainda a questão das migrações diretas e indiretas, enfocando a ligação entre o local de origem e o local de destino, mostrando, conforme afirma Silva (2006), que pensar a migração no Brasil, consiste também em considerar, muitas vezes, que as pessoas ou famílias não se deslocaram diretamente de um lugar para outro, mas que por vezes passaram por mais de um lugar ou destino.

No sétimo capítulo, discutimos o conceito de família e analisamos a organização e estruturação das famílias das mulheres migrantes nordestinas e paranaenses. Começamos a discussão analisando os contextos familiares, bem como o status que as mulheres migrantes em questão assumem nesses arranjos familiares. Além disso, a discussão também perpassa pela condição socioeconômica das famílias das mulheres migrantes pesquisadas, averiguando se ela interfere no seu posicionamento no seio familiar e no despenho de seus papéis sociais na sociedade e no processo migratório. Finalmente, também há uma discussão sobre as relações de gênero no interior das famílias, segundo o estrato social e os arranjos familiares. Enfatizamos o nosso trabalho realizado com famílias situadas nas camadas pobres da sociedade e, a partir disso, discutimos as relações possíveis de gênero segundo o modelo familiar encontrado na pesquisa, no Cidade Aracy, a partir das entrevistas com as mulheres migrantes, nordestinas e paranaenses.

No oitavo capítulo, nosso esforço concentrou-se na compreensão das trajetórias de vida e de migração das mulheres retirantes e de suas respectivas famílias. Entendemos que a compreensão dessas trajetórias permite conhecer mais detalhadamente a história de vida dessas mulheres e o seu mundo cotidiano, bem como as relações sociais estabelecidas ainda na sociedade de origem e também as relações desenvolvidas já na sociedade de destino, no caso a cidade de São Carlos. Com isso, é possível compreender a sua visão de mundo e, particularmente, do bairro onde vivem. Permite-se compreender ainda como se desenrolou o projeto migratório, o porquê da migração e como foi provocada a vontade de partir e se direcionar para terras desconhecidas. A partir dessa análise, ainda é possível compreender as dificuldades enfrentadas na migração e, sobretudo, as batalhas travadas por essas mulheres e suas famílias já no local de destino para recomeçarem a vida, vislumbrando um futuro melhor.

Finalmente, no nono capítulo, analisamos os papéis sociais designados e desempenhados pelas mulheres migrantes, moradoras em São Carlos, no bairro Cidade Aracy. O capítulo inicia-se com a análise sobre a representação que as mulheres migrantes, nordestinas e paranaenses, fazem sobre o seu mundo de origem. Aqui, analisamos as suas memórias sobre a infância, o trabalho infantil-doméstico, bem como sobre a representação que seus pais passavam sobre o casamento. Em seguida, trabalhamos especificamente com a análise dos papéis sociais designados e desempenhados pelas mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, na sociedade em geral e no processo migratório, a partir da compreensão da origem, dos arranjos familiares, do status³ que elas ocupam no contexto familiar, e de sua condição socioeconômica.

³ Estamos utilizando o conceito sociológico de status, aquele que consiste na localização do indivíduo na sociedade dentro de uma hierarquia social, de acordo com a sua participação na distribuição desigual da riqueza, do prestígio e do poder. Nesse sentido, entendemos que, de acordo com o status assumido pelas mulheres migrantes em seus respectivos contextos familiares, são designados a elas papéis sociais específicos para serem desempenhados no âmbito da sociedade e no processo migratório.

PARTE I
REFLEXÕES SOBRE A MIGRAÇÃO E A CONDIÇÃO FEMININA

1 A MIGRAÇÃO EM GERAL: TEORIAS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS ACERCA DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Boa parte dos conceitos acerca da migração apresentados e discutidos nesta tese se refere à migração internacional, mas podem ser devidamente pensados no contexto das migrações internas. Segue abaixo a discussão teórica sobre migração geral, bem como uma discussão sobre o panorama da migração interna.

1.1 Teorias Migratórias Clássicas e Contemporâneas

O conceito de migração, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), define-se por toda mobilidade de pessoas que ocorre no espaço geográfico entre distintos lugares, quando um indivíduo se fixa em determinado território. Lisboa (2007, p. 807) afirma, de maneira mais precisa, que migração pode ser entendida como uma

ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas.

Para Silva (1988), a ideia de que a migração pode ser determinada por elementos subjetivos, (quando as pessoas migram porque sentem o desejo de fazer isso), sempre deve ser afastada. Em sua visão, a migração deve ser compreendida como um processo social que tem condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais, capaz de atingir os indivíduos independentemente de sua vontade. E completa a sua análise, ao afirmar sobre migrações internas, que há vários tipos delas: rural-rural, rural-urbana, urbana-urbana, urbana-rural.

Em “A Imigração”, livro que retrata a questão da imigração e tem como interlocutores os imigrantes argelianos radicados na França, Sayad (1998), pensando no contexto da migração internacional, afirma que o imigrante só existe na sociedade, que assim o denomina, a partir do momento em que ele atravessa suas fronteiras e pisa no seu território. Nasce, nesse

dia, o imigrante para a sociedade que assim o designa. Ou seja, a efetivação do ser imigrante ocorre apenas quando ele chega ao local de destino e passa a ser visto pela população como um imigrante, como aquele que deixou sua terra, para viver em terras alheias. E assim também ocorre em processos de migração interna. Um indivíduo que sai de seu estado ou de sua cidade, para viver em outros estados e cidades, deixa de ser, por exemplo, o cidadão nordestino, paranaense, mineiro e se torna, antes de tudo, no local de destino, o migrante nordestino, paranaense, mineiro, porque assim a população do novo local o representa.

Em análises teóricas sobre migração, também podemos falar da tipologia das migrações. De acordo com Truzzi (2008), ao basear-se em Tilly (1978), nota-se que as migrações podem ser classificadas em migrações locais, circulares, de carreira e em cadeia. As migrações locais consistem naquelas cujo indivíduo se desloca a um mercado geograficamente contíguo que geralmente lhe é bastante familiar. Exemplo: um mercado de trabalho, um mercado de terra, etc. Por sua vez, as migrações circulares concretizam-se quando o sujeito se desloca a um mercado tendo definido desde já o seu intervalo de tempo, sendo que, ao seu final, retorna à sua origem. Um exemplo de migrações circulares nas migrações internas seriam as migrações temporárias. Ao analisar as redefinições sociais e laborais do processo migratório de camponeses oriundos do estado do Maranhão, para o trabalho nos canaviais no interior do estado de São Paulo, Silva (2008) depara-se com o processo de migração temporária. Neste caso, os locais de destino não são definitivos, mas temporários, pois, no final da colheita da cana-de-açúcar, que geralmente dura oito meses, os trabalhadores maranhenses regressam para o seu local de origem. Aqui, vemos que o migrante se desloca de seu local de origem tendo já definido o seu intervalo de tempo, geralmente de oito meses, e, quando termina a produção, eles retornam para o local de onde partiram. Este seria um exemplo claro, no contexto da migração interna, de migrações circulares.

Por sua vez, as migrações de carreira consistem naquelas em que o indivíduo se desloca em virtude do trabalho oferecido por uma organização a que pertence. Neste caso, um exemplo, dentro do contexto das migrações internas, seria o funcionário que é designado para cumprir suas funções na filial da empresa em que ele trabalha, situada numa outra cidade diferente daquela onde ele já cumpre suas funções. Por fim, as migrações em cadeia, que ocorrem quando há o deslocamento de indivíduos cuja motivação ocorre em razão de uma série de informações fornecidas por parentes ou conterrâneos que se encontram já instalados no local de

destino.

Esses são os tipos mais comuns de migração, embora as fronteiras entre eles não sejam perfeitamente delineadas. Para Truzzi (2008), as migrações locais, por exemplo, podem contribuir para a formação de uma cultura migratória, tornando-se, com o passar do tempo, em migração intercontinental. Já nas emigrações com características circulares, é natural que acabem deixando residualmente indivíduos estabelecidos no local de destino. Por consequência, estes, principalmente se bem sucedidos no local de destino, podem atuar como elementos de atração, facilitando o deslocamento de outros sujeitos e a fixação deles de maneira permanente no local de destino.

Ao cabo de alguns anos, a emigração, outrora circular, pode assumir uma característica de cadeia. Migrações de cadeia surgem assim como o modo natural de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são os pioneiros, os desbravadores de um novo destino (TRUZZI, 2008, p. 03).

Apesar disso, Truzzi (2008) afirma que o interessante dessa classificação é que os tipos em questão exibem características peculiares. Por exemplo, as migrações circulares possuem a tendência de serem sexualmente seletivas, tanto para homens quanto para mulheres, dependendo da ocupação oferecida no local de destino. Por sua vez, as migrações em cadeia, e de carreira, tendem a contemplar destinos mais distantes. Finalmente, as migrações locais, bem como as de carreira, inclinam-se, majoritariamente, para um caráter individual, enquanto as circulares e, sobretudo, as em cadeia, voltam-se para um envolvimento familiar.

No que tange à discussão das correntes teóricas sobre migração, Nogueira (1991) afirma que as primeiras tentativas de se criar teorias gerais das migrações ocorreram a partir de certas regularidades encontradas por Ravenstein, no final do século XIX. Em “The Law of Migration”, publicado em “Journal of the Statistical Society”, no ano de 1885, Ravenstein compara uma série de estatísticas oficiais sobre movimentos populacionais internos na Inglaterra e observa que, em relação à distância, a maioria dos migrantes se deslocava apenas para percursos pequenos e aqueles que se deslocavam para percursos maiores geralmente visavam os centros comerciais e industriais, sendo a maior parte deles originários de cercanias rurais desses centros, deixando vazios a serem preenchidos por migrantes de outras regiões. O autor supracitado observou ainda que as migrações ocorriam por distinção sexual, com predominância das mulheres nos trajetos migratórios de curta distância. O autor notou ainda que a melhoria dos meios de locomoção e o

desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíram significativamente para o crescimento do volume dos fluxos migratórios. Nota-se também que de todos os motivos que levavam à migração, o maior foi o econômico, ou o originado do desejo de melhorar a situação material. Os escritos teóricos de Ravenstein formam, posteriormente, os pilares das teorias sociológicas sobre migração.

Peixoto (2004) diz que há dois grupos de teorias sociológicas sobre a migração: as teorias microsociológicas e as teorias macrosociológicas. Nas teorias microsociológicas destaca-se o papel do agente individual. Por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão, trata-se de um contexto econômico ou social de ação. É a racionalidade individual que, no limite, conjuga estas envolventes e promove a decisão de mobilidade (PEIXOTO, 2004). Boa parte das teorias microsociológicas apresenta uma raiz econômica que deriva da economia neoclássica, sobretudo incorporadas no modelo *push-pull* e mais recentemente na escola do capital humano. Aprofundando a análise de Nogueira (1991), Peixoto afirma que a essência do modelo *push-pull*, encontrada pela primeira vez em Ravenstein⁴, é a ideia de que o motivo principal de uma migração está no desejo do agente individual de melhorar a sua condição econômica. É baseando-se em informações sobre as características da sua região de origem e das potenciais regiões de destino, especialmente sobre a situação de emprego e de níveis salariais, que o migrante decide por um percurso migratório.

O raciocínio de Ravenstein foi prolongado por outros autores que vieram depois dele. Um deles é Lee. As colocações de Lee⁵ tornaram-se populares, pois definiam migração como uma mudança permanente, ou semipermanente, de residência, e onde todo o ato migratório implicaria um lugar de origem, um lugar de destino e uma série de obstáculos a serem transpassados. O autor conclui, então, que quanto mais os obstáculos são quebrados e transpassados nos processos migratórios, maior é o volume migratório (NOGUEIRA, 1991).

Para Peixoto (2004), o argumento de Lee em “A Theory of Migration⁶” sobre as causas da migração citado acima é claro: para este teórico, os elementos que presidem à decisão e ao processo migratório são os fatores associados à área de destino, obstáculos intervenientes e

⁴ RAVENSTEIN, Ernest G. The Laws of Migration, *Journal of the Royal Statistical Society*, v.ol. 48, Part II, p. 167-227, 1885.

⁵ LEE, E.P. Theory on Migration. *Demography*, v.3, n.1, p.47-67, 1966.

⁶ LEE, Everett S. A Theory of Migration. In: JACKSON, J. A. (Ed.). *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 282-297, 1969, (originalmente publicado em *Demography*, Vol. 3, 1966)

fatores pessoais. Nos fatores relacionados à área de destino encontram-se motivos de ordem econômica e de infraestruturas sociais, como escolas, acesso a bens e serviços, além de outros motivos, como fatores climáticos, por exemplo. Por sua vez, nos “obstáculos intervenientes”, isto é, nos elementos que podem intervir na possibilidade de movimento, encontram-se à distância, os custos da deslocação, o tamanho da família, entre outros. Por fim, os fatores pessoais são os que fazem com que todas as decisões sejam individualmente variáveis, como os contatos e fontes de informação. Para Peixoto, a permanência deste tipo de argumentos nos atuais modelos de *push-pull* é evidente.

A existência de factores que levam a uma rejeição da região de origem - factores de ordem económica, social ou política - e outros que promovem o apelo da região de destino é determinante. Entre estes, os motivos “materiais” ocupam um lugar preponderante: condições actuais e potenciais de emprego e níveis de rendimento (2004, p.15).

O que essas análises sobre migração revelam é que os indivíduos apenas migram quando os custos do movimento são menores do que os benefícios esperados. Aqui, custos e benefícios são traduzidos em situação de emprego e desemprego, variação de rendimentos, potencial de informação sobre novas oportunidades de trabalho e habitação. De acordo com Soares (2004), para autores da microteoria neoclássica, como Sjaastad (1980) e Todaro (1980), os indivíduos racionais decidem migrar porque esperam obter, a partir de seus deslocamentos, um retorno líquido positivo, geralmente monetário. Ou seja, jamais o indivíduo irá migrar se ele não avaliar que no local de destino as oportunidades de emprego são fartas, que o nível de rendimento é maior, comparado ao seu local de origem, que o custo de vida seja acessível, etc. Assim, os benefícios da migração devem ser maiores do que os custos, minimizando os riscos da migração. É por isso que, de acordo com essa visão, a migração ocorre apenas em virtude da ação racional do indivíduo. É a racionalidade individual que promove a decisão de mobilidade.

Ainda dentro das teorias microsociológicas sobre migração, há também outra perspectiva analítica conhecida como teoria do capital humano. Esta teoria elabora um pouco mais o panorama micro sem pôr em causa seus fundamentos. No que diz respeito à migração, a teoria do capital humano afirma que a análise econômica de custos/benefícios, realizada pelo agente individual, não deve ser apenas considerada no curto prazo. Nessa análise, o migrante acredita na possibilidade de angariar maiores rendimentos no futuro, devido às suas capacidades

personais e, por isso, emprega da melhor maneira as suas qualificações, mesmo que para isso ele tenha custos importantes em curto prazo. Ou seja, para esta perspectiva, o migrante é um sujeito consciente de que a migração envolve custos e até mesmo riscos, mas que também envolve retornos e benefícios, mesmo que sejam em longo prazo. Para alcançá-los, basta apenas desenvolver e empregar suas capacidades pessoais ou, se for o caso, adquirir capital humano através de maior escolarização, qualificação e experiência profissional (PEIXOTO, 2004).

Por sua vez, as teorias macrossociológicas privilegiam a ação dos fatores de tipo coletivo ou estruturante, que condicionam, por diversas formas, as decisões migratórias dos agentes sociais. As teorias macrossociológicas de explicação do fenômeno migratório emanam das teorias estruturalistas que defendem a primazia da estrutura sobre o ator social. No campo das teorias das migrações, essas correntes, muitas vezes ligadas a autores marxistas, são designadas como histórico-estruturais. Peixoto classifica algumas teorias nesse âmbito da migração coletiva e parte do social, ao falar de “Mercado de Trabalho Dual ou Segmentado”, a “Economia Informal”, “Estruturas Espaciais”, “Sistemas-Mundo”, “Enclaves étnicos” e “Redes Migratórias”. Essa tendência leva-nos acreditar, através de suas teorias, que para ocorrer a migração deve haver uma mobilização social entre familiares, amigos, e/ou conhecidos, ou seja, uma integração social.

Uma das principais correntes de análises macro consiste na teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado. Essa teoria afirma que grande parte das atrações exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos para mais desenvolvidos, está relacionada com os mercados secundários que abarcam ocupações menos prestigiadas. Segundo esse pensamento, o fato de existirem correntes migratórias não está somente relacionado às necessidades das populações migrantes. Assim, a ocorrência de grupos migrantes passa não pela vontade e cálculos individuais dos retirantes, mas por fatores estruturais, que se encontram no local de destino, que apelam ao seu trabalho.

Embora essa teoria se refira mais precisamente às migrações internacionais, alguns de seus elementos podem ser facilmente observados em migrações internas, como ocorrem no Brasil. Algumas regiões mais desenvolvidas do país, por exemplo, têm como característica a oferta de mercados secundários, em que prevalecem ocupações menos prestigiadas. Na região de São Carlos, por exemplo, caracterizada pela alta produtividade de cana-de-açúcar e laranja, encontra-se uma ampla oferta de postos de trabalhos ligados a essas cadeias de produção, que

priorizam trabalhadores oriundos de outras regiões do país, principalmente do nordeste brasileiro, em razão da grande capacidade de produção desses trabalhadores. Isso acaba reforçando os fluxos migratórios. Sendo assim, o que se observa é que o fato de existirem grupos de migrantes que se deslocam para a região de São Carlos, não está apenas relacionado à vontade e aos cálculos individuais dos migrantes, mas também a fatores estruturais, localizados na sociedade de destino, que necessitam do seu trabalho.

Finalmente, as teorias sobre rede social, ligadas à migração, também se enquadram, segundo Peixoto, na perspectiva macrosociológica. Aqui, encontram-se pensamentos que defendem o papel das redes migratórias. Tais estudos defendem que os migrantes não atuam isoladamente no processo migratório como um todo, mas estão inseridos num emaranhado de relações que compreendem redes de parentesco, de familiares, de conterrâneos, dentre outras que fornecem subsídios importantes ao migrante, como informações, incentivos morais e financeiros para o deslocamento, além de fixação no local de destino. Segundo esta teoria, mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar a migração e o caráter duradouro dos fluxos migratórios. Veremos com mais detalhes, no capítulo dois, a discussão sobre redes migratórias.

1.2 Outros Enfoques Teóricos e a Migração Interna no Contexto da América Latina

Passamos agora a analisar os enfoques teóricos sobre migrações internas, sobretudo no contexto da América Latina. Segundo Nogueira (1991), outras contribuições de grande valor que têm buscado dotar as migrações internas de um marco teórico são, em grande parte, tentativas de compreensão do fenômeno migratório na América Latina. Teoricamente falando, vários enfoques foram construídos na América Latina, para dar conta dos fluxos migratórios.

O primeiro deles é o enfoque conhecido como perspectiva demográfica, a partir de pesquisas que surgiram na década de 1950, dentro do Centro Latino-Americano de Demografia. Os estudos sob esta perspectiva se propunham a descrever e quantificar as variáveis demográficas e voltavam-se aos métodos de obtenção de dados, às técnicas de mensuração das variáveis fundamentais e à formulação de modelos matemáticos do processo; utilizavam, ainda, dados censitários e estatísticos. Contudo, sobre essa perspectiva recaíam algumas críticas. A principal crítica à perspectiva demográfica seria a falta de um marco sistemático de referência, o que

tornava suas investigações fragmentárias e sem orientação. Além disso, suas investigações são quase sempre descritivas, chegando a omitir relações elementares nos processos migratórios.

Um segundo enfoque seria a perspectiva sociológica baseada na teoria da modernização. Para esta perspectiva, a migração interna é compreendida como um dos processos fundamentais da mobilização social, que constitui o eixo principal para a transformação das sociedades “tradicionais” em sociedades “modernas”. Brito (2009) vem corroborar com a análise de Nogueira (1991). Segundo Brito, na análise sociológica, baseada na teoria da modernização social, há a concepção de que as migrações são responsáveis pela transferência do grande excedente populacional de áreas tradicionais da sociedade para áreas urbanas, principalmente para as grandes cidades, onde predominam um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental. A tese fundamental, portanto, é a de que as migrações são responsáveis pelo processo de transição da sociedade tradicional para a moderna. Dentre os representantes desta perspectiva teórica, Brito destaca dois: Gino Germani e Eunice Durham.

Na visão de Germani, segundo Brito (2009), a sociedade tradicional, extremamente integrada e vinculada à economia agrária, necessita ser “chacoalhada”, isto é, mobilizada, para que ocorram as migrações. Neste processo, dois dos responsáveis por cumprir este papel de mobilização social são os meios de comunicação de massa e as redes de interação social. Sem essa “interferência”, as migrações, como um processo social, não ocorreriam e a população não seria atraída pela sociedade moderna. Segundo Germani, as sociedades tradicionais só se colocam disponíveis para emigração, se elas perceberem que existem novas possibilidades de participação social. O processo de mobilização social dos migrantes em direção à sociedade moderna, estimulado pelos meios de comunicação de massa e pelas redes de interação social, é o que define a migração como um processo que se estende desde o lugar de origem até a inserção do migrante no local de destino.

Para Germani, então, a migração é um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho, no plano econômico, e se insere em uma ampla mudança social, cultural e psicossocial, tanto individual, quanto coletiva, dentro do desenvolvimento da sociedade moderna. Desse modo, as migrações, dentro do processo de mobilização social, são necessárias e funcionais para a modernização da sociedade dos países em desenvolvimento (BRITO, 2009, p. 09).

Segundo Brito (2009), a crítica que recai sobre essa teoria está relacionada ao itinerário otimista de Germani, que não previu que os migrantes, mesmo mobilizados pela sociedade moderna, poderiam ser empurrados em direção à exclusão social, diante das profundas desigualdades sociais e espaciais.

Já a teoria de Durham, centrada no caso brasileiro, diz que a migração só ocorre se a sociedade agrária-tradicional tiver alguma forma de inclusão na economia competitiva. “Somente assim, a necessidade de melhorar de vida pode levar ao abandono do universo da sociedade tradicional, dentro do qual não há alternativa para a ascensão social” (BRITO, 2009, p. 10). Segundo a autora, no Brasil a migração é uma tradição e, portanto, faz parte do “equipamento cultural tradicional”. Ao indivíduo que quer melhorar de vida (e sabendo que tem chances de competir no mercado de trabalho afora) não resta alternativa a não ser migrar para as cidades, especialmente as grandes. Este processo é organizado a partir de grupos de relações primárias, sendo eles: a família, os parentes, os vizinhos, os amigos, etc. “É o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando a adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, faz com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem” (2009, p.10).

Sobre a perspectiva sociológica também recaem críticas. A mais voraz consiste no fato de que as interpretações da perspectiva sociológica tenderiam a privilegiar os aspectos individuais dos migrantes e o centro das atenções se resume, quase sempre, nos contextos urbanos. Assim, baseado em informações das populações que moram nas regiões periféricas das grandes cidades, passa-se a inferir sobre os motivos da migração a partir das características dos migrantes, dando destaque aos traços psicossociais e às orientações valorativas e sobre a assimilação dos migrantes à vida urbana (NOGUEIRA, 1991).

Outra abordagem teórica sobre as migrações internas consiste na perspectiva econômica ou abordagem neoclássica, que se espelha muito nas teorias clássicas sobre a migração internacional. São estudos que, a partir de 1960, passaram a estabelecer uma relação entre fenômenos migratórios e a teoria econômica. Esta abordagem enfatiza que a migração consiste num ato de decisão pessoal, que é determinado por um diferencial de salário decorrente de uma desigual distribuição fatorial entre as regiões, tendo como resultado o restabelecimento do equilíbrio nas diversas áreas (NOGUEIRA, 1991). Na análise econômica sobre migração, há ainda, segundo Brito (2009), a concepção de que as migrações constituem importante mecanismo

de transferência da população de regiões agrícolas com uma produtividade de trabalho muito baixa, para setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde o progresso técnico garante a elevação da produtividade do trabalho.

A crítica que recai sobre essa perspectiva teórica está no fato dela não considerar as migrações enquanto um ato individual. Nesse contexto, supõe-se que o grupo de migrantes sempre aja racionalmente, realizando análises de custos e benefícios a partir de um amplo conhecimento do mercado que influenciaria a decisão da migração, sempre visando maximizar a renda (NOGUEIRA, 1991).

Finalmente, a partir dos últimos anos da década de 1960, surgem estudos preocupados em correlacionar o processo migratório, principalmente na América Latina, às especificidades do desenvolvimento econômico da região. Essa perspectiva passa a ser conhecida como histórico-estrutural. Uma de suas preocupações básicas era não restringir a análise à aparência dos fenômenos, sempre buscando o entendimento global destes, considerando-os sempre como elemento do processo de acumulação do capital. E, a partir da teoria “centro-periferia”, esta perspectiva reconstrói quadro histórico em que surgem os movimentos migratórios, buscando a compreensão do processo a partir de seus aspectos estruturais. Esse panorama foi considerado uma das linhas de análises mais promissoras dos movimentos migratórios, porém, nem por isso, deixou de ser criticado. Segundo Nogueira (1991), a perspectiva histórico-estrutural apresenta algumas limitações, principalmente no que diz respeito aos trabalhos da década de 1970:

Foi decisiva, por exemplo, a contribuição desses estudos na transparência da estrutura agrária de países da América Latina. Contudo, quando se dá a integração deles com os dos processos migratórios e suas diversas modalidades, sente-se quase uma mecanicidade para que o fenômeno migratório passe a corresponder às expectativas a este reservadas dentro da citada integração. Aqui, portanto, sem se ter a identidade das populações a que se refere, corre-se o risco de, por exemplo, não se conhecerem as reais características dessas pessoas, como também de não se conhecerem as reais dimensões dos impactos dos processos migratórios nas áreas de origem e destino. Isso leva a algumas limitações, já que se perdem certos desdobramentos do fenômeno, como as migrações temporais, estacionais e outras distintas da categoria rural-urbana, existindo, inclusive, quase que um consenso na propriedade de se romper com a dualidade rural-urbana e entender as migrações em termos de mercado de trabalhos regionais (NOGUEIRA, 1991, p. 44).

1.3 Pensando as Migrações Internas no Contexto Brasileiro

Silva (1988) afirma que no Brasil o tipo de migração mais comum até a década de 1980 foi a rural-urbana, o chamado êxodo rural. Aponta a autora que, em 1940, menos de 13 milhões de pessoas viviam nas cidades. Por sua vez, em 1980, quase 81 milhões tinham seu domicílio no espaço urbano. A taxa de urbanidade nesse período, portanto, cresceu de 31,23% para 67,62%. Tal tipo de migração foi estimulado, principalmente, pelas transformações ocorridas no campo, cuja penetração do capitalismo na agricultura promoveu a modernização dos instrumentos e meios de trabalho, bem como a concentração das terras nas mãos de grandes proprietários e a mudança no modo de produzir.

Assim, até a década de 1960, prevalecia na agricultura paulista um modo de produzir bastante diferenciado: as formas de parcerias e arrendamento coexistiam com o trabalho dos colonos, dos trabalhadores residentes nas propriedades e com o trabalho familiar de pequenos proprietários. A partir de então, intensifica-se um processo de mudanças profundas nessa agricultura: grande parte dos cafezais existente foi arrancada e em seu lugar surgiram outros produtos: cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, a pecuária extensiva, etc. O café foi plantado sob novas formas: novas sementes, maior espaçamento entre as fileiras, a fim de permitir a passagem de tratores para a distribuição de venenos e para as capinas mecânicas” (SILVA, 1988: p. 10).

Por sua vez, Brito (2009) também corrobora com a análise de Silva (1988) e afirma que, no Brasil, as migrações internas contribuíram decisivamente para o processo de urbanização, que se acelerou na década de 60 do século XX, momento em que a população urbana supera a população rural. O acelerado processo de modernização foi parte das profundas transformações estruturais ocorridas na sociedade e na economia brasileira, gerando um Brasil moderno, com característica urbano-industriais, que se sobrepunha ao Brasil agrícola-tradicional. Essas transformações foram em grande parte responsáveis pelo extraordinário movimento migratório da população nesse período. As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, sendo as grandes cidades o destino fundamental da maioria dos migrantes. Também, a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação proporcionou um aumento enorme nos fluxos migratórios.

Todas essas transformações foram percebidas como uma oportunidade de melhoria de qualidade de vida. Estando a economia desenvolvendo em ritmo acelerado, os empregos e os

postos de ocupação tendiam a crescer e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, transformar-se em realidade.

Essa era a grande característica do padrão migratório que prevaleceu até os anos oitenta: o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Mudar de residência com a família para um outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade e pela cultura, estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida. Tudo, de acordo com o paradigma e com as teorias: a migração era racional e necessária para o indivíduo que migrava, em particular, e positiva e funcional para o desenvolvimento da economia e modernização da sociedade (BRITO, 2009, p.14).

Contudo, apesar do dinamismo da economia e das transformações ocorridas em direção à modernização social, Brito afirma que a história mostrou que nem todos os migrantes conseguiram alcançar seus sonhos de melhoria de vida e muitos foram empurrados em direção à exclusão social, aprofundando as desigualdades sociais.

Após a década de 1980, o padrão migratório começa a sofrer profundas mudanças, diante da redução do ritmo de urbanização e do crescimento das grandes cidades e aglomerados metropolitanos. Segundo Brito, a economia e a sociedade deixam de exigir a transferência inter-regional do excedente populacional conforme ocorreu entre 1960 e 1980. Dessa maneira, as migrações internas no Brasil deixaram de ser tão positivas e necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade.

As teorias econômicas e sociológicas da migração já não dão mais conta de explicar os novos fluxos migratórios neste momento. Isso porque, atualmente no Brasil, há uma redução no crescimento dos grandes aglomerados metropolitanos e um redirecionamento de parte das migrações internas para as cidades médias. A tradição migratória brasileira certamente não desapareceu, até por que a rigidez da estrutura social brasileira ainda impõe, para muitos, a migração como uma alternativa para se melhorar de vida e ascender social e economicamente. Mas houve, até pelo menos a expansão recente, uma redução enorme da capacidade de geração de emprego e novas oportunidades ocupacionais no Brasil.

Isso inaugura um novo padrão migratório que as antigas teorias (econômicas e sociológicas) não dão conta de explicar. A migração torna-se desnecessária do ponto de vista da economia e deslocada, cada vez mais, da possibilidade de ascensão social, podendo tornar-se

negativa para o indivíduo. “A racionalidade econômica que, segundo o velho paradigma, era a bússola necessária para o migrante encontrar os seus caminhos, no novo padrão migratório, torna-se, mais ainda, obsoleta diante dos riscos envolvidos, atualmente, no processo migratório” (BRITO, 2009, p. 19). Desse modo, o migrante e o processo migratório não podem ser mais compreendidos a partir das antigas teorias sobre migração. Assim ganham força, nos estudos sobre migração, as explicações baseadas em redes sociais.

De acordo com Assis (2007), a migração articulada pelas redes sociais deixa de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo, para ser compreendida como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança. Desse modo, as teorias de redes sociais constituem uma das abordagens alternativas às teorias neoclássicas e do determinismo estrutural. Assim, como Assis (2007), bem como Sayad (1998) e Tilly (1990), Fazzito (2002) também compreende que o caráter fundamental da migração consiste no seu projeto coletivo.

Isto é, o deslocamento é um processo social e coletivo, que não ocorre apenas a partir de decisões individuais. Num sentido geral, o migrante, mesmo o pioneiro, não migra simplesmente porque deseja migrar, e por mais aleatória que pareça a escolha do destino, existem constrangimentos estruturais que seguem uma lógica própria da ordem coletiva (FAZZITO, 2005, p. 02).

O que o autor evidencia é que os fluxos migratórios realmente não partem de decisões individuais, descoladas do contexto social no qual está inserido o sujeito, bem como não são apenas reflexos de constrangimento econômicos, embora possam estar também correlacionados à generalidade das estruturas econômicas capitalistas na contemporaneidade. Mesmo assim, afirma Fazzito, que os fluxos migratórios são impulsionados e sustentados por outras causas estruturais, como é o caso das redes sociais articuladas na origem e no destino por vizinhos, amigos e, especialmente, familiares. Nesse sentido, o processo migratório deve ser compreendido a partir de uma perspectiva relacional, como um sistema capaz de conectar satisfatoriamente as regiões de origem e de destino, sustentado por mecanismos intermediários, como, agentes, recrutadores, amigos e, especialmente, às famílias. Ou seja, essas instâncias mediadoras formam uma rede social capaz de sustentar todo um processo migratório, evidenciando, assim, o seu caráter relacional. De acordo com Fazzito, todo e qualquer sistema de migração, seja ele interno ou internacional, “apresenta uma relação de dependência entre os migrantes e os mecanismos intermediários que facilitam (ou impedem) o deslocamento espacial e social em cada sistema

empírico” (2002, p. 05). Diante dessas afirmações, o capítulo dois é dedicado à análise da migração na perspectiva de redes sociais.

2 A MIGRAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE REDES SOCIAIS

De acordo com Charles Tilly (1990), as unidades efetivas da migração são compostas por conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Daí a importância das redes sociais para o estudo da migração. Por isso, os processos migratórios não devem ser compreendidos e explicados apenas pelos fatores de atração e repulsão (teoria *push-pull*), que estimulam os indivíduos a migrarem devido aos diferenciais de oferta de trabalho, mas devem ser explicados a partir da perspectiva das redes sociais, visto que, quanto mais densas se encontram as redes, maiores chances de inserção possui o migrante no local de destino. De acordo com essa visão, segundo Assis (2007), as redes sociais tornam-se um recurso importante para os migrantes, já que constituem um capital social que auxilia pessoas com poucos recursos, pouca experiência profissional e baixo nível de escolaridade nas migrações de longa distância.

Por sua vez, segundo Massey et al. (1987), as redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Ainda segundo Massey et al., “a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos” (1987, p. 169). Desse modo, quando se pretende estudar migração, torna-se essencial ter noção de redes. De acordo com Truzzi, (2008, p.01), “a noção de redes é crucial a todos os que almejam entender migrações – históricas ou contemporâneas – como um processo social”.

Uma rede pode ser entendida como um conjunto de pessoas, objetos e eventos que estão vinculados através de um tipo específico de relação. Como não há um modelo único de relação, existem diferentes redes integradas por atores de natureza diversa. Quanto à sua extensão e abrangência, as redes podem ser “tão pequenas quanto uma sala de aula do ensino fundamental, ou tão grandes, como o conjunto dos países” (SOARES, RODRIGUES, 2005, p. 03). As relações estabelecidas entre os protagonistas de uma rede também apresentam forma e conteúdo. O conteúdo dessas relações é construído através da natureza dos laços, sejam eles de parentesco, amizade, afetividade, etc. Já a forma da relação compreende dois aspectos: a intensidade do laço entre os protagonistas da rede e o grau de reciprocidade com que o laço entre os atores se manifesta (SOARES, RODRIGUES, 2005).

Portanto, dentro do conceito de redes, podemos identificar o conceito de redes sociais. De acordo com Soares e Rodrigues,

Uma rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, uma rede social pode abrigar várias redes sociais (2005, p. 04).

De acordo com Dornelas (2001), o ser humano constrói a sua identidade como pessoa no interior de uma rede de relações sociais. É a maneira como se constituem essas relações sociais que determina as características próprias desses grupos humanos e possibilitará a constituição da identidade social de seus membros. Por sua vez, as redes sociais de migrantes não fogem a essa regra. De acordo com Caillé apud Dornelas, redes sociais podem ser compreendidas como

O conjunto de pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite esperar confiança e fidelidade. Estabelecendo relações que são determinadas pelas obrigações que contraem ao se aliarem e dando uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e fazem circular, os homens produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social no seio do qual se desenvolve a sua rivalidade (CAILLÉ apud DORNELAS, 2001, p. 01).

A partir dessa definição, observa-se que toda rede social é constituída de pessoas concretas que sentem a necessidade de construir laços de confiança entre si, o que gera três obrigações essenciais: dar, receber e retribuir. Assim, mediante uma série de trocas simbólicas, seja de bens ou presentes, seja de favores, o corpo se constitui, dá forma a sua identidade e cria regras essenciais de sobrevivência como grupo e para o seu relacionamento com o mundo exterior. Segundo Dornelas, isso é um fato constante entre os migrantes, visto que é no âmbito da rede que o projeto migratório se enuncia. “As redes são a mediação da relação do migrante com a sociedade de adoção” (2001, p.06).

Ainda de acordo com Dornelas, a rede de família, ou mais precisamente, de parentesco, constitui-se a mais importante e fundamental das redes. À margem do ideal individualista gerado pela sociedade capitalista, a família pobre se constrói em torno de uma rede

de obrigações morais. A rede de família sustenta a identidade social de seus membros e atua como um porto seguro nos momentos de infortúnio. Por meio de trocas simbólicas, as redes sociais criam laços de solidariedade e estima, por um lado, mas também, inevitáveis obrigações morais, por outro lado. Tudo isso garante a respeitabilidade de todos dentro do grupo e diante dos olhares da sociedade, bem como a segurança diante das precariedades da vida. Segundo Sarti (1995), a migração, apoiada na rede familiar, pode ser entendida como um processo privado, no sentido de ser alimentada por um sistema de lealdades pessoais e, principalmente, familiares. Os migrantes pobres deslocam-se assegurados pela rede familiar baseada num padrão tradicional de relações, caracterizado por obrigações morais de reciprocidade que os une a seus parentes e seus iguais.

Segundo Dornelas (2001), o projeto migratório, ao ser analisado sob o ponto de vista das redes sociais, pode ser entendido, antes de tudo, como um projeto familiar, ao passo que é no universo do grupo familiar amplo, composto por parentes e compadres, que as pressões de ordem estrutural, como a questão de sobrevivência do grupo, a melhoria das condições de vida, etc., são pensadas, vividas e combatidas. A partir daí, pode-se definir o projeto de migrar, seja definitivamente, seja temporariamente. Com a consumação da migração, tal rede de parentesco alargar-se-ia no espaço, em diferentes localidades, aumentando o leque de alternativas e estratégias de sobrevivência de cada um e do grupo familiar como um todo. Nesse momento, a rede tenderia a fortalecer-se, diante da necessidade de renovação dos laços de fidelidade, confiança e das obrigações morais que unem uns aos outros. A rede social é capaz de possibilitar também a inserção de cada migrante na sociedade de destino. Ela medeia o seu ingresso no mercado de trabalho e facilita os contatos com os códigos sociais, culturais e morais, bem como com as instituições públicas e privadas da nova sociedade do recém-chegado.

Por sua vez, Bott (1976) procura compreender a intensidade e a força de uma rede social. Para isso, estabelece os conceitos de “malha estreita” e “malha frouxa”. Sendo assim, “malha estreita” consiste numa rede na qual existem variadas e fortes relações entre os componentes. Aqui, as pessoas, como amigos, vizinhos, parentes, se conhecem e desenvolvem relações sociais constantemente juntas. Por outro lado, “malha frouxa” consiste numa rede na qual existem poucos e fracos relacionamentos entre os componentes. Ou seja, os participantes, como parentes, vizinhos, pouco se conhecem e, assim, quase nunca estabelecem relações sociais entre si. Deste modo, quanto mais conexa for a rede, maior será a interação entre os indivíduos

que a compõem. Ao contrário, quanto mais “frouxa” ela for, menor a interação e o contato entre os seus componentes e mais fragmentado, e menos consistente, será a assistência.

Ao serem aplicadas aos fenômenos migratórios, as redes sociais são capazes de fornecer contextos sociais de referência para o migrante potencial, “tornando-se assim um instrumento valioso para se estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos” (TRUZZI, 2008, p.11).

Como tipo específico de rede social, elegemos as redes migratórias para entender o processo de migração⁷. As redes migratórias precedem a migração e são adaptadas a um fim específico, que é a ação de migrar. Segundo Massey et al. (1987), redes migratórias podem ser compreendidas como teia de relações que se interligam, mantidas a partir de um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que sustentam o movimento de pessoas, bens e informações, unindo migrantes e não-migrantes e estabelecendo ligações entre comunidades de origem a lugares específicos do local de destino. Ao passar do tempo, as redes migratórias tendem a se tornar autossuficientes, em razão do capital social acumulado, que permite aos potenciais migrantes, comunicação pessoal com parentes, amigos e conterrâneos, além de auxiliar na conquista de um emprego, hospedagem e, por vezes, na ajuda financeira no local de destino.

Segundo Fusco (2002), as redes migratórias desempenham papel importante na redefinição da expectativa temporal do migrante. Muitos migrantes que se dispuseram a viver um período limitado de sacrifício e solidão sentem-se mais à vontade e seguros no interior de um grupo de conhecidos e tendem a continuar sua experiência por mais tempo que o planejado, muitas vezes, para todo o resto da vida. Por sua vez, Vale e Souza (2008), afirmam que as redes migratórias, em geral, desenvolvem-se em fluxos de distância relativamente curta ou em fluxos de conhecimento prévio, pois a migração de longa distância traz maiores riscos para os indivíduos. Nesse sentido, as redes migratórias trazem ao migrante maior segurança pessoal, conforto, possibilidade de trabalho e renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais, etc. Dessa maneira, a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos. Enfatizam ainda que a existência de solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes migratórias. A

⁷ Segundo Truzzi (2008), é importante fazer uma distinção entre redes sociais e redes migratórias, sendo que as primeiras pré-existem e, geralmente, alimentam as segundas.

frequência e o volume das remessas enviadas pelos migrantes ao lugar de origem, bem como as passagens, previamente pagas por pessoas no destino, demonstram a extensão da ajuda mútua, revelando a importância e a extensão das redes sociais.

2.1 As Redes de Parentesco

As redes de parentesco, um tipo específico de rede pessoal, têm grande importância e utilidade nos processos migratórios. Elas são responsáveis pela ligação entre familiares e migrantes, além de proporcionar ao migrante no local de destino acolhimento, moradia, ajuda na conquista de emprego, companheirismo e ajudar em outras necessidades, especialmente nos primeiros dias de chegada e em momentos de crise financeira e de outra ordem. Segundo Costa (2001), as redes de parentesco, fundamentadas em compromissos morais solidificados pela proximidade dos laços afetivos, facilitam a fixação do migrante recém-chegado, ajudando na busca de moradia e de ocupações. Tudo isso pode resultar na intensificação dos laços de parentesco entre os já estabelecidos e os recém-chegados, não apenas pelo potencial de mobilização dessas relações para enfrentar as múltiplas carências de um grupo, mas também pela segurança emocional que a convivência familiar proporciona no novo ambiente.

Por sua vez, Maia (2002) e Lyra (2003) chamam atenção para o papel das redes de parentesco nos processos migratórios e na condição dos migrantes em relação às sociedades de acolhimento e de origem. Segundo os autores, as relações sociais de caráter familiar são importantíssimas e essenciais para a inserção dos migrantes no local de destino. Para Lyra, as redes sociais fornecem apoio psicológico e material necessário aos migrantes. Representam uma forma de capital significativo. Encaminham ao emprego, intermedeiam comunicações e servem de elo entre os diversos intervenientes do processo. Em geral, cada migrante novo faz crescer uma rede em torno de si, incluindo outras pessoas, migrantes ou não. Essa prolifera e sustenta-se. As mais importantes relações nas redes sociais são baseadas no parentesco, amizade, e conterraneidade, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias. Apesar de os migrantes mobilizarem outros tipos, como as redes de amizade e de vizinhança, as redes sociais baseadas no parentesco são as que se destacam mais no suporte à migração dos seus membros porque é por meio delas que os migrantes se inserem em novas solidariedades.

Ao comentar acerca da relevância da família como fonte de sustentação para as comunidades e para os projetos migratórios, Fazzito (2005) afirma que os arranjos familiares, que são incorporados às redes pessoais dos migrantes, assumem papel importante na criação, expansão e manutenção dos fluxos migratórios. Entre todas as instâncias mediadoras, são as famílias dos migrantes que se constituem com mais frequência como as alternativas mais utilizadas nas estratégias de deslocamento. Os arranjos familiares são fundamentais para a articulação e expansão dos fluxos migratórios, pois operam como agentes fundamentais na intermediação dos migrantes entre o local de origem e o de destino.

Talvez isso se justifique pela natureza reticular e primordial dos laços de sangue das composições familiares e suas funções sociais em diversas sociedades ao longo do tempo, e então, pode-se entender a centralidade da posição estrutural ocupada pelas famílias nos processos migratórios (FAZZITO, 2005, p. 06).

Segundo o autor, os laços fortes que são característicos da família desempenham um papel determinante no que diz respeito ao suporte social e à organização da vida coletiva em processos migratórios. Segundo Fazzito, tudo isso pode ser muito bem observado em imigrações que envolvem situações de risco, como os casos de indivíduos que se aventuram nas travessias clandestinas, mas também muito frequentemente podem ser compreendidas em migrações internas, especialmente quando envolvem a figura feminina. Neste caso, os arranjos familiares, viabilizados pela articulação da rede de parentesco, são essenciais para melhorar a inserção da mulher migrante na vida coletiva na sociedade receptora, minimizando o sofrimento estabelecido pela migração em função do distanciamento dos seus iguais, bem como agregando-lhes uma função social na nova sociedade.

É importante compreender com mais precisão a ideia de redes de parentesco e os laços que a fundamentam. Assim, para Fazzito (2005), as redes de parentesco, fundamentadas através de relações familiares, têm como característica os laços fortes primordiais, responsáveis pela maior parte do apoio social aos membros da comunidade. Os laços tendem a ser mais fortes quando a rede é composta por parentes imediatos, como irmãos, sobrinhos, tios, avós, pais, cujas relações são fortemente concentradas, capazes de fornecer amplo suporte. E tendem a ser menos fortes, com relações mais esparsas, com acompanhamento ocasional, quando são compostas por amigos, vizinhos, colegas de trabalho. Portanto, as principais características das redes familiares

consistem nos seus laços fortes, calcados na intimidade dos indivíduos, na frequência dos contatos, bem como na reciprocidade das trocas emocionais. Nelas, os parentes mais próximos são depositários de confiança e apoio afetivo, diferentemente dos parentes mais distantes, que concentram laços fracos, assim como os vizinhos, conhecidos e amigos. De maneira geral, os laços entre parentes mais íntimos produzem maior apoio social, intenso comprometimento nas trocas afetivas e um alto grau de confiança mútua.

Outros estudos também fazem a mesma análise de Fazzito quanto à contribuição das famílias dos migrantes nos projetos migratórios. Tilly (1990) e Waldinger (1999) apud Fazzito (2005) afirmam que os laços fortes das famílias de migrantes constituem a segurança e a possibilidade de uma inserção social e econômica dos migrantes bem sucedida na comunidade. É a família já estabelecida no novo local que dará todo o suporte para o recém-chegado, desde o provimento de moradia, permitindo que o migrante resida provisoriamente ou definitivamente na sua residência, até auxiliá-lo na conquista de um emprego, através de contatos com pessoas que têm influência e poder para promover a alocação profissional do recém-chegado. Portanto, as famílias dos migrantes já estabelecidas no local de destino também são as responsáveis pela criação das condições necessárias para a melhor inserção dos migrantes recém-chegados no destino. Ela se constitui a mola mestra nos projetos migratórios.

Os laços familiares nos processos migratórios, calcados nas redes de parentesco, também são de grande importância para as mulheres migrantes. Isso porque, além de determinarem os processos de deslocamento geral e interferirem nos fluxos migratórios, os arranjos familiares, viabilizados pela articulação da rede de parentesco, são essenciais para melhorar a inserção da mulher migrante na vida coletiva na sociedade receptora, minimizando o sofrimento do distanciamento dos seus iguais, estabelecido pela migração, bem como lhe agregando uma função social na nova sociedade. Em consequência, muitas mulheres migrantes, já estabelecidas no local de destino, sejam elas ativas no processo migratório ou não, acabam tornando-se importantes articuladoras e mobilizadores das redes de parentesco.

É por conta disso que devemos analisar as mulheres inseridas nos fluxos migratórios e verificar sua participação neles. E, antes de tudo, verificar se os contextos familiares vivenciados por elas influenciam em sua participação nesses fluxos migratórios e, também, no âmbito da sociedade. Sendo assim, dedicaremos os dois próximos capítulos desta tese à discussão sobre a figura feminina: no capítulo três, abordaremos a questão de gênero, a noção de

dominação masculina e de divisão sexual do trabalho e, ainda, a condição da mulher no processo histórico do Brasil. Tudo isso para, no capítulo quatro, discutirmos a mulher no processo migratório e na articulação e mobilização das redes de parentesco.

3 MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL

3.1 Família e Gênero

De acordo com Silva, Melo e Appolinário (2007), as famílias são vistas enquanto produtoras e reprodutoras da vida biológica e social, em que valores, símbolos e representações sociais constituem o elo entre os membros que as compõem. Por sua vez, Sartori (2004) procura estabelecer a relação entre família-gênero-regras sociais. Segundo a autora, a família é a primeira e uma das principais instituições que ensina o indivíduo a agir de acordo com determinadas regras sociais. É dentro dela que as relações familiares se constituem e onde se formaliza o processo de socialização das crianças, através da imposição de uma série de normas, regras, valores, representações sociais. É neste ambiente que as crianças internalizam as relações de gênero e aprendem a serem homens e mulheres, e assim constroem sua identidade, bem como reproduzem as desigualdades sociais e as relações de poder entre ambos os sexos. Geralmente, nas mais diversas famílias, mas especificamente nas famílias populares, o gênero é caracterizado como dual e desigual, reproduzindo no âmbito da sociedade as relações de poder e vários outros comportamentos categorizados como feminino e masculino. A ruptura com essa concepção é difícil em razão da legitimação e supervalorização, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito da sociedade, dessa dualidade. Diante disso, as relações entre pai-filho, mãe-filho e irmãos são sempre vistas a partir de significados sexualizados.

Família, enquanto grupo doméstico, possibilita a interqualificação ou complementaridade das identidades sociais. Ou seja, o todo relacional representado na família exprime-se por meio de uma divisão de trabalho entre os gêneros, que a um só tempo constitui o masculino como destinado à exterioridade, à associação com o público e, complementarmente, o feminino direcionado ao domínio privado, a uma maior interioridade. Desse modo, a casa e seus desdobramentos – filhos/as- encarnam o universo feminino, cabendo ao homem prover as necessidades econômicas do espaço doméstico, configurando-se aí a verdadeira dimensão moral do gênero masculino (SARTORI, 2004, p. 178).

É principalmente em famílias com núcleo patriarcal, geralmente famílias pobres, em que a dicotomia dos papéis sexuais familiares está mais presente. Segundo Oliveira (2005), a

conceituação de papel sexual diz respeito não somente ao posicionamento do indivíduo no grupo familiar e na sociedade em geral, como também diz respeito aos modelos culturais e aos sistemas de valores. Ou seja, os papéis sexuais familiares estão associados aos valores e normas socioculturais. No caso de famílias com núcleo patriarcal, esses valores e normas impõem uma separação dos papéis entre o homem e a mulher. Esses papéis são substancialmente diferentes e as funções a eles associadas são socialmente valorizadas de forma desigual. As funções atribuídas aos homens, nesse modelo, são as mais valorizadas socialmente, já que cabe a eles o exercício das atividades de natureza instrumental de provisão e de intermediação com a esfera pública. Às mulheres são atribuídas funções de menos prestígio e atividades afetivas, ligadas ao espaço privado do lar, como atividades de cuidado dos filhos e do marido e o trabalho doméstico.

A família, baseada no modelo homem/provedor e mulher/dona-de-casa, reflete a assimetria sexual, centralizando todo o poder no homem. A mulher cônjuge, a quem é atribuído o papel de esposa, mãe e responsável pelo trabalho doméstico, ocupa uma posição subordinada nessa relação assimétrica. Ela é, por status, não provedora. Assim, essa relação, na qual o homem é provedor e a mulher (cônjuge) não, é marcada pela diferenciação dos papéis e pelo fato de que a função de provedor, que tem prestígio social, é a principal atribuição do “chefe de família”. Por fim, esse tipo de família é o lócus preferencial da dominação masculina, sendo esse modelo o grande viabilizador da divisão sexual do trabalho na família (OLIVEIRA, 2005).

Por sua vez, Sarti (1995) também afirma que as famílias pobres urbanas geralmente apresentam uma estrutura hierárquica que segue um padrão de autoridade patriarcal, que se fundamenta na autoridade do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos. Também é bastante transparente na dinâmica dessa família a divisão sexual do trabalho, que se apresenta com papéis de gênero bem definidos: o homem aparece como principal provedor e a mulher como dona-de-casa. Nessas famílias, o homem é visto como “chefe de família” e a mulher na condição de “chefe da casa”. Ainda, segundo a autora, há não apenas uma vinculação do trabalho feminino como complementar ao do homem, mas também uma visão negativa, por parte dos seus integrantes, especialmente, por parte do marido, sobre o trabalho da mulher fora do lar. Primeiro, pelos baixos salários que são pagos a essas trabalhadoras, bem como pelas más condições de trabalho. Segundo, porque o trabalho fora de casa afasta a mulher do cuidado com a casa e, principalmente, do cuidado com os filhos. E assim, vai-se legitimando a imagem da dona-de-casa:

Diferentemente das mulheres profissionais de camadas médias e altas, a baixa qualificação, baixa remuneração e sobrecarga de tarefas domésticas para as trabalhadoras pobres contribuem para tornar o trabalho remunerado muito pouco gratificante, ainda que ‘algum dinheirinho meu’ e o exercício de uma atividade ‘fora de casa’, que as retire do confinamento doméstico, justifiquem muitas vezes os sacrifícios (SARTI, 1995, p. 145).

Portanto, como vemos, em geral, a família pobre, fundada num núcleo patriarcal forte, acaba internalizando nos indivíduos essa dualidade entre os gêneros, possibilitando, de certa forma, o desenvolvimento de relações de dominação entre homem e mulher.

3.1.1 Gênero e dominação masculina

Vimos acima que a dualidade entre os gêneros é internalizada nos indivíduos pela sociedade e pela família, possibilitando relações de dominação entre homem e mulher, relações estas caracterizadas, em geral, pela superioridade masculina e subordinação feminina. É nesse sentido, então, que Fonseca (1996) afirma que através de um intenso processo de imposição cultural e simbólico, no qual fica certificada, na interioridade dos sujeitos, a superioridade masculina, que ocorre a formação dos sujeitos sociais sexuados

Segundo Bourdieu (1999), a “dominação masculina” é resultante de uma espécie de violência suave, imperceptível, que se coloca na ordem das coisas, isto é, que é vista como normal, natural, inclusive pelas suas próprias vítimas. A “dominação masculina”, que foi socialmente construída, está calcada e se utiliza da “diferença biológica” entre os sexos, para justificar a sua suposta naturalidade. Ela deixa de ser encarada como arbitrária e passa a ser entendida, pelos sujeitos sociais, como natural. Eles naturalizam aquilo que, na verdade, foi culturalmente criado. Com a aceitação social da dominação masculina, inclusive pelas próprias vítimas, como algo “normal”, “natural”, torna-se “natural”, também, a subordinação da mulher em relação ao homem, já que a ele são atribuídos aspectos de positividade e, à mulher, aspectos de negatividade. Assim, a mulher na sociedade, especificamente em nossa sociedade, enquanto sujeito social, faz parte de um sistema estruturado e pautado por subordinações.

A partir da análise de Bourdieu, é possível afirmar que, por conta da naturalização de processos socialmente criados, como a dominação masculina, é sustentada a ideia de que, o lugar perfeito e natural para a mulher é a casa, a família e a reprodução. Com isso, instituem-se concepções no que se refere ao trabalho. À figura da mulher são reservados trabalhos relacionados ao mundo privado ou, ainda, trabalhos na esfera pública, da produção, mas, socialmente inferiorizados. Ao homem, cabe a realização de trabalhos considerados produtivos na esfera pública. E, com isso, gera-se a oposição entre “trabalho de homem” x “trabalho de mulher”, fundamentando e percebendo a divisão sexual do trabalho como um fenômeno natural.

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico e, particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo da reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (BOURDIEU, 1999, p. 33).

Por sua vez, Durham (1983) afirma que a posição da mulher na sociedade está condicionada pela divisão sexual do trabalho que se reproduz no âmbito familiar. Segundo ela, a diferenciação entre papéis femininos e papéis masculinos está presente, historicamente, em todas as sociedades humanas. O que não quer dizer que as formas dessa divisão sexual são idênticas. Na verdade são extremamente variadas no tempo e no espaço, assim como são variadas também a rigidez da separação entre tarefas consideradas próprias aos homens e próprias às mulheres.

Em sua concepção, a divisão sexual do trabalho é fortemente condicionada pelas peculiaridades biológicas e culturais do processo reprodutivo dos seres humanos, peculiaridades essas que têm um peso enorme sobre as mulheres. Ou seja, na sua visão, a construção cultural da divisão sexual do trabalho se elabora sobre as diferenças biológicas do ser humano. Por exemplo, o período de dependência do filho em relação à mãe é bastante longo, que tem que o amamentá-lo, carregá-lo, e tudo isso tendendo a sobrepor ao nascimento de outros filhos. Isso significa que as mulheres passam boa parte de sua vida adulta cuidando de mais de uma criança, de idades diferentes. Com isso, não há a intenção em dizer que “haja uma explicação natural para a distinção entre papéis masculinos e femininos, mas que, nesse particular, a cultura organiza,

orienta, modifica, ressalta ou suprime características que possuem fundamentação biológica” (DURHAM, 1983, p. 11). Assim, o fato de essa tarefa ser atribuída basicamente às mães, não deve ser vista como uma simples imposição masculina. Na verdade, constitui-se uma imposição cultural que se constrói sobre as características que os humanos compartilham com outros mamíferos, que são bem expressivas nos antropoides: uma dependência prolongada das crias em relação às mães. Mas isso não quer dizer que essa elaboração cultural seja imutável. Segundo Durham, é perfeitamente possível e aceitável modificar culturalmente esse padrão, provendo figuras substitutas das mães e promovendo modificações na divisão sexual do trabalho. Em suma, o que a autora está enfatizando é que os aspectos gerais da divisão sexual do trabalho podem ser influenciados por elaborações culturais construídas sobre as características biológicas do ser humano e que estão presentes no desenvolvimento da espécie humana antes do próprio desenvolvimento da cultura. Mas tais padrões culturais são perfeitamente modificáveis, o que alteraria, de certo modo, a divisão sexual do trabalho.

De qualquer modo, apesar das profundas mudanças culturais, a relação entre o papel feminino na sociedade e a reprodução pode ser associada a características biológicas da espécie, o que, por si só, não é um fato suficiente capaz de explicar o outro lado da divisão sexual do trabalho, que consiste na dominação masculina na esfera pública. Isso porque tal divisão não se restringe aos seus aspectos gerais, influenciada pelos aspectos biológicos, ela abrange muitos outros aspectos, já que sua própria extensão e rigidez variam de uma cultura para outra. Assim, atividades consideradas femininas em uma determinada cultura, como trançar, tecer, plantar hortas, etc., podem ser consideradas masculinas em outra cultura ou, em uma terceira cultura, podendo ser realizadas tanto por homens quanto por mulheres. Além disso, a própria concepção do termo “feminino” pode variar de cultura para cultura, haja vista que, uma determinada cultura, por exemplo, pode ver a mulher como incapaz para o comércio, ao passo que outra já lhe atribui uma habilidade ‘natural’ para as atividades comerciais. Nesse sentido, segundo Durham, o fato de reconhecer a existência dos aspectos gerais da divisão sexual do trabalho não implica em aceitar que a submissão da mulher e a dominação masculina sejam fenômenos naturais ou universais. Partindo deste ponto, analisamos a questão da atribuição à mulher da maior parte das atividades domésticas e do cuidado com os filhos. Assim, fazer as atividades domésticas, ter filhos e cuidar deles, são fatos que podem estar associados não apenas a uma submissão que foi culturalmente construída, que valoriza na mulher a docilidade e a aceitação da dominação masculina, mas

também podem estar associados ao que culturalmente exige firmeza, coragem, iniciativa, autonomia, segurança.

Enfim, diz Durham,

O que a análise da diversidade cultural demonstra é a necessidade de dissolver a definição das relações entre homens e mulheres em termos de dicotomia dominação-submissão e começar a pensar numa complexa combinação de área de influência ou autonomia, de graus diversos de imposição e aceitação de autoridade real ou simplesmente formal (1983, p. 16).

Portanto, como vimos, as diferenças entre homens e mulheres construídas no desencadear do processo histórico-sociocultural, seja no âmbito da família, seja no âmbito da sociedade em geral, produzem desigualdades e geram hierarquias entre o trabalho masculino e o feminino, perpetuando a divisão sexual do trabalho e a distinção entre os papéis sociais masculinos e femininos. Mas, especificamente no Brasil, como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho historicamente se desenvolveram? Quais foram os papéis sociais assumidos pela mulher no âmbito da sociedade e de suas famílias do processo histórico do Brasil?

3.2 A mulher e a sua condição na história do Brasil

Ao analisarmos a mulher e a sua condição na história do Brasil, verificamos que no período colonial, baseado no sistema patriarcal, o papel da mulher, sobretudo daquela originária da família aristocrata, limitava-se ao de mãe e ao de esposa, responsável pelas tarefas e pelo poder doméstico. Enquanto o homem aristocrata era livre, desfrutava do convívio social e tinha oportunidade de iniciativa, a mulher ficava restrita aos limites do doméstico, dedicando-se aos filhos e ao marido, cuidando da casa e dando ordens às escravas (FREYRE, 2006). De acordo com Saffioti (1979), as mulheres brancas senhoriais aceitavam sem contestação a autoridade e o poder do patriarca e sempre o tratavam de senhor. Raramente saíam às ruas e, quando saíam, sempre estavam acompanhadas pelo pai, pelo marido ou por uma mucama. Em geral, casavam-se virgens, muito jovens, bem antes dos vinte anos.

Segundo Freyre (2001), o sistema patriarcal tinha como uma de suas bases institucionais a escravidão, constituindo-se o meio adequado para o processo de exploração e produção de riquezas no país. Com a resistência dos nativos ao trabalho escravo imposto pelos colonizadores, os negros africanos, já no século XVI, trazidos em grandes números, de diversas regiões e de diversas culturas africanas, foram explorados e escravizados pelos colonizadores portugueses. No processo de atribuição dos papéis à população negra-escrava, os homens ficaram responsáveis pelo serviço braçal pesado, que exigia imensa força física, inicialmente no campo e mais tarde nas minas. As mulheres foram designadas ao trabalho de mucamas, amas de leite e, sobretudo, ao trabalho doméstico, sob a supervisão da mulher aristocrata.

No entanto, Saffioti (1979) afirma que além dessas atividades designadas a mulher negra-escrava, outro papel foi atribuído: o papel sexual, onde ela era reconhecida como um mero instrumento sexual, sendo violentada e obrigada a manter relações sexuais com o seu senhor. Assim, neste contexto, “às mulheres negras se destinavam a satisfação das necessidades sexuais do senhor enquanto às brancas cabiam as funções de esposa e mães dos filhos legítimos” (SAFFIOTI, 1979, p. 166).

Encontrava-se, também, no período escravocrata, a mulher branca, livre, porém, pobre e incapacitada de participar do processo de produção de riqueza. Essa, geralmente, trabalhava de doméstica, em troca de um mísero salário, para famílias que não possuíam recursos financeiros para comprar escravos. No entanto, muitas vezes, também, cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistiam com o comércio do próprio corpo. Era esse o destino de grande parte das mulheres pobres. Além disso, algumas irmandades leigas puniam, com a expulsão, os irmãos que contraíssem matrimônio com mulheres de condição social inferior. Segundo Saffioti (1979), durante o período colonial e escravocrata do Brasil, todo o processo de socialização da mulher, sobretudo da mulher da camada senhorial, encaminhou-se para a submissão.

No século XIX, a vida da mulher da camada senhorial sofreu algumas modificações à proporção que se intensificava o processo de urbanização. Embora nenhuma transformação profunda ocorresse em sua posição social, ela já não vivia somente reclusa na Casa-grande.

O ambiente da cidade propiciava mais contactos sociais nas festas nas igrejas, nos teatros. A família patriarcal perdia sua dimensão rígida, permitindo a mulher desenvolver certo desembaraço de atitudes. Todavia, não se cuidava de sua instrução; apenas se acrescentava ao ideal de educação doméstica o cultivo da

conversação, que permitiria às mulheres serem agradáveis nas reuniões. Enquanto isso, a miséria e a prostituição grassavam fora dos sobrados e o regime escravocrata desintegrava-se a cada passo (SAFFIOTI, 1979, p. 175).

D’Incao (2004) também afirma que, no decorrer do século XIX e início do século XX, há o surgimento de uma nova mulher. Este foi um período muito marcado por transformações importantes. Até o fim do século XVIII, a vida urbana praticamente não existia no Brasil. Era um país caracterizado pela vida rural, herança da colonização brasileira, marcada pelos sistemas patriarcal e escravista. No começo do século XIX, há o surgimento de cidades caracterizadas por uma população homogênea, pouco fixa, que ia se tornando um verdadeiro apêndice do corpo rural. Eram cidades sujas e desorganizadas. Também, havia pouca estratificação social, sendo que pessoas ricas não se distinguiam muito das pessoas pobres no que diz respeito à maneira de viver.

Porém, no decorrer do século XIX e começo do século XX, isso começa a mudar, sobretudo no Rio de Janeiro. Nesse período, já marcado pela emergência da República e pelas ideias de ser “civilizado”, opondo-se, portanto, aos costumes do patriarcalismo, há a consolidação do capitalismo, a ascensão da burguesia e o desenvolvimento da vida urbana organizada, limpa, higiênica, em que as autoridades públicas e as elites governantes pretendiam estabelecer novas maneiras quanto ao uso dos lugares públicos (GRAHAM, 1992). Criou-se aí um significado oposto ao uso particular e desencadearam-se novas formas de relacionamento social. Procurava-se eliminar todo o resquício do modo patriarcal. Além disso, havia a necessidade de acabar com a pobreza que existia na região central, forçando as pessoas, ou os grupos marginais, a saírem do centro da área urbana e se alojarem na periferia. Todo esse processo ficou conhecido, historicamente, como a “modernização” do país, sobretudo do Rio de Janeiro. É um período marcado pela “passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês”. (D’INCAO, 2004, p.226). Isto é, a ascensão da burguesia, opondo-se às atitudes tradicionais, favoreceu uma mentalidade burguesa capaz de reorganizar o tempo, as vivências familiares e, especialmente, as atividades femininas.

É no âmago da família burguesa, marcada pela valorização da intimidade e da maternidade, que surge a nova mulher. Agora, a mulher burguesa começa a ter certa liberdade e um maior convívio social. Ela estava presente em festas, cafés, bailes, teatros, etc. Porém, ainda estava fortemente vigiada pelo marido ou pelos pais e, também, pela sociedade, o que fez com que essa mulher aprendesse a se comportar em público. Portanto, ela ainda se sujeitava à

autoridade masculina. As mulheres burguesas casadas ganharam uma nova função: “contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães” (D’INCAO, 2004, p. 229). A família burguesa e higienizada, portanto, esperava que as suas mulheres fossem boas mães e boas esposas (FONSECA, 2004). No novo modelo de família, o homem ainda era o responsável pela sua família. Mas, num certo sentido, ele também passou a ficar refém da mulher, pois era ela que cuidava de sua imagem pública, já que o seu sucesso dependia, também, da imagem de sua família perante a sociedade. Contudo, isso nunca foi motivo para a reversão dos papéis sociais entre homens e mulheres. O homem continuava envolvido com as questões políticas, econômicas, isto é, com questões de ordem pública. Já os domínios das mulheres ainda estavam limitados, principalmente, ao circuito doméstico.

Mas, neste período de modernização e higienização do Brasil, conduzido, sobretudo, pela burguesia ascendente, também estavam presentes os indivíduos das camadas populares, pois, o processo de urbanização provocou o movimento da população pobre às capitais, que se estabeleceu próxima ao mercado de trabalho (SOIHET, 2004). Diferentemente da família burguesa, a família popular, no final do século XIX e no decorrer do século XX, era caracterizada por diversas formas e muitas eram chefiadas por mulheres, resultado não só das dificuldades econômicas, mas, também, dos valores da cultura popular. Essa caracterização da família popular era mal vista pela elite dominante já que ela era considerada perigosa à moral da sociedade burguesa que estava se formando. Também eram vistas com bastante desdém as práticas de lazer da população pobre, que tinha as ruas e as praças das cidades como espaço de diversão.

Nesse período, as mulheres pobres, sobretudo as “chefes de família”, necessitavam trabalhar muito para sustentar a família e, muitas delas, estavam inseridas no mercado de trabalho, principalmente nas fábricas têxteis. Contudo, ocupavam posições subalternas, cumprindo jornadas de trabalho de mais de 14 horas diariamente, realizando serviços desgastantes, mecânicos, pouco especializados, sendo mal remuneradas e sob as ordens de um chefe que, muitas vezes, assediava-as sexualmente. De acordo com Fonseca, “em vez de ser admirada por ser boa trabalhadora, como o homem em situação parecida, a mulher tinha que defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário” (2004, p. 516). Muitas, também, estavam empregadas no serviço doméstico como lavadeiras, engomadeiras, passadeiras, cozinheiras, etc (SAMARA, 1983).

Com relação à mulher negra-pobre, após a abolição dos escravos, muitas delas permaneceram trabalhando nos setores mais desqualificados, recebendo salários baixos e péssimo tratamento, não havendo, portanto, nenhuma alteração em sua condição social (GRAHAM, 1992), tanto é que havia um grande número de mulheres negras e mulatas desempenhando funções de empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras e prostitutas. Segundo Rago, as mulheres negras eram apresentadas pelos documentos oficiais da época como “figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania” (2004, p. 582).

Avançando algumas décadas no século XX, Bassanezzi (2004) faz uma análise da mulher, sobretudo da mulher de classe média no Brasil, nos chamados anos dourados, que corresponde à década de 50 do século passado. Embora a distância entre homens e mulheres tivesse diminuído, em razão das transformações da sociedade, especialmente com o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial no Brasil, segundo a autora, ainda estavam incutidas na mente das pessoas ideias antigas que entendiam a mulher como uma figura que nasce para ser dona de casa, esposa e, sobretudo, mãe. Uma mulher dedicada à família e às tarefas domésticas. Assim, era extremamente necessário que a mulher se esforçasse para manter a família em estado de harmonia, bem vista socialmente, e deixasse o marido satisfeito. Essa forma de pensar sobre a mulher estava incutida na mentalidade dominante dos chamados Anos Dourados e, por conseguinte, nos conselhos das mães às suas filhas. Era comum a família, sobretudo a mãe, educar a filha com “bons modos”, ensinando a importância do respeito aos pais, de como se portar corretamente, contendo gestos e expressões e não usar roupas ousadas, bem como não sair com muitos rapazes e nem permitir intimidades com o namorado. Ensinava-se ainda a importância da conservação da sua inocência sexual, do casamento, da maternidade, dos afazeres domésticos, da dedicação ao marido e à família, para ser vista como “moça de família” e, assim, diferenciar-se das chamadas “moças levianas” e poder constituir um bom casamento (BASSANEZZI, 2004).

Embora cada vez mais comum, a inserção da mulher no mercado de trabalho era cercada de preconceitos, discriminações, sendo entendido o seu trabalho apenas como uma ajuda e subsidiário ao trabalho do homem, no caso da mulher pobre, ou apenas como um *hobby*, para as mulheres da elite burguesa. A entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo da mulher da elite burguesa, dava-se, especialmente, através de profissões socialmente vinculadas ao sexo feminino. Assim, muitas mulheres se empregavam como: enfermeiras, professoras, assistentes

sociais, vendedoras, etc. Essa incorporação da mulher no mercado de trabalho, através das referidas profissões, exigiu dela uma maior qualificação, que foi gradativamente conquistada através de uma maior escolaridade, o que promoveu transformações em seu status social. Por outro lado, mulheres provenientes de famílias pobres tinham menos opções de trabalho, devido à falta de oportunidade para se qualificarem e, geralmente, empregavam-se em trabalhos menos valorizados, de empregadas domésticas ou mesmo em fábricas. Contudo, era transparente o preconceito que circundava o trabalho da mulher nesse período. Ela ainda era vista como dona de casa, mãe e esposa obediente. E a entrada dela no mercado de trabalho tornava-se um paradoxo, pois criava uma incompatibilidade com o papel de mulher e mãe (BASSANEZZI, 2004).

Segundo Santana (2000), o marco da modificação do papel das mulheres na sociedade e na forma como elas se subjetivam ocorreu depois que elas começaram a controlar a própria sexualidade e a fecundação e com a intensificação da entrada no mercado de trabalho produtivo. Isso ocorreu por volta de 1960 e se fortaleceu nas décadas seguintes com a participação delas em movimentos e sindicatos que exigiam igualdades trabalhistas entre homens e mulheres, além de sua luta pela cidadania, colocando em crise a divisão sexual no trabalho (GIULANI, 2004).

Oliveira (2005) afirma que o modelo de família cujo homem constitui-se o principal provedor e a mulher a dona de casa em período integral sofreu significativa redução ao longo da segunda metade do século XX, tanto nos países do capitalismo central quanto nos países de sua periferia. A decadência desse padrão familiar está fortemente associada às profundas transformações que vêm ocorrendo no âmbito privado, nas relações de gênero, repercutindo mudanças profundas na condição feminina.

Trata-se de uma verdadeira revolução, que tem se processado nos costumes, na sexualidade, no casamento, afetando de forma marcante o padrão da família. A conformação da sociedade não corresponde mais de forma inquestionável ao modelo masculino. As mudanças que têm se processado no espaço privado, como o aumento do número de divórcios, uniões consensuais, e nascimento fora do casamento, a diminuição do número de filhos e os arranjos alternativos de família, vêm provocando alterações na condição da mulher tanto no espaço privado quanto no espaço público da vida social (p. 124).

A partir da década de 1950, esse modelo de família começa a entrar em declínio e, por volta da década de 1970, com o processo de modernização autoritária na sociedade brasileira, inicia-se um processo de dissociação entre o papel de “chefe de família” e a função de provedor. Essa mudança proporciona o rearranjo da participação dos homens e das mulheres na sociedade, em resposta aos processos mais amplos de transformação social. (OLIVEIRA, 2005). Segundo a autora, várias pesquisas revelaram que a estratégia empregada pela família urbana em resposta às mudanças de ordem econômica, social e demográfica ocorridas no país, foi a da intensificação do trabalho familiar, a partir da entrada de outros membros da família no mercado de trabalho, em especial, a mulher cônjuge, além do aumento de jornada de trabalho daqueles que já estavam inseridos na força de trabalho. Essa tendência se manteve nas décadas seguintes, sendo fortemente impulsionada pela crise econômica ocorrida no Brasil no decorrer de 1980 e, mais recentemente, pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho em função da mudança no modelo produtivo.

Estas mudanças revelam a importância do papel econômico assumido pela mulher cônjuge na família urbana brasileira, embora haja pouca visibilidade social desse novo papel. Em muitos arranjos familiares, após a entrada da mulher no mercado de trabalho, ela não apenas assumiu a função de coprovedora da família, como também a de provedora principal, em casos de famílias “chefiadas” por mulheres, ou ainda, em famílias cujo marido está desempregado ou realizando bicos. Segundo Oliveira (2005) e Picanço (2005), a mudança da condição de mulher cônjuge do lar para a de trabalhadora assalariada possibilitou a ela a aquisição de uma nova identidade, que não está mais limitada à família, permitindo redefiní-la ao assegurar para si a aquisição de um status econômico. Essa mulher passou a incorporar a função de coprovedora e, em muitos casos, de provedora principal nas famílias. “A categoria de cônjuge associada à figura feminina perde o seu caráter de subordinação no âmbito da família, com impactos evidentes sobre a condição feminina no espaço público” (p. 139). Ela se tornou mais pró-ativa, autônoma e independente e ganhou mais voz ativa já que passou a depender menos dos outros e do marido. Esta nova mulher enfraqueceu os alicerces do modelo de família assentado na ética do provedor. A rigidez dos papéis masculinos e femininos de outrora, em geral, já não existem mais.

Sorj (2005) também revela que está ocorrendo um acelerado processo de mudanças na estrutura das famílias brasileiras e isso se dá em razão, principalmente, do declínio da família nuclear, formada pela tríade pai, mãe e filhos, do aumento das taxas de separação e divórcio e da

queda da fecundidade. Por outro lado, o aumento do nível da escolaridade da mulher possibilitou novas oportunidades a ela, como, por exemplo, uma nova concepção do mundo e de si mesma e a entrada, cada vez mais intensa, no mercado de trabalho. Essas mudanças, por sua vez, impactaram a legitimidade do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que reserva ao homem o espaço da produção econômica e à mulher os cuidados da família e as atividades domésticas. Este novo papel assumido pelas mulheres nas práticas econômicas, sociais, políticas e educacionais favorecem a disseminação de valores igualitários nas relações de gênero. Essas mudanças também podem ser perceptíveis em famílias pobres, quando atentamos para a relação do trabalho com as classes trabalhadoras. Segundo Louro, “sem dúvida, desde há muito tempo as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras” (1997, p.17). Gradativamente, passaram a desempenhar também funções no comércio, em escritórios e ocupar cargos públicos.

Entretanto, a entrada e a permanência da mulher no mercado de trabalho, muitas vezes, ainda é desigual e baseia-se nas diferenças biológicas para justificar a maior presença da mulher em alguns setores laborais do que em outros. As conquistas das mulheres, afirma Araújo (2002), têm sido acompanhadas de enormes desapontamentos. Se por um lado, o mercado de trabalho está absorvendo mais a mão de obra feminina, por outro, ele continua reservando números restritos de setores e ocupações, sendo, muitas vezes, subalternos e desvalorizados. Tanto é assim que os setores que mais absorvem a mão de obra feminina são os de serviços, principalmente, ocupações ligadas à venda, escritórios e trabalhos domésticos, bem como o setor informal da economia.

Tudo isso ocorre, segundo Oliveira (2005), pois a matriz cultural dominante de nossa sociedade continua reconhecendo o homem como o “chefe de família”, a pessoa de referência dentro do seio familiar. Com isso, no plano simbólico, o papel da mulher cônjuge no âmbito familiar permanece refletindo o polo subordinado da relação assimétrica que caracteriza os papéis familiares dos homens e das mulheres. “A mulher continua sendo socialmente percebida como não provedora, não fazendo, portanto, jus à recompensa simbólica que acompanha o papel de ‘chefe’/referência na família” (p. 145). Na sua visão, hoje assistimos um tipo diferente de dominação de gênero, que se distancia do poder masculino que era exercido durante a sociedade patriarcal. Embora já não haja mais a separação entre os espaços públicos e privados na vida das

mulheres, no plano simbólico permanece a associação do universo feminino com o espaço privado da família.

Sorj (2005) também afirma que, embora o novo papel assumido pelas mulheres nas práticas econômicas, sociais, políticas e educacionais favoreçam a disseminação de valores igualitários nas relações de gênero, é importante que não tenhamos dúvida que o ideal igualitarista, em sua plenitude, está longe de se realizar. Os exemplos são fartos nessa direção. As mulheres continuam ganhando menos do que os homens no mercado de trabalho, ainda que exerça a mesma profissão. Uma das justificativas para tal fato é a de que elas ingressam no mercado de trabalho apenas para complementar a renda familiar e que, portanto, o salário deve ser menor em relação ao do homem, que ainda figura como principal provedor da família. Muitos autores, segundo Sorj, também afirmam que os trabalhos realizados por mulheres na esfera pública são sempre mais precários, desvalorizados e mal remunerados.

Além disso, outro episódio que prova que o ideal igualitarista em sua forma plena está distante consiste na existência de uma dupla jornada de trabalho que recai à figura feminina. Embora a mulher tenha ingressado no mercado de trabalho e venha disputando vagas em condição de igualdade com os homens, a responsabilidade pelos afazeres domésticos, cuidados com a casa, filhos e maridos, geralmente recai sobre ela, especialmente se ela for proveniente de família pobre. Na maioria das vezes é ela que, depois de um dia inteiro de jornada de trabalho, chega à casa e prepara o jantar, lava as louças, coloca os filhos menores para tomar banho, enfim, realiza todo o trabalho circunscrito ao âmbito doméstico. Assim, se formos pensar por essa lógica, a entrada da mulher no mercado de trabalho apenas aprofundou as desigualdades entre os sexos.

Diante dessa discussão desenvolvida sobre distinção entre os papéis masculinos e femininos, o que pensar da condição feminina nos processos migratórios? Como a literatura sobre migração enxerga a mulher migrante nos fluxos migratórios? Quais os papéis sociais desempenhados pelas mulheres nos fenômenos migratórios e no âmbito da sociedade de destino? Qual a sua participação na tomada de decisão de emigrar? A mulher participa ativamente nos processos migratórios ou apenas participa deles passivamente acompanhando o marido? Os contextos familiares em que elas vivem influenciam nessa participação? E, ainda, entendendo a migração a partir da perspectiva das redes sociais, qual o papel da mulher no processo de articulação e mobilização das redes migratórias, mais especificamente, nas redes de parentesco?

Sendo assim, cabe analisar no próximo capítulo, a atuação da mulher migrante nos processos migratórios para que, em seguida, na parte dois desta tese, possamos refletir sobre o papel da mulher migrante de origem paranaense e nordestina no âmbito da sociedade e no processo migratório, a partir de sua origem e condição no contexto familiar.

4 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

De acordo com Rodrigues, Strey e Spinosa (2009), os movimentos populacionais são intrínsecos à história da humanidade. No entanto, como os estudos e as pesquisas históricas costumavam ser orientadas por valores tradicionais e patriarcais, a migração quase sempre foi contemplada como uma questão masculina, sendo ocultada a presença feminina nos fluxos migratórios. A omissão da categoria gênero nos estudos migratórios reflete a história do domínio do sexo masculino sobre o feminino, que insistentemente prescreve a trajetória dos homens como sendo a norma. Aponta Lisboa (2007) que as estatísticas sobre o aumento crescente e a motivação das mulheres nos fluxos migratórios historicamente foram negligenciadas pelos estudos sobre migração, bem como a mobilidade interna e externa delas, que emigram de seus locais de origem buscando melhores condições de vida ou fugindo de diferentes práticas de opressão e exploração.

Embora a literatura mais tradicional sobre migração não tenha dado a devida atenção às mulheres como sujeitos históricos que participam dos processos migratórios, é certo que há muito tempo elas migram. Por volta de 1930, as mulheres compunham significativamente a massa de imigrantes para os Estados Unidos e em 1979 elas passaram a somar mais de um milhão de todos os imigrantes nesse país. Já nesta época, os Estados Unidos consistiam no lugar de destino da maioria das mulheres imigrantes oriundas de vários países, inclusive do Brasil e ainda hoje o país norte-americano continua atraindo muitas mulheres migrantes, que emigram de seus países de origem, muitas vezes sozinhas, por intermédio de redes migratórias, com a intenção de melhorar de vida no novo local de destino.

Assis (2000) afirma que a participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais vem aumentando vertiginosamente. De acordo com ela, isso ocorre porque a emigração de brasileiros para o exterior tornou-se mais constante já que países como Japão, Canadá e, sobretudo os EUA, passaram a atrair milhares de imigrantes em busca de uma vida melhor. Se até meados do século XX o Brasil atraía milhares de imigrantes, a partir de 1950 os fluxos migratórios se inverteram a ponto de os brasileiros ingressarem nos fluxos migratórios internacionais. Esses novos fluxos da população brasileira inseriram o Brasil nos novos fluxos internacionais de mão de obra. A característica mais marcante desses novos movimentos da população consiste na diversidade étnica, de classe e, sobretudo, de gênero, representada pelo aumento da participação das mulheres nos mesmos. Ainda segundo Assis, o crescimento da

participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais tem colocado questões importantes para os estudos sobre migrações. Citando Morokvasic (1984), quando ela afirmou que "*Os pássaros de passagem também são mulheres*", Assis (2000) chama a atenção para a importância de se estudar as mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos, revelando que elas atuam como sujeitas ativas, sendo delas, em muitas ocasiões, a decisão de partir.

Bilac (1995), ao analisar o crescimento da participação feminina nas migrações internacionais, utiliza a expressão "feminização" dos fluxos migratórios. Afirma que essa feminização da migração está intimamente relacionada com as novas formas de produzir, ou seja, com o novo momento da acumulação capitalista emergente da crise dos anos 70. Apesar do crescimento da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais, quando chegam ao local de destino, muitas delas têm sido inseridas num mercado de trabalho sexualmente segregado, realizando trabalhos mal remunerados, com altíssima jornada de trabalho, muitas vezes em situações de precariedade e insalubridade. Entretanto, até certo tempo atrás, a migração feminina não era retratada nos estudos clássicos sobre migração, tornando as mulheres migrantes invisíveis e ocultas à sombra dos homens. Os fluxos migratórios, portanto, a partir desses estudos, eram essencialmente masculinos.

A invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações internacionais não se restringe apenas ao seu ocultamento nesse fenômeno, mas também ao retratá-las não como sujeitos ativos e determinados nos processos migratórios, mas como coadjuvantes na posição de membros de família, atribuindo um sentido estereotipado às suas experiências. "Desse modo, investigações capturadas pelo discurso patriarcal deixam de dar voz às percepções das mulheres imigrantes em relação ao seu mundo, negligenciando o fato da imigração ser vivenciada de forma diferenciada por homens e mulheres" (RODRIGUES, STREY, SPINOSA, 2009, p. 422). Segundo Lisboa (2007) muitas vezes as mulheres migram justamente para fugir de uma relação violenta ou de uma estrutura social patriarcal que se impõe sobre elas, perpetuando a relação de dominação/submissão entre os sexos masculino e feminino. Por isso, é importante considerar que os fatores que originam e estimulam a migração de homens e mulheres são diferentes.

Contudo, de acordo com Assis (2007), nos estudos clássicos sobre migração, as mulheres eram descritas como aquelas que acompanhavam ou como aquelas que esperavam por seus maridos e filhos, sem participação ativa nos projetos migratórios. Em "Mulheres migrantes no passado e no presente" a autora revela, por exemplo, quais eram as representações que o

Departamento de Imigração Norte-Americano fazia em relação aos migrantes que também são recorrentes nas teorias clássicas sobre migração.

Enquanto os homens são representados como aqueles que vinham em busca de trabalho, as mulheres não foram inicialmente representadas como trabalhadores imigrantes, e sim como aquelas que acompanhavam maridos e filhos. Dessa forma, nunca eram percebidas como sujeito no processo migratório (ASSIS, 2007, p. 748).

Segundo Assis (2007), a perspectiva teórica presente até 1960 nos estudos sobre migração era cega em relação às diferenças de gênero, raça e etnia. Especificamente sobre o gênero, a autora revela que as mulheres não se encontravam presentes nos estudos produzidos, porque muitos teóricos estavam influenciados pelas teorias neoclássicas de migração. Havia o pensamento de que o homem estava mais apto a correr riscos e as mulheres mais propícias ao papel de guardiãs da comunidade e da estabilidade. Tal representação da mulher em processos migratórios, favorecida pela teoria *push-pull*, colocava a migração como resultado de um cálculo racional e individual e designava à mulher espaços secundários e condicionamentos passivos, nos quais os sujeitos migrantes eram reconhecidos como sendo do gênero masculino, não dando visibilidade à participação feminina no processo migratório. Para Assis, essas percepções não apenas encobriam a participação das mulheres, como também não percebiam que a migração ocorre articulada em uma complexa rede de relações sociais nas quais as mulheres têm uma importante participação.

Somente a partir da década de 1960, devido à influência do feminismo acadêmico, a experiência das mulheres finalmente torna-se objeto de estudo. “Desse modo, as universidades passam a produzir conhecimento que envolve as mulheres em diferentes contextos, dentre eles os fenômenos migratórios” (RODRIGUES, STREY, SPINOSA, 2009, p. 422). Nesse mesmo sentido, Assis (2007) afirma que ao incorporar a categoria “gênero” na análise dos processos migratórios, a migração deixou de ser compreendida apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos, mas envolvida em redes de relações sociais, como uma estratégia de grupos familiares, de amigos ou pessoas da mesma comunidade.

Por outro lado, além do movimento feminista, outro motivo que favoreceu a incorporação da categoria gênero nas pesquisas de migrações, sobretudo internacionais, foi o já comentado crescimento do número de mulheres imigrantes. Segundo Assis e Kosminsky (2007),

a invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos nos movimentos populacionais só foi questionada a partir da maior visibilidade numérica delas nos fluxos migratórios. Só para se ter uma ideia, de acordo com Coutinho, Ramos e Franken (2008), o Relatório sobre a Divisão de População das Nações Unidas (UNFPA, 2007) revela que, atualmente, há 191 milhões de migrantes no mundo. Desses, 94,5 milhões constituem uma massa de mulheres que emigraram de seus países, levando no imaginário a possibilidade de alcançar uma melhor qualidade de vida para si e para os seus iguais. Em sua maioria, são vítimas do desemprego, da pobreza ou das poucas oportunidades, o que afeta o aspecto da sobrevivência. Abdicam da convivência com os seus e deixam para trás um país que não lhes dá oportunidades de emprego e renda. Nesse sentido, o processo migratório internacional emerge como a única possibilidade de sair desta estacionária realidade.

É certo que os estudos de imigração atualmente têm focado com novos olhares a participação das mulheres nos fluxos migratórios. Enfocam, no contexto das migrações, as formas de participação da mulher no mercado de trabalho, a vida familiar, as alterações nas relações de gênero, as diferenças de status da mulher no país de origem e no país de destino, além de focar a sua participação no processo de mobilização e articulação das redes migratórias, sobretudo das redes de parentesco⁸.

De acordo com Coutinho, Ramos e Franken (2008) esta maior visibilidade das mulheres nos fluxos migratórios internacionais contribuiu para questionar e problematizar as visões cristalizadas acerca da inserção de homens e mulheres migrantes, revelando questões do tipo: como se rearticulam as relações de gênero e a tônica da busca de melhores condições de vida para si e para os seus, que os centros mais desenvolvidos possam lhes oferecer.

Miranda (2010) também atesta que as teorias migratórias mais recentes têm dado espaço para a inclusão da discussão de gênero, abordando, com alguma frequência, a participação das mulheres nos fluxos migratórios. Contudo, apesar destes esforços e avanços, muitas outras questões sobre as migrações das mulheres continuam sem resposta, pois ainda não são problemas de pesquisas dessa nova perspectiva teórica.

⁸ Basta ver os trabalhos de: Kosminsky, Ethel (2004). Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. *Cadernos Pagu*, 23, 279-328; ESPIN, O. (1987). Psychological impact of migration on Latinas: Implications for psychotherapeutic practice. *Psychology of Women Quarterly*, 489-503; Soto, E. & Shaver, P. (1982). Sex-role traditionalism, assertiveness, and symptoms of Puerto Rican women living in the United States. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 4(1), 1-19. Dentre outros estudos.

Enunciemos apenas algumas dentre as diversas existentes: Que factores determinam a decisão das mulheres de migrarem e tornam a migração mais ou menos possível para as mulheres? Como é que factores como as relações de género, as hierarquias no contexto familiar, os estatutos e os papéis determinam as decisões? As mulheres conseguem trabalhos adequados às suas habilitações e qualificações? As mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens de entrar em canais regulares de trabalho? As mulheres têm mais risco de contrair HIV? As remessas são enviadas pelos homens ou pelas mulheres e têm como destinatários homens ou mulheres? O estatuto das mulheres aumenta em resultado da migração? De que forma a imigração afecta as mulheres que regressam? Estarão elas preparadas para a reintegração? Como é que as políticas imigratórias afetam os homens e as mulheres? Quais são as suas principais necessidades e prioridades? Como podem as políticas questionarem e não reforçarem as desigualdades de género e permitir que as potencialidades das imigrações estimulem o *empowerment* das mulheres? As políticas de asilo são sensíveis às questões de género? (MIRANDA, 2010, p. 319).

O estudo de Miranda (2010) sugere que houve sim muitos avanços nos estudos mais recentes sobre a atuação da mulher nos fluxos migratórios, proporcionando maior visibilidade a elas. Porém, muitas questões relacionadas à figura feminina ainda estão pendentes. Além disso, toda essa análise se refere a estudos sobre a mulher em fluxos migratórios internacionais, não dedicando nenhuma linha à participação das mulheres nos fluxos migratórios internos de um país. Nesse sentido, cabe perguntar: há pesquisas que retratam a mulher brasileira nos fluxos migratórios internos? Se há, de que forma elas são retratadas? De antemão, o que podemos dizer é que são poucos os estudos sobre a participação das mulheres nos processos migratórios internos. Mas entre estes, há excelentes trabalhos. Um desses trabalhos é o das pesquisadoras Silva, Melo e Appolinário, intitulado “Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas”. Nesse estudo, as autoras, sob as óticas de gênero e geração, analisam as configurações sociais e laborais, resultantes do processo migratório dos camponeses do estado do Maranhão para o trabalho nas lavouras canavieiras no estado de São Paulo, sobretudo na região de Ribeirão Preto, e destaca a forte presença de mulheres participantes nos processos migratórios. Em outro artigo, intitulado “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias”, Silva (1988), lança um olhar para a mulher camponesa que vivencia o processo de proletarização em virtude da migração e afirmam que, com a efetivação da migração, o estilo de vida centrado no campo dessas mulheres acaba provocando mudanças na organização do trabalho, na esfera doméstica e na organização familiar. Por sua vez, também há o trabalho de Maria Inácio D’Ávila Neto e Juliana Nazareth, intitulado

“Redes Sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas”, de 2009, no qual as autoras analisam a participação das mulheres nordestinas nos processos migratórios internos, revelando o aumento do número de migrantes. Analisa-se nesse estudo uma mulher independente e ativa no processo migratório, que coloca em prática seu projeto migratório a partir de uma decisão pessoal, ainda que baseada em outros fatores, como as redes migratórias.

Também têm grande importância nos projetos migratórios femininos as redes familiares e de conhecidos ou as redes comunitárias. Muitas mulheres ficam bastante vulneráveis e penalizadas no local de destino em virtude de vários aspectos, tais como trabalhos mal remunerados, altas jornadas de trabalho, ausência de instituições, como escola, posto médico, creche, etc., que lhes deem assistência. Com isso, torna-se necessária a formação ou incremento das redes sociais, constituídas por parentes, conhecidos ou pela própria comunidade. São essas redes que vão ajudá-las com o cuidado do filho, com a locomoção até o posto médico, farmácia, etc., bem como no acesso a determinados auxílios.

Se, por um lado, as mulheres se beneficiam das redes migratórias, especialmente das redes de parentesco, por outro lado, elas também atuam ativamente no processo de mobilização e articulação dessas redes? É isso o que veremos a seguir.

4.1 Articuladoras e Mobilizadoras de Redes de Parentesco nos Processos Migratórios

De acordo com Santos e Sertório (2010), as pesquisas mais recentes sobre migração têm revelado o aumento da importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos. Elas têm sido articuladoras e mobilizadoras de redes sociais na migração, especialmente de redes de parentesco e, muitas vezes, são as pioneiras no movimento migratório familiar. Como já vimos, redes migratórias, na definição de Massey et.al (1987), consistem em laços sociais que ligam comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços sociais são capazes de unir migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. Ainda segundo Massey et.al, as relações em redes mais consistentes e importantes são as baseadas em parentesco, amizade e origem comum. Contudo, segundo Assis (2007), Massey et al. considera as redes permeadas apenas por relações entre homens, não observando como as redes sociais são carregadas por atributos de gênero e de

parentesco. De acordo com Castro apud Assis (2007), os estudos de redes de parentesco revelam como as mulheres são hábeis na construção de redes de apoio mútuo que auxiliam na alocação dos migrantes, sua incorporação no mercado de trabalho e sua inserção no tecido social.

No artigo intitulado “Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência”, escrito em 1980, Ridley-Leigh analisa a chegada de migrantes oriundos dos mais diversos estados e regiões do Brasil em Brasília e afirma que são poucos os trabalhos que retratam a mulher migrante e seus laços com o lugar de origem. Esses laços devem ser levados em consideração para que sejam compreendidas adequadamente as estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias migrantes. Assim, torna-se imprescindível, ao analisar a rotina de vida das famílias migrantes no local de destino, atentar-se para os laços estabelecidos, principalmente, entre a mulher migrante e suas iguais que ficaram no local de origem.

O autor afirma que, após o processo migratório, o limite dos parentes efetivos do migrante masculino restringe-se à sua família de origem, particularmente os pais. Isso porque existe um imperativo moral que faz surgir um sentimento de obrigação para com eles. Nesse caso, a ideologia do parentesco baseia-se antes nas obrigações do que nos possíveis benefícios a serem conquistados a partir de tais laços de parentesco. As remessas destinam-se exclusivamente a seus pais, como forma de retribuição pelo período de sua vida em que dependia inteiramente deles. Essas obrigações são efetivamente cumpridas pelo migrante masculino enquanto é solteiro. Esse dever moral para com seus pais pode perdurar por todo o seu ciclo de vida. Uma vez alcançada a dispersão, ou seja, o casamento, o migrante masculino transfere suas obrigações primárias para a sua família conjugal. No casamento, particularmente durante a fase de procriação, e, portanto, durante a fase de expansão da família conjugal, pode haver um enfraquecimento e contração em sua capacidade de efetuar remessas para os pais, até que seja atingida a fase de dispersão no ciclo de desenvolvimento de seu próprio grupo doméstico.

Por outro lado, os benefícios que podem ser conquistados com a base de parentesco no lugar de origem, não são concretamente aproveitados pelo migrante masculino. A ideologia deste não envolve o retorno permanente, pois, as visitas de migrantes masculinos “encerram antes um elemento de obrigação do que de benefício e são usualmente infrequentes e restritas aos pais. Quando esses não estão mais presentes no lugar de origem, a base torna-se praticamente inoperante” (RIDLEY-LEIGH, 1980, p. 213). Isso ocorre porque o migrante masculino pode trocar sua base no local de origem por companheiros de trabalho, novos amigos, bebidas, etc.,

refazendo uma rede similar à que anteriormente possuía no lugar de origem. Diante disso, Ridley-Leigh afirma que a migração parece não representar uma experiência tão traumatizante para o homem, porque sua situação social permanece constante.

Por outro lado, no que diz respeito à sua relação com os parentes no local de destino, o autor afirma que ela é menos consistente. Não que o migrante homem não dependa dos parentes durante a sua chegada e no período de sua adaptação ao novo ambiente, em termos de agasalho e procura de emprego, mas esta dependência junto aos parentes dura pouco e rapidamente o migrante masculino passa a confiar mais em seus novos amigos e conhecidos para encontrar emprego e lazer. Conseqüentemente, como ele passa a pertencer a um contexto social que reproduz o anterior no local de origem, bem como se põe satisfeito com a sua rede de companheiros, o migrante masculino não se sente incentivado a atrair os parentes do lugar de origem para o lugar de destino, exceto nos casos de obrigação para com os pais idosos ou doentes. Em sua pesquisa realizada com migrantes chegados em Brasília, Ridley-Leigh afirma:

Os migrantes masculinos não demonstram grande entusiasmo e, de fato, raramente encorajavam parentes a migrar, pois não tinham motivação para ampliar sua rede de parentesco no lugar de destino. Na realidade, frequentemente davam a entender que tais chegadas representariam mais um inconveniente do que uma vantagem para eles (RIDLEY-LEIGH, 1980, p. 215).

Por sua vez, a percepção de laços de parentesco da mulher migrante se contrapõe profundamente à do migrante masculino. Segundo Ridley-Leigh, ela se sente motivada a articular redes de parentesco, não somente por causa das obrigações ou do imperativo moral, mas também por conta dos benefícios, reais e percebidos, que espera e necessita, bem como pelo prazer de ajudar um familiar seu, de seu local de origem, na sociedade de destino, sentindo-se útil e responsável por esse papel social. O estudo de Ridley-Leigh mostrou que a mulher migrante é muito mais ligada aos laços de parentesco do que o homem, transformando-se em um agente mobilizador dentro da rede de parentesco.

Seu papel de mobilizadora de parentes é imprescindível em todos os estágios do processo de adaptação. Inicialmente, após já tomada a decisão de migrar, é a mulher migrante em potencial quem mobiliza os parentes no lugar de destino, avisando a chegada e determinando com quem vão ficar inicialmente. Conseqüentemente, na chegada ao lugar de destino, a rede de

parentes beneficia não apenas ela, mas também toda a sua família conjugal, tendo em vista que os parentes podem proporcionar possibilidades e tranquilidades que implicam em orientação para conseguir trabalho, sugestões gerais e agasalho durante o período inicial. Assim, os parentes, diz Ridley-Leigh, funcionam como um amortecedor de choques. Neste estágio do processo migratório, tanto o homem quanto a mulher são dependentes de tais laços de parentesco. Em seguida, no momento em que o período inicial de adaptação acabou, ou seja, uma vez que o migrante masculino tenha encontrado emprego, agasalho e novos amigos, as atitudes homem/mulher para com os laços de parentesco se diferenciam. Em geral, resolvida a sua situação social, o migrante masculino não mais depende de seus parentes. Por outro lado, a situação social da mulher permanece difícil, visto que ela tende a ficar mais confinada à casa, sem a extensa rede de parentesco que dispunha no lugar de origem. Afirmo Ridley-Leigh que a sua inabilidade de incorporar vizinhos e amigos pode ser explicada em termos de dedicação à sua residência e a sua família conjugada. Mesmo quando a mulher trabalha, suas relações com as pessoas fora do seu âmbito doméstico são verticais. Em caso de ocupações, tais como emprego doméstico e costureira, elas continuam desempenhando atividades designadas, historicamente, à figura feminina.

Se trabalham em outras atividades que favorecem relações mais horizontais, tais como em firmas de limpeza, lojas, hospitais, escritórios, etc., laços duráveis são encontrados com pouca frequência, devido a um sem número de razões. Acrescida à natureza instável de seu trabalho, constatamos que as mulheres normalmente não se retardam para uma conversa com suas colegas de trabalho, uma vez que têm que retornar diretamente para casa, pois devem apanhar as crianças na casa da babá, fazer o trabalho doméstico que não puderam realizar durante o dia, preparar a refeição noturna e cuidar da casa em geral. Suas colegas de trabalho estão espalhadas nas diversas cidades satélites de Brasília e só raramente são suas vizinhas com quem pode encontrar-se fora das horas de trabalho (RIDLEY-LEIGH, 1980, p. 216).

Além de tudo isso, a gravidez e as interrupções de trabalho decorrentes constituem mais um obstáculo à consolidação de amizades estreitas com estranhos. Geralmente, quando o homem tem um ordenado suficiente para sustentar a família sem a contribuição da mulher, esta deixa de trabalhar para cuidar dos filhos e da casa, o que, novamente, cria um certo obstáculo na definição de sua situação social. Por tudo isso, carente de um relacionamento social mais intenso

no novo ambiente, a mulher migrante, em todos os estágios do processo de adaptação, mantém laços mais contínuos e fortes do que o homem com seus parentes no local de origem, a fim de garantir a sua base. A pesquisa de Ridley-Leigh revela que, contrariamente aos homens, a rede de parentesco da mulher migrante no lugar de origem não sofre redução. Em geral, a mulher percebe a possibilidade de retornos em tempos de vicissitudes e, conseqüentemente, a manutenção dos laços que lhe são essenciais. Receber notícias e encomendas dos parentes do lugar de origem representa um conforto moral crucial em sua vida, que agora, no local de destino, está centrada na casa, sem sua família extensa, sem seus vizinhos e amigos, diferentemente de antes, quando era centrada em “gente”, com todo esse núcleo de pessoas.

A mulher migrante, encontrada no estudo de Ridley-Leigh, participa ativamente no processo de manutenção de contatos e da rede de parentesco, além de se empenhar na tentativa de trazer, para o lugar de destino, parentes do lugar de origem, visando proporcionar-lhes o apoio e o companheirismo, facilitando a sua adaptação. Além disso, a chegada dos parentes mais próximos, como uma tia, uma irmã, por exemplo, possibilita à mulher deixar os filhos em confiável companhia e, dessa maneira, aproveitar mais intensamente as oportunidades de trabalho. De modo semelhante, a mulher confia em seus parentes em tempos de doença, resguardo, desemprego e dificuldades econômicas em geral. Tais situações afetam toda a família conjugal, mas é a mulher quem mobiliza seus parentes, objetivando ampliar a sua rede de parentesco no lugar de destino.

Em suma, o estudo de Ridley-Leigh nos mostrou que a manutenção após a migração dos laços afetivos pela mulher com a rede de parentesco é imprescindível para o encorajamento do fluxo recíproco de bens e serviços, facilitando, dessa forma, a adaptação da família migrante e, especialmente, da mulher, no novo ambiente. Revelou também que a mulher jamais deve ser vista como um elemento passivo na migração, conceito este derivado da associação do status doméstico da mulher centrado em casa, com docilidade e subordinação. Diante disso, pensando no contexto da migração de famílias paranaenses e nordestinas em São Carlos, será que as mulheres migrantes provenientes dessas famílias também atuam ativamente nos processos migratórios e, especialmente, na articulação e mobilização das redes de parentesco? O contexto familiar no qual elas vivem possibilita isso?

Sáimos neste momento de uma visão mais ampla e geral, baseada na fundamentação teórica ligada direta e indiretamente à temática em questão, e chegamos à análise de um

fenômeno social universal, a partir de uma perspectiva micro, com observações experimentais no Cidade Aracy, trabalhando com sujeitos de pesquisas ali residentes e oriundos do estado do Paraná e do Nordeste. Nesse aspecto, concordamos com Elias que informa que há algumas limitações em estudar no âmbito de uma pequena comunidade aspectos de uma figuração universal. Porém, não podemos deixar de enxergar algumas vantagens ao recorrer a esse método.

O uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal (2000, p. 20).

Também corroboramos com o pensamento de Florestan Fernandes quanto à importância das observações experimentais para a compreensão das condições de produção do fenômeno. Segundo o autor:

A observação experimental confere, ao investigador a capacidade de isolar, com relativa economia de trabalho e com precisão, as instâncias empíricas que são cruciais para a compreensão das condições de produção do fenômeno. Graças a estas instâncias é que o investigador pode passar do 'caso concreto' para o 'caso típico' e descrever as condições de produção do fenômeno através de fatos de significação geral. Em regra, quando o investigador consegue reunir um conjunto de evidências, que permite construir o 'caso típico', ele já dispõe da explicação do fenômeno (FERNANDES, 1920, p. 07).

PARTE II:

**MIGRAÇÃO, MULHER E PERIFERIA: OS PAPÉIS SOCIAIS DESEMPENHADOS
POR MULHERES MIGRANTES EM SÃO CARLOS, NO BAIRRO CIDADE ARACY**

5 A MIGRAÇÃO EM SÃO CARLOS E A PERIFERIA URBANA

Embora São Carlos seja uma cidade do interior de São Paulo, ela recebeu, e ainda recebe, um número expressivo de migrantes de outras cidades do estado, ou de outras regiões do Brasil, principalmente paranaenses, nordestinos e mineiros, que procuram melhor qualidade de vida e acesso a bens e serviços públicos. Poucos são os dados que retratam a população migrante em São Carlos. Mas, segundo Silva (2007), o Censo de 2000 mostrou que dos 192.998 habitantes de São Carlos, 31.873 não eram naturais do estado de São Paulo; revelou ainda que em relação à população migrante de São Carlos, entre as pessoas que lá residiam e que vieram de outros estados, 24,4% emigraram do Paraná, 16,5% da Bahia e 10,3% de Minas Gerais. Estes fatos, ligados à migração, podem estar relacionados a dois fenômenos que ocorreram no estado de São Paulo: a descentralização das atividades econômicas industriais e a modernização da esfera produtiva, particularmente do interior paulista.

De acordo com Perillo (1994), o acentuado processo de modernização da economia paulista, resultante do desenvolvimento da economia agrícola e da descentralização da estrutura da produção industrial ao longo do século XX, repercutiu significativamente nos movimentos migratórios, na urbanização e nas taxas de crescimento da população das regiões do interior paulista, tais como a de Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto e, particularmente, São Carlos.

O crescimento da população migrante nas cidades do interior paulista está associado à descentralização das atividades econômicas, notadamente as industriais, em direção ao interior paulista. Segundo Perillo (1994), o interior passou a apresentar importante peso na indústria nacional após as transformações de modernização ocorridas na estrutura produtiva do estado de São Paulo após o final da década de 1950, transformações essas que deram início ao processo de descentralização das atividades econômicas. Tal processo atraiu uma enorme massa de migrantes para diversas cidades do interior desse estado. Apenas para se ter uma ideia do crescimento da população migrante, Perillo afirma que a taxa de crescimento populacional do interior paulista se elevou de 1,6% em 1960/1970, para 2,6% em 1970/1980. Esse foi um período marcado por importantes mudanças na redistribuição espacial da população no estado de São Paulo.

Se é verdade que a metrópole paulista continuou sendo uma área de intensa concentração populacional e exercendo grande atração de migrantes de outros estados e regiões, por outro lado é verdade também que o dinamismo e a complexidade do processo de

interiorização do desenvolvimento econômico e populacional contribuíram decisivamente para o direcionamento dos fluxos migratórios. Com isso, algumas áreas do interior do estado de São Paulo, como as regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos, passaram a apresentar papel significativo na dinâmica migratória do estado, configurando-se juntamente com a metrópole em importantes polos de atração populacional.

Por sua vez, Silva (2008) afirma que não apenas a descentralização das atividades econômicas industriais contribuiu decisivamente para o direcionamento dos fluxos migratórios para o interior paulista, mas também o processo de modernização da agricultura do estado de São Paulo foi decisivo para o processo de atração da população migrante, particularmente para a região de Ribeirão Preto e São Carlos. Segundo a pesquisadora, desde o século passado a economia agrária desse estado e, especificamente, do interior paulista, em especial a região de Ribeirão Preto, conta com a mão de obra de trabalhadores migrantes oriundos de todas as regiões do país, mas, especialmente, do nordeste brasileiro, para trabalhar nas lavouras de café e, principalmente, nas plantações de cana-de-açúcar e laranja, entre outras.

De acordo com Silva (2008), com o processo de modernização da agricultura paulista, através da modernização do processo produtivo ocorrido a partir de 1960, há o surgimento de grandes usinas de álcool e açúcar, o que provocou o surgimento das migrações de pessoas, provenientes de áreas pobres do país, que foram obrigadas a se deslocarem para regiões mais ricas do Brasil em busca de emprego e melhores condições de vida, em razão da falta de condições de sobrevivência em sua terra natal. “A região de Ribeirão Preto, a partir da década de 1960, transformou-se em um polo receptor de milhares desses migrantes todos os anos, que se empregam nas lavouras de café, no corte da cana e também na colheita da laranja” (p. 166).

Ainda segundo Silva (1999), esse fato promoveu uma grande concentração populacional nos municípios da região de Ribeirão Preto, sobretudo nas cidades de Ribeirão Preto, Franca e São Carlos. Na década de 1990, o fluxo migratório também foi intenso nessa região, estimulado, principalmente, pelo cultivo da cana-de-açúcar. Em 1993, essa região já possuía 29 usinas de açúcar e 17 destilarias, totalizando uma produção de 3,5 bilhões de litros de álcool e 42 milhões de sacas de açúcar. “Estas usinas movimentaram US\$ 2,4 bilhões e empregaram 70.000 trabalhadores, dos quais 30 mil eram provenientes de outros estados, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sul da Bahia” (p. 15). Atualmente, a cana-de-açúcar consiste em uma das principais atividades econômicas na região de Ribeirão

Preto, especialmente no município de São Carlos, e é muito utilizada para a produção do açúcar e do álcool combustível, atraindo famílias inteiras, que vêm de outros estados e regiões do Brasil.

A região de São Carlos foi contemplada, historicamente, pelos dois processos discutidos linhas acima: não apenas fortaleceu suas atividades econômicas industriais a partir de 1970, mas também se destacou pelo forte setor agropecuário e, mais recentemente, pela moderna dinâmica do agronegócio. De acordo com Maciel (2010), como a maioria das cidades do oeste paulista, São Carlos é fruto do ciclo do café e sua industrialização deriva da crise de 1929. Mas é a partir de 1970, dada a sua inclusão no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que o município fortaleceu seu parque industrial, incluindo-se na nova dinâmica do agronegócio, que se instalou por quase todo interior paulista, encontrando também na produção de cana-de-açúcar e suco de laranja uma fonte de desenvolvimento. O município de São Carlos constituiu-se, pós anos 1970, como uma cidade industrial e tecnológica, detendo ao lado de Campinas e São José dos Campos a designação de “tecnopolo”.

Atualmente, São Carlos pode ser considerada uma cidade interiorana de médio porte, com uma população estimada em quase 222.000 habitantes e com um altíssimo índice de população residente na área urbana, cerca de 95,1% (IBGE, 2010). A cidade possui um polo industrial forte, estabelecido por empresas nacionais e internacionais de médio e grande porte, além de microempresas. Além disso, tem um comércio que consegue atender às necessidades da população do município e da região. Finalmente, possui um setor agropecuário caracterizado, principalmente, pela produção de leite, laranja, frango, carne bovina, milho e, especialmente, cana-de-açúcar⁹.

⁹ Dados fornecidos pela Prefeitura de São Carlos.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, NO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: SMHU, Localização de São Carlos (2002), apud Maciel 2012.

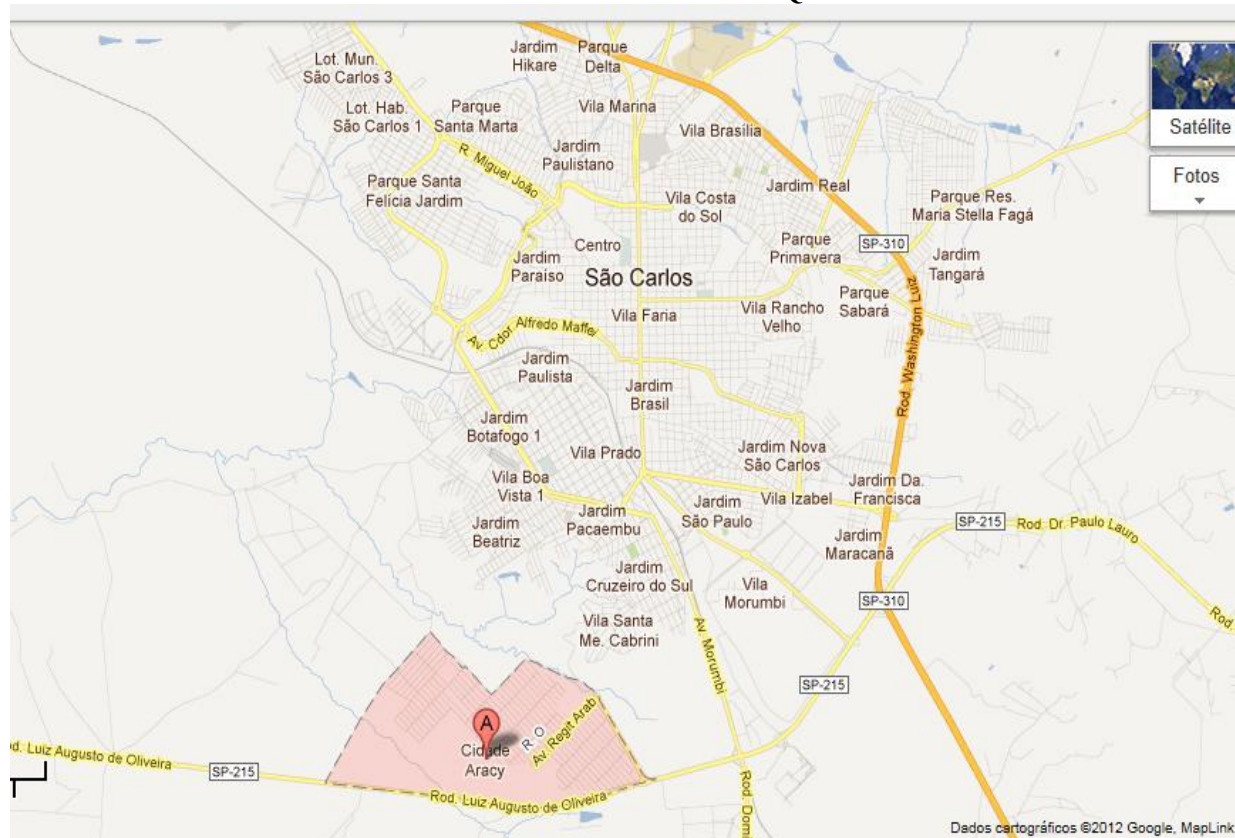
Devido à forte economia nos setores industriais e, especialmente, no setor agropecuário, e diante de toda problemática social das décadas de 1980 e 1990, como a crise de emprego nas grandes metrópoles e tensões sobre o uso da terra em algumas regiões interioranas do Brasil, o município passou a receber populações derivadas dos fluxos migratórios tradicionais da metrópole e, também, do interior dos estados de Minas Gerais, Paraná e da região Nordeste. Contudo, embora São Carlos possua um polo industrial importante, a massa de migrantes pobres que chegou, e continua chegando, à cidade, não é absorvida pela produção tecnológica, mas sim pela agricultura e pelo agronegócio. De acordo com Maciel (2010, p. 02):

A economia do município de São Carlos é fortemente marcada pela produção tecnológica, e esta não absorve a mão de obra gerada pelo saldo migratório positivo advindo de regiões empobrecidas, pois os empregos gerados neste tecnopolo exigem de seus trabalhadores alto grau de qualificação. Os migrantes e/ou não-naturais destas regiões, que se estabelecem na cidade, passam a circular nas demais cidades da região central, para colheita de laranja e de cana-de-açúcar. Afastados geograficamente do centro da cidade, mas dependentes do mesmo, de

seus produtos materiais e culturais, criam novas relações neste espaço, influenciando e sendo influenciados pela cultural local.

Além disso, assim como outras cidades de médio e grande porte, São Carlos também possui problemas sociais caracterizados, sobretudo, pela desigualdade social. A cidade também se encontra dividida entre bairros nobres de um lado e bairros suburbanos, de outro lado. Entre esses bairros suburbanos, encontramos os bairros que compõem o “grande Cidade Aracy”, que segundo Maciel (2012), baseando-se nos dados do Censo 2010, concentra uma população de 19.079 habitantes, distribuídos em quinze setores censitários. O “grande Cidade Aracy”, portanto, está localizada a sudoeste do município de São Carlos, em área suburbana (Penazzi, 2007).

MAPA 2: ÁREA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS: EM DESTAQUE A REGIÃO CIDADE ARACY



FONTE: Dados cartográficos 2012, Google, Mapalink.

Ao analisarmos os textos de Durham (1986), Sampaio e Pereira (2003) e Sposito (2004), percebemos que o Cidade Aracy é um bairro típico de periferia urbana. Segundo eles, a periferia pode ser compreendida como um espaço distante do centro urbano, onde existem

habitações precárias construídas pelos próprios moradores, muitas vezes de forma parcelada e em loteamentos irregulares, que crescem desordenadamente, sendo desprovidos de planejamento, urbanização e saneamento básico. A ocupação de forma irregular e descontrolada promove um perverso impacto socioambiental, comprometendo por um lado o uso de mananciais e a qualidade da água devido aos esgotos domésticos, lixo e poluição e por outro lado a qualidade de vida dos moradores, que estão sujeitos às inúmeras doenças em decorrência da falta de saneamento básico nos bairros em que residem.

O surgimento de um bairro periférico está associado, entre outros motivos, ao achatado poder aquisitivo da população, que está cada vez mais distante dos interesses do mercado imobiliário: não há ofertas para esta faixa da população e ela tem cada vez menos condições de adquirir o que é ofertado. Sendo assim, essa população é obrigada a constituir sua habitação em espaços cada vez mais distantes das áreas urbanas da cidade, geralmente em favelas e bairros periféricos, fato que intensifica, ainda mais, a desigualdade e a segregação social (SAMPAIO e PEREIRA, 2003). Geralmente, as habitações na periferia são construídas em área de topografia difícil ou de solo inadequado, tornando perigosa a estabilidade das construções realizadas. Segundo Sampaio e Pereira (2003), é comum que em períodos chuvosos essas construções sofram desmoronamentos, provocando acidentes graves, com perda do imóvel e, muitas vezes, com perda de vidas.

Sposito (2004) afirma que foi no decorrer do século XX que se constatou a acentuação da suburbanização. Este processo reforçou a estruturação urbana no tipo centro-periferia, onde as áreas centrais são caracterizadas como as melhores equipadas e mais desenvolvidas e as áreas periféricas vistas como redutos de segmentos da sociedade de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida. Ainda segundo esta relação/oposição centro-periferia, a autora destaca que o centro é compreendido como a área urbana de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de lazer e de gestão pública e privada, ao passo que a periferia, acaba por ser definida negativamente em comparação à região central.

A formação de uma periferia, segundo Sposito (2004) e Durham (1986), geralmente inicia-se de forma irregular e em razão da especulação imobiliária. Muitas vezes, a iniciativa privada se incumbem de implantar loteamentos a preços muito baixos, em espaços urbanos distantes do centro da cidade e sem qualquer infraestrutura, inclusive sem a preocupação de

atender as exigências da legislação urbana. Com isso, seus projetos deixam de ser aprovados, fato que inviabiliza a legalização do loteamento. De acordo com Sposito (2004), a periferia, nos termos descritos, é uma marca das cidades brasileiras, uma tendência que passou a se fortalecer a partir dos anos de 1950 nas grandes cidades e áreas metropolitanas, chegando a atingir, inclusive, as cidades de porte médio a partir dos anos de 1970. Ainda segundo Durham (1986), é na periferia que se localizam os migrantes pobres, carentes de recursos financeiros.

Por sua vez, o bairro Cidade Aracy, localizado em área de mananciais, formou-se de modo irregular na periferia urbana da cidade de São Carlos- SP na década de 1980, e tornou-se ilegal em razão de estar em uma área de proteção ambiental (JARDIM, 2004). O bairro formou-se a partir da especulação imobiliária, a partir da implantação de lotes com preços baixos, sem infraestrutura e sem atender à legislação urbana e ambiental. Silva (2007), baseando-se nos dados disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, afirma que se trata de um dos bairros “mais carentes quanto à educação, saúde, segurança, renda familiar e inserção no mercado de trabalho” (SILVA, 2007, p. 03). Ele é distante do centro da cidade de São Carlos, abriga habitações, muitas delas, precárias, que foram construídas parceladamente, muitas vezes em lotes irregulares, pelos próprios moradores. Constitui-se num bairro ainda desprovido de planejamento e saneamento básico em partes de sua extensão, abrigando uma população pobre e carente de serviços públicos. Também é um bairro extremamente estigmatizado pela população de São Carlos por abrigar uma população pobre e migrante, oriunda dos mais diversos estados brasileiros. É um bairro que recebeu durante os anos de 1990, e continua recebendo atualmente, uma leva de migrantes de diversas regiões do país, mais especificamente do norte de Minas Gerais, do Paraná e de vários estados do nordeste. Segundo Maciel (2010, p. 08):

Os migrantes chegados na cidade de São Carlos, nos anos 1980, passaram a concentrar-se na área sul, desprovida de infraestrutura básica, como água, luz, sistema de transporte e asfaltamento adequado. A possibilidade da obtenção de uma casa própria nesta região, gerada pela especulação imobiliária de um loteador, propiciou a ida desta população empobrecida para esta área, formando-se a região da Grande Aracy em 1983, composta pelos bairros de Cidade Aracy I, Presidente Collor, Cidade Aracy II e Antenor Garcia. Passados 27 anos, esta região continua recebendo populações derivadas de várias do estado e do país. E é o lócus de recepção de novos migrantes que atualmente vem para corte de cana e para a colheita da laranja nas cidades vizinhas, que possuem este tipo de cultura. Esta condição, muitas vezes deriva da impossibilidade de inserção nas atividades do setor de serviço e industrial.

Como vemos, São Carlos, assim como outras importantes cidades do interior paulista, recebeu, e continua recebendo, um grande número de migrantes, sobretudo de origem pobre, para trabalhar principalmente no setor agrário e terciário. Boa parte dessa população passou a residir na periferia urbana da cidade, especialmente no Cidade Aracy.

5.1 Compreensão da Dinâmica do Bairro Cidade Aracy

Durante as minhas idas ao Cidade Aracy, conversei com inúmeros moradores, dentre vários residentes desde o surgimento do bairro. A partir dessas conversas, muito descobri sobre o bairro quando ele estava começando. Assim, descobri que no início, quando o Cidade Aracy era um enorme loteamento, composto por poucas dezenas de casas, não havia água, nem esgoto e todos dependiam da água que era transportada do rio pelo caminhão pipa para poderem tomar banho, fazer a alimentação, lavar as louças, etc. Muitos disseram que tomavam banho apenas aos finais de semana, pois não havia água. Também informaram que o bairro carecia de infraestrutura, pois não tinha asfalto, nem iluminação adequada, bem como carecia de instituições públicas, como escolas, unidades de saúde e de um aparato policial. Além disso, por muitos anos, o comércio foi muito escasso, sendo que os moradores dependiam do comércio de outros bairros ou do centro da cidade de São Carlos. Naquele momento, o Cidade Aracy era considerado extremamente perigoso e violento, pois tinha um número grande de assassinatos e alguns criminosos, ladrões de bancos, que vinham de São Paulo e se atocaiavam ali, a fim de fugir da polícia. É necessário reconhecer que houve uma série de transformações positivas e atualmente o bairro possui asfalto, esgoto, abastecimento de água, bem como escolas, creches, posto de gasolina e uma série de estabelecimentos comerciais. Mas, apesar das importantes melhorias, muitos moradores ainda vivem em situação de pobreza.

O grande “Cidade Aracy”, desde o seu início, acolheu os migrantes oriundos dos mais diversos lugares do país. Como grande parte dos lotes foi doada ou vendida a preços bem baixos, muitos indivíduos e famílias, que chegavam de outros estados e regiões para trabalhar, seja no corte da cana-de-açúcar ou na colheita de laranja, seja em outras atividades agroindustriais ou em outros setores do mercado de trabalho, logo foram residir no bairro. A partir dos primeiros, muitos outros vieram, principalmente por intermédio daqueles que, nesta altura, já estavam mais estruturados social e economicamente e, assim, foram se formando redes

migratórias. Aqueles que chegaram primeiramente, comunicavam aos amigos ou parentes que ficaram na cidade natal que estavam ganhando dinheiro na nova terra e, conseqüentemente, esses últimos vinham na esperança de conseguir o mesmo. Assim, sucessivamente, vários e vários indivíduos, ou famílias, chegavam constantemente em São Carlos e passavam a residir no Cidade Aracy, seja em casas próprias, alugadas ou, momentaneamente, nas casas de parentes ou de amigos que haviam se instalado primeiro, formando um enorme bairro constituído, na sua grande maioria, por migrantes. É importante afirmar que atualmente ainda chegam migrantes que vêm em busca de melhor condição de vida para si e para a sua família.

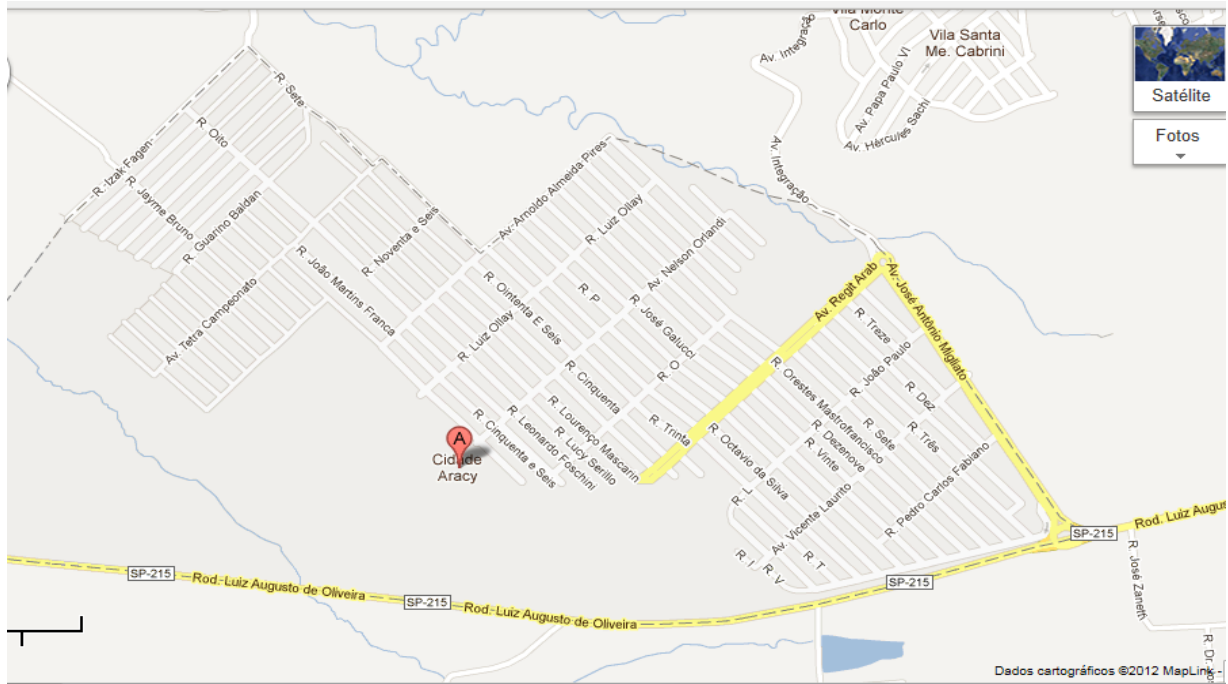
Escolhi o “Cidade Aracy” para desenvolver a pesquisa, pois, como pudemos ver, ele recebeu, e continua recebendo, inúmeros migrantes que emigram das mais diversas regiões do país, mas principalmente, do nordeste brasileiro e do Paraná, formando, assim, duas grandes redes sociais. Depois desse comprometimento, passei a visitar com bastante frequência o bairro para tentar, a partir de um olhar observador e de conversas com seus moradores, desvendá-lo. E, assim, foram inúmeras visitas que possibilitaram uma descrição mais detalhada e um entendimento mais elaborado dele.

5.1.1 Caracterização dos bairros que formam o “grande Cidade Aracy”

O “Cidade Aracy” é formado por quatro bairros: o Aracy I, o Aracy II, o Antenor Garcia e o Presidente Collor. Todos esses bairros são separados apenas por ruas ou avenidas e juntos formam o que podemos chamar de “grande Cidade Aracy”. Este fica bastante distante do centro de São Carlos e é fisicamente isolada por uma serra, conhecida por “Serra do Aracy”. O bairro fica localizado ao pé dessa serra e, para que os moradores se locomovam do Cidade Aracy para os outros bairros de São Carlos, é necessário empreender um grande esforço para vencer quase um quilômetro de subida. É importante ressaltar que, atualmente, ele é servido por transporte coletivo urbano, sendo contemplado por vários horários, possibilitando a locomoção dos moradores para todos os outros endereços da cidade. Existem inúmeros pontos de ônibus e os coletivos circulam por quase todo o Cidade Aracy, atendendo uma boa parte da população e os ligando, direta ou indiretamente, com todas as regiões da cidade de São Carlos. Minha pesquisa foi realizada com moradores do conjunto dos quatro bairros que formam o “grande Cidade Aracy” e, por isso, achei bastante prudente conhecê-los mais a fundo. Assim, por vários dias

andei pelos quatro bairros e conversei com seus moradores a fim de entender melhor a dinâmica do Cidade Aracy em seus mais diversos aspectos. Por isso, fiz uma caracterização e mapeamento desses bairros e dos moradores. A partir de agora, exponho o que foi observado.

MAPA 3: DETALHAMENTO DO “GRANDE CIDADE ARACY”



FONTE: Dados cartográficos 2012, Google, Mapalink.

Quando se chega ao Cidade Aracy, após descer a “Serra do Aracy”, avistamos uma avenida muito movimentada, chamada Regit Arab, onde está instalada uma boa parte do comércio existente no grande bairro, além de abrigar, também, a escola CAIC¹⁰. Por essa razão, a avenida é também conhecida por Avenida do CAIC. É uma avenida bastante movimentada, bem larga, por onde passam muitos carros, motos, bicicletas e pedestres, pois, além de ser a porta de entrada para o bairro, também é constituída por inúmeros comércios, muitos deles há bastante tempo estabelecidos ali. Além de todas essas características, esta avenida também separa verticalmente, ao longo de sua extensão, os bairros Aracy I e Aracy II. Ao descer a Serra e entrar na Avenida Regit Arab, visualiza-se o Aracy I a Leste e o Aracy II, a Oeste.

Ao andar pelo Aracy I, pude verificar a existência maciça de casas de alvenaria, sendo boa parte delas de excelente padrão, bem estruturadas e acabadas, grandes, com pinturas novas, compostas por dois ou três dormitórios, garagem, sendo muradas e com portões. Percebi

¹⁰ CAIC – Escola cujo significado da sigla é: Centro de Atenção Integral à Criança.

que os moradores de algumas dessas casas possuíam TV por assinatura, pois visualizei algumas instaladas nos telhados, inclusive antenas que recebiam sinal digital. Avistei ainda muitas residências construídas em dois andares, com carros novos na garagem. Contudo, é fato que também existem no Aracy I casas pequenas, sem acabamento, sem pintura e só no contrapiso; casas em mau estado de conservação, alguns “puxadinhos”, casas sem muros ou portões. Porém, confesso que não observei nenhuma casa que não fosse de alvenaria.

O Aracy I também possui poucos lotes sem construção, sendo que a maioria dos terrenos constitui área construída. Isso pode ser explicado pelo fato dos terrenos terem sido loteados e ocupados já no início do surgimento do bairro, isso na década de 1980. A verdade é que a grande Cidade Aracy nasce com a construção de residências e ocupação do Aracy I. No entanto, entre os poucos lotes que avistei sem construção, alguns deles estavam sendo preparados para o início de alguma obra, reduzindo mais ainda o número de lotes vagos. Além disso, observei muitas casas em reforma, o que demonstra que os moradores estavam dispostos a investir nos seus imóveis.

Ao andar pelas ruas desse bairro, constatei a presença de uma Igreja Católica e algumas Igrejas Evangélicas. Percebi ainda que o comércio não está restrito apenas à Avenida Regit Arab e à Avenida Vicente Laurito, conhecida, como veremos mais adiante, como avenida do comércio. Mas que existe um grande número de estabelecimentos comerciais na maioria das ruas, que se alternam com as casas, sendo inúmeros bares, lanchonetes, serralherias, açougues, lojas de roupas, frutarias e mercadinhos, lojas de peças de carros e motos, acessórios, etc. A maioria desses comércios é familiar, sendo que o proprietário geralmente mora nos fundos ou ao lado do empreendimento, principalmente quando o estabelecimento é um bar ou uma lanchonete. Mas, também, percebi nas ruas que existem muitos estabelecimentos comerciais fechados, sendo que seus donos provavelmente abandonaram a respectiva atividade comercial, talvez por ali não ser um ponto forte para o comércio, fato diferente do que constatei na Avenida Vicente Laurito, a conhecidíssima avenida do comércio, no Aracy I e em parte do Presidente Collor. Na Avenida Vicente Laurito, assim como na Avenida Regit Arab, existem estabelecimentos comerciais grandes, fortes, que não se restringem ao que podemos chamar de comércio familiar. Boa parte dos estabelecimentos comerciais instalados nesta avenida é formada por grandes empresas que necessitam de mão de obra assalariada, que vão além do âmbito familiar. Nesta avenida, existem comércios de todo tipo: são estabelecimentos grandes de materiais de construção, grandes

supermercados, modernas panificadoras, lojas de roupas e calçados, açougues, sorveterias, mercados e quitandas, lanchonetes, enfim, uma inúmera variedade de estabelecimentos comerciais. Um fato muito bem observado junto a esse forte comércio em todo o Aracy I, bem como nos outros três bairros que compõem o “Grande Cidade Aracy”, diz respeito à origem dos proprietários dos estabelecimentos. Na sua grande maioria, principalmente na Avenida Vicente Laurito e na Avenida Regit Arab, a população de comerciantes é formada por pessoas ou famílias oriundas, principalmente, do Paraná. É fácil constatar o nome do estado de origem no nome do estabelecimento comercial.

Todas as ruas no Aracy I estão asfaltadas e sinalizadas, sendo que o asfalto está em bom estado de conservação. Existe sinalização de trânsito e placas indicando o nome das ruas. A iluminação também parece ser de boa qualidade, haja vista que o bairro todo possui inúmeros postes de iluminação. Também é no Aracy I onde se encontra uma boa parte de instituições públicas, privadas e assistenciais. Há escola, Posto de Atendimento ao Trabalhador, Correios, além de estar instalado o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, e de estar sendo construída uma Unidade da Saúde da Família, cujo prédio irá ocupar todo um quarteirão.

Um fato interessante observado no Aracy I durante minhas idas e vindas diz respeito à ausência de muitos moradores no período diurno em suas respectivas casas. Percebi que muitas casas ocupadas por moradores estavam fechadas e vazias durante o dia. Isso levanta a hipótese de que uma boa parte dos residentes do Aracy I é formada por uma população economicamente ativa, já que os moradores poderiam não estar em suas casas naquele período por motivo de trabalho. Este fato não foi explorado em profundidade, mas a hipótese pode ser sustentada se levarmos em consideração que, diferentemente do Aracy I, no Aracy II, no Presidente Collor e no Antenor Garcia, eu constatei um volume de pessoas muito maior nas ruas e sentadas nas calçadas em frente de suas casas, principalmente mulheres, conversando com amigos e vizinhos.

Por sua vez, o Aracy II destoa um pouco do Aracy I. O Aracy II fica a oeste da Avenida Regit Arab, que o corta por completo, verticalmente. É nesta avenida que se concentra a maioria dos estabelecimentos comerciais do Aracy II, que compreendem mercados, farmácia, frutarias, lojas de roupas e calçados, sorveteria, loja de material para construção, bem como bares e lanchonetes, além da existência de uma Igreja Evangélica. Mas, diferentemente do que presenciei no Aracy I, no Aracy II há bem menos estabelecimentos comerciais nas outras ruas. É claro que, ao andar pelo bairro, verifiquei estabelecimentos comerciais em algumas ruas e que, às

vezes, se alternavam com as casas. No entanto, eram em menor quantidade do que no Aracy I, demonstrando que, no conjunto, o Aracy II é um bairro mais residencial, do que residencial e comercial. O comércio é muito mais forte no Aracy I, já que além de estar concentrado na Avenida Regit Arab e na Avenida Vicente Laurito, também se mostra bastante presente nas ruas que cortam o bairro, alternando-se constantemente com as casas residenciais. Já no Aracy II, o comércio se concentra fortemente na Avenida Regit Arab. Presenciei também que muitos moradores do Aracy II se deslocam para o Aracy I para efetuar as suas compras: talvez pelo fato do comércio deste último ser bem mais aquecido do que o do primeiro; talvez por ter preços mais competitivos, pela existência de uma concorrência maior entre os estabelecimentos comerciais; ou ainda talvez pelo fato da não existência de um estabelecimento comercial de um determinado gênero ou setor no Aracy II. Enfim, neste último existe sim uma quantidade e variedade de comércio relativamente grande, mas em menor proporção do que foi constatado no primeiro, sendo que ele está fortemente concentrado na Avenida Regit Arab.

Um fato interessante é que no Aracy II o terreno é bastante irregular, com muito declive. Assim, ao andar pelo bairro, constatei que existem muitas subidas e descidas extremamente acentuadas, que às vezes pareciam verdadeiras ladeiras. Constatei que, diferentemente do Aracy I, no Aracy II existe um número maior de lotes vagos. Diante dessa constatação, quis entender o porquê disso. Foi quando percebi que os lotes, como estão num terreno bastante acidentado, com acentuado declive, necessitam de aterramentos para que eles fiquem planos e possam receber algum tipo de construção, seja residencial, seja comercial. Para isso, o dono do terreno necessita despender dinheiro com a terraplanagem do lote e, em muitos casos, o dispêndio é grande, pois se torna necessário muitos caminhões de terras para fazer todo o aterramento em virtude da grande irregularidade do terreno. Então, em conversas com moradores, questionados do porquê da existência de muitos lotes vagos ali no Aracy II, sendo que o bairro já há muitos anos tinha se iniciado (final dos anos 80, início dos anos 90 do século XX), as respostas eram sempre as mesmas: que para se construir uma casa naqueles terrenos é necessário investir muito mais do que se a construção fosse realizada no Aracy I, no Presidente Collor ou no Antenor Garcia, cuja área é muito menos irregular e acidentada.

Outra constatação diz respeito às residências do Aracy II. Percebi que o padrão da maioria das casas era inferior ao que foi constatado no Aracy I e que muitas delas estavam sem acabamento: apenas erguidas, contendo portas, janelas e telhado, mas sem reboco e pintura e

apenas no contrapiso. Muitas dessas não tinham garagem, nem automóveis, embora exista sim um volume grande de veículos, alguns novos, outros mais antigos, estacionados nas frentes e nas garagens das casas. Mas o fato é que, aparentemente, ao se comparar com o Aracy I, o número de veículos no Aracy II é menor, sendo a sua frota mais antiga. Além disso tudo, é claro que existem muitas casas concluídas e também com um padrão semelhante ao que foi encontrado no Aracy I: casas boas, estruturadas, que mais parecem residências de famílias de classe média. Mas, confesso que estas são em quantidade bem menor do que encontrei no Aracy I. Ademais, principalmente nas baixadas, quanto mais próximo da “Serra do Aracy”, menor era o padrão das residências. Percebi também que algumas residências foram e estão sendo construídas parceladamente, o que esclarece o fato de muitas delas estar sem acabamento. Assim, muitas famílias entram na casa a partir do momento em que ela possui condições de residir, ainda que não estejam terminadas. Outra constatação refere-se ao fato de que as famílias vão aumentando as suas casas, conforme vai crescendo, ao que parece, o número de moradores, pois verifiquei em algumas residências, já concluídas ou não, que novos cômodos estavam sendo construídos, caracterizando aquilo que podemos denominar de “puxadinho”. O fato leva a crer que os moradores aumentam a residência, conforme o espaço nela se torna pequeno, em razão do crescimento do número de residentes.

No caso de algumas das famílias entrevistadas na pesquisa, geralmente nordestinas, isso se dá em razão principalmente da chegada de familiares que migraram para São Carlos e passaram a residir com aqueles que já estavam estabelecidos no Cidade Aracy. Geralmente, os estabelecidos recebem em suas casas familiares próximos, como filhos, nora, genro, mãe e pai, ou ambos, bem como um irmão, irmã, tio ou tia e, assim, logo que possível, dão início à construção dos cômodos “adicionais”. Mas isso não é regra, já que muitos migrantes recém-chegados também passam a residir em suas casas, sejam próprias ou alugadas, após um tempo de convívio na residência dos familiares já estabelecidos ali no Aracy.

Observei também no Aracy II uma menor quantidade de Instituições Públicas, embora elas existam, como escolas, principalmente a escola do CAIC, que fica do lado da Avenida que compreende o Aracy II. Muitas outras instituições estão no Aracy I, o que obriga os moradores do Aracy II a se locomoverem para este outro lugar para serem atendidos. Assim, quando eles necessitam de um atendimento do CRAS, por exemplo, torna-se indispensável a sua ida até o Aracy I, local onde ele está estabelecido. Para aqueles que moram bem próximos à

Avenida Regit Arab, fica fácil o seu acesso ao CRAS, mas aqueles que residem mais próximos da baixada, ou ainda, aqueles que residem no Antenor Garcia, necessitam andar bastante e enfrentar muita subida para chegar ao Centro de Referência de Assistência Social.

É importante constar que também caminhei bastante pelo Presidente Collor, um bairro localizado a sudeste do Aracy I, sendo separado apenas por ruas e por parte da Avenida Vicente Laurito. A partir dessas andanças e conversas com seus moradores, foi possível conhecê-lo melhor e fazer uma caracterização do bairro, a fim de poder compará-lo com os outros três bairros que compreendem o “Grande Cidade Aracy”.

No que se refere aos imóveis deste bairro, pude verificar que boa parte deles é de padrão equivalente ao que foi encontrado nas baixadas do Aracy II, ou seja, muitas casas inacabadas, pequenas, cujos moradores levantaram as paredes, mas entraram no imóvel ainda sem o seu acabamento: são casas sem reboco, ou até com reboco, mas sem pintura, muitas no contrapiso, algumas sem portões, sendo que tábuas ou pedaços de madeiras exerciam a função dos portões. Também vi uma variedade de residências sem garagem e sem ladrilho no terreiro, além de casas pequenas e terrenos únicos com duas ou três moradias. Contudo, não avistei casas que não fossem de alvenaria, como de madeira, por exemplo. Por mais que estivessem inacabadas, todas que avistei eram casas de alvenaria. Além disso, avistei casas que de bom padrão, mas em menor proporção do que constatei no Aracy I. Enfim, presenciei casas cujo padrão da maioria era inferior ao encontrado no bairro citado anteriormente, onde foi possível visualizar, com mais frequência, imóveis de boa qualidade. Quando comparado com o Aracy II, acredito que as casas em ambos os bairros são semelhantes.

Além de tudo isso, diferentemente do Aracy II, onde foi avistado uma quantidade grande de lotes vagos, intercalando-se ao longo das ruas com as casas, no Presidente Collor, avistei poucos lotes sem construção. Dentre os poucos lotes vagos que pude verificar, alguns já estavam sendo preparados para receber construção e outros já estavam em processo de edificação. Tal fato pode ser explicado por dois motivos: primeiro, porque o Presidente Collor, dentro do contexto do “Grande Cidade Aracy”, não se configura num bairro novo, que foi iniciado há poucos anos. Os primeiros lotes do Presidente Collor foram doados ao longo da década de 1980, pela imobiliária Faixa Azul. Com mais de vinte anos de existência, o bairro recebeu infraestrutura e muitos imóveis foram construídos em toda a sua extensão. Segundo, porque ao contrário do Aracy II, a área que compreende o Presidente Collor não é tão acidentada,

íngreme, com declives acentuados, sendo que os lotes não necessitam de intensa terraplanagem, evitando, assim, que os seus donos despendam dinheiro com o aterramento deles.

Uma constatação feita, primeiramente no Presidente Collor, mas em seguida em toda a Grande Cidade Aracy, foi que a numeração das casas não segue uma ordem estabelecida pela Prefeitura, indo coerentemente da menor numeração para a maior e vice-versa. Ao andar pelas ruas dos bairros, verifiquei que o número de uma casa pode ser 400 e, logo abaixo dela, outra casa pode ser 1800 e, assim sucessivamente, alternando-se até o fim da rua.

Também verifiquei que o Presidente Collor configura-se num bairro quase que estritamente residencial, em razão do pouco número de estabelecimentos comerciais existentes ao longo de suas ruas. É claro que, embora se avistem estabelecimentos comerciais no bairro, estes são poucos quando comparados ao Cidade Aracy I, onde pude constatar um comércio forte, espalhado tanto ao longo de suas ruas, quanto nas Avenidas Regit Arab e Vicente Laurito. Ao longo das ruas do Presidente Collor, o comércio que mais impera, na verdade, são as sorveteria e bares, boa parte deles construída na frente das casas de seus respectivos donos, de modo que os seus proprietários residem na casa ao fundo. Entrei num bar certa vez para fazer uma rápida pesquisa e pude verificar que o que separa o bar da residência é apenas um ádito, onde um pano exerce a função de porta. Era um comércio familiar, onde trabalhavam apenas os membros da família, como o marido ou o filho.

Por outro lado, os moradores do Presidente Collor se beneficiam muito do comércio existente na Avenida Vicente Laurito. Mesmo aqueles que moram nas últimas ruas do bairro, a leste, bem próximos à Rodovia que liga São Carlos a Ribeirão Bonito, usufruem com muita intensidade do forte comércio da referida avenida, mesmo porque ele se coloca como opção mais próxima para tais moradores. É claro que vários moradores, e isso vale para os residentes de toda a grande Cidade Aracy, especialmente aqueles com maior poder aquisitivo e donos de automóveis ou algum outro meio de locomoção, muitas vezes deixam o bairro e se deslocam para o centro de São Carlos para realizar suas compras, onde, segundo eles, podem encontrar preços menores e mais acessíveis. Assim, como no Cidade Aracy existem apenas mercados de pequeno e médio porte, frequentemente famílias inteiras se dirigem para o centro de São Carlos, principalmente aos sábados, para fazer compras em supermercados de maior porte, como no Carrefour, por exemplo, pois entendem que lá encontram promoções imperdíveis que, dificilmente, encontrariam em mercados instalados no Cidade Aracy. Assim também acontece no

questo vestimenta e calçados, pois cadeias de lojas maiores, instaladas no centro da cidade e até mesmo no Shopping, constantemente ofertam produtos com preços melhores e condições de pagamentos facilitadas. No entanto, mesmo esses moradores que também fazem suas compras fora do Cidade Aracy não deixam de aquecer o comércio local, já que diariamente necessitam de produtos básicos, como pão, leite, remédios, calçados, etc. Assim, acabam comprando esses produtos no próprio comércio local. Já as famílias mais pobres, com menor poder aquisitivo, são as que mais investem seu dinheiro no comércio local, e isso por algumas razões: primeiro, porque tais famílias têm acesso menor para além do Cidade Aracy, haja vista que muitas delas não possuem automóvel ou outro meio de locomoção próprio, bem como não querem dispor do seu dinheiro para gastar com passagens de ônibus. Assim, para as famílias que vivem na Grande Cidade Aracy e têm uma renda pequena, tal gasto promoverá um grande desfalque no orçamento doméstico. Ao invés de realizar gastos com condução e outros adicionais, essas famílias preferem empregar esse recurso ali mesmo no comércio local do bairro, o que pode lhes render uma maior quantidade de mercadorias, mesmo que ali os preços sejam um pouco mais altos. Segundo, porque essas famílias geralmente possuem uma “conta aberta” no comércio local e, conforme vão necessitando de mercadorias, recorrem ao estabelecimento que lhes vende a prazo, providenciando o pagamento conforme o combinado com o comerciante, geralmente na data de recebimento do salário. Essa maneira de comercializar os produtos, a prazo, acaba “segurando os clientes”, principalmente as famílias de menor renda, que deixam de recorrer ao comércio existente fora do Cidade Aracy e, por conveniência e necessidade, compram suas mercadorias ali mesmo. Sem contar que esta forma de comércio (a prazo) é uma possibilidade que algumas famílias não poderiam encontrar em cadeias de lojas e supermercados maiores

Assim como os outros bairros já analisados aqui, o Presidente Collor também se encontra totalmente asfaltado, sinalizado e com rede de iluminação e telefonia. Ao extremo leste do bairro Presidente Collor, a sua última rua chama-se Marisete Terezinha Santiago de Santi. Um fato interessante constatado nesta rua é que, depois dela, quando o bairro se acaba, também terminam as construções da cidade de São Carlos. Depois desse ponto, há uma rodovia, chamada Luís Augusto de Oliveira, a SP-215, que liga São Carlos ao município de Ribeirão Bonito. Mas, o fato mais interessante diz respeito ao que separa o bairro da rodovia. Esta separação é feita apenas por uma faixa de grama, que contém algumas árvores, principalmente eucaliptos. Ali não

há nenhuma proteção entre o bairro e a rodovia, sendo que os pedestres podem se locomover livremente, sem nenhum obstáculo.

Por fim, também andei bastante e conversei com muitas pessoas no bairro Antenor Garcia, o que foi muito importante para construir uma caracterização deste bairro. O Antenor Garcia está localizado a oeste do Cidade Aracy II e se encontra bem afastado das principais avenidas comerciais do Grande Cidade Aracy. É um bairro que fica mais isolado, com menos infraestrutura, composto por famílias mais carentes. Boa parte das famílias (na sua imensa maioria, migrantes, oriundos principalmente dos estados do nordeste brasileiro) necessita muito da assistência social do CRAS e do programa “Bolsa Família” instituído pelo Governo Federal. Dentro do grande Cidade Aracy, é o bairro mais estigmatizado pelos moradores, em razão, principalmente, da alta proporção de famílias pobres e também de uma alta taxa de criminalidade. Várias foram as vezes que os moradores do Cidade Aracy I ou II me disseram para ter cuidado ao andar no Antenor Garcia, especialmente à noite, já que eu poderia ser assaltado.

Confesso que nunca andei pelo bairro no período noturno, mas também em nenhum momento fui surpreendido durante o dia com assaltos, comercialização de drogas ou coisa do gênero. Surpreendi-me somente com a situação de pobreza existente no bairro e com o tanto que ele se diferencia dos outros três que compõem a grande Cidade Aracy. É um bairro mais carente, mais esquecido por parte do poder público, mais distante de tudo, inclusive do comércio, das instituições públicas e assistenciais, bem como mais marginalizado e estigmatizado, tanto por pessoas que residem fora do Cidade Aracy, quanto por moradores do próprio Cidade Aracy.

O Antenor Garcia é um bairro relativamente pequeno, contendo, no máximo, dez ruas, que se entrelaçam vertical e horizontalmente. Apesar de ser pequeno, ele não está totalmente asfaltado, contendo duas ruas de terra e boa parte de suas ruas asfaltadas necessitando de reparos. Ele faz divisa com o Aracy II e tem, no seu início, um número relativamente médio de estabelecimentos comerciais, principalmente do setor alimentício, como mercados e mercearias, sorveterias, bares e lanchonetes. Também possui outros ramos comerciais, como pequenas lojas de roupas, loja de material de construção e secos e molhados. São comércios pequenos e familiares na sua maioria, cujos proprietários, muitos deles, residem no fundo do estabelecimento. Mas, conforme se vai para o interior do bairro, o número de lojas reduz bastante, evidenciando um bairro fortemente residencial, composto por casas de padrão inferior, quando comparadas às residências dos outros três bairros já descritos aqui.

Existem muitas casas inacabadas, assim como observei nos outros bairros, mas em maior proporção no Antenor Garcia. São casas pequenas, com cômodos pequenos, muitas delas em situação bastante ruim, com paredes rachadas, portas quebradas, sem portões, nem mesmo calçada cimentada. Diferentemente do Aracy I, que é composto por muitas casas de bom padrão, no Antenor, tal fato é exceção. A maioria constitui casas que lembram bem um bairro extremamente periférico ou até mesmo uma favela. São famílias grandes e pobres que residem em boa parte dessas casas, sendo que seus integrantes, especialmente os homens, trabalham na agricultura em São Carlos, principalmente no corte da cana-de-açúcar e na colheita de laranja, além de trabalhar como carpinteiro, pedreiro, servente, na reciclagem e na panfletagem.

Mas, também, existem muitas mulheres desempregadas, que não conseguem um emprego por falta de estudo melhor ou por falta de referência, conforme elas mesmas disseram. Algumas trabalham também na agricultura, assim como os homens; outras já trabalharam, mas, segundo elas, não aguentaram a intensa e pesada rotina de um trabalhador rural. Por isso, hoje, desempregadas, boa parte delas com filhos e sem marido, vivem da ajuda de vizinhos, da ajuda do CRAS e, principalmente, do programa Bolsa Família, instituído pelo Governo Federal. No bairro, há também um enorme fluxo de pessoas e de crianças. Percebi ainda um grande número de mulheres sentadas em frente de suas casas, conversando com outras mulheres ou brincando com suas crianças, o que pode revelar a situação de desemprego dessas mulheres.

A situação de extrema pobreza existente no Antenor é escancaradamente visível nas duas últimas ruas do bairro, em sua baixada, onde não há asfalto e, ao que tudo indica, nem rede de saneamento básico. Além de não possuir asfaltamento, as ruas contêm muitos buracos e, percebe-se que, quando chove, a situação dos moradores fica muito complicada para a locomoção, diante do lamaçal que deve se formar. A única instituição que se vê neste ambiente é uma Associação Espírita. Ali, as casas são todas de madeira, compensado ou até mesmo papelão, encostadas umas às outras, boa parte delas sem separação entre si. São casebres construídos sem registro oficial e ocupados pelos moradores mais pobres do bairro. Muitos estão vivendo com suas famílias naquela situação há muito tempo, sem emprego, sem salário, sem perspectiva, sem dignidade. Então, a partir de uma rápida pesquisa que fiz ali, constatei que a maioria daqueles moradores é migrante, oriundos, principalmente, de estados nordestinos. São famílias que clamam por ajuda para conseguirem sair da situação de extrema pobreza e, assim, viverem dignamente.

Enfim, a partir das minhas andanças e de conversas com os moradores, pude aqui apresentar e estabelecer uma caracterização mais detalhada dos bairros que compreendem o “Grande Cidade Aracy”, o que nos ajudou a entender melhor a sua rotina e alguns de seus problemas, bem como nos permitiu definir melhor nossos passos e construir com mais sabedoria os problemas de pesquisa, os objetivos, e esta tese.

6 A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE MIGRANTE: APRESENTANDO AS PARTICIPANTES DESTA PESQUISA E SUAS RESPECTIVAS FAMÍLIAS

Estamos trabalhando neste estudo com sujeitos de pesquisa (mulheres migrantes), originários do estado do Paraná e da região Nordeste do Brasil. Optamos por trabalhar com esse grupo social específico, diante do grande contingente de famílias migrantes, paranaenses e nordestinas, residentes em São Carlos, no bairro Cidade Aracy. Especificamente sobre a (re)construção da identidade dos migrantes paranaenses e nordestinos, moradores no Cidade Aracy, cabe aqui uma discussão em particular, apoiando-nos nas análises de Virgínia Ferreira da Silva, estudiosa do Cidade Aracy e das relações lá existentes. Silva (2006), em “Migrantes na periferia urbana do interior de São Paulo: trajetórias e identidade”, analisa, dentro do processo migratório, a construção e a manutenção da identidade paranaense, segundo o contexto e as relações sociais estabelecidas no bairro Cidade Aracy.

Em sua pesquisa, a autora encontrou no bairro uma grande quantidade de migrantes que diziam ser paranaenses. Por outro lado, ela passa a perceber que “ser paranaense” escondia um conjunto de trajetórias distintas e, ao mesmo tempo, revelava a existência de múltiplos pertencimentos. Na verdade, o “ser paranaense” estava ligado a uma questão de status importante naquele bairro de periferia. Segundo a autora,

Muitos dos ‘paranaenses’ eram nascidos e tinham família na Bahia, em Minas Gerais ou em São Paulo. Ao mesmo tempo em que falavam do contato mantido com o Paraná, falavam de sua ligação com a Bahia ou com qualquer outro lugar que compusesse sua trajetória (SILVA, 2006, p. 91).

Especificamente no Cidade Aracy, no que diz respeito à enorme quantidade de paranaenses encontrados no bairro, de acordo com Silva, a sua experiência de campo sugere que, muitos deles, na verdade, são os que outrora saíram efetivamente de seus estados de origem, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, e migraram para o Paraná. Hoje, depois de um novo processo migratório, já em São Carlos, morando no Cidade Aracy, os filhos desses migrantes nordestinos ou mineiros, quando não, os próprios pais, são os “paranaenses”. Essa constatação demonstra que, ao longo das trajetórias desses migrantes, eles abandonaram uma identidade de “baianos”, “pernambucanos” ou “mineiros”, para assumirem a identidade de “paranaenses”. E,

assim, “foram encontrados, no bairro, paranaenses da Bahia, paranaenses de Minas, paranaenses de São Paulo, assim como paranaenses que vieram do Mato Grosso” (2006, p. 93).

Mas, afinal, o que essa identidade significa? Por que deixar de ser “baiano” ou “pernambucano” e se tornar “paranaense” neste novo espaço sociocultural e de relações pessoais, se muitos migrantes, na verdade, tendem a reafirmar a sua identidade na nova sociedade? Segundo Lucena (1999), o migrante guarda com ele uma bagagem de recordações do seu mundo conhecido, que lhe permite dar continuidade à sua vida em outro lugar. Por sua vez, a migração em grupo, através das redes migratórias que possibilitam o deslocamento de grupos de pessoas de mesma origem para um destino em comum, permite que a memória do lugar de partida seja preservada através dos hábitos, valores e tradições. Em sua pesquisa, Lucena verificou que em um bairro periférico de São Paulo, os mineiros reinventavam os modos de vidas do seu local de origem e os traduziam em comportamentos, linguagens e relações de vizinhança, imprimindo, assim, às suas práticas cotidianas, um ritmo de vida parecido com o de Minas Gerais.

A autora percebeu a preocupação dos migrantes mineiros com a manutenção da identidade do “jeito de viver” mineiro, incorporando-a na vida cotidiana do novo espaço conquistado, sem deixar de se integrar à nova cultura.

A manutenção do sotaque, dos festejos religiosos indica que a crença e hábitos são critérios objetivos de identidade étnica e regional. Uma vez inseridos no novo espaço, tentam transformá-lo à sua imagem e, ao mesmo tempo, integram-se à nova cultura num processo de adaptação e resistência (LUCENA, 1999, p. 70).

Assim, o Jardim Barbacena, bairro periférico de Cotia, na Grande São Paulo, estudado pela autora, surge de modo a produzir espaços mineiros como forma de expressão de identidade, reforçando os sentimentos de pertencimento ao lugar de origem. Lucena caracteriza nesse grupo de migrantes a importância que as festas têm. A festa é um momento importante na vida dos migrantes, sendo ela a liturgia da ausência e que explica a lógica da ruptura. Por meio das festas típicas da cultura mineira, os migrantes deste bairro “mantém vivo o vínculo com o passado, possibilitando fortalecer o sentimento de identidade e os laços de solidariedade do grupo. Uma vez que a ruptura se torna realidade, a justificativa no novo lugar é a celebração do passado” (1999, p. 71).

No entanto, não era bem isso que Silva (2006) via com os grupos de migrantes no Cidade Aracy, que se autoafirmavam paranaenses. Não havia uma identificação desses grupos de

migrantes oriundos dos mais diversos estados, sobretudo nordestinos, com o seu lugar de origem, mas a construção de uma identidade paranaense. E por que isso ocorria?

Segundo Silva (2006), é necessário pensar a (re)formação da identidade desses migrantes como uma construção simbólica, em que está em jogo uma série de significados. Esse processo, engloba, sem dúvida, mudanças e manutenções. Assim, ao mesmo tempo em que existe a tentativa, por parte do migrante, de manter a identidade da região de origem, o deslocamento de populações implica, também, a reinvenção de identidades, já que os recém-chegados precisam se colocar no novo lugar, a partir de um processo de inserção que os faça superar o estranhamento gerado por um novo conjunto de relações sociais que a eles se apresenta. A reinvenção da identidade se dá justamente para minimizar ao máximo os traumas e os desconfortos gerados pelo estranhamento das novas relações sociais. Segundo Silva (2006, p. 93), “é na mudança que as identidades são reinventadas e reconstruídas segundo as situações específicas com as quais se deparam em cada contexto, embora não deixe de ser referência para esses migrantes a sua comunidade originária”.

Em princípio, segundo a autora, nas primeiras conversas com os migrantes do bairro, eles diziam ser paranaenses. Por outro lado, a partir de uma relação de confiança mais firme entre o sujeito pesquisado e a pesquisadora, surgiam na fala deles os indícios sobre a sua ligação com os estados da Bahia, Pernambuco ou qualquer outro lugar que componha a sua trajetória. O que se percebe, diz ela, é que existe, entre tais migrantes, uma busca pela legitimação de uma identidade paranaense, em virtude da representação positiva que ela tem nesta comunidade.

Acredita-se que ‘ser paranaense’ é uma atribuição de sentido carregado de significados ligados ao status, o qual, por sua vez, liga-se ao contexto vivido por eles no bairro. Acredita-se que esses migrantes estejam lutando por uma posição diferenciada no bairro ao se colocarem como paranaenses. Isso é dizer que se inserir no bairro Cidade Aracy e na cidade de São Carlos como paranaense gera um modo de inserção diferenciado que contribui para a posição deles no novo lugar (SILVA, 2006, p. 94).

Os migrantes, quando chegam ao bairro Cidade Aracy, além de se depararem com um bairro estigmatizado, encontram também uma série de representações a respeito do próprio paranaense e do nordestino nas falas de moradores do bairro, sejam eles naturais de São Carlos, sejam outros migrantes. Nordestinos e paranaenses são representados de formas diferentes no

bairro. Segundo Silva (2006), o paranaense é tido como humilde, trabalhador, que está acostumado a acordar cedo, além de ser mais instruído. Já a representação do nordestino no bairro, ainda que velada, é diferente da do paranaense: cria-se, muitas vezes, um olhar pejorativo sobre o nordestino, uma representação estigmatizada, quase que inversa da do paranaense, o que acaba dificultando muito mais o acesso dos nordestinos ao mercado de trabalho. E o migrante nordestino reconhece essa representação e, por isso, assume outra identidade: a de paranaense.

Segundo Goffman (2006), diante do medo e da vergonha que uma pessoa estigmatizada tem de ser discriminada pela sociedade, ela passa a ocultar e manipular sua identidade real, assumindo, assim, uma identidade virtual, uma atitude que a coloca no lugar de desacreditável, ou seja, em uma posição estigmatizante, não visível a princípio. Entretanto, mesmo que uma pessoa mantenha em segredo um estigma, ela descobrirá que as “relações íntimas com as outras pessoas, ratificadas em nossa sociedade pela confissão mútua de defeitos invisíveis levá-lo-ão ou a admitir sua situação perante a pessoa íntima, ou a se sentir culpado por não fazê-lo” (GOFFMAN, 2006, p. 86).

Como vemos em Silva (2006), muitas vezes o migrante nordestino, temendo ser estigmatizado, acaba assumindo uma identidade virtual, que não é a sua, a identidade de paranaense. Pois, “ser paranaense” em São Carlos, no bairro Cidade Aracy, tem conotação positiva, principalmente se comparado ao que é “ser nordestino”. Existe uma associação positiva ligada ao paranaense em contraposição especialmente ao nordestino, embora isso não gere uma segregação clara entre eles no bairro. E é por isso que muitos migrantes que se estabelecem na grande Cidade Aracy precisam produzir as respostas possíveis para se encontrarem no bairro e conseguir emprego dentro ou fora dele. Uma das formas possíveis é se reconhecer, e ser reconhecido, como paranaense, mesmo que a sua origem mais remota não seja essa. Mas, “ser paranaense” é algo que lhe pode render boas colocações no bairro e fora dele.

Muitos dos que se dizem paranaenses têm um história de vida que os liga fortemente a um outro lugar do Brasil, como a Bahia ou o Mato Grosso, mas fica o Paraná como lugar “de onde veio” ou onde “foi criado”. Certamente essas representações positivas encontradas no bairro sobre o paranaense estimulam que isso seja feito (SILVA, 2006, p. 101).

Silva afirma, por outro lado, que essa resposta é dada também, pelo fato deles quererem se diferenciar um dos outros. Isso porque, além de serem migrantes, residem num

bairro bastante estigmatizado e sobre eles também recaem associações pejorativas. Dentro do bairro, são vistos pela população da cidade como uma massa homogênea de indivíduos que não se diferenciam quanto à renda, escolaridade ou ocupação. Assim, por partirem de uma posição já desvalorizada, torna-se importante procurar meios de se diferenciarem uns dos outros e alcançarem posições privilegiadas dentro e fora do bairro. Como os paranaenses são representados em São Carlos de forma positiva, diferentemente dos nordestinos que são vistos, na maioria das vezes, de forma pejorativa, muitos migrantes de origens diversas, apropriam-se do “ser paranaense” para adquirir um status mais privilegiado dentro e fora daquela região..

Acredita-se, enfim, que esses migrantes, vindos em busca de emprego e morando num bairro altamente estigmatizado, tendem a se afastar desse estigma da forma que é possível a cada um dos grupos. E nesse percurso, paranaenses têm maior êxito, pois encontram uma série de representações a seu favor, as quais redundam na ocupação de melhores posições também no mercado de trabalho (SILVA, 2006, p. 103).

Enfim, de acordo com a análise de Silva (2006), a representação do migrante paranaense é positiva no bairro Cidade Aracy e em São Carlos como um todo, quando comparada à representação do migrante nordestino. Por isso, muitos migrantes oriundos dos estados nordestinos, moradores no Cidade Aracy, para conseguirem ocupações e posições melhores no mercado de trabalho, são obrigados a assumirem, muitas vezes, a identidade paranaense, escondendo a sua verdadeira identidade de origem nordestina. Ciente do fato, a partir da leitura das análises de Silva (2006), de que migrantes moradores do bairro Cidade Aracy, geralmente nordestinos, assumem a identidade de paranaense, tomei muito cuidado na condução desta pesquisa. De fato, deparei-me com algumas mulheres que se diziam provenientes de famílias e cidades paranaenses. Mas, ao longo de entrevistas e conversas, com a relação de confiança sendo gradativamente estabelecida, elas iam revelando, aos poucos, suas verdadeiras identidades ao afirmarem o seu local de origem, de nascimento.

Quando realizamos a pesquisa qualitativa, nossa preocupação foi, de fato, saber a origem de nascimento delas e, ainda, de onde elas emigraram. Especificamente quanto às paranaenses, só participaram desta pesquisa mulheres e famílias efetivamente originárias do estado do Paraná, cujos membros nasceram e viveram um longo período naquele estado antes de migrarem. Todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa são nascidas no estado do Paraná e

tiveram uma trajetória de vida neste estado, antes de efetivarem o projeto de migração. Isso ficou bem claro a partir do momento em que a relação de confiança ia se estabelecendo entre elas e o pesquisador. Portanto, esta pesquisa trabalha com mulheres naturais do Paraná. Isso implica afirmar que nenhuma mulher participante da pesquisa está assumindo uma identidade que não é sua, mas sim, todas assumem a identidade que verdadeiramente lhes pertence, que é, neste caso, a identidade paranaense.

Por outro lado, todas as mulheres nordestinas entrevistadas e participantes desta pesquisa assumiram a sua identidade nordestina. Embora muitas delas tenham passado, em algum momento na cidade de São Carlos, por situações de discriminação, humilhação e desrespeito, envolvendo a sua identidade nordestina. Mesmo assim, nenhuma delas jamais procurou escondê-la ou assumir outra identidade, por vergonha ou medo de serem novamente discriminadas. Na verdade, nas entrevistas elas faziam questão de dizer que eram nordestinas, declarando, com orgulho, serem baianas, alagoanas, paraibanas, etc.

De certa forma, essa postura das mulheres nordestinas confronta-se, em certos momentos, com a análise de Silva (2006) sobre a representação positiva do paranaense e a representação negativa dos nordestinos, feita pela população de São Carlos. Boa parte das entrevistadas nordestinas afirmou que nunca foi discriminada ou mal tratada pelo fato de serem migrantes. Na verdade, muitas afirmam que os nordestinos são tidos em São Carlos como verdadeiros trabalhadores, executores de serviços que poucos querem realizar. Por outro lado, ao contrário do que afirma Silva (2006), algumas entrevistadas paranaenses afirmaram que foram discriminadas no bairro Cidade Aracy e na cidade em geral, em razão de sua condição socioeconômica e de sua origem.

É claro que não podemos generalizar e afirmar que nenhuma nordestina jamais sofrera com preconceito e discriminação em São Carlos. Como veremos no capítulo que trata sobre a trajetória de vida e de migração das mulheres migrantes e de suas respectivas famílias, o choque cultural promovido pela intolerância à diversidade cultural, geralmente, é a causa primeira da discriminação para com os nordestinos. Suzana, por exemplo, migrante pernambucana, foi vítima dele e muito sofreu quando chegou a São Carlos. Mas, por outro lado, temos que estar cientes de que muitas mulheres nordestinas nunca sofreram discriminação por serem migrantes e provenientes do nordeste, ao passo que mulheres e famílias paranaenses, por sua vez, já foram discriminadas, principalmente pelo fato de terem uma origem pobre e

trabalharem em serviços pouco valorizados socialmente. Vejamos abaixo a declaração de Irene, entrevistada paranaense e, respectivamente, a de Sandra, entrevistada pernambucana. Ambas as declarações contrastam com a análise de Silva (2006) sobre a representação das identidades, paranaense e nordestina, no bairro Cidade Aracy¹¹.

Quando a gente chegou aqui, a gente foi muito humilhado, porque a gente catava papelão. O povo ficava tirando o sarro. Eu penso que por que a gente veio de longe, eles discriminavam a gente. Um sobrinho meu que veio para cá para cortar cana, foi muito humilhado. Até na rodoviária, chamaram ele de mendigo, rapaz. O Paraná é uma cidade muito pobre. Lá não tem roupa, calçado, tudo é difícil, tudo complicado. Aqui não, aqui se tem roupa, calçado, o povo joga roupa (**Irene, 63, paranaense, moradora do Cidade Aracy II**).

Eu nunca perdi nenhum emprego por dizer que sou migrante. Não que eu saiba. Olha, você quer saber, é até o contrário. Tem lugar aqui que prefere pegar nordestinos, porque acha que a pessoa dá conta do serviço. Outro dia eu vi um cara daqui no balcão de emprego falando isso: “caramba, os caras vem da Bahia e consegue serviço. E eu tô aqui há dois meses procurando e não consigo. Eles preferem o pessoal de lá porque sabem que eles vão trabalhar, se matar e não vão reclamar do salário”. Então, as empresas daqui vê o pessoal nato daqui como “florzinha” assim. E a gente realmente é um povo diferente (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Enfim, compreendemos que a população migrante em São Carlos, por diversas razões, é vítima fácil de preconceito e discriminação, o que a leva a esconder a sua verdadeira identidade e assumir outra. Por sua vez, muitos migrantes nordestinos, em sua maioria, extremamente pobres, por emigrarem de uma terra que geralmente sofre com a falta de empregos e melhores condições de vida, geralmente são os que mais sofrem com a discriminação na sociedade de destino, o que os pode levar a manipular as suas verdadeiras identidades e a assumir a identidade de paranaense, conforme afirmou Silva (2006), em razão dela ter uma representação positiva em São Carlos. Ciente dessa constatação feita pela autora, procuramos conduzir a pesquisa de modo a trabalhar com mulheres migrantes “verdadeiramente” originárias do Paraná e dos estados nordestinos. Diante disso, todas as entrevistadas participantes desta pesquisa

¹¹ Optamos por deixar todas as falas transcritas das mulheres migrantes entrevistadas da maneira como elas ocorreram. Acreditamos que com a transcrição fiel das narrativas, mantendo inclusive os erros das pronúncias, conseguimos preservar a autenticidade das falas. O que pretendemos é interferir o mínimo possível na estruturação original do narrador (ROVAI, EVANGELISTA, 2010).

nasceram e viveram respectivamente ou em cidades do Paraná ou em cidades de estados do Nordeste. Reafirmamos ainda que nenhuma das entrevistadas nordestinas tentou se passar por paranaenses, objetivando tirar proveito da representação positiva que essa identidade parece ter, segundo Silva (2006), na cidade de São Carlos. Pelo contrário, todas se declararam nordestinas e revelaram o grande orgulho de serem provenientes dessa região do país. É claro que algumas acreditam que já devam ter sofrido, ainda que não abertamente, discriminação pelo fato de serem migrantes e nordestinas. Mas, a representação que elas têm do povo nordestino fazem-nas acreditar que a população de São Carlos tem uma visão positiva dos migrantes provenientes do Nordeste.

6. 1 Migrações Diretas e não Diretas: Ligação entre o Local de Origem e a Sociedade de Destino

Uma importante constatação ao analisar as entrevistas realizadas com mulheres migrantes originárias do Paraná e de estados nordestinos, consiste no fato de que as migrações nem sempre ocorrem de forma direta, ligando a cidade de origem à cidade de São Carlos. Segundo afirma Silva (2006), pensar a migração no Brasil consiste também considerar muitas vezes que as pessoas ou famílias não se deslocaram diretamente de um lugar para outro, mas que passaram por mais de um lugar durante o trajeto.

É certo que boa parte das entrevistadas desta pesquisa se deslocou de suas terras de origem diretamente para São Carlos, sem fazer nenhuma “conexão” ou passagem por outras localidades. Essas famílias simplesmente deixaram seus locais de origens com o objetivo claro de migrar para São Carlos, pois, de alguma forma, já conheciam e tinham informações sobre a cidade. Esse conhecimento, em geral, dava-se em razão de parentes terem migrado anteriormente para São Carlos. Uma vez lá residindo e trabalhando, esses migrantes disponibilizam informações para os seus parentes sobre a nova localidade e decisivamente influenciam no projeto de migração daqueles que ficaram. Por outro lado, outras mulheres e suas respectivas famílias migraram para São Carlos depois de outras sucessivas migrações realizadas anteriormente e, algumas destas, nem dispõem de parentes ou redes de amigos no município. Simplesmente ficaram conhecendo a cidade através de anúncios ou noticiário sobre a cidade e, especificamente, sobre a publicidade dos terrenos do bairro Cidade Aracy.

Esse é o caso de Célia, 49 anos, que nasceu e viveu em Jacobina, no estado da Bahia e que se mudou para São Carlos no ano de 2003. Antes disso, Célia se deslocou de Jacobina-BA para São Paulo com seus três filhos, por influência de uma irmã que já morava na capital paulista, depois de se separar do marido, e lá viveu por 17 anos, trabalhando e pagando aluguel, até que um dia ela tomou conhecimento da venda de terrenos em São Carlos, no bairro Cidade Aracy, com preços acessíveis, através da propaganda feita por uma imobiliária em São Paulo. Ela não conhecia São Carlos e não tinha nenhum parente seu residindo na cidade, mas os preços baixos dos lotes atraíram a sua atenção, o que resultou na compra do terreno e, posteriormente, na vinda dela para São Carlos. Depois, uma filha dela também deixou São Paulo e migrou para o mesmo destino com seus dois filhos. Vejamos o que ela afirma sobre a sua migração para São Carlos:

Me separei do meu marido. Minha irmã já morava em São Paulo. Ai vim com meus três filhos prá São Paulo. Fiquei lá dezessete anos e depois vim morar em São Carlos. Em São Paulo eu pagava aluguel e um sonho era comprar uma casa. Aí eu comprei o terreno aqui e construí a casinha aqui, pois o Sr. João trabalhava na imobiliária e fazia propaganda em São Paulo, dos terrenos no interior. Aí comprei. Fiquei lá um tempo, aí construí e vim. Depois veio minha filha com seus dois filhos. Os outros dois filhos meus estão em São Paulo **(Célia, 49, natural da Bahia, residente no bairro Cidade Aracy)**.

Atualmente, Célia é dona de um bar no bairro e disse que não pensa em retornar para São Paulo ou para a Bahia para morar, mas afirmou que todo ano ela vai para Jacobina visitar as suas outras irmãs que residem lá, ou para São Paulo, visitar os seus dois filhos. Como se observa nesse caso, a migração para São Carlos não ocorreu diretamente do local de origem, mas se deu com a passagem e fixação dela e de sua família em São Paulo, por 17 anos. Ela nem mesmo conhecia a cidade de São Carlos e, só veio a conhecê-la, a partir de propagandas feitas por uma imobiliária sobre o loteamento no bairro Cidade Aracy.

Há outros casos parecidos. Um deles é o de Dona Tereza, 67 anos, que é natural de Euclides da Cunha, BA, e mora em São Carlos há sete anos. De acordo com ela, primeiramente migrou juntamente com o seu marido e filhos para São Paulo e lá viveu por quarenta anos, trabalhando em empresas de costura. Seu marido faleceu há 14 anos. Sua ida para São Paulo ocorreu devido à influência de seus irmãos, que haviam migrado anos antes para a capital paulista. A vinda de dona Tereza para São Carlos ocorreu em razão de sua filha, que conheceu e

casou-se com um rapaz natural de São Carlos. Depois que eles estavam casados, ela passou a visitar a filha e gostou da cidade e resolveu mudar-se também. Vejamos seu depoimento:

Primeiro vieram meus irmãos pra São Paulo. Ai depois a gente veio também. A gente chegou e começou a trabalhar. Fui para São Paulo há 40 anos, sempre trabalhei em firma de costura. Era fácil conseguir emprego naquela época, nem precisava de estudo. Depois minha filha casou com um moço de São Carlos. Aí eu vim pra cá visitar ela e gostei da cidade (**Tereza, 67 anos, natural da Bahia, residente no Cidade Aracy**).

Outro depoimento é o de Cida, que diz:

Eu nasci no interior do Paraná, em São João do Ivaí e fui criada em Curitiba. Eu fui para Curitiba com 13 anos. Eu conheço mais Curitiba do que o interior do Paraná. De Curitiba eu migrei para São Carlos. Eu vim para São Carlos em 2002. Tudo começou com a minha irmã. Eu nem conhecia São Carlos. Ela veio primeiro. Depois ela falou para minha mãe que aqui era um lugar sossegado, tranquilo para se poder viver. Aí minha mãe veio. Daí, depois de um ano mais ou menos, eu vim também. Fiquei morando sozinha lá, e depois eu vim. Tem meus irmãos que moram tudo lá, minha família mora toda lá. Então, fiquei morando com os meus irmãos, assim, morando junto não, mas na cidade. Daí, depois eu vim morar para cá, perto da minha mãe. Minha irmã conheceu São Carlos porque amigos dela veio morar aqui e falaram que aqui era um lugar sossegado, tranquilo. E assim foi passando, um foi passando para o outro e ela veio (**Cida, 32 anos, paranaense**).

Como vemos a partir destes três exemplos, não devemos pensar a migração em São Carlos como um fenômeno que sempre ocorre de forma direta, ligando o local de origem à cidade em questão. Essa ligação ocorre, muitas vezes, de forma indireta, depois de as mulheres migrantes e suas famílias terem passado e se fixado em outro lugar. Dentre as 33 mulheres migrantes entrevistadas, quinze são provenientes do Paraná e dentre estas, três migraram para São Carlos depois de passarem e fixarem residência em outra localidade. As outras dezoito mulheres migrantes são originárias de estados nordestinos. Dentre essas, sete primeiramente emigraram de seu local de origem e fixaram residência em São Paulo e apenas posteriormente migraram para a cidade de São Carlos.

Além disso, essa ligação indireta pode ocorrer não através de redes sociais, como redes de parentesco e amizade, mas por meio de outros mecanismos, como, por exemplo, quando o deslocamento para São Carlos ocorre através de propagandas feitas por imobiliárias sobre lotes

no bairro Cidade Aracy. Esta questão envolvendo inexistência de redes migratórias, sobretudo de parentesco, é peculiar e bastante interessante quando comparamos as migrações indiretas de mulheres migrantes paranaenses, com as migrações indiretas de mulheres nordestinas. O que ficou constatado na pesquisa foi que as paranaenses e suas famílias sempre migraram para São Carlos, seja diretamente, seja indiretamente por meio de redes de parentesco ou amizade. Sempre tiveram um parente ou amigo que migrou antes e, ao se estabelecer na cidade, serviu como referência para outras migrações envolvendo seus familiares e conterrâneos. Por sua vez, as mulheres nordestinas e suas respectivas famílias criam modalidades diferentes de migração, podendo ou não utilizar o recurso das redes de parentesco ou de amigos. Tudo vai depender do tipo da migração. Se for uma migração direta do local de origem para São Carlos, o uso de redes migratórias, sobretudo de parentesco é imprescindível. Não há uma entrevistada, cuja migração da família tenha ocorrido de forma direta, ligando o local de origem à sociedade de destino, que não chegou a São Carlos por meio de redes de parentesco ou de amizade. A vinda delas e de suas famílias para São Carlos só ocorre porque as redes migratórias, sobretudo de amizade, são muito fortes, o que acaba influenciando na decisão daqueles que ainda não partiram.

Contudo, se a migração para São Carlos ocorrer depois de uma “escala” numa outra localidade, principalmente em São Paulo, o recurso das redes de parentesco pode não ser tão importante. Algumas famílias nordestinas, que passaram longos anos em São Paulo, descobriram São Carlos e migraram para lá sem o apoio de redes migratórias. Fizeram isso apenas porque perceberam que poderiam ter uma qualidade de vida melhor naquela cidade, começando pelos custos mais baixos de moradia e pela tranquilidade, objetivando sair do mundo agitado e estressante de São Paulo, segundo contam. Este foi o caso de Célia, como vimos, e é também o caso de Mercedes, que só migrou de São Paulo depois de comprar um lote em São Carlos, após ver uma propaganda em um folheto.

Eu vim para São Carlos devido a um lote que comprei aqui. Eu descobri São Carlos... é engraçado eu te falar. Eu estava em São Paulo, num ponto de ônibus, e de repente eu vi um panfleto sobre um loteamento no interior de São Paulo. Quando eu li, falava assim: “terrenos a partir de R\$ 75,00 mensais. Tem água, tem luz, posto de saúde, asfalto”. Aí eu falei com a minha filha que o terrenos era barato, aí nos resolvemos comprar. Até então não conhecia São Carlos. Aí eu fui na imobiliária, entrei, conversei com o corretor, viemos visitar com o ônibus que saía da imobiliária. Quando conheci, só tinha mato aqui, mas tinha o posto de saúde, tinha asfalto. Aí eu comprei, deixei três mil reais na imobiliária, vendi meu barracinho lá em São Paulo. Aí eu fui juntando um dinheirinho, fiz um

quartinho no terreno e vim para cá. **(Mercedes, nordestina, 58 anos).**

Entretanto, ainda assim, essa situação é minoria. Embora as nordestinas tenham recorrido a essa modalidade de migração, sem contar com o auxílio e a recepção de um parente ou de um amigo na nova sociedade de destino, em geral, as migrações para São Carlos, mesmo que de forma indireta, ocorrem por intermédio de redes migratórias, sobretudo de parentesco. O mais comum como veremos no próximo capítulo, são as famílias migrantes recorrerem ao uso de redes migratórias de parentesco para efetivar o projeto migratório.

Uma outra observação a ser feita sobre migrações indiretas envolvendo famílias nordestinas e famílias paranaenses diz respeito ao destino delas. Percebe-se que boa parte das famílias nordestinas efetiva os seus projetos migratórios escolhendo como destino a cidade de São Paulo para recomeçarem as suas vidas, enquanto as famílias paranaenses, ao efetivarem a migração, escolhem destinos diversos antes de chegarem a São Carlos. Ao analisar as nossas entrevistas, percebe-se que as famílias paranaenses, antes de chegar em São Carlos, se estabeleceram em outras localidades do estado do Paraná ou do interior paulista, sem se fixarem em São Paulo. Não estava em seus projetos migratórios o destino cidade de São Paulo. Por outro lado, todas as famílias nordestinas pesquisadas, que realizaram migrações indiretas, escolheram como local de destino a cidade de São Paulo. A capital paulista teve grande importância nos projetos migratórios das famílias de nordestinos, que vislumbravam uma melhor condição de vida ao deixarem seus locais de origem. Todos saíram de suas terras diante do sofrimento com a falta de emprego, de condições para plantar, de renda, de recursos para a saúde, etc., e se deslocaram para São Paulo com a perspectiva de conseguir tudo isso. Conforme afirma Perillo (1994) e segundo aponta as pesquisas do IBGE, IPEA, SEADE e outros institutos, São Paulo, desde 1950, diante do progressivo desenvolvimento industrial, atrai muitos migrantes à procura de trabalho, sobretudo os nordestinos. Ainda, atualmente, muitos nordestinos se deslocam de suas terras de origem para trabalharem na capital paulista, nos diversos setores da economia, principalmente no industrial e de serviços. Assim, influenciadas pelo desenvolvimento industrial de São Paulo e almejando conseguir bons empregos e melhor qualidade de vida, essas mulheres nordestinas em questão, deixaram as suas terras de origem e migraram, sonhando com um futuro promissor.

Lá é uma terra muito sofrida. Não tinha emprego. Por isso, a gente teve que ir embora de lá. Fomos para São Paulo para tentar a vida. Lá a gente trabalhava na

roça. Meus pais, todos, trabalhavam na roça, e eu também. Era sofrido. Não ganhava muito, não tinha muito o que comer. Tinha seca. Era difícil. (**Lúcia, nordestina, 48anos**).

Enfim, quando pensamos a migração em São Carlos e em geral, é importante pensá-la a partir de suas múltiplas facetas, que englobam migrações diretas e indiretas, redes sociais, anúncios de jornais e propagandas, dentre outros mecanismos que possibilitam a efetivação dos projetos migratórios. E pensar que as trajetórias de vida e de migração entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas podem ser diferentes.

6. 2 Conhecendo as Mulheres Migrantes Paranaenses e Nordestinas

Mulheres migrantes paranaenses

Luana¹² tem 35 anos, é natural de Boa Esperança-PR e migrou diretamente de sua cidade natal para São Carlos, juntamente com os seus pais, há 23 anos. Atualmente é casada e vive com o marido e os dois filhos em casa própria. Ela estudou até a sétima série do ensino fundamental e o marido conseguiu concluir o segundo grau. A vinda de sua família se deu em razão de influências de parentes que emigraram de Boa Esperança e se fixaram em São Carlos. No local de origem, sua família residia no sítio e trabalhava na agricultura. Eles resolveram sair de lá porque a atividade agrícola não estava gerando bons rendimentos. Atualmente em São Carlos, apenas trabalham fora o marido e a filha, enquanto ela é dona de casa. Não tem nenhuma intenção de retornar para a terra natal.

Maria tem 37 anos, nasceu no município de Santa Amélia-PR, migrou há três anos diretamente de seu local de origem para São Carlos, juntamente com o seu marido, também paranaense. Ela e o marido estudaram até a oitava e sétima série do ensino fundamental, respectivamente. Em uma confortável casa própria, residem ela, o marido e seus dois filhos. Ambos estão casados há 19 anos. Seu marido trabalha como gesseiro, e ela é dona-de-casa. A renda familiar gira em torno de R\$ 1.500,00 mensais. A vinda deles para São Carlos se deu por incentivo de seu cunhado, irmão de seu marido, que havia migrado com sua família antes. Maria

¹² Todos os nomes expostos nesta tese são fictícios, para preservar a identidade das participantes desta pesquisa.

e o marido também moravam em fazenda e trabalhavam na agricultura. Resolveram sair de lá porque a atividade agrícola não estava gerando lucro e não viam perspectiva de futuro ali na região. Apesar de tudo, ela tem vontade de voltar a morar na terra natal.

Josefa tem 60 anos, nasceu no município de Corumbataí do Sul-PR e migrou juntamente com o marido e os filhos há 18 anos, diretamente de seu local de origem para São Carlos. Ela e o marido possuem o ensino fundamental incompleto. Em uma casa própria, residem apenas ela e o marido. Os filhos já são casados e moram no bairro. A vinda deles para São Carlos ocorreu depois que a sua filha casou e foi morar em São Carlos sob influência do cunhado dela, irmão do marido, que já estava residindo na cidade. Além disso, eles trabalhavam e moravam no sítio e a lavoura estava gerando poucos rendimentos. Por fim, os filhos queriam sair do sítio e morar na cidade. Desse modo, deixaram a zona rural do Paraná e vieram para São Carlos, residir na cidade. Não tem vontade de voltar a morar no Paraná, pois todos os filhos moram em São Carlos.

Cleide tem 56 anos, é natural de Jaguapitã-PR, migrou, juntamente com o marido paranaense e os três filhos, há 21 anos, diretamente do seu local de origem para São Carlos. Ela estudou até a quarta série do ensino fundamental e atualmente é dona de casa. Mas, desde quando ela chegou a São Carlos, sempre trabalhou de empregada doméstica. O marido também tem o ensino fundamental incompleto e, atualmente, é concursado da prefeitura de São Carlos. No Cidade Aracy, numa casa própria, residem ela e o marido apenas. Os filhos já são adultos, todos acima dos trinta anos. A vinda deles para São Carlos ocorreu em razão da influência de uma irmã de Cleide que já morava em São Carlos, que os convenceu a se mudar para cá. Com isso, eles venderam as poucas coisas que tinham no Paraná e migraram para São Carlos, com a esperança de conseguir um bom emprego para si e para os filhos. Atualmente, eles estão muito arrependidos de terem se mudado para São Carlos e Cleide afirma que eles têm muita vontade de voltar para a terra natal, mas não voltam somente por causa dos netos e dos filhos que já estão estabelecidos em São Carlos. Segundo Cleide, a vida no Paraná, na sua terra de origem, é muito melhor, mediante do sossego e da vida simples que o povo de lá vive. Se pudessem, voltariam para lá.

Neiva tem 45 anos, é natural de Rio Bom-PR, migrou juntamente com o marido e dois filhos há 20 anos, diretamente de seu local de origem para São Carlos. Neiva estudou até o quarto ano do ensino fundamental e sempre trabalhou como faxineira em São Carlos. Atualmente, trabalha em um hospital, na ocupação de auxiliar de serviços gerais, realizando

limpezas. O marido estudou até a oitava série do ensino fundamental e, depois de ter passado por outros empregos, atualmente trabalha de vigilante. Quando chegaram a São Carlos, foram morar no bairro Cidade Aracy, pagando aluguel. Com o passar dos anos, conseguiram comprar um terreno no bairro e construíram seu imóvel e hoje moram em casa própria. A vinda deles para São Carlos ocorreu em razão de sua mãe e seus irmãos terem migrado anteriormente para São Carlos. Em seguida, eles incentivaram Neiva e o marido a também migrarem para São Carlos, dizendo que a cidade era boa para emprego, pois todos estavam empregados naquele momento. Em Rio Bom, eles moravam no sítio e cultivavam café e feijão, porém as plantações não estavam dando lucro para a família. Foi quando decidiram sair de seu local de origem, se deslocando para São Carlos.

Natália tem 34 anos, é natural de Florestópolis-PR, migrou, juntamente com o marido e com as duas filhas, de quinze e treze anos, há cerca de 11 anos, diretamente de seu local de origem para São Carlos. Ela estudou até a quinta série do ensino fundamental e é diarista. O marido conseguiu concluir o ensino médio e é trabalhador rural. Residem ela, o marido e as duas crianças numa casa simples, mas própria. Atualmente, ele está desempregado e faz ‘bico’ de servente de pedreiro. A renda mensal da família gira em torno de R\$ 600,00. A vinda deles para São Carlos ocorreu por influência do pai, que tinha migrado e já estava residindo em São Carlos. O marido estava sem serviço na sua cidade de origem e eles resolveram migrar para São Carlos. Ela sente saudade de sua terra natal e de familiares que ficaram lá, mas não tem intenção de voltar para Florestópolis para morar.

Lurdes possui 53 anos, é natural de Wenceslau Brás-PR, migrou juntamente com o marido e os dois filhos para São Carlos, há 31 anos. Depois de alguns meses instalados na nova localidade, o marido separou-se dela e voltou para o Paraná. Lurdes preferiu ficar em São Carlos e, tempos mais tarde, ela conheceu outro homem e passou a morar junto com ele. Após 21 anos em São Carlos, Lurdes viajou para o Paraná para buscar os papéis da separação para se casar com o novo companheiro e soube, neste momento, que o ex-marido havia falecido. Consequentemente, casou-se oficialmente com o companheiro, com quem vivia há 19 anos. Com o atual marido, ela teve mais um filho. Ao todo, ela tem três filhos, sendo que dois residem com ela e o marido em sua casa própria, e o outro, já casado, reside no bairro Cidade Aracy. Lurdes estudou até o segundo ano do ensino fundamental e atualmente é do lar. Mas, tempos atrás, trabalhava fora. Seu atual marido possui o ensino fundamental incompleto e trabalha no setor da

agricultura em São Carlos. Também reside numa outra casa, mas no mesmo lote, a mãe de Lurdes. A vinda de Lurdes para São Carlos se deu em razão da vinda da mãe, que havia migrado juntamente com uma filha e o respectivo marido. Com isso, Lurdes, que disse que não ficava longe da mãe, também resolveu migrar para São Carlos, após entrar num consenso com o marido. Lurdes tem planos, para o futuro, de retornar para o Paraná.

Marisa tem 43 anos, é natural de Porecatu-PR, migrou juntamente com o marido paranaense e os filhos diretamente para São Carlos, há 19 anos. Marisa e o marido possuem quatro filhos e, dentre esses, apenas o mais novo, de dezessete anos, nasceu em São Carlos. Marisa estudou até a quarta série do ensino fundamental, sempre trabalhou em São Carlos, como diarista, mas atualmente é dona de casa, em virtude de problemas de saúde, que a impedem de trabalhar fora. Seu marido estudou até a quinta série do ensino fundamental e é pedreiro. A vinda deles para São Carlos ocorreu em razão de seu pai, que já havia migrado para São Carlos. No Paraná, eles moravam e trabalhavam no campo, cortando cana-de-açúcar. Mas estava cada vez mais difícil arrumar emprego naquela região e o marido, sabendo que o pai de Marisa estava morando em São Carlos, resolveu migrar com a família. Primeiramente, veio o marido e logo ao chegar conseguiu emprego numa usina canavieira. Conseqüentemente, após receber o primeiro pagamento, ele voltou para Porecatu para buscar a esposa e as crianças. Atualmente, Marisa se considera uma são-carlense e, nem ela, nem o marido, têm vontade de retornar para a terra natal.

Irene tem 63 anos, é natural de Ortigueira-PR, migrou juntamente com seu marido e filhos diretamente para São Carlos. Porém, logo que chegaram, ela e o marido se divorciaram. Depois do divórcio Irene não se casou mais, criou sozinha seus oito filhos e atualmente mora com uma filha em uma casa própria, no Cidade Aracy II. Todos os outros sete filhos são casados e residem no bairro. Irene é analfabeta e para sobreviver e criar os filhos em São Carlos, sempre trabalhou juntando lixo reciclável. Atualmente, por motivos de saúde, ela não está trabalhando fora e sobrevive com ajuda dos filhos e de vizinhos, além de uma bolsa de R\$ 58,00, paga pelo CRAS. No Paraná, eles moravam no sítio e trabalhavam na agricultura, mas estavam descontentes com o que ganhavam e, através de influências de parentes que já haviam migrado para São Carlos, resolveram partir em busca de melhores condições de vida para si e para os filhos. Porém, Irene veio descontente para São Carlos, pois achava que o melhor era ficar em sua terra de origem. Atualmente, ela pretende retornar definitivamente para Ortigueira. Só não foi ainda porque a filha, que é solteira e mora com ela, não quer voltar.

Arlinda tem 60 anos, é natural de Mamborê-PR e antes de migrar para São Carlos, havia migrado juntamente com o marido paranaense e os filhos para Maringá-PR. Fixaram-se por um tempo lá e depois, no ano de 1999, vieram para São Carlos. Ela fez apenas o primeiro ano do ensino fundamental e nunca trabalhou fora. Seu marido não completou o ensino fundamental e é pedreiro. Na terra natal, eles moravam no sítio e trabalhavam na agricultura, mas depois, por algum motivo, perderam as terras que possuíam e foram obrigados a deixar o município. Com isso, migraram para Maringá. Em Maringá ficaram alguns anos e, depois, por influência dos irmãos de Arlinda, que já moravam em São Carlos, decidiram migrar novamente. O motivo da nova migração foi a questão do trabalho, visto que em Maringá o marido estava desempregado. Decidido que migrariam para São Carlos, primeiramente veio o marido sozinho. Ficou alojado na casa de um irmão dela e, depois que arrumou serviço, ele trabalhou por dois meses até buscar a mulher e os filhos.

Noêmia tem 50 anos, nasceu em Primeiro de Maio-PR e antes de migrar para São Carlos, havia migrado juntamente com o marido e seus filhos, para São Paulo. No ano de 1974 eles migraram para a capital paulista e lá ficaram 22 anos. Em 1996, migraram para Catanduva, interior de São Paulo. Após se fixarem nesta cidade por alguns anos, novamente alçaram voo e migraram para Casa Branca, cidade do interior paulista. Somente em 2004 ela e o marido, sob influência de uma irmã dele, migraram para São Carlos e se fixaram no Cidade Aracy. Noêmia e o marido fizeram apenas o primeiro ano do ensino fundamental. Em São Carlos ela sempre trabalhou de empregada doméstica, mas atualmente não trabalha mais. Seu marido é eletricitista. A renda familiar gira em torno de R\$ 800,00. Após alguns anos que estavam em São Carlos, todos os outros filhos, que residiam em Casa Branca, também migraram para São Carlos. Todos moram no Cidade Aracy e apenas o filho mais novo, de 26 anos, reside com os pais. A vinda de Noêmia e de sua família para São Carlos ocorreu em decorrência da influência de uma irmã do marido dela, que havia migrado primeiro. Como em Casa Branca eles estavam sem serviço, resolveram tentar a sorte em São Carlos. Segundo ela, eles não se arrependem, pois em São Carlos, compraram casa e conseguiram emprego. Não pensam em retornar para Primeiro de Maio e nem sair de São Carlos.

Ruti tem 43 anos, é natural de Guaravera-PR, um distrito que pertence a Londrina-PR, migrou há 23 anos, diretamente para São Carlos, juntamente com o seu companheiro, com o qual ela não era casada oficialmente, e com um filho, fruto de outro relacionamento. Em São

Carlos ela teve mais três filhos com o companheiro, mas há um bom tempo eles se separaram e atualmente Ruti está solteira. Ela trabalhou numa cooperativa em São Carlos, mas com o seu fechamento, veio a perder o emprego e hoje está desempregada e sem renda familiar. A família está sobrevivendo com a ajuda de filhos e de vizinhos, já que ela deixou de receber a Bolsa Família, no valor de R\$ 20,00, referente ao filho mais novo, que hoje tem 16 anos. Em uma casa alugada, reside ela e um filho, sendo que os outros são casados e residem no bairro. Ruti não chegou a completar nem o primeiro ano do ensino fundamental. Isso ocorreu, segundo ela, porque quando pequena, seus pais moravam no sítio. Com a morte de seu pai, ela e seus irmãos foram obrigados a saírem da escola para ajudar a sua mãe, trabalhando na roça. No Paraná, ela e o ex-companheiro residiam na cidade, mas ele trabalhava numa fazenda, por dia. Ela, por sua vez, chegou a ir algumas vezes para o trabalho na fazenda, mas como tinha criança pequena, ficava mais em casa, cuidando dos afazeres domésticos e do filho. Como os ganhos do marido eram poucos e como tinha uma irmã em São Carlos, ele resolveu migrar para São Carlos. Ruti não queria vir, mas acabou concordando com o projeto migratório. Atualmente, ela não pensa em retornar para a sua terra natal.

Cida tem 32 anos, nasceu em São João do Ivaí-PR e lá viveu até os treze anos, Em 1992 seus pais migraram para Curitiba-PR, onde Cida viveu até o ano de 2002. Em Curitiba, ela concluiu o ensino médio, trabalhou e teve um filho. Cida nunca se casou e decidiu vir juntamente com o filho para São Carlos, depois que a sua irmã e, conseqüentemente, sua mãe, migraram para a cidade em busca de sossego e tranquilidade. Como Cida não queria ficar longe da mãe e como estava em busca de um lugar que fosse menos violento e mais sossegado do que Curitiba, ela migrou para São Carlos e se fixou no Cidade Aracy. Em São Carlos, Cida possui casa própria e mora com o filho e uma filha, que hoje está com sete anos. No início, quando chegou à cidade, ela arrumou emprego fácil, mas, por causa de uma complicação na gravidez de seu segundo filho, teve que sair do emprego. Depois disso, nunca mais conseguiu arrumar um emprego fixo e hoje ela e seus dois filhos vivem de trabalhos esporádicos que a mulher realiza numa casa de massa e do dinheiro que recebe vendendo produtos Avon. A renda mensal da família gira em torno de R\$ 600,00. Embora goste de Curitiba, Cida não tem intenção de retornar para lá, já que possui sua casa própria em São Carlos.

Rose tem 23 anos, é natural de Faxinal-PR e veio diretamente para São Carlos com a sua mãe e seus irmãos há cerca de cinco anos. Em São Carlos, Rose ficou grávida e passou a

morar com o pai de seu filho, mas nunca se casou oficialmente. Em seguida, ela teve o segundo filho. Tempos depois começou a trabalhar em uma fábrica, mas seu companheiro desaprovava, pois não gostava que ela trabalhasse fora, em virtude das crianças e por ciúme. Não demorou muito e eles se separaram. Atualmente, residem ela e os filhos numa casa, cuja proprietária é sua mãe. A mãe de Rose separou-se do marido ainda em Faxinal-PR e resolveu migrar para São Carlos depois que foi despedida do serviço. Como ela tinha uma irmã que já morava em São Carlos e a incentivava a vir para perto dela, a mãe de Rose e os filhos deixaram Faxinal, para se instalarem em São Carlos, no bairro Cidade Aracy. Atualmente, ela trabalha de cozinheira num restaurante e mora na casa dos fundos da residência de Rose, juntamente com seus outros dois filhos. Rose, por sua vez, é operadora de máquina, mas atualmente está desempregada. Ela não pretende retornar para a sua terra natal.

Guiomar é solteira, tem 33 anos, é natural de Ortigueira-PR, migrou diretamente para São Carlos, juntamente com três filhos, há dez anos. Ela fez apenas o primeiro ano do ensino fundamental e, no Paraná, morava no sítio e trabalhava na roça. A vinda dela e de seus filhos para São Carlos ocorreu em razão de todos os seus parentes próximos, como mãe e irmãos, sob influência de um cunhado dela, terem migrado. Como ela não queria ficar longe da mãe e dos irmãos, decidiu vir também. Em São Carlos, Guiomar teve mais um filho. Em seguida, através de um acordo, comprou em prestações uma casinha simples no bairro Cidade Aracy e nela reside, juntamente com seus quatro filhos. Guiomar trabalha numa cooperativa, juntando e vendendo lixo reciclável e é de onde tira o sustento dela e dos filhos. Apesar de ganhar pouco, não tem intenção de retornar definitivamente para o Paraná.

Mulheres migrantes nordestinas

Suzana tem 41 anos, é natural de Bom Conselho-PE, migrou diretamente para São Carlos, juntamente com o marido, há 22 anos. Em Pernambuco, ela e o marido, recém-casados, trabalhavam numa fazenda, mas estavam descontentes com os rendimentos e a exploração no trabalho. Em São Carlos, ela já tinha cunhados que haviam emigrado de Bom Conselho. Inicialmente, Suzana e seu marido ficaram na casa desses parentes, mas depois conseguiram alugar uma casa de dois cômodos e pagaram aluguel por oito anos. Nesse meio tempo, outros parentes de Suzana vieram para São Carlos e se instalaram provisoriamente na casa dela. O

marido de Suzana trabalhou quatro anos em uma fábrica e quando saiu, com o acerto, eles conseguiram comprar uma casa no bairro Gonzaga, em São Carlos. Mas devido ao alto grau de violência do bairro, eles decidiram, depois de juntar mais um dinheiro, comprar o terreno em que atualmente residem, no bairro Cidade Aracy. Suzana estudou até a oitava série do ensino fundamental. Em São Carlos sempre trabalhou de empregada doméstica e em fábricas da cidade. Atualmente, está desempregada, mas está procurando emprego. Por sua vez, seu marido também estudou até a oitava série. Em São Carlos, trabalhou em várias fábricas. Suzana já trouxe várias pessoas de sua família de Bom Conselho para São Carlos, como os seus pais, irmãos, primos e tias. Todos, em algum momento, residiram em sua casa. Atualmente, residem em sua casa ela, o marido e dois filhos.

Adelaide tem 27 anos, é natural de Bom Conselho-PE, migrou diretamente para São Carlos, juntamente com o marido. Em São Carlos, inicialmente eles passaram a residir na casa da irmã mais velha de Adelaide, a Suzana, e logo depois começaram a trabalhar. Em seguida, tiveram dois filhos. Adelaide estudou até a oitava série do ensino fundamental e trabalha de diarista em São Carlos. Seu marido não completou o ensino fundamental e trabalha de pedreiro. Atualmente, ela e o marido se separaram. Em uma casa que Adelaide está acabando de construir, moram ela e seus dois filhos. A vinda dela e de seu marido para São Carlos ocorreu por influência de Suzana, que afirmou que, para emprego, São Carlos era muito bom. Em Bom Conselho, eles trabalhavam na agricultura e estavam tendo dificuldade com a seca. Hoje, ela não pensa em retornar para a terra natal para morar.

Malvina tem 73 anos, é natural de Bom Conselho-PE, é mãe de Suzana e Adelaide e migrou diretamente para São Carlos, juntamente com o seu marido e um filho, já maior de idade, há sete anos. Dona Malvina cursou apenas a primeira série do ensino fundamental e seu marido é analfabeto. Em Bom Conselho, eles residiam em um pequeno sítio e nele plantavam e tiravam o sustento para si e para os filhos. Viveram uma vida toda na terra natal, trabalhando na agricultura e atualmente ambos são aposentados. A vinda deles para São Carlos ocorreu em razão de suas filhas, Adelaide e Suzana, terem migrado. Diante da distância dos filhos e depois de terem passeado algumas vezes na casa das filhas em São Carlos, ela e o marido decidiram ir ao encontro das filhas. Em São Carlos, eles conseguiram construir uma casinha simples no terreno, cuja dona é a sua filha mais velha, Suzana. Neste terreno, além da casa de Dona Malvina, existem ainda as casas de Suzana e de Adelaide. Na casa de dona Malvina, residem ela, o marido, o filho,

uma prima e a sua irmã, Catarina. Embora goste muito de Bom Conselho, ela apenas tem intenção de voltar lá apenas para passear.

Catarina tem 72 anos, é natural de Bom Conselho e é irmã de dona Malvina. Migrou diretamente para São Carlos sozinha, em 2010, após a morte do marido. Catarina é aposentada e recebe um salário mínimo de aposentadoria. Estudou até a terceira série do ensino fundamental e em sua terra natal, trabalhava na roça juntamente com o marido. Depois de aposentada e após a morte do marido, a sua irmã, dona Malvina, e suas sobrinhas, Adelaide e Suzana, pediram para que ela viesse para São Carlos, para ficar mais perto delas. Catarina então migrou para São Carlos, apesar de ter deixado a sua casa fechada em Bom Conselho. Ela tem muita vontade de retornar para a sua terra natal, pois lá ela tem sobrinhos, amigos e outros parentes. Em São Carlos, está residindo na casa de dona Malvina. Lá em sua terra natal, por algum tempo, alguns parentes seus moraram com ela e com o marido.

Dolores tem 54 anos, é natural de Floresta-PE e há dez anos migrou sozinha para São Carlos, depois de se separar do marido, ainda em Pernambuco. Dolores afirma que em sua terra natal ela estava passando fome, não encontrava serviço e, como já tinha um tio dela que havia migrado há alguns anos, resolveu tentar a sorte em São Carlos. Ela tem três filhos e todos ficaram na terra natal, com os pais de Dolores. De acordo com Dolores, ela estudou poucos anos no ensino fundamental e em Floresta ela trabalhava de “boia-fria” e ganhava, por um dia de trabalho, o equivalente a R\$ 1,50. Diante da condição de vida sofrida, ela resolveu migrar sozinha, sem os filhos, para São Carlos, em busca de emprego e melhor qualidade de vida. Em São Carlos, Dolores apenas conseguiu trabalhar como babá e faxineira e nunca foi registrada. Atualmente, Dolores está desempregada e para sobreviver, quando aparece serviço, trabalha fazendo “bicos” e faxinas nas casas de famílias residentes ali no bairro. Por conta dessa situação, ela está sem renda e depende, muitas vezes, da ajuda dos vizinhos para poder comprar gás, comida e se alimentar. Sua esperança é que consiga um auxílio do CRAS mensalmente. Quando pode, ainda manda dinheiro para os filhos que ficaram com os avós em Floresta. Diante de sua condição e por ter muitos parentes residindo em sua terra natal, ela pretende, quando for possível, retornar e se fixar definitivamente em Floresta.

Vânia tem 28 anos, é natural de São José do Delmonte-PE, migrou, juntamente com a filha de dois anos, no ano de 2010 diretamente para São Carlos, após o seu marido vir para trabalhar na colheita de laranja. Quando chegaram, instalaram-se na casa de sua mãe, que já havia

migrado anos antes. Contudo, meses depois de instalados na cidade, o marido se separou de Vânia, deixando-a com a filha. Atualmente, Vânia mora com a filha numa casinha alugada, próxima à residência de sua mãe, no bairro Cidade Aracy. Para sobreviver em São Carlos, Vânia faz faxina na casa de outras famílias. Atualmente, ela não está realizando nenhuma atividade remunerada e está sem nenhuma renda. De acordo com Vânia, ela e a filha estão passando muita dificuldade e, às vezes, apenas conseguem se alimentar de arroz e feijão puros, sem mistura. A mãe também não pode ajudar, pois também está desempregada. Apesar de tudo, não pretende retornar para a sua terra natal, pois diz que São Carlos é bem melhor, sobretudo, no aspecto atendimento a saúde. E, por conta disso, incentiva seus conterrâneos, especialmente membros de sua família, a migrarem para São Carlos.

Tereza tem 67 anos, é natural de Euclides da Cunha-BA, migrou com o marido e os filhos para São Paulo e por lá viveu cerca de 40 anos, trabalhando em empresas de costuras. Em 2005, cerca de oito anos após a morte do marido, ela resolveu mudar-se para São Carlos. Sua ida para São Paulo ocorreu devido à influência de seus irmãos, que haviam migrado anos antes para a capital paulista. A vinda de dona Tereza para São Carlos ocorreu em razão da influência da filha, que conheceu e se casou com um rapaz natural de São Carlos. Depois que eles estavam casados, ela passou a visitar a filha, gostou da cidade e resolveu mudar-se também.

Célia tem 49 anos, é natural de Jacobina-BA e antes de mudar-se para São Carlos, migrou para São Paulo, com seus três filhos, depois de se separar do marido. Depois de longos anos em São Paulo trabalhando e criando seus filhos, Célia ficou sabendo, através de uma propaganda de uma imobiliária, que na cidade de São Carlos havia sido lançado um loteamento no bairro Cidade Aracy, com preços bastante acessíveis. Sem ter nenhum parente ou amigo em São Carlos, ela comprou o lote, construiu e migrou novamente, e instalou-se diretamente no Cidade Aracy. Célia estudou até a oitava série do ensino fundamental e sempre trabalhou para poder sustentar a sua família. Em São Paulo, ela foi copeira, empregada doméstica, faxineira e arrumadeira. Por sua vez, em São Carlos ela conseguiu montar um bar. Atualmente, ela é amasiada e vive com o companheiro em sua casa própria.

Fátima tem 52 anos, é natural de Cajazeiras-PB, migrou sozinha há dois anos, depois de três meses que seu companheiro havia migrado para São Carlos, diretamente de Cajazeiras. Fátima é viúva, mas depois de alguns anos da morte de seu marido, ela passou a viver com o atual companheiro, que tem 56 anos e é natural de Cajazeiras também. Na Paraíba, eles estavam

sem serviço e passando por muitas dificuldades. Diante de uma vida sofrida, decidiram procurar um lugar que lhes proporcionasse emprego e melhor condição de vida. A vinda deles para São Carlos se deu em razão de um filho dela já morar em São Carlos. Este por sua vez, veio por influência da avó, que também saiu de Cajazeiras e migrou para São Carlos. Inicialmente, migrou apenas o companheiro de Fátima. Depois que ele arrumou emprego e alugou uma casa no Cidade Aracy, Fátima foi ao encontro dele. Todos os seus outros quatro filhos, que haviam ficado em Cajazeiras, também migraram para São Carlos sob influência da mãe. Fátima é analfabeta e o seu companheiro estudou até o segundo ano do ensino fundamental. Em São Carlos, Fátima sempre trabalhou na casa de uma família, cuidando de uma senhora de 91 anos. Seu salário e o do marido são pequenos, mas ela não reclama, pois seus vizinhos, sempre que podem, ajudam-na com mantimentos e roupas. Por isso, ela não tem muita pretensão de retornar para a terra natal. Apenas voltaria se conseguisse juntar dinheiro para comprar uma casa em Cajazeiras.

Silvia tem 38 anos, casada, é natural de Maceió-AL, migrou sozinha há nove anos, depois de alguns meses que seu marido havia migrado para São Carlos, diretamente de Maceió. De acordo com Sílvia, em Maceió, para ela, nunca faltou serviço, mas para seu marido, que é caminhoneiro, não havia trabalho. Diante disso, sob influência dos irmãos dele, que já haviam migrado para São Carlos, Silvia e seu marido resolveram migrar. Primeiramente, veio ele e ficou residindo na casa de seus irmãos por um tempo. Depois ele alugou uma casa e ela veio logo em seguida. Silvia completou o ensino médio e sempre trabalhou fora, tanto em sua terra natal, quanto em São Carlos. Em São Carlos, sempre trabalhou em fábricas, exercendo a função de conferente. Mas recentemente ficou desempregada. Seu marido também completou o ensino médio e é caminhoneiro. Eles possuem quatro filhos que vivem com eles. Atualmente, residem numa casa alugada no Antenor Garcia, mas estão terminando de construir a casa própria, no mesmo bairro.

Sandra tem 35 anos, é natural de Recife e antes de “alçar voo” para São Carlos, migrou sozinha, há cerca de 17 anos, para São Paulo, diretamente de sua terra natal. Veio com a intenção de estudar na USP, já que ela tinha terminado o ensino médio. Depois de várias tentativas sem sucesso prestando o vestibular da USP, ela desistiu de fazer faculdade e focou apenas no trabalho. Em São Paulo, ela conheceu seu marido (hoje, ex-marido), que também é de Pernambuco, da cidade de Granito e, juntos trabalharam e tiveram quatro filhos. Porém, para ela, São Paulo é uma cidade muito violenta e, devido aos constantes medos que estava passando por

lá, decidiu que queria se mudar. A razão de terem escolhido e vindo para São Carlos se deu em decorrência da irmã de seu ex-marido já ter migrado anteriormente para a cidade. Depois de visitá-la, conhecer a cidade, ela falou para o marido que gostaria de migrar para São Carlos e o marido concordou. Há cerca de oito anos ela migrou primeiro com os filhos, e o marido ficou cumprindo aviso prévio na empresa que trabalhava. Somente depois de um mês, o marido foi para São Carlos. Inicialmente, eles se instalaram na residência de sua cunhada, no bairro Cidade Aracy, mas depois alugaram uma casa e lá foram morar juntamente com os quatro filhos que possuem. Há cerca de um ano, ela e o marido se separaram. Atualmente, residem juntas ela e suas quatro filhas, em uma casa alugada. Sandra sempre trabalhou em empresas e distribuidoras, tanto em São Paulo, quanto em São Carlos. Seu último emprego foi em uma distribuidora, chamada Modenuti. Atualmente, ela está desempregada e sua renda familiar é composta apenas pelo Bolsa Família. Sandra pretende futuramente retornar para sua terra natal, mas apenas depois de aposentada.

Glória tem 37 anos, é natural de Maceió-AL, migrou para São Carlos, juntamente com seus pais e irmãos, há 30 anos, diretamente de sua cidade natal. Lá, seus pais estavam sem serviço e, como eles tinham parentes residindo em São Carlos, resolveram tentar a vida por aqui. Chegando ao local de destino, seu pai logo arrumou um emprego em uma usina da região. Residem e trabalham até hoje em São Carlos, num bairro próximo ao Cidade Aracy. Glória cresceu em São Carlos, casou-se, teve filhos e anos mais tarde se separou. Atualmente, ela é amasiada e vive com seu companheiro e filhos numa casa que conseguiu comprar, no bairro Cidade Aracy. Glória estudou até a sétima série do ensino fundamental e o seu primeiro emprego em São Carlos foi de copeira. Ela disse que sempre trabalhou fora, ora como auxiliar de cozinha, ora como recepcionista em um motel, e também na colheita da laranja, sempre registrada. Atualmente está desempregada, mas seu companheiro, que é carpinteiro e também estudou até a sétima série do ensino fundamental, vem garantindo a renda familiar, que gira em torno de R\$ 800,00 mensais. Glória não pensa em retornar para a sua terra natal para fixar residência. Segundo ela, São Carlos é a sua terra.

Rita tem 37 anos, é natural de Arapiraca-AL, migrou diretamente para São Carlos juntamente com o seu atual companheiro, em 2010. Em Arapiraca, Rita foi casada oficialmente e teve dois filhos. Anos mais tarde, eles se separaram e ela se amasiou com o atual companheiro. Há um ano vivem juntos. Sua vinda para São Carlos decorreu da insistência de seu atual

companheiro, cuja irmã e irmãos já haviam migrado há alguns anos. Na verdade, seu atual companheiro já havia morado outras vezes em São Carlos, mas sempre retornava para Arapiraca. Desta vez ele veio com a intenção de ficar definitivamente, mas Rita, que nunca tinha ouvido falar da cidade, não está gostando do novo habitat. Seu companheiro, que não completou o ensino fundamental, trabalha em São Carlos em uma fábrica de postes e ganha um salário mínimo, além de uma cesta básica. Rita sente saudades de sua família e de seus filhos que ficaram em sua terra natal. Afirma que retornará para Arapiraca, independentemente do companheiro voltar ou não. Além da saudade dos familiares, Rita também se queixa de ainda não ter conseguido emprego em São Carlos. Já procurou em vários lugares, mas até o momento da entrevista, não havia conseguido nada.

Silvana tem 45 anos, nasceu no município de Barreiras, PE, migrou com os seus cinco filhos pequenos para São Paulo, após nove meses da partida de seu marido. Em São Paulo, trabalhavam e deixavam os filhos, pequenos, sozinhos em casa, pois não tinham condição de pagar uma babá. A vinda dela para São Carlos ocorreu em 2001, em razão da influência da irmã de seu marido, que já morava na cidade, após migrar também de São Paulo. Depois de algum tempo residindo em São Carlos, no Cidade Aracy, o casal separou-se e ela passou a morar com os filhos, não voltando a se casar jamais. Seus filhos hoje, todos maiores de idade, não residem mais com ela. Silvana estudou apenas até a sétima série do ensino fundamental e atualmente trabalha em um Motel em São Carlos, realizando serviços de limpeza. Não tem nenhuma intenção de retornar para a sua terra natal e nem voltar para São Paulo. Diz que está completamente adaptada em São Carlos, que tudo que necessita encontra na cidade.

Mercedes tem 45 anos, nasceu no município de Vitória da Conquista, BA e é filha de família de agricultores. Seu pai tinha terras na Bahia e ela trabalhava na fazenda, na produção de mamona, junto com ele. Depois, anos mais tarde, ela se casou e continuou trabalhando no campo, porém, agora, em terras de terceiros, como diarista. Conta ela que o salário que recebia pelo trabalho mal dava para comprar comida. Diante do sofrimento e da desvalorização do seu trabalho no campo, ela tomou a decisão de sair do nordeste e, em 1979, migrou juntamente com o marido e com uma filha para São Paulo. Algum tempo depois de residir em São Paulo, o marido e ela separaram-se, em decorrência do alcoolismo dele. Sem completar o ensino fundamental, ela tocou a vida em São Paulo trabalhando em diversos empregos e também fazendo artesanato. Depois de quase 30 anos vivendo em São Paulo, Mercedes deixou a cidade para migrar para São

Carlos. De acordo com a depoente, ela descobriu São Carlos de um modo inusitado. Encontrou em São Paulo um folheto com uma propaganda de lotes no bairro Cidade Aracy, com preços baixos, situados na cidade de São Carlos. Após contatar a imobiliária e fazer uma visita ao terreno, resolveu comprá-lo. Durante anos construiu a sua casa parceladamente e, tempos depois, no ano de 2008, mudou-se sozinha para o interior, passando a residir em sua casa própria. Embora tenha trabalhado toda a sua vida arduamente para criar sozinha a sua filha em São Paulo, atualmente Mercedes não trabalha mais, devido a uma doença. Por isso, ela está afastada pelo INSS e recebe um pequeno valor. Para complementar a sua renda, passou a morar em apenas um cômodo de sua residência, para fins de alugar o restante do imóvel para outra família. Sua única filha está casada e mora em São Paulo. Sobre seu marido, ela não tem mais notícia. Apesar de viver sozinha, não pensa em sair de São Carlos e diz que só volta para a sua terra natal a passeio.

Clotilde tem 31 anos, nasceu em Antas, BA, migrou com sua família diretamente para São Carlos há cerca de dez anos. Em São Carlos, ela se casou e passou a residir com o marido no Cidade Aracy. O casal tem duas filhas, sendo que uma tem sete anos e a outra tem quatro. Seu marido também é de Antas, e ambos já se conheciam na terra de origem, mas só vieram a namorar e casar em São Carlos. O esposo não completou o ensino fundamental e trabalha fazendo bicos. Clotilde não tem alfabetização e por conta de uma doença neurológica, está aposentada por invalidez. Mas disse que sempre trabalhou, tanto na terra natal, no campo, plantando e colhendo, como em São Carlos, em fazendas e também como empregada doméstica. Segundo ela, sua vida foi muito sofrida, sobretudo na Bahia, pois sua família era extremamente pobre e ela, muitas vezes, teve que pedir comida para sobreviver. A vinda dela e de sua família para São Carlos ocorreu em virtude, justamente, da condição miserável que eles tinham na terra natal, diante da falta de emprego e da seca. Hoje, ela não pensa em voltar para a Bahia, nem para passear.

Joana tem 67 anos, nasceu em Águas Belas, Pernambuco, é casada e possui sete filhos, sendo que dois moram em São Paulo, um mora em Minas Gerais e os outros residem com ela e o marido no Cidade Aracy. Joana e o marido nunca estudaram em razão, sobretudo, da necessidade de trabalhar. Segundo ela, desde pequena trabalhava no campo, o dia todo e, por conta disso, não tinha tempo de frequentar a escola. O trabalho era a maior prioridade para os seus pais naquele momento. Ela informou que, devido à família ser muito pobre, desde os oito anos ajudava os pais na roça. Depois de casada, continuou trabalhando no campo, juntamente

com o marido, mas nas terras de outras pessoas. Como o ganho era pouco e o sofrimento era enorme, eles resolveram migrar para São Paulo. A vinda para São Paulo ocorreu em razão de um irmão dela já morar na capital paulista e, indo uma vez visitá-los em Pernambuco, viu a dificuldade que estavam passando. Diante disso, ele convidou o marido de Joana para ir morar e trabalhar em São Paulo. O marido foi e ela ficou, juntamente com as crianças, na terra de origem, trabalhando na roça. Em seguida, o marido arrumou emprego e, depois de cinco meses separados, ela migrou para São Paulo, para junto do esposo. Ao chegar em São Paulo, ela não mais trabalhou fora de casa. Seu marido trabalhava de encanador e ela cuidava dos filhos e da casa. A vinda do casal, e de alguns filhos, para São Carlos, ocorreu em razão da filha ter conhecido e casado com um jovem de São Carlos. Eles, então, vieram visitá-las e gostaram da cidade. Quando seu marido aposentou, eles migraram para São Carlos. Nesta cidade, Joana também nunca trabalhou fora, apenas cuida dos afazeres domésticos. Segundo ela, gostam muito da cidade e não pretendem voltar nem para São Paulo, nem para Águas Belas, em Pernambuco.

Lúcia tem 48 anos, nasceu em Petrolina, PE, é casada e possui quatro filhos, sendo que dois moram em São Paulo e dois residem em São Carlos, no Cidade Aracy. Ela estudou até a quarta série do ensino fundamental e, assim como outras mulheres nordestinas, não completou os estudos, pois trabalhava na roça juntamente com a sua família. Migrou juntamente com a sua família para São Paulo, ainda solteira, em virtude da falta de emprego em sua terra natal. Em São Paulo, arrumou emprego e passou a trabalhar e, tempos depois, casou-se. Após o casamento, continuou trabalhando fora, pois a renda do marido não era suficiente para pagar todas as despesas da família. Segundo conta, ela sempre trabalhou, mas atualmente não está trabalhando em decorrência de uma doença. Por isso, encontrando-se afastada, afirma que somente o marido trabalha. A razão dela e seu marido terem vindo de São Paulo para São Carlos foi porque o esposo já tinha parente morando no interior. Uma vez eles vieram visitá-lo e gostaram da cidade. O citado parente falara, então, que São Carlos era uma cidade mais tranquila, com menos violência e com mais facilidade para conseguir emprego. Com isso, eles decidiram migrar. Atualmente não pretendem retornar para a cidade natal e nem mesmo para São Paulo.

7 O RETRATO DAS FAMÍLIAS MIGRANTES PESQUISADAS EM SÃO CARLOS: ORGANIZAÇÃO FAMILIAR, SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.

Um importante fator que possibilita a compreensão dos papéis sociais desempenhados por indivíduos na sociedade é a família. Como já vimos nesta tese, Sartori (2004) afirma que a família é o núcleo no qual se instituem os processos de socialização dos indivíduos, por meio da imposição de uma série de normas, regras e valores. Ou seja, em sua visão, a família é a instituição primeira que educa e molda o indivíduo a agir de acordo com determinadas regras sociais e culturais. Assim, é na família que se torna possível internalizar as relações de gênero, construir identidades e reproduzir desigualdades sociais e relações de poder entre homens e mulheres. Certamente, a socialização dos indivíduos não ocorre apenas na família. Conforme afirma Romanelli (2006), a socialização pode ser realizada simultaneamente pela família, pela igreja, pela escola, pela mídia. Mas a família, uma instituição forte e muito presente na vida dos indivíduos, constitui-se num elemento de mais alta relevância na transmissão de valores, normas e modelos de conduta, bem como na orientação do indivíduo, no sentido de torná-lo um sujeito de direito e de deveres, tanto no universo doméstico, quanto na esfera pública.

Nesse sentido, podemos pensar que as trajetórias de vida e os papéis sociais desempenhados pelas mulheres migrantes, de origem paranaense e nordestina, residentes no Cidade Aracy, em São Carlos, podem sofrer influências diretas de suas respectivas famílias. Ou seja, acreditamos que os contextos familiares, nos quais essas mulheres estão inseridas e dos quais fazem parte, influenciam e, mais do que isso, orientam e coordenam os papéis sociais que elas desempenham na sociedade. Por isso a importância da noção de família.

De acordo com Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, apud Bilac (2006), o termo família é uma derivação de *famulus* (escravo doméstico), sendo uma expressão cunhada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas. Esse organismo social caracterizava-se pela existência de um chefe que mantinha sob seu poder e autoridade a mulher, os filhos e seus escravos, exercendo, inclusive, o poder de vida e de morte sobre eles. De acordo com Bilac (2006), desde então, o termo família abrange instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua função e estrutura.

Deste modo, o primeiro passo em nossa análise é a compreensão dos modelos familiares aos quais estamos nos referindo, já que, historicamente, a instituição família não se limita ao modelo conjugal nuclear, descrito por Philippe Ariès em sua obra intitulada “História Social da Criança e da Família”. Nessa obra, Ariès (1978) revela a trajetória da família medieval à família moderna e as mudanças no âmbito familiar, descrevendo o processo de nuclearização da família, iniciada a partir do século XVI e consolidada no século XIX. Essa nuclearização é, então, caracterizada pela individualização dos membros familiares e pela reivindicação progressiva da privacidade, o que, segundo aponta Medeiros (2002), alterou significativamente os espaços de morar, promovendo a diminuição das famílias conjugais.

De acordo com Ariès (1978), a família, até o século XV consistia numa realidade muito mais moral e social do que sentimental. Especialmente entre os pobres, a família não existia sentimentalmente. Contudo, a partir do surgimento da escola, da privacidade, da concepção de infância e, conseqüentemente, da necessidade da manutenção das crianças junto aos pais, do sentimento de família, valorizado, sobretudo, pela Igreja, dá-se início ao delineamento da família nuclear burguesa (SZYMANSKI, 2006).

Assim, surge em substituição à família extensa da Idade Média, a família nuclear, composta pela tríade mãe, pai e filhos, que residem numa mesma unidade habitacional. Esse modelo de família por muito tempo foi considerado pela sociedade ocidental como o modelo ideal, condenando outros arranjos familiares. Toda a família que se afastava da estrutura desse modelo, era chamada de desestruturada e incompleta (SZYMANSKI, 2006). Isso porque

A importância da família nuclear não reside apenas no fato de ela ser o arranjo doméstico estatisticamente preponderante, mas resulta do significado simbólico de que foi revestida, convertendo-a em modelo hegemônico, isto é, em referencial e em ideal de ordenação da vida doméstica para a grande maioria da população (ROMANELLI, 2006, p. 74).

De acordo com Bilac (1978), a família nuclear, em decorrência do processo de urbanização e industrialização, ganhou terreno e prevaleceu sobre a família “tradicional” ou “pré-industrial”, esta caracterizada pelos seguintes traços:

Baixa mobilidade social e geográfica, alta fertilidade, extrema autoridade dos pais sobre os filhos, assimetria de status entre marido e mulher, acentuada estabilidade conjugal e, principalmente, manutenção de laços de parentesco com colaterais e

ascendentes altamente significativos, comumente ligados à partilha da mesma residência. Em suma, é caracterizada como família extensa, multifuncional. Sob grande pressão no meio urbano-industrial, este tipo de família cederia lugar a um novo tipo de sistema familiar, mas apto a corresponder às necessidades de uma sociedade industrial – a ‘família nuclear isolada’ (BILAC, 1978: p. 17).

Apesar do processo de mudança da família, conforme cita Bilac, no Brasil a família nuclear teve características da família tradicional, assumindo um núcleo patriarcal. Segundo Romanelli (2006), a família nuclear, em geral, ainda se assenta em um núcleo patriarcal e tem como característica uma estrutura hierarquizada, em que o pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e filhos e a divisão sexual do trabalho é bastante rígida, separando tarefas e atribuições masculinas e femininas. Nesse modelo familiar, composto pela tríade pai, mãe e filhos, o pai provê, com o seu trabalho, as necessidades da família; a mãe, concebida como frágil, meiga e carinhosa, toma conta da casa e da educação das crianças. “Tanto a mãe como o pai encontra profunda satisfação em seu trabalho e digna recompensa econômica, proporcionando um clima de estabilidade e harmonia para o crescimento das crianças” (MELLO, 2006, p. 56).

Contudo, diante das profundas transformações das estruturas da sociedade, impulsionadas, sobretudo pela urbanização, pelas mudanças no mundo do trabalho e inserção da mulher no mercado de trabalho e pela baixa taxa de natalidade, dentre outros fatores, a hegemonia do modelo de família nuclear vem diminuindo, ao passo que outras formas de organização familiar surgem e se fortalecem. De acordo com Collange (apud JOSÉ FILHOS, 1998, p.45), “os modelos de família encontrados atualmente são tantos que se tornou impossível classificar e, principalmente, julgar os bons e os maus planos de família”, embora ainda o modelo nuclear seja o arranjo mais relacionado ao conceito de “família” presente no imaginário coletivo. Mesmo assim, segundo Mello (2006), os novos arranjos familiares, alternativos à família nuclear burguesa, vagarosamente deixaram de ser compreendidos como uma instituição desestruturada e desorganizada e passaram a ser concebidos simplesmente como arranjos familiares organizados de maneiras diferentes, segundo as necessidades que lhes são peculiares.

Assim, não há dúvida de que boa parte das famílias mudou e que inúmeros arranjos familiares surgiram. Com isso, surgem também novos status familiares, aos quais correspondem novos papéis sociais. Deste modo, segundo Sarti (2006), a família, antes constituída a partir de papéis preestabelecidos, passa a ser pensada como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social. Essa individualidade sintetiza,

segundo a autora, o sentido das mudanças atuais, o que produz implicações diretas nas relações familiares, fundadas no princípio da hierarquia e da autoridade. Nesse processo de mudança, no qual a individualidade é ressaltada, ela acaba gerando, no mundo contemporâneo, relações conflitivas entre os papéis familiares.

Nas sociedades tradicionais, ao contrário das sociedades modernas, onde a dimensão da individualidade é valorizada, os papéis familiares não são conflitivos, porque estão predeterminados. A partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento desta dimensão individual, os papéis familiares se tornam conflitivos (SARTI, 2006: p. 42).

No tocante às relações de gênero no âmbito familiar, isso implica dizer que a estrutura hierarquizada, na qual o marido exercia autoridade e poder sobre a esposa, bem como a rígida divisão sexual do trabalho, que distinguia as tarefas entre masculinas e femininas, características típicas da família nuclear burguesa, passa a ser confrontada e negociada, diante da possibilidade da mulher reformular o seu lugar na esfera privada e na esfera pública. Segundo Sarti (2006), a divisão sexual do trabalho, o exercício da autoridade e todas as questões condizentes à família, antes predeterminadas, hoje são objeto de constantes negociações. Porém, é importante sabermos em qual estrato social essa família está assentada. Isso porque famílias com o mesmo arranjo doméstico, mas assentadas em estratos sociais diferentes, podem designar papéis sociais distintos aos seus membros, especialmente aos filhos e às mulheres. Voltaremos à análise deste assunto mais abaixo. No momento, cabe analisar as mudanças ocorridas nos arranjos familiares, no Brasil, nas últimas décadas.

A despeito das transformações verificadas nas estruturas das famílias brasileiras nos últimos anos, Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009) afirmam que o arranjo familiar mais frequentemente encontrado em nosso país ainda é o modelo nuclear, formado pelos casais com filhos. Só para ter uma ideia, de acordo com Romanelli (2006), em 1987 a família nuclear correspondia a 71% dos arranjos familiares no Brasil. No entanto, gradativamente, a preponderância do modelo nuclear de família vem decaindo. Segundo Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009), em 1993, a família nuclear passou a representar cerca de 63% das famílias brasileiras. Já em 2007, respondia por apenas 52% dos arranjos domésticos no Brasil. Em contrapartida, tornou-se evidente o aumento da importância de outros tipos de arranjos familiares como, casais sem filhos, mulheres e homens morando sozinhos e famílias monoparentais masculinas e femininas. De

acordo com os autores, “este último tipo, o segundo mais encontrado no país, respondia por quase 13% das famílias em 1993 e, em 2007, chegou a 15,4% dos arranjos familiares” (2009: p. 852). Ou seja, há um evidente crescimento, ao longo das décadas, das famílias matrifocais, formada por uma mulher e seus filhos, frutos de uma ou mais uniões e relacionamentos.

Nas pesquisas com as mulheres migrantes residentes no Cidade Aracy, pudemos averiguar os arranjos familiares nos quais elas estão inseridas e constatar que o modelo nuclear familiar não representa a grande parte das famílias dessas mulheres. Para maior clareza de nossa exposição, basearemos nossa análise nos modelos familiares propostos por Stengel (2003), que define quatro modelos de família: 1. Família “conjugal nuclear”, constituída pela tríade pai, mãe e filhos; 2. Família “monoparental feminina”, formada pela mãe e filhos; 3. Família “reconstituída”, representada pelo casal, os filhos de casamentos anteriores e os filhos biológicos desse casal; 4. Família “extensa”, constituída pelos avós, tios, sobrinhos e netos, sem a presença dos pais dos sobrinhos e netos (STENGEL, 2003, p. 48).

Entre o grupo de 33 mulheres entrevistadas e participantes da pesquisa, 14 delas vivem em São Carlos, inseridas no contexto de famílias baseadas no modelo conjugal nuclear. Dentre essas, apenas três (uma paranaense e duas nordestinas) eram solteiras quando efetivaram o projeto de migração. Todas as outras estavam casadas oficialmente quando deixaram suas terras de origem.

Por outro lado, 13 entre as 33 mulheres migrantes entrevistadas também vivem em São Carlos, inseridas no modelo de arranjo familiar monoparental feminino. São mulheres migrantes que vivem apenas com os seus filhos, sem a presença de um marido ou companheiro na residência familiar. Muitas delas trabalham e cuidam sozinhas do orçamento doméstico, além de suprirem as necessidades básicas familiares com os salários que recebem por suas atividades laborais. Dentre as mulheres provenientes de famílias baseadas no modelo monoparental feminino, seis delas eram casadas quando colocaram em prática o projeto migratório, e se separaram, ou divorciaram, apenas depois que deixaram a terra de origem, já no local de destino; uma delas era casada quando migrou e ficou viúva no na nova cidade; outra era amasiada quando migrou e se separou do companheiro no local de destino. Esses primeiros dados, sobre o modelo familiar, revelam, portanto, que essas oito mulheres em questão, quando efetivaram o projeto migratório, migrando de seu local de origem para outras localidades, fizeram isso acompanhadas da figura masculina, no caso o marido ou o companheiro, além de possíveis filhos, e só se separaram, divorciaram-se ou tornaram-se viúvas, respectivamente, já no local de destino. Esses dados preliminares permitem afirmar que o

projeto migratório pode ter sido pensado por ambos os cônjuges, sendo que um ou outro, ou ambos, tomaram a decisão final de migrar. Por outro lado, dentre as 13 mulheres provenientes de famílias cujo núcleo se baseia no modelo monoparental feminino, cinco delas efetivaram o projeto migratório quando eram solteiras ou separadas, podendo ter ou não filhos. Isso implica dizer que a figura masculina, do marido ou companheiro, não estava presente no momento da tomada de decisão de efetivar o projeto migratório, embora a figura do pai ou de um irmão possa ter tomado a decisão de migrar, sem levar em consideração a vontade delas.

Além dos arranjos familiares baseados no modelo conjugal nuclear e no monoparental feminino, outros dois foram encontrados na pesquisa com as mulheres migrantes de origem paranaense ou nordestina. Quatro das 33 mulheres estudadas vivem em São Carlos em núcleos familiares cujo arranjo se baseia na família reconstituída, representada pelo casal, os filhos de casamentos anteriores e os filhos biológicos desse casal. Dentre essas quatro mulheres, duas eram separadas quando efetivaram o projeto migratório, e duas eram casadas. Finalmente, duas vivem em São Carlos em núcleos familiares cujo arranjo se baseia na família extensa, composta pelas mulheres, eventualmente seus maridos e companheiros, além de tios, sobrinhos, avós, etc.

Desses dados podemos extrair que as famílias das mulheres migrantes em questão, residentes na periferia de São Carlos, no bairro Cidade Aracy, não são uniformes, mas se estendem a pelo menos três outros arranjos familiares. Contudo, a maioria dessas mulheres vive em São Carlos em núcleos familiares baseados, principalmente, no arranjo Conjugal Nuclear e Monoparental Feminino. Mas, no conjunto das 33 famílias, boa parte das mulheres pesquisadas vive acompanhada de maridos ou companheiros, já que são provenientes de famílias conjugais nucleares, famílias extensas ou de famílias reconstituídas.

7.1 Condições Socioeconômicas das Famílias Pesquisadas

A imensa maioria das famílias pesquisadas efetivou o projeto migratório, resolvendo emigrar de suas terras natais, em virtude de sua condição de pobreza e de falta de trabalho e de oportunidade. São famílias pobres, vítimas de um sistema perverso que promove a desigualdade social e regional, a exploração e a falta de empregos estáveis e valorizados. Tais famílias, não mais aguentando a sua situação de pobreza e a falta de oportunidades de emprego e de uma vida

melhor em sua região, colocaram em prática o projeto migratório e hoje estão residindo em São Carlos.

Era difícil por causa que não tinha serviço, porque dependia da lavoura e a lavoura hoje, você sabe que o pessoal da lavoura não tem valor, porque tudo o que você colhe, não tem preço. Nós mexia com o bicho da seda, mais o bicho da seda, chega no final do mês, só dava supor para a gente. E daí é isso, né, porque na roça só sofre demais, e no fim das contas você não tem nada (**Maria, 37 anos, paranaense, referindo-se à sua condição de vida no Paraná, condição essa que motivou a migração**).

Lá é bom, assim, porque é um lugar sossegado. Mas como eu to falando, é muito sofrido, pra gente morar mesmo e conviver, muito difícil, lugar muito sofrido, emprego muito difícil, salário baixo, pouca oportunidade. (**Fátima, 52 anos, nordestina, referindo-se ao motivo que levou sua família a migrar**).

São mulheres e famílias inteiras que tiveram poucas oportunidades na vida, sobretudo de estudar, diante, muitas vezes, de uma condição imposta por um sistema perverso de desigualdade social, situação que lhes exigia a obrigação de trabalhar ao invés de estudar. Isso as leva a uma situação difícil: ao trabalhar e não estudar, essas mulheres e famílias estão condicionadas a assumirem serviços instáveis, desvalorizados, penosos, que remuneram mal e não garantem boa qualidade e boa condição de vida. Ao analisarmos detalhadamente o quadro resumo exposto na introdução, observamos que nenhuma das mulheres migrantes conseguiu estudar além do ensino médio, sendo que a maioria delas possui o ensino fundamental incompleto. Assim também ocorre com aquelas que possuem maridos e companheiros, sendo que a maioria deles, de acordo com as entrevistas, é de analfabetos ou não completou o ensino fundamental.

Todos esses fatos reunidos projetam um cenário para uma boa parte dessa população migrante, estabelecida em São Carlos, não muito diferente do vivenciado por ela em suas localidades de origem. Ou seja, ao chegarem em São Carlos, muitas famílias pobres, e com pouca instrução escolar, não conseguiram deixar a sua situação de pobreza e nem aumentar a sua escolaridade. Muitas conseguiram, sim, emprego e até melhorar de vida, se comparado à sua condição na terra natal, o que para boa parte das entrevistadas já é um grande e importante progresso. Para muitas delas, ter o que comer todo dia, além de ter acesso fácil aos serviços públicos de saúde, é uma enorme conquista, já que isso não era sempre possível em sua

localidade de origem. Porém, para muitas outras mulheres e suas respectivas famílias, a situação socioeconômica, se não está pior, continua igual ao que era na terra de origem.

É importante afirmar que não estamos dizendo que a migração para São Carlos não promoveu a melhora da condição de vida das famílias migrantes em geral, que residem no bairro Cidade Aracy. Tanto é que se torna muito fácil encontrar ali, famílias migrantes, donas de estabelecimentos comerciais ou empresas no bairro, ou até mesmo fora dele, ou funcionários de empresas e indústrias, que progrediram financeiramente na sociedade de destino e hoje possuem uma condição socioeconômica boa, vivendo em residências de médio a bom padrão, ali dentro do bairro. Temos exemplos assim em nossas entrevistas. Um deles é o caso de Maria, de 39 anos, que estudou até a oitava série e veio para São Carlos depois de partir de Santa Amélia-PR. Ela migrou juntamente com o seu marido em razão da falta de serviço na região e da pouca renda que o trabalho com o bicho da seda estava gerando. Em São Carlos, sua situação, e de sua família, mudou bastante. Seu marido, que trabalha numa empresa de colocação de gesso em casas e apartamentos, instalada no próprio Cidade Aracy, possui uma renda, segundo ela, satisfatória, o que lhes proporciona uma boa condição de vida. Tanto é que eles, que vieram sem nada, em três anos residindo no município de São Carlos já conseguiram construir uma excelente casa para os padrões de um bairro periférico, além de terem conseguido comprar uma caminhonete. Em sua visão, a vinda para São Carlos melhorou muito a condição socioeconômica de sua família.

Graças a Deus, deu tudo certo para a gente. Hoje, a gente tem que ir no lugar que é melhor para a gente, né? (**Maria, 37 anos, paranaense**)

Porém, não são todos os casos de sucesso. Há muitas famílias migrantes pobres vivendo no Cidade Aracy, sem trabalho e com pouca escolarização, em muitos casos, sobrevivendo apenas com o auxílio do bolsa família. Assim, podemos afirmar que estamos trabalhando nesta pesquisa com mulheres e famílias migrantes que são, em geral, pobres, chegando muitas delas num estado de miserabilidade.

Além da situação socioeconômica dessas mulheres migrantes e de suas famílias estar diretamente ligada à questão da distribuição de renda no Brasil, da oferta de oportunidades e da escolaridade, certamente ela também está associada aos modelos de arranjos familiares. Ou seja, conforme o modelo de arranjo familiar dessas mulheres migrantes, a sua situação socioeconômica

tende a ser melhor ou pior. Foi isso pelo menos o que constatamos em nossa pesquisa. Há uma grande tendência das famílias de mulheres provenientes de núcleos familiares baseados no arranjo conjugal nuclear e no modelo de família reconstituída de terem uma condição socioeconômica melhor do que a de famílias de mulheres migrantes provenientes de núcleos familiares baseados no arranjo monoparental feminino e na família extensa.

Embora a maioria das mulheres entrevistadas não tenha informado a renda familiar, a nossa visita em suas casas permitiu verificar que as famílias cujos arranjos se baseiam no modelo conjugal nuclear, vivem, em sua maioria, em casa própria, nas melhores localidades do bairro Cidade Aracy (por exemplo, no Cidade Aracy I, considerado muito melhor e mais valorizado pelos moradores, do que o Antenor Garcia e parte do Aracy II) e dependem menos do Bolsa Família e dos auxílios assistenciais do CRAS. Já as famílias cujos arranjos se baseiam no modelo “família extensa” e, sobretudo, monoparental feminino, vivem nos lugares mais afastados do grande Cidade Aracy, considerados locais mais violentos e mais desvalorizados, além de dependerem de auxílios do CRAS e do Bolsa Família, bem como da ajuda de vizinhos.

Contudo, mesmo dentro de um mesmo arranjo familiar, é perceptível uma diferenciação socioeconômica entre famílias paranaenses e nordestinas, sobretudo se o arranjo familiar for o conjugal nuclear. Famílias paranaenses tem uma condição socioeconômica considerada melhor do que as famílias nordestinas: vivem em casas melhores, têm uma renda familiar melhor, dependem menos do CRAS e de ajuda de vizinhos. Apesar disso, as mulheres provenientes de famílias nucleares, sejam paranaenses ou nordestinas, têm uma condição socioeconômica melhor do que as provenientes de famílias baseadas no modelo monoparental feminino. Por isso podem, em alguns casos, acabar se dedicando mais aos cuidados da casa e dos filhos, bem como do serviço doméstico, não trabalhando fora, na esfera pública, embora isso não seja regra. Por sua vez, as mulheres provenientes de famílias baseadas no modelo monoparental feminino são obrigadas a trabalhar fora de casa, para conseguirem compor uma renda familiar, visto que sua força de trabalho se constitui como principal fonte de renda. Algumas das entrevistadas não estavam trabalhando no momento da visita, mas somente porque estavam desempregadas. Quando isso ocorre, a subsistência familiar é provida por auxílios assistenciais e por ajudas de amigos, parentes e vizinhos.

Mas, o que explica a família nuclear ou família reconstituída possuir uma condição socioeconômica relativamente melhor do que a da família monoparental feminina? São várias as

explicações. A primeira delas é a de que no caso da família nuclear e da família reconstituída, a renda familiar pode ser composta pelo marido/companheiro e pela esposa, visto que ambos podem trabalhar fora. Assim, embora o salário do homem seja complementado pelo salário da esposa e/ou companheira, podendo isso gerar conflitos intrafamiliares, a combinação da renda de ambos pode gerar uma renda familiar fixa e estável, que consiga atender com mais facilidade boa parte das necessidades da família. Já no caso da família baseada no arranjo monoparental feminino, a mulher é a única provedora da casa, sendo a única a gerar uma renda familiar. Muitas vezes, essa renda, em virtude de sua pouca qualificação, não é fixa, o que gera instabilidade na composição da renda familiar e uma baixa na condição socioeconômica da família.

Além disso, a renda dessa última família é menor em virtude da mulher ainda continuar ganhando menos no mercado de trabalho, quando comparado ao trabalhador do sexo masculino. Apesar de todas as conquistas das mulheres nas últimas décadas referentes ao mundo do trabalho, como vimos no capítulo III desta tese, pesquisas mensais do IBGE revelam que elas ainda continuam ganhando menos do que os homens. Segundo o IBGE (2010), no geral, o salário do trabalho das mulheres é inferior ao dos homens, recebendo cerca de 72,3% do rendimento recebido por aqueles do sexo masculino. Mesmo em grupos mais homogêneos, nos quais homens e mulheres possuem a mesma escolaridade, ou realizam o mesmo grupamento de atividades, a diferença entre os rendimentos persiste.

Fora isso, as mulheres pesquisadas, oriundas de famílias cujo arranjo se baseia no modelo monoparental feminino, como têm pouca escolaridade e qualificação, geralmente realizam trabalhos desvalorizados socialmente, que remuneram pouco.

7.2 As Relações de Gênero, Segundo o Estrato Social e o Arranjo Familiar

De acordo com Mello (2006), embora para o senso comum a representação da família seja sempre única, é certo que ela não é idêntica. Cada família cria uma cultura familiar própria, estruturada segundo os seus códigos, bem como de acordo com as suas regras e ritos. Cada família atribui significados para as ações, baseados na interpretação e na representação que ela faz do mundo, segundo seus costumes e valores nos quais acredita. Deste modo, “o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e

práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo” (SZMANSKY, 2006: p, 26).

As variações possíveis exigem a qualificação da família, no sentido de saber de qual família se fala, a qual país ela pertence e, sobretudo, em qual estrato social ela está inserida. Segundo o autor, quanto mais afastada a família se encontra dos estratos médios da população, mais diversificada ela é. De acordo com Sarti (2006), as famílias pobres, que são penalizadas profundamente com a desigualdade social, não vivem a dimensão individualizada da identidade social, fruto da sociedade contemporânea. Em seu universo cultural, as famílias pobres não lançam mão dos recursos simbólicos para a formulação do projeto individual que permitiria o confronto e a negociação com a rígida estrutura hierárquica na qual está assentada.

Seus projetos são formulados de acordo com a tradição, caracterizada pela preexistência de hábitos e padrões que moldam os comportamentos. Não têm, portanto, as condições para participar da possibilidade da emancipação moderna, traduzida no desenvolvimento da dimensão individual (SARTI, 2006, p. 47).

Contudo, é importante o cuidado ao se referir aos projetos, ações e relações possíveis de famílias pertencentes às camadas populares. Isso porque, nos estratos mais pobres da sociedade, encontra-se facilmente uma espécie de polimorfismo familiar, ao invés de ausência de organização. Conforme seja o arranjo familiar e o padrão cultural da família, diferentes relações familiares e papéis sociais são desempenhados. Se nos referimos ao modelo monoparental feminino, no qual muitas mulheres criam sozinhas os seus filhos, sem a ajuda dos homens, mulheres e filhos assumem, então, o encargo da sobrevivência do grupo familiar. Por sua vez, a família nuclear, proveniente das camadas populares da sociedade, é aquela mais apegada aos valores tradicionais referidos por Sarti (2006), e mantém uma estrutura rígida e hierárquica, na qual predomina a autoridade e dominação masculina (BOURDIEU, 1999) sobre as mulheres. São famílias que, ainda assentadas em um núcleo patriarcal que impõe valores e normas próprios, promovem e perpetuam a dicotomia dos papéis sexuais familiares. As funções atribuídas aos homens, neste modelo, são as mais valorizadas socialmente, já que cabe a eles o exercício das atividades de natureza instrumental de provisão e de intermediação com a esfera pública, enquanto que às mulheres são atribuídas funções de menos prestígio e atividades afetivas, ligadas ao espaço privado do lar, como atividades de cuidado para com os filhos e para com o marido, além do trabalho doméstico (OLIVEIRA, 2005).

Romanelli (2006) também afirma que as relações de gênero e os papéis sociais desempenhados no âmbito da família e da sociedade dependem da camada social em que se inserem as famílias e do seu próprio repertório cultural. Segundo o autor:

A divisão sexual do trabalho e as relações de autoridade e poder são ordenáveis segundo o padrão hegemônico ou então podem ser redefinidas no curso da vivência doméstica, o mesmo ocorrendo com as relações afetivas, cuja expressão é organizada e canalizada por modelos culturais próprios de cada camada social (p. 75).

Ainda, segundo o autor, a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros não se distribui da mesma maneira nas diferentes camadas sociais. Ao se falar, por exemplo, em núcleos familiares baseados no modelo conjugal nuclear, a incorporação de modalidades alternativas de conduta entre os gêneros tende a ocorrer com mais frequência entre segmentos das camadas médias, com maior grau de escolarização e mais abertos às inovações culturais. Nesse núcleo, as mulheres-esposas, em razão de sua inserção no mercado de trabalho, fruto das transformações das estruturas sociais e de sua progressiva escolarização e qualificação, tornam-se produtoras de rendimentos, o que lhe confere nova posição na estrutura doméstica, alterando os vínculos que as unem ao marido e aos filhos, contribuindo, assim, para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. “Nessas circunstâncias, parte dos afazeres domésticos são redistribuídos entre esposa e marido, cabendo a este dividir com a mulher tarefas que eram realizadas exclusivamente por ela” (ROMANELLI, 2006, p. 77). Além disso, também nesses estratos sociais, a participação da mulher no mercado de trabalho influencia decisivamente na redefinição de sua posição não apenas na família, mas também na sociedade. A crescente inclusão feminina no domínio público permite novas representações sobre a mulher.

Essa redefinição na posição da mulher no seio familiar e na sociedade não ocorre com tamanha facilidade e rapidez em famílias nucleares que advêm das camadas mais pobres da sociedade. Segundo Romanelli (2006), quando se examina a posição da mulher na família e seu papel de mãe nas classes populares, nota-se, sim, grande quantidade de atribuições, seja mediante atividades profissionais produtoras de rendimento, seja mediante o exercício das tarefas domésticas. Mas o que se percebe aqui, diferentemente de classes sociais mais elevadas, é a enorme importância que se dá aos vários tipos de trabalho materno e doméstico para a melhoria das condições de vida da família. Assim, nesses segmentos populacionais, nos quais a mulher é

pouco escolarizada e qualificada, o trabalho feminino remunerado e o seu papel no domínio público tendem a ficar em segundo plano, atrás dos afazeres associados ao papel de mãe e esposa, tais como os cuidados com os filhos e com o marido. No plano das representações desses núcleos familiares, ainda é corrente que a legitimidade da autoridade do chefe de família (marido) seja considerada natural.

Ainda, segundo Romanelli, independentemente da esposa desempenhar atividade profissional remunerada, ela dificilmente tem autoridade sobre o marido nesses grupos familiares. Sua autoridade se restringe às áreas da esfera privada da vida doméstica e se expressa a partir da execução de múltiplos afazeres domésticos. Completa, ainda, o autor:

Como a esposa não tem sobre o cônjuge autoridade que este tem sobre ela, grande parte das pendências e das dissensões entre ambos tendem a ser resolvidas mediante o uso do poder. É em tais circunstâncias que a esposa procura persuadir e convencer o marido, e esforça-se para demovê-lo de certos intentos ou para levá-lo a realizar outros. De qualquer modo, no jogo das relações de força entre os cônjuges, a autoridade da esposa ainda permanece subordinada aos comandos do marido (ROMANELLI, 2006, p. 83).

E quando o casal percebe que a autoridade do homem está diminuindo, sobretudo em razão da incapacidade dele prover integralmente a família, outras tensões intrafamiliares se iniciam. Essa condição do homem pobre, que não consegue sustentar a sua família, é denominada pela pesquisadora Maria Moraes de “provedor defeituoso”. Devido às dificuldades econômicas, do desemprego, dos salários baixos, os homens deixam de prover integralmente as suas famílias. Com isso, torna-se imprescindível a participação das mulheres no orçamento doméstico. A participação no orçamento familiar de proventos advindos da mulher, ou até mesmo dos filhos, retira dos homens parcela do poder que, em outra condição social, eles poderiam possuir. Esse fato conduz a um conjunto de conflitos nas relações intrafamiliares, quase sempre permeados pela violência doméstica. Nesse contexto de rearranjo das relações de gênero nas famílias, os conflitos são intensificados. A única alternativa para a incapacidade de prover o lar e manter os padrões de virilidade, assentados na submissão e respeito, é a saída de casa. “Essa partida dá início a um verdadeiro processo de circulação de homens, pois as relações são, em sua maioria, efêmeras. Para não assumirem publicamente seu fracasso, eles passam a circular entre os lares” (MORAES, MELO, APPOLINÁRIO, 2007: p. 117).

Esta situação descrita por Moraes consiste na situação de Vânia, 28 anos, que veio de Pernambuco e mora atualmente no Cidade Aracy apenas com a filha. Ela conta que migrou, juntamente com a filha de dois anos, em 2010, diretamente para São Carlos, após o seu marido vir para trabalhar na colheita de laranja. Quando chegaram, instalaram-se na casa de sua mãe, que já havia migrado anos antes. Depois que ela chegou, a vida continuou sendo difícil, pois eles estavam passando por dificuldades financeiras. Somente ele trabalhava, mas seu salário não era o suficiente para prover integralmente a família. Com isso, os conflitos familiares começaram e logo o marido a deixou, indo viver com outra mulher. Atualmente, Vânia está desempregada e passa muita dificuldade econômica e, até as necessidades básicas sua e da filha, como alimentação, são supridas com a ajuda de vizinhos ou da assistência do CRAS.

Eu sou separada. Estou morando eu e minha filha. Estou sem marido agora. Estou passando muitas dificuldades. Ele me deixou sem nada. Às vezes fico sem gás, falta muita coisa dentro de casa. Estou passando com a cesta que consegui. Só o meu marido que trabalhava, ele ganhava pouco, quase não dava. Mas depois que meu marido foi embora estou passando muitas necessidades. Muita falta de dinheiro pra tudo. E eu sempre fui uma mulher que não gosta de pedi nada pro marido (**Vânia, 28 anos, nordestina**).

Outro caso é o de Mercedes, 58 anos, nordestina, que se separou do marido, pois ele era alcoólatra e ao invés de prover toda a família com o seu salário, retirava objetos de casa para vender e sustentar o vício.

Depois que eu me casei, eu descobri que meu marido era alcoólatra. Aí com o decorrer do tempo eu tive que separar. Meu marido só bebia cachaça e vendia até a roupa para beber. O motivo da separação foi a bebida (**Mercedes, 58 anos, nordestina**).

A razão da incapacidade do homem prover integralmente a família e, conseqüentemente, da perda de sua autoridade dentro do núcleo familiar, além de ser de ordem econômica, em virtude da falta de emprego e de baixos salários, também está associada a outros fatores, como é o caso da dependência da bebida. Percebe-se, por exemplo, no depoimento abaixo, de Irene, 63 anos, paranaense, que o alcoolismo do marido acabou afastando-o da família, pois seu interesse estava em frequentar bares, tomar bebidas alcoólicas e sair com outras mulheres. Com o passar do tempo, em razão deste comportamento, de conflitos que ele iniciava

em casa e devido à pouca contribuição financeira para com as necessidades familiares, ele foi perdendo a autoridade dentro do grupo familiar, chegando a ponto de a esposa expulsá-lo de casa. Vejamos mais detalhes de seu depoimento:

Quando fez dois meses que a gente estava aqui, meu marido começou a aprontar aqui. Ele descia, bebia, quebrava tudo. Falei: “Senhor, o que eu vou fazer da minha vida? Pra mim embora, a minha família não quer ir embora. Pra mim deixar as minhas filhas, meus filhos, eu não vou deixar”. Aí outro dia eu fui na Assistência Social. Quando cheguei de lá ele estava quebrando tudo aqui. Falei: “quer saber de uma coisa: eu não vou brigar, eu vou te dar vinte minutos para você catar as suas coisas e sair daqui, se não eu chamo a polícia. Falei: “eu não quero briga”. Aí ele foi embora, foi morar num outro barraquinho. Aí a gente divorciou, isso com um ano e pouco que a gente estava aqui. Lá [no Paraná], a gente vivia brigando, só que lá ele não tinha liberdade para ir, porque era tudo longe, para beber, comprar as coisas, para ele aprontar. Então, não tinha lugar, só tinha a família e os vizinhos, tudo conhecido. Aqui, eu falei: “chega de sofrer”. Aí meu genro, ficou com pena dele, comprou uma casinha para ele e falou: “fique aí para você não ficar de casa em casa, você já está de idade. Nós ficamos trabalhando. Então ele foi embora e nós ficamos aqui **(Irene, 63 anos, paranaense)**).

Apesar do “provedor defeituoso” nessas familiares pobres caracterizar a diminuição da autoridade masculina sobre a mulher e o grupo familiar, gerando conflitos intrafamiliares e a circulação dos homens, ainda assim, é bastante representativo o papel de “chefe de família” que os homens exercem, provendo a família e trabalhando nas esferas públicas, mantendo a sua autoridade dentro do lar. A autoridade feminina, em geral, restringe-se às áreas da esfera privada da vida doméstica. Assim também ocorre dentro do processo migratório, já que as mulheres inseridas nesses grupos familiares tendem a ser menos ativas e dinâmicas.

Por isso, veremos ainda nesta tese que, enquanto as mulheres migrantes provenientes de famílias cujo modelo é o monoparental feminino, possuem mais autoridade sobre as decisões que tomam no seio familiar, no processo migratório e na sociedade de destino, sendo mais proativas e dinâmicas em todas as suas relações sociais estabelecidas, já que as relações de gênero, neste caso, não são sustentadas pela autoridade e dominância do homem-marido. As mulheres migrantes, provenientes de famílias nucleares, com pouca escolarização e qualificação, tendem a assumir posições menos dinâmicas e ativas nesses seios familiares e na sociedade, muito ligadas ao cuidado com a família e o serviço doméstico. Há famílias muito apegadas aos valores tradicionais de sua terra, que valorizam a estrutura hierarquizada da família, na qual o

homem-esposo ou companheiro se apresenta como principal provedor e desempenha as suas atividades laborais fora do circuito doméstico, enquanto as mulheres, esposas e mães, assumem papéis designados como femininos, bastante restritos à esfera doméstica. Mesmo quando trabalham fora, a função de mãe e esposa sempre se sobrepõe à sua atividade remunerada. São famílias nas quais as relações de gênero são sustentadas pela autoridade do homem-marido.

A autoridade e a dominância do homem sobre a mulher em certos núcleos familiares pesquisados em São Carlos ainda são maiores e mais ressaltadas quando a família migrou diretamente do campo para a cidade. Neste cenário, é possível verificar um sistema de hierarquia mais rígido, em que os papéis sociais de cada um (marido e esposa) estão muito bem delineados. Essa constatação em São Carlos se sustenta em Mello (2006), que afirma que os estudos acerca da vida camponesa referem-se sempre à predominância de grupos de famílias organizados sob uma estrutura hierárquica.

Contudo, ao estudar as trajetórias de vida, bem como os papéis sociais a partir dos arranjos familiares, conhecer a região, o modo de vida, a situação socioeconômica, a condição climática, as tradições, a relação de gênero no seio familiar das mulheres pesquisadas, são fatores importantes para a compreensão e diferenciação das trajetórias de vidas e dos papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. Por isso, se os arranjos familiares influenciam diretamente nas trajetórias de vida e nos papéis sociais, eles também podem ser influenciados por fatores externos, resultando numa diferenciação de papéis entre um mesmo modelo de organização familiar, mas com origens diferentes. O que se pretende dizer é que famílias estruturadas sob um modelo organizacional (conjugal nuclear, por exemplo), mas que possuem origens diferentes, em razão de condição geográfica, social, cultural, etc. (como as famílias de paranaenses e as de nordestinos), podem atribuir papéis diferentes para os seus atores no âmbito da sociedade e no processo migratório. Bilac (1978), por exemplo, cita que em famílias nucleares de trabalhadores rurais do nordeste, a educação dos filhos se faz de modo mais democrático e a mulher goza de certa autonomia, tendo uma participação importante no mercado de trabalho, não se limitando às amarras do lar.

Neste contexto, é importante levar em consideração, por exemplo, a condição de pobreza e seca do nordeste, a partir de uma perspectiva histórica, econômica e demográfica. Furtado (1976), em seu livro “Formação Econômica do Brasil”, analisa a situação econômica nordestina a partir de uma perspectiva histórica da formação econômica desta região e dos ciclos

econômicos pelos quais esta passou, para compreender o nordeste de 1960. Revela, por exemplo, que as “empresas açucareiras” de caráter escravista instaladas no nordeste no período colonial foram responsáveis pela concentração de renda nas mãos de grandes proprietários, da escassa monetarização, trabalho semi-servil, que, ao se formar em lócus geográfico caracterizado pela pobreza de recursos naturais, vai se tornar, posteriormente, uma das regiões mais problemáticas do Brasil. De acordo com Cardoso (2008: p.):

A narrativa de Furtado sobre a formação econômica do Nordeste e seus sertões insere-os já num quadro problemático e dá destaque à questão demográfica. Seria um “problema dentro do problema” onde a questão populacional teria um grande peso, pois, seria a região pobre em recursos naturais e de escassa monetarização que teria absorvido a população excedente e à procura de sobrevivência proveniente da posterior crise do setor açucareiro. No sertão, num lugar de pobreza monetária e natural, ter-se-ia instalado um grande contingente populacional, contingente este pobre e sujeito a crises sui generis de abastecimento, as secas, configurando um problema de superpopulação. A esta visão do sertão nordestino como lócus da pobreza, a este quadro lúgubre “de nascença” pintado para os sertões nordestinos, somam-se as memórias e a visão sombria que Furtado manifestara em outras ocasiões sobre sua região natal como terra de arbitrariedades e mandonismo, visão esta que se aproxima do imaginário social disseminado pela imprensa sobre o interior do Nordeste.

O que pretendemos dizer é que a questão da pobreza e da seca da região Nordeste, que têm raízes históricas, econômicas e demográficas são fatores externos aos arranjos familiares e que podem influenciar na dinâmica das famílias nordestinas no desempenho dos papéis sociais em suas trajetórias de vida, especialmente no processo migratório.

8 AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE MIGRAÇÃO DAS MULHERES MIGRANTES PARANAENSES E NORDESTINAS E DE SUAS FAMÍLIAS

Ao se buscar compreender os papéis sociais assumidos e desempenhados pelas mulheres migrantes em questão, torna-se indispensável compreender a trajetória de vida e de migração delas e de suas famílias. A compreensão dessas trajetórias permitirá conhecer mais detalhadamente a história de vida e o mundo cotidiano delas, bem como as relações estabelecidas ainda na sociedade de origem, com a sua terra e familiares e as relações desenvolvidas já na sociedade de destino, onde é possível compreender a sua visão de mundo e, particularmente, do bairro onde vivem. Permitirá compreender ainda como se desenrolou o projeto migratório, o porquê da migração e como foi instigada a vontade de partir e se direcionar para terras desconhecidas. Será possível compreender, também, as dificuldades enfrentadas na migração e, sobretudo, as batalhas travadas por essas mulheres e suas famílias, já no local de destino, para recomeçarem a vida, vislumbrando um futuro melhor.

8.1 A Terra Natal

É bom reafirmar que boa parte das mulheres pesquisadas migrou para São Carlos diretamente de suas localidades de origem de onde nasceram, cresceram e organizaram a sua vida. Como vimos no quadro resumo e no tópico “Migrações diretas e não diretas: a ligação entre o local de origem e a sociedade de destino”, apenas dez mulheres, sendo três paranaenses e sete nordestinas, migraram para São Carlos depois de terem passado por outras cidades e estados. No caso dessas mulheres, a migração para essa cidade do interior paulista ocorreu de forma indireta, sendo que boa parte delas, em sua terra natal, nunca tinha ouvido falar desse lugar. Apenas passaram a conhecer São Carlos após residirem em outras localidades, depois de emigrarem de suas terras de origem. São mulheres e famílias que conheceram a chamada Athenas paulista por intermédio de familiares ou amigos que já residiam na cidade, ou por filhos e filhas que se casaram com pessoas naturais desse mesmo município, ou ainda por intermédio de noticiários ou empresas imobiliárias.

Contudo, a maioria das mulheres entrevistadas migrou para São Carlos diretamente de sua terra de origem. Então, em geral, estamos falando de migrações diretas, ligando o local de origem ao de destino. A terra de origem pode ser muito bem lembrada pelas mulheres pesquisadas, mas, também, encarada a partir de uma lembrança muito ressentida, diante do sofrimento que algumas passaram nela. Aqui, nós encontramos a primeira diferença de trajetórias entre as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. Enquanto boa parte das paranaenses, ao falarem de sua terra natal, relembra com bastante saudosismo os bons momentos que viveram lá, de como foram criadas e das boas relações que estabeleceram onde nasceram, principalmente aquelas que saíram de localidades pequenas, geralmente da zona rural, ou de cidades interioranas e pacatas, as mulheres nordestinas lembram sua terra natal com certa tristeza e descontentamento, muito ressentidas com a condição de vida que tinham lá.

Mulheres paranaenses:

Eu gostava muito de lá, sabe. Eu gostava de lá porque a gente tinha fartura, tinha criação, e hoje aqui tudo é comprado. Eu morava na roça e nós plantava tudo **(Maria, 37 anos, paranaense, emigrante de Santa Amélia-PR).**

Lá é uma delícia! Bem mais fácil de viver do que aqui. Mais fácil o custo de vida. Aqui é muito luxo e ilusão. O povo lá é mais simples. Tudo que ganha o povo muito luxo, vaidade. No Paraná é mais simples. A cidade lá é pequena. Lazer é ir no jogo, missa, na praça. Aqui mudou o ritmo da vida, temos até medo de ir na festa aqui, o povo aqui é muito.... **(Cleide, 56 anos, paranaense, emigrante de Jaguapitã-PR).**

A minha terra é um lugar sossegado, um lugar gostoso de morar. Faxinal é uma cidade pequena **(Rose, 22 anos, paranaense, emigrante de Faxinal-PR).**

Percebe-se nos depoimentos das paranaenses que o município de origem é lembrado em suas memórias de um modo positivo, onde se levava uma vida simples, sem muito lazer, muitas vezes com dificuldade, mas que possibilitava o sustento da família ao se produzir na terra. Eram famílias que não tinham muito dinheiro para gastar excessivamente, mas que tinham fartura à mesa, pois trabalhavam na terra, plantando e colhendo. A terra natal não

deixou nenhuma marca ou lembranças traumáticas. A vida simples, sem dinheiro, não é sinônimo de sofrimento; o campo, capaz de fornecer o alimento, é relembado com muito orgulho. Não se comprava aquilo que a terra poderia lhes fornecer com fartura. Por sua vez, a cidade pacata é vista como um lugar de tranquilidade e de sossego. A diversão estava em ir com a família na missa, na quermesse, na praça, eventos que expressam a rotina de simplicidade das famílias. Lembranças essas que não são compartilhadas pelas mulheres nordestinas.

Mulheres nordestinas:

A cidade é pequena, e a gente morava no sítio. Era um sofrimento! Tirava carvão, minha mão queimava, me queimava toda no sol. Hoje eu to no céu! Hoje meu cabelo está uma benção. Aqui é melhor, aqui ganha mais. Lá eu lavava, cozinhava, passava, voltava tarde pra casa e ganhava R\$ 10,00. Não tinha nada, roupa, calçado. Não tinha nada mesmo. As roupas que eu tinha não dava pra sair pra lugar nenhum. Lá o pessoal não ajuda porque ninguém pode. Aqui é diferente: todo mundo ajuda. **(Vânia, 28 anos, nordestina, emigrou de São José de Delmonte-PE).**

Lá não tem trabalho para ninguém. A gente foi criado na roça. Muita seca e lá não tem serviço. Aqui é muito melhor **(Adelaide, 27 anos, nordestina, emigrou de Bom Conselho-PE).**

Eu levei uma vida muito difícil lá. Carregava água na cabeça, porque era muito distante a água. Ia no mato, panhava lenha para cozinhar. Não tinha emprego. Por causa da seca, perdia boa parte do que se plantava **(Mercedes, 58 anos, nordestina, emigrou de Vitória da Conquista-BA).**

Lá é um lugar sossegado, mas é muito sofrido para a gente morar e conviver. Muito difícil! Lugar muito sofrido! Emprego muito difícil, salário baixo, pouca oportunidade **(Fátima, 52 anos, nordestina, emigrou de Cajazeiras-PB).**

Pra falar a verdade, eu não tenho quase nada para falar de nada lá, não, porque, primeiramente, a vida que nós passamos lá foi sofrida, foi difícil. As únicas coisas que a gente tem é saudade... a mãe e o pai veio para cá. Então já não tem mais saudades, porque já estão aqui pertinho. Nós fomos buscar eles. A maioria dos tios já morreu... mas assim mesmo, quase todo mundo já veio para São Paulo. São Paulo lá é como se fosse Deus, então todo mundo já veio para São Paulo. (São Paulo para eles não é só a Capital, é todo o estado). Eu tenho primo em Ibaté, tenho em Jaú, tenho em um monte de cidadezinha por aí. Esses dias mesmo veio um ônibus cheio, de lá de Bom Conselho, para trabalhar em Ibaté, na cana. **(Suzana, 41 anos, nordestina, emigrou de Bom Conselho-PE).**

As mulheres nordestinas recriam uma imagem extremamente negativa de suas terras. A falta de emprego, os baixos salários, aliados à falta de chuva, que impossibilita colher o alimento da terra, conduz a uma vida de miserabilidade e de sofrimento. As memórias sobre a terra de origem evocam a tristeza em razão da dificuldade que passaram lá. A saudade não é da terra, do local de nascimento e crescimento, mas somente das pessoas que por lá ficaram.

De acordo com Arruda (2000), a memória pressupõe a restauração de uma história individual e coletiva e das trajetórias de vida. Por essa razão, utilizamo-nos, em nossas lembranças, de uma densa teia de significados que conforma as nossas referências no ato de rememorar. Afirma a autora que o exercício de rememorar “esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas existentes entre os acontecimentos, presentifica as ausências” (p. 29). O sujeito que lembra, sempre significa o que foi anteriormente vivido e significado, recriando um tecido imaginário. O significado dado ao que foi anteriormente vivido pode se fundamentar nos novos significados atribuídos ao que atualmente se está vivendo. Isso implica dizer que as referências e os significados atribuídos às ações e situações vividas no presente servem como uma medida de comparação, permitindo significar aquilo que se viveu no passado. Assim, no caso das mulheres migrantes nordestinas e paranaenses pesquisadas, as condições de vida existentes no presente, em São Carlos e no bairro Cidade Aracy, podem influir decisivamente nos significados atribuídos por suas memórias às suas terras de origem.

Deste modo, ao analisarmos os seus depoimentos, percebemos que enquanto as mulheres migrantes paranaenses têm boas lembranças de suas terras de origem, revelando que os lugares onde moravam, apesar da falta de emprego, eram sossegados, calmos, bons de viver, as lembranças das mulheres nordestinas sobre sua terra natal não são boas, diante da vida sofrida que elas tiveram enquanto viveram lá. A tristeza e o ressentimento com a terra natal fundamentam-se no sofrimento que passaram em razão da péssima qualidade de vida dessas mulheres e de suas respectivas famílias, fruto da seca e da falta de emprego, educação e alimentação. Os significados que atribuem às lembranças de suas terras natais podem ter como referência, também, aquilo que se está vivendo hoje em São Carlos e no bairro Cidade Aracy, como vimos nos depoimentos de Vânia e Suzana. Conforme afirma Lucena (1999), a partir da adaptação, da vivência e da nova rotina no novo espaço, o migrante, sem se esquecer das origens, passa a formar novos valores, novas condutas e novos significados. E, assim, a possibilidade de (re)significar o passado se torna mais evidente. Desse modo, por exemplo, se hoje as mulheres

nordestinas desfrutam de uma vida melhor em São Carlos, com trabalho, lugar para morar e, sobretudo, com assistência social e médica, o significado que atribuem ao passado, lembrando a sua terra natal, onde elas sofriam com a seca, a fome, o desemprego, a falta de dinheiro, a escassez de assistência médica, etc., é o de ressentimento e mágoa. O significado que atribuem ao mundo presente permite (re)significar o mundo passado. No caso das nordestinas, o presente, vivenciado em São Carlos, por mais difícil que seja, ainda assim é melhor do que o passado vivido na terra de origem.

8.2 A origem no campo

As famílias trabalhadas nessa pesquisa são, em sua maioria, de origem camponesa. Existe um traço rural muito grande em suas origens, e isso tem implicações grandes nas relações de gênero. Segundo Silva (1988), nas unidades camponesas, o trabalho é distribuído entre todos os membros da família e não há uma divisão sexual rígida do trabalho, sendo que as mulheres não exercem apenas atividades diferentes daquelas praticadas pelos homens.

Cabe a elas o trabalho na casa (limpeza, preparação dos alimentos, cuidado das crianças), na horta e na criação de pequenos animais: galinhas, porcos. Mas não é apenas aí que a mulher trabalha. Além dessa esfera que chamamos de doméstica, que inclui o trabalho na casa e nas suas proximidades, a mulher trabalha na roça: na preparação do terreno, capina, destoca, plantio e colheita. Portanto, no tocante às mulheres, não existe uma separação rígida entre casa e roçado. Ela transita por esses dois espaços. Ainda cabem às mulheres as atividades da indústria doméstica: rapadura, aguardente, artesanato de barro, tecelagem do algodão, que contam com a ajuda dos filhos menores (1988, p. 13).

A maioria das mulheres entrevistadas vem de famílias de agricultores. São mulheres que, desde crianças, trabalharam na roça ajudando os pais, contribuindo com o sustento da família e, muitas delas, depois que se casaram, continuaram vivendo no campo antes de migrarem, trabalhando na terra juntamente com o marido e, conforme afirmou Silva (1988), trabalhando na esfera doméstica e nas proximidades da casa, capinando, plantando hortaliças e

legumes no quintal, coletando ovos e criando pequenos animais para o abate e para a venda, como galinhas e porcos. Enfim, transitando entre o espaço doméstico e o entorno dele.

Lá nós mexia com agricultura, lavoura. A gente tinha uma terrinha onde a gente plantava. Eu trabalhava com o meu marido na roça... também realizava o serviço doméstico de casa. Chegava da roça e fazia janta, arrumava a casa, essas coisas **(Josefa, 60 anos, paranaense)**.

Lá a gente morava e trabalhava na roça. Meus pais todos trabalhavam na roça e eu também **(Lúcia, 48 anos, nordestina)**.

Eu sou uma pessoa que fui da roça. Com 8 anos eu já trabalhava com meu pai na roça. Aí depois... foi uma coisa muito sofrida, a gente trabalhava na roça, era uma vida muito sofrida, tomando sol, tomando chuva e tinha que trabalhar né. Eu vim de uma família pobre. E todos nós trabalhava na roça. Os filhos ajudava os pais. E, depois de casada, eu também continuei trabalhando na roça, ajudando o meu marido, pra ajudar criar os filhos. A gente tinha um pedaço de terra, onde a gente plantava, tinha criação: eu cuidava das galinhas, eu fazia horta. Mas a gente também trabalhava nas terras dos outros, assim, ele cedia a terra, para a gente tocar a roça, porque a terrinha que a gente tinha já estava ficando fraca para trabalhar, sabe. A nossa terra era pouco para plantar, então a gente trabalhava na terra dos outros, tocar roça. Aí a gente produzia, tirava um pouco para a gente e o resto a gente vendia, para comprar o que precisava, roupa, calçado para as crianças... Eu fazia o serviço de casa também. A minha sogra cuidava dos meus filhos para eu ir para a roça, e quando eu chegava, eu a tarde, eu ia fazer o serviço de casa. Aquilo que ela não fazia eu fazia, cuidava dos filhos, chegava, lavava a roupa, de noite mesmo. Aí no outro dia era a mesma coisa **(Joana, 67 anos, nordestina)**.

Percebe-se também que essas mulheres, depois do casamento, continuaram trabalhando no campo em suas terras de origem, mas também como diaristas ou mensalistas, recebendo pelo trabalho na terra de outros, ou em sistema de parceria ou arrendamento.

Quando eu casei, eu continuei trabalhando no campo. Parei de trabalhar com meus pais e continuei trabalhando, depois de casada. Quando nós casamos nós saímos da fazenda e fomos morar na zona sul da Bahia, e começamos a trabalhar como diarista, na roça. Trabalhava para os outros, recebia o dinheirinho por semana. Mas mal dava para comprar comida. Eles davam a casa para morar e mal dava comida **(Mercedes, 58 anos, nordestina)**.

Assim como no nordeste e também no Paraná, esse foi um sistema bastante comum no estado de São Paulo. Segundo Silva (1988), até a década de 1960, prevalecia na agricultura paulista um modo de produzir bastante diferenciado: as formas de parcerias e arrendamento

coexistiam com o trabalho dos colonos, dos trabalhadores residentes nas propriedades e o trabalho familiar de pequenos proprietários. Mas em razão da modernização da agricultura paulista, a parceria e o arrendamento diminuíram, bem como a pequena produção, promovendo praticamente o desaparecimento dos colonos, diaristas e mensalistas. Surgiu, no bojo desse processo, a figura do boia-fria, como forma de trabalho dominante.

Trata-se de um trabalhador rural, residente nas periferias das cidades ou em cidades dormitórias, que se desloca em caminhões, peruas, ônibus ou camionetas para a área rural, diariamente, regressando às suas moradias no final do dia. Muitos deles trabalham em várias propriedades (cana, laranja, café, algodão, etc.). Outros possuem emprego fixo na usina (1988, p. 10).

Se por um lado a modernização da agricultura em São Paulo promoveu a diminuição do sistema de parceria e arrendamento, bem como da mão de obra do diarista, por outro, a parceria e o sistema de diárias, aliados à falta de chuva, sobretudo no nordeste, não estavam proporcionando uma boa condição de vida para as famílias das mulheres migrantes aqui pesquisadas nas suas terras de origens. Com isso, muitas delas efetivaram o projeto migratório e foram morar longe do campo, nos centros urbanos de São Paulo, especialmente em São Carlos. No entanto, com a migração, o antigo estilo de vida se acabou. Muitas não arrumaram empregos e passaram a viver de ajuda de vizinhos e assistências governamentais. Outras passaram a cuidar exclusivamente dos afazeres do lar. Outras ainda, também se assalariaram, trabalhando de empregadas domésticas. Finalmente, muitas começaram a trabalhar em empresas e receber salários pela venda de sua força de trabalho, muitas vezes inferior em relação aos salários dos homens. Segundo Silva (1988), a saída da mulher de sua terra em razão da necessidade de migrar provoca mudanças na organização do trabalho na terra e na esfera doméstica. Provoca mudança no exercício de seus papéis sociais. Agora, enquanto trabalhadoras na sociedade de destino, elas são discriminadas pelos salários mais baixos em relação aos dos homens, muitas vezes, pela ausência da carteira assinada. Quando elas se assalariam, afirma Silva, sua condição de ser mulher toma outras formas. Não trabalham mais sobre as normas da produção camponesa. O trabalho agora significa tempo e se traduz em dinheiro. “O produto de seu trabalho não é o arroz, feijão, mandioca, mas o dinheiro. O ‘ser mulher’, neste momento, significa receber menos, não possuir carteira, ser discriminada, isto é, ser mulher trabalhadora e deixar de ser mulher camponesa.” (SILVA, 1988: p. 15).

8.3 Os Motivos da Emigração

Conforme vimos em Lisboa (2007), a migração pode ser compreendida como uma ação social, seja ela de caráter coletivo ou individual, seja espontânea ou forçada, caracterizada pelo deslocamento interno (dentro de um país) ou externo (de um país para outro) que é marcada pelo desenraizamento do local de origem e por um novo enraizamento na nova sociedade. Muitos são os motivos que levam as pessoas ou grupos de indivíduos a se deslocarem de sua terra de origem para recomeçar a vida em outra terra, muitas vezes desconhecida. Tanto pode ser pela falta de emprego e de melhores oportunidades em sua terra de origem, bem como pela vontade individual do migrante melhorar a sua condição socioeconômica, conforme já evidenciaram as teorias micro e macrosociológicas, demonstradas por Nogueira (1991) e Peixoto (2004). Os motivos da migração também podem ter causas políticas, como ainda estar associados a dimensões subjetivas (LISBOA 2007). De acordo com Jannuzzi e Oliveira (2005), ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, 2001, realizada pelo IBGE, os principais motivos que levam indivíduos e grupos de pessoas a migrarem no Brasil, são: acompanhar a família, com uma alta porcentagem de mulheres (63%) migrando por esse motivo; a procura de trabalho, moradia, assistência médica, dificuldades no relacionamento familiar, dentre outros motivos.

Ao analisarmos as entrevistas com as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas pesquisadas, independente de terem boas ou más lembranças de suas terras natais, o motivo maior da migração consiste na procura de trabalho, seja por ela ou pelo marido, seguido do acompanhamento à família, a busca de um lugar mais sossegado e tranquilo e a busca de assistência médica. Assim, existe uma gama grande de motivos, encabeçada pela procura de emprego, que levou essas mulheres e suas respectivas famílias a migrarem. Cabe, porém, detalhar esses motivos, olhando-os pormenorizadamente, a partir das relações e dos arranjos familiares, bem como a partir da origem de nascimento delas.

Desse modo, quando nos referimos às famílias baseadas no modelo conjugal nuclear, bem como à família extensa e reconstituída, sejam elas paranaenses ou nordestinas, o principal motivo de migração da mulher e de sua respectiva família é a procura de emprego e melhores condições de vida.

Mulheres paranaenses:

Vimos para São Carlos para trabalhar, a procura de emprego. No Paraná, trabalhávamos na lavoura, mas já não tinha mais serviço lá. Lá, a gente não conseguia nada, trabalhava na lavoura de arrendatário. Sofremos muito lá. Como a gente perdeu a terra que nós plantava, aí não deu mais (**Aparecida, 32 anos, paranaense, família conjugal nuclear**)

A gente migrou para São Carlos porque a roça lá no Paraná, não estava dando nada. (**Luana, 32 anos, paranaense, família conjugal nuclear**).

O maior motivo da migração foi por causa de procurar um melhor emprego. Meus parentes, que estavam aqui, foram lá em casa passear e disseram que São Carlos era muito bom para emprego. E depois de seis meses fomos morar em São Carlos. Eles foram para lá e falaram que estava todo mundo empregado, com casa própria (**Neiva, 45 anos, paranaense, família conjugal nuclear**).

Eu vim para cá porque o meu marido não estava com serviço fixo lá. Tava muito fraco de serviço lá e a gente com duas crianças. E meu pai estava aqui (**Natália, 34 anos, paranaense, família conjugal nuclear**).

Mulheres Nordestinas:

O motivo da gente vir para cá foi porque falavam que aqui tinha serviço para trabalhar. Era isso, era aquilo. Então, nós resolvemos vim, porque todo mundo tava vindo. E, de fato, tem melhorado a nossa vida. A vida que eu vivi lá, hoje eu não dou para os meus filhos. Pelo menos a alimentação, que lá chegou a faltar para nós, né, mas aqui mesmo, nunca chegou a faltar. Tem dia que tá pouco, tá meio fraco, mas faltar mesmo nunca faltou. Lá tinha época de a gente passar a vida difícil, de só ter farinha em casa. O pai do meu marido teve treze filhos, e ele criou esses treze filhos do nada. Tem ano que o sol acaba com tudo. Tem ano que é a chuva. Esse ano foi a chuva. E a mãe dele fazia um ovo na panela para mexer e dá para treze filhos. Hoje, eles estão todos aqui. Eu, logo que cheguei aqui fui trabalhar numa fábrica. Eu trabalhava na cozinha, com alimentação. O primeiro dia que eu entrei no restaurante, nossa aquilo para mim era o máximo, sabe: nunca tinha visto tanta comida na minha vida, sabe. Aquilo para mim era muito bom. Foi uma coisa boa. (**Suzana, 41 anos, nordestina, família nuclear**).

A gente veio para cá, porque lá não tem emprego. Lá é um lugar muito sofrido. Tanto é que eu falo para os meus sobrinhos de lá que se quiser vir para cá para trabalhar eu dou todo apoio. Tem um sobrinho que tá lá passando dificuldade, tá muito sofrido lá. Falei para ele, se quiser vim, fica aqui comigo, ajudo até

controlar, trabalhar direitinho. Falo para ele vim. Acho que ele vai sair domingo **(Fátima, 52 anos, nordestina, família reconstituída).**

Porque lá era muito difícil, não tinha emprego. Você trabalha o ano inteiro na roça, quando vai vender, não dá nada. O salário lá é muito pouco. O dia de serviço lá é o valor de um quilo de costela. Não vale nada. Lá eu plantava feijão, colhia café, já trabalhei na mandioca, para fazer farinha. Trabalhava direto, mas dinheiro não ganhava nada. Aqui é bem melhor. Aqui a gente tem trabalho, come melhor, compramos terreno, construímos nossa casa **(Clotilde, 31 anos, nordestina família nuclear.).**

Mas há também outros motivos, em proporção bem menor, no caso desses arranjos familiares, que as levaram a migrar, como por exemplo, acompanhar a família ou ficar próximo de algum ente querido. Geralmente, tais motivos estão associados ao acompanhamento de filhos, que se casaram e mudaram para São Carlos; ao acompanhamento de pais que, por motivo de outros filhos, parentes ou amigos, migraram para São Carlos, ou ao acompanhamento de marido que, estando sem emprego na terra de origem, resolveu migrar para São Carlos à procura de trabalho.

Mulheres Paranaenses:

A gente veio para São Carlos, porque uma filha nossa casou e veio primeiro morar em São Carlos e gostou daqui. Aí os filhos quiseram vir também, sair da lavoura. Aí viemos juntos. Foi ela que trouxe nós aqui. A gente queria ficar perto dela **(Josefa, 60 anos, paranaense, família conjugal nuclear).**

A gente veio para cá, porque minha mãe veio e eu não ficava longe da minha mãe. Veio minha mãe, minhas irmãs. Meu cunhado trouxe elas para cá e eu não ficava sozinha. Meu cunhado já era daqui. Ele foi no Paraná, casou com a minha irmã. Aí eles vieram para cá e trouxe a minha mãe também. Aí eu não ficava longe da minha mãe, e vim embora também **(Lurdes, 53 anos, paranaense, família reconstituída).**

Mulheres Nordestinas:

O motivo da gente ter vindo para São Carlos foi porque lá tava ruim de emprego para o meu marido, pra mim não, porque eu sempre trabalhei lá, nunca fiquei

sem emprego, mas ele veio aí tive que vir também. **(Sílvia, 38 anos, nordestina, família conjugal nuclear).**

O motivo da gente ter vindo para São Carlos foi o seguinte: porque conheci meu novo marido e com uma semana ele me trouxe para São Carlos. O meu marido já morou outras vezes em São Carlos. Eu é a primeira vez. Eu nem conhecia São Carlos. Meu marido veio mais por causa de uma irmã. Ela operou de um mioma e veio para morar com os filhos em São Carlos e ele disse que iria trazer uma mulher que ele estava gostando. Aí nós juntamos e viemos. Mas eu não gosto de São Carlos não. Se Deus quiser, logo vou embora daqui **(Rita, 37 anos, nordestina, família reconstituída).**

Por outro lado, a mulher proveniente de família monoparental feminina também tem forte tendência em migrar à procura de emprego ou melhores condição de vida. Mas isso acontece especialmente com mulheres nordestinas que, sofrendo com a falta de emprego no local de origem, e separadas, ou mesmo solteiras, resolveram migrar. Por sua vez, constatamos que as mulheres paranaenses solteiras, quando efetivaram a migração e agora vivendo em São Carlos em família cujo arranjo é o monoparental feminino, deslocaram-se de suas terras ou estado de origem para outra localidade para ficar perto da família, geralmente, dos pais, ou para procurar um lugar mais sossegado e tranquilo, livre da violência e da criminalidade, como é o caso de Cida, de 32 anos, que veio de Curitiba:

Mulheres Paranaenses:

Eu vim para São Carlos em busca de tranquilidade. Minha mãe e minha irmã já moravam aqui. Lá em Curitiba, eu morava num bairro bom, tinha tudo. Mas sabe, o que vale é a paz, né. Não adianta você morar numa cidade grande, num bairro bom e, sabe, você não poder dormir tranquila, né, como lá em Curitiba. Sabe, lá é uma cidade muito bonita, mas é também uma cidade muito violenta, muito perigosa. E aqui fui vendo que era um bairro simples, que tinha bastante pessoas simples e legal e que eu podia dormir tranquila **(Cida, 32 anos, paranaense, família monoparental feminina).**

Eu vim para São Carlos, porque a minha família veio para cá. Primeiro veio minha mãe, meus irmãos e só depois veio eu com minhas crianças. Eu fiquei sozinha lá. Falei: “O que! Eu vou embora!”. Aí eu vim para cá. **(Guiomar, 33 anos, paranaense, família monoparental feminina).**

Mulheres Nordestinas:

Porque quando eu me separei do meu esposo, que ele foi embora eu ficava lá, passava fome. Eu vim porque eu separei e lá não tinha emprego nenhum, não tinha como ajudar criar meus filhos. A gente ia trabalha de alugado: alugado as pessoas leva a gente pra trabalha pra ganha como se fosse R\$ 1,50, pra dá de come pros meus filhos. Deixei meus filhos pequenos. Eu vim, só não roubei, sou sincera. Meus filhos ficaram com meus pais. E ainda às vezes o que eu ganho aqui eu ainda ajudo meus filhos **(Dolores, 54 anos, nordestina, família monoparental feminina)**.

Eu migrei sozinha de Recife para São Paulo, com intenção de estudar, de fazer uma faculdade. Tentei a USP dois anos. Mas não deu. Você desanima. Aí tive que trabalhar **(Sandra, 35 anos, nordestina, família monoparental feminina)**.

Enfim, na análise das trajetórias de vida e de migração das mulheres migrantes paranaenses e nordestinas e de suas respectivas famílias, o que o depoimento dessas mulheres, indica quando analisamos os motivos de emigração, é que existe uma grande gama de motivos, encabeçada pela procura de emprego, que levaram elas próprias e suas respectivas famílias a saírem de suas terras ou estados de origem para se fixarem em outras localidades. A análise dos depoimentos revela ainda que, em geral, a família extensa, a reconstituída e especialmente a assentada no modelo conjugal nuclear, sejam elas paranaenses ou nordestinas, migram para procurar emprego e melhores condições de vida, visto que em suas terras ou estados de origem, não foi possível encontrar. Porém, nesses mesmos grupos familiares, há também outros motivos, embora em proporção menor. Neste caso, os principais motivos são: acompanhar a família e/ou ficar próximos de algum ente querido. Neste contexto, enquanto as famílias paranaenses migram mais em virtude de acompanhar a família, para ficar próximas dos parentes queridos, no caso, filhos ou pais, as famílias nordestinas migram para acompanhar a família, em virtude de trabalho.

Por sua vez, quando passamos para a análise dos depoimentos de mulheres migrantes provenientes de famílias monoparentais femininas, constata-se que em geral, há uma forte tendência de essas mulheres migrarem para procurar emprego ou melhores condições de vida na nova localidade. Mas, ao analisarmos mais detalhadamente as entrevistas, isso ocorre com mais frequência entre as mulheres nordestinas, ao passo que as mulheres paranaenses, inseridas nesses contextos familiares, efetivam o projeto migratório principalmente para ficar mais próximas da família, ou a procura de um lugar mais sossegado, também perto da família.

8.4 Redes Migratórias: redes de parentesco

Independente dos motivos da migração das mulheres migrantes nordestinas e paranaenses e de suas respectivas famílias, em geral, a efetivação do projeto migratório, especialmente para São Carlos, ocorreu através de redes migratórias, principalmente por meio de redes de parentesco. Fica evidente nas entrevistas que muitas mulheres e famílias não conheciam São Carlos, mas passaram a conhecer através de parentes que já haviam migrado anteriormente para a cidade e, depois que reestabeleceram a vida na nova localidade, conseguindo moradia e emprego, passaram a incentivar a vinda de seus familiares. É claro que em alguns casos, a migração para São Carlos pode ter ocorrido por intermédio de outros mecanismos, como no caso de anúncios ou noticiário sobre a cidade e, especificamente, sobre a publicidade dos terrenos do bairro Cidade Aracy. Este foi o caso de Célia, 49 anos, como já vimos, que nasceu e viveu em Jacobina, no estado da Bahia e que se mudou para São Carlos no ano de 2003, após longa estadia em São Paulo. Célia migrou para São Carlos após tomar conhecimento da venda de terrenos no Aracy, a preços acessíveis, através da propaganda feita por uma imobiliária em São Paulo. Ela não conhecia São Carlos e não tinha nenhum parente seu residindo na cidade, mas os preços baixos dos lotes atraíram sua atenção, o que resultou na compra do terreno e, posteriormente, na vinda dela para São Carlos.

Mas esse é um caso específico. Em geral, as mulheres pesquisadas e suas famílias efetivaram a migração para São Carlos, seja ela direta (migração para São Carlos a partir do local de nascimento), seja ela indireta (migração para São Carlos a partir de outras localidades que não a de nascimento), por intermédio de redes migratórias, no caso, por redes de parentesco. Isso implica dizer que, no processo migratório em questão, as determinações econômicas, como a falta e oferta de empregos, por exemplo, não se sobrepuseram absolutas às determinações relacionais e culturais (SAQUET e MONDARDO, 2008). Assim, por mais que as mulheres migrantes e as suas respectivas famílias tenham migrado para São Carlos à procura de empregos e de melhores condições de vida, a efetivação do projeto migratório só ocorreu por intermédio de redes de parentesco. Portanto, a compreensão da trajetória de migração das mulheres paranaenses e nordestinas e de suas respectivas famílias, por meio de redes, pressupõe que o fenômeno migratório não se limita às determinações econômicas, mas fundamenta-se numa complexa trama

de interações sociais. Isso permite dizer que o processo migratório se constitui num fenômeno de múltiplas dimensões, tais como, econômicas, sociais, culturais e territoriais.

As redes de parentesco, um tipo específico de rede migratória, são capazes de manter contatos recorrentes entre os indivíduos, por meio de laços familiares (TRUZZI, 2008). De acordo com o autor, elas se apresentam com grande importância no processo migratório, já que permitem informar o migrante, previamente, sobre as oportunidades e dificuldades no local de destino. Ainda segundo Truzzi, as informações trazidas pelos emigrados aos novos migrantes potenciais sobre oportunidades ou dificuldades, autorregulam o sistema de migração. Por isso, a veracidade e a confiabilidade atribuída a tais informações são de grande relevância.

A análise das entrevistas com os sujeitos desta pesquisa revela que os contatos entre os parentes emigrados e os potenciais migrantes influenciaram decisivamente na efetivação do projeto migratório. Por um lado, as informações trazidas do local de destino por familiares que outrora haviam partido, bem como os informativos sobre a sua condição socioeconômica e, por outro lado, a confiabilidade depositada pelos potenciais migrantes nessas informações foram cruciais para a trajetória de migração das mulheres nordestinas e paranaenses e de suas respectivas famílias, residentes no Aracy, em São Carlos. As entrevistas revelam ainda a força que as redes de parentesco têm, já que parentes que migraram anteriormente vão influenciando e trazendo outros parentes e, estes, por sua vez, trazem outros e, assim, sucessivamente, forma-se uma cadeia de migração, fortalecendo cada vez mais a rede dos migrantes na cidade de São Carlos. Segundo Lyra (2003), em geral, cada migrante novo faz crescer uma rede em torno de si, incluindo outras pessoas migrantes ou não. Estas redes proliferam e sustentam-se.

Mulheres Nordestinas:

A vinda nossa para São Carlos foi por causa de meu filho. Nós viemos para cá através de um filho meu que já morava aqui, que disse que não dava para a gente viver lá, que aqui era melhor. Ele já morava aqui. Faz seis anos que ele está aqui. Ele veio para cá porque a vó dele veio morar aqui no Tijuco Preto. Ele ligou para ela e ela mandou dinheiro e ele veio para cá. Foi minha sogra que veio primeiro. Faz dez anos que ela está aqui. Ela falou para ele vir e ele veio. E depois ele pediu para a gente vim. Meus filhos agora estão tudo aqui. Eu arrastei tudinho para cá. Tem um que tem quatro meses que tá aqui (**Fátima, 52 anos, nordestina**).

Meu esposo já tinha seus irmãos aqui. A gente veio por causa dos irmãos dele, que já morava aqui. Eu nem sabia que existia São Carlos. Mas só tem parente do meu marido aqui. Primeiro veio a irmã do meu marido; depois veio a outra irmã. Depois veio o irmão. Depois veio ele e logo em seguida veio eu. Agora a mãe dele tá vindo também. Comprou casa aqui, só está esperando sair a aposentadoria. Mas antes veio alguns primos deles para cá, tem muita gente aqui **(Sílvia, 38 anos, nordestina)**.

Primeiro veio eu e meu marido, porque já tinha o meu cunhado aqui, irmão do meu marido. Ele falava que aqui tinha serviço para trabalhar, que era isso, que era aquilo. Aí nós resolvemos vim. Ele falava que tinha serviço, que ganhava dinheiro. A gente tinha acabado de se casar. Era difícil lá, meu marido trabalhava numa fazendinha. Meu cunhado ajudou em tudo. Aí o outro ia trabalhando, mandando dinheiro para outro vim. Depois veio a Adelaide e seu marido. Nisso veio 13 irmãos. Aí foi vindo mais gente e a família já está em cinquenta pessoas aqui em São Carlos. **(Suzana, 41 anos, nordestina)**.

Mulheres paranaenses:

O primeiro a vir foi meu pai. Ele estava lá no Paraná, pelo lado de Londrina. Aí veio um colega dele para cá. E ele falou para meu pai que a cidade era boa. Aí meu pai colocou a roupa dele dentro de um saco e veio parar aqui. Nesta época, o meu pai já era separado de minha mãe. Bom, como meu marido estava sem emprego lá e a gente com duas crianças, aí resolvemos ir. Aí mandei uma carta para o meu pai falando que a gente queria ir e pedindo sobre a cidade. Ele ligou, falou que lá era bom, pra gente ir. Aí não demorou muito a gente vendeu as coisinhas que tinha lá e viemos para cá. Então, a vinda da gente pra cá foi por causa do meu pai já está aqui. E meu pai ligou e falou que aqui era um lugar muito bom, que aqui não faltava serviço. Então, foi mais por incentivo do meu pai que a gente veio. **(Natália, 34 anos, paranaense)**.

Foi assim: meu cunhado, irmão do meu marido, que veio primeiro, que veio através de um tio dele. Aí ele ficava falando pro meu marido vim. Ele falava: “aqui é bom, um lugar bom de viver, um lugar muito bom”. E lá nós trabalhava no bicho da seda. E um dia meu cunhado foi para lá e convidou o meu esposo pra vim e entrar na firma para trabalhar com gesso. Ele foi lá e disse: “vocês têm que largar de mexer com o bicho da seda, porque isso não dá. E vocês têm que ir para São Carlos, porque lá vai dar certo”. Foi onde nós encaramos né, e a gente veio **(Maria, 37 anos, paranaense)**.

Minha irmã já tinha vindo para São Carlos antes da gente vim. Aí minha irmã foi pra lá e disse que aqui era mais fácil de viver e colocou na nossa cabeça. Meu marido fala até hoje: “que arrependimento”! Meu marido vendeu tudo e viemos só com a mala **(Cleide, 56 anos, paranaense)**.

Vimos pra cá, através da irmã do meu marido. A irmã dele já estava morando aqui, em uma chácara. Ela tinha um terreno aqui. Aí ela vendeu esse terreno pra

gente, aí depois a gente arrumou um dinheirinho. Ela falava que São Carlos era muito bom aqui, muito bom de serviço. E é mesmo, pra quem quer trabalhar é mesmo, né? Ela foi para Casa Branca, e falou: “Lá em São Carlos é bom, tem muito serviço, de pedreiro”. Aí a gente veio e graças a Deus, nos demos muito bem, viu (**Noêmia, 50 anos, paranaense**).

De acordo com Singer (1976), a adaptação do migrante recém-chegado no meio social ocorre geralmente por meio de mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos, especialmente se for parentes. Sendo assim, as redes de parentesco são importantes não apenas por informar previamente os potenciais migrantes sobre as oportunidades no local de destino, influenciando na decisão no momento de efetivarem o processo migratório. Elas se demonstram substancialmente importantes para com o migrante recém-chegado também no suporte moral e financeiro, bem como na ajuda com moradia, procura de empregos, alimentação, dentre outros, já na localidade de destino.

Como vimos em Costa (2001), as redes de parentesco, fundamentadas em compromissos morais solidificados pela proximidade dos laços afetivos, facilitam a fixação do migrante recém-chegado, ajudando na busca de moradia e de ocupações. Lyra (2003), também afirma que as redes de parentesco fornecem apoio psicológico e material necessário aos migrantes. Representam uma forma de capital significativo. Encaminham ao emprego, intermedeiam comunicações e servem de elo entre os diversos intervenientes do processo. Tudo isso ocorre porque as redes de parentesco, em geral, caracterizam-se pelos “laços fortes” (FAZZITO, 2002), que são responsáveis pela maior parte do apoio social aos membros da comunidade. Ainda segundo Fazzito, os laços tendem a ser mais fortes quando a rede é composta por parentes imediatos, como irmãos, sobrinhos, avós, pais, cujas relações são fortemente concentradas, capazes de fornecer amplo suporte. Tendem a serem menos fortes, com relações mais esparsas, com acompanhamento ocasional, quando ela é composta por amigos, vizinhos, colegas de trabalho.

Ao analisarmos as entrevistas feitas com as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, percebemos claramente a importância do suporte dado pelos parentes na localidade de destino e como essas redes de parentesco são calcadas em “laços fortes”. Tanto paranaenses quanto nordestinos possuem redes de parentesco bastante densas, com “laços fortes” em São Carlos, muitas delas, enraizadas no próprio Aracy. Evidentemente, facilita-se, assim, a inserção dos novos migrantes na sociedade de destino, pois as redes são responsáveis por proporcionar ao

migrante recém-chegado acolhimento, ajuda na conquista de emprego, companheirismo e ajuda em outras necessidades, especialmente em momentos de crise financeira e de outra ordem.

Mulheres paranaenses:

Quando nós chegamos, nós fomos morar na casa de minha tia, a gente morava em 16 pessoas em três cômodos. Isso foi um mês até achar uma casa para morar **(Luana, 35 anos, paranaense)**.

Logo que chegamos, meus irmãos arrumou serviço para meu marido na ERA e eu fui trabalhar de faxina com a minha cunhada **(Neiva, 35 anos, paranaense)**.

Os parentes do meu ex-companheiro ajudou muito a gente quando chegamos aqui, porque a gente veio sem nada, só com a roupa do corpo. A gente também morou na casa da mãe dele no começo, né **(Ruti, 43 anos, paranaense)**.

Ah, nós passemos muita dificuldade, viu moço, porque é difícil, né. Nós chegou, foi pagar aluguel. Aluguel era alto, era tão difícil para a gente alugar uma casa. Aliás, eu fiquei até seis meses morando com o meu pai. Meu pai morava sozinho aqui e a gente ficava morando dentro da casa do meu pai, até assim que desse uma melhorada. Porque a gente veio do Paraná só com as malas, não tinha condições da gente trazer as coisas. As coisinhas que a gente tinha, algumas coisas a gente vendeu, outras deixamos para lá e viemos só de mala mesmo. Sabe, só trouxemos a roupa, mesmo **(Marisa, 43 anos, paranaense)**.

Mulheres nordestinas:

Quando eu vim para cá, tinha meu tio aqui e a esposa dele. E eu vim para casa deles. **(Dolores, 54 anos, nordestina)**.

A família é sempre as pessoas que dão apoio. Um tem que ajudar os outros. É as únicas pessoas que ajuda na hora que precisa. Quando nós chegamos aqui, nós ficamos hospedados na casa do irmão do meu marido. Esse irmão dele ajudou a gente em tudo: como chegar na rodoviária, como arrumar serviço. Dois meses ele ficou sem trabalhar e ele ajudou em tudo. Para quem não tem ninguém aqui é melhor nem vim. Se não tiver uma família para apoiar aqui, vai morar na rua **(Suzana, 41 anos, nordestina)**.

Foi assim, quando eu vim pra cá, eu não queria vim pra cá. Mas as meninas chamaram pra vir. Telefone vai, telefone vem. Ai elas conseguiram trazer nós e

a gente veio. A gente não trouxe nada, somente roupa. A gente veio no ônibus da São Geraldo. Três dias de viagem. As coisas de móveis a gente vendeu. Depois, quando cheguei aqui, as meninas compram e me dá às coisas. Quando a gente chegou aqui, foi morar com a minha filha (Suzana), porque de lá veio dez pessoas, completou doze pessoas. Tudo aí. Ficou muito apertado: doze só na casinha. E o pior a fila no banheiro. Ei falei: “O Suzana vou sair arruma uma casa pra pagar aluguel”. Ela falou: “mãe não faça isso”. “Mas eu não vou ficar, tem muita gente aí, tá muito apertado e eu fui aluguei uma casinha”. **(Malvina, 73 anos, nordestina, referindo-se à ajuda das filhas, Suzana e Adelaide).**

Quando eu cheguei aqui, eu me instalei na casa de minha irmã e de minhas sobrinhas. Minha sobrinha (Suzana) sempre dizia: “o tia, vem se embora aqui pra cá”. Aí eu disse que vinha. Então ela mandou o filho dela me buscar **(Catarina, 72 anos, nordestina, referindo-se à ajuda de suas sobrinhas, Suzana e Adelaide).**

Em suma, ao analisarmos as entrevistas, percebemos claramente que, em São Carlos, tanto paranaenses quanto nordestinos possuem redes de parentesco bastante densas, caracterizadas por “laços fortes”. E essas redes de parentesco são responsáveis por proporcionar ao migrante recém-chegado o acolhimento, moradia, ajuda na conquista de emprego, companheirismo e ajuda em outras necessidades. Contudo, a impressão que fica é a de que a rede de parentesco nordestina tende a ser mais densa, com laços muito fortes. Por isso, muitas vezes, mesmo em espaços pequenos em suas casas, as famílias nordestinas colocam os seus parentes recém-chegados para residirem consigo, até que arranhem emprego, melhorem de situação e consigam alugar ou comprar uma casa, bem como consigam sobreviver com a própria renda. Isso fica claro no depoimento de Suzana logo abaixo, que assim que ela e o marido alugaram uma casa, ela trouxe a irmã Adelaide e seu esposo para São Carlos. Ambos passaram a residir com Suzana, além de outros parentes.

Assim, logo no começo, eu tinha vontade que ela (Adelaide) viesse, mas como eu não tinha condições, nós não tinha onde morar. Aí nós fomos morar na casa do meu cunhado, que só era um cômodo. Mas eu estava sempre pensando que quando a gente estive melhor, ela (Adelaide) vinha. Aí foi quando o meu marido arrumou o primeiro emprego, né, primeira vez que ele tirou a carteira de trabalho. Aí a gente começou a ganhar um dinheirinho e a gente alugou uma casinha com dois cômodos. Aí já foi ficando melhor, né. Já podia acomodar mais um. Aí ela casou e eu falei para ela que viesse, que tinha espaço. Aí a gente ficou pagando aluguel uns oito anos, morando juntos. Trabalhava, Graças a Deus não faltou serviço. Todo mundo chegou e já foi arrumando serviço por aí. Aí nossa vida foi mudando. Meu marido ficou quatro anos numa fábrica. Quando ele saiu, ele recebeu. Aí comprou uma casinha pra gente lá no Gonzaga. Mas

como nós têm medo de tudo, via muita coisa feia, que não combinava com a nossa, aí nós resolvemos trocar. Foi quando ele trabalhou mais outro tempo para troca nessa daqui. Nisso, eles (Adelaide e seu marido) tiveram problemas e se separaram. Aí ela continuou morando comigo e mais os dois meninos. Só que aí ficou a minha mãe e meu pai sozinhos lá. O meu irmão já estava em São Paulo. Aí ficava difícil, porque eles não sabiam usar muito o telefone. Era aquele sacrifício para fazer uma ligação. Tinha que marcar horário na cidade. Lá iam eles de madrugada para esperar a ligação. É aquela confusão toda. Até que um dia nós perguntamos para eles se eles queriam vim. Aí eles vieram. Como eles viviam sozinhos lá e aqui tinha quatro meninos, dois meus e dois dela (da Adelaide), aquilo para eles era uma festa para brincar com os meninos. Aí eles vieram para cá e passaram a morar comigo também. Mas, como aqui tinha um monte de gente, depois de um tempo resolveram arrumar um quatinho para eles alugado. Agora mesmo a gente buscou uma tia minha, irmã de minha mãe, pois o marido dela morreu. Ela ficou sozinha lá, né. E ela fica na casa de minha mãe. E é assim que a gente vai fazendo.

Contudo, se as redes migratórias e, particularmente, as redes de parentesco auxiliam o migrante recém-chegado na sociedade de destino, por proporcionar a ele o acolhimento, a moradia, ajuda na conquista de emprego e companheirismo, será que, por outro lado, elas também podem reproduzir desigualdades sociais e de gênero, restringindo e aprisionando essas mulheres migrantes ao círculo das redes sociais, sem emancipá-las do grupo? Ramella (1995), afirma que as redes sociais, ao produzirem canais de transmissão de informação sobre um emprego, por exemplo, contribui enormemente para a conquista de um trabalho de um integrante daquela rede. Para ele, as redes migratórias, muitas delas formadas por parentes e amigos, influenciam na inserção do recém-chegado no mercado de trabalho da sociedade receptora. Dessa forma, “são as redes de relações sociais que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades. É nesse sentido que certas oportunidades estão socialmente determinadas. São as redes que abrem e fecham o acesso às oportunidades” (RAMELLA, 1995, p. 21).

De fato, percebe-se no depoimento das entrevistadas que as redes sociais, principalmente de parentesco e de amigos, são importantes na obtenção de emprego, abrindo oportunidades para elas conseguirem um emprego. No entanto, as redes também acabam lhes aprisionando em determinados espaços sociais, dificultando a sua emancipação do grupo. E isso, posteriormente, pode gerar desigualdades sociais, já que elas não conseguem ampliar seu leque de oportunidades de trabalho em decorrência dos fortes laços que mantêm com seu grupo. Exemplificando: pensemos em uma migrante recém-chegada através de redes de parentesco em uma determinada localidade, que necessita encontrar um emprego. Sua parenta, que trabalha de

empregada doméstica, não mede esforços e a indica para a sua própria patroa ou para as amigas dela, objetivando conseguir um trabalho de doméstica para a recém-chegada. Ela consegue e isso é importante; mas, sempre que necessitar, ela recorrerá às pessoas deste grupo social para auxiliá-la na obtenção de um novo emprego, o que lhe acaba impossibilitando de ampliar as oportunidades de trabalho e, portanto, de ascender socialmente.

Este é o caso de Cleide, de 56 anos, paranaense, que reside em São Carlos há 21 anos. Quando chegou a São Carlos, o seu primeiro emprego foi conquistado a partir da importante ajuda de uma sobrinha, que já residia na cidade. Foi ela quem arrumou um trabalho para Cleide, de empregada doméstica, na casa em que trabalhava. Tempos depois, uma amiga também lhe indicou em outro serviço, também de empregada doméstica.

Minha sobrinha foi trabalhar na fábrica e me colocou no lugar dela na casa e depois foi uma colega que conseguiu um emprego para ganhar mais e me indicou nesse que ela estava. Meu primeiro trabalho aqui foi como empregada doméstica. Sempre trabalhei como doméstica. **(Cleide, 56 anos, paranaense)**.

Há outros depoimentos que corroboram com o depoimento de Cleide:

Minha primeira ocupação aqui foi de faxineira. Dificuldade de arrumar emprego sempre tem, mas não foi muito não, porque meus parentes que estavam aqui indicavam a gente. Comigo, minha cunhada arrumou o emprego para mim **(Neiva, 45 anos, paranaense)**.

Meu primeiro emprego aqui foi de empregada doméstica. Quem arrumou para mim foi uma amiga minha, da igreja. Foi ela que arrumou para mim. Ela era babá nessa casa e então ela arrumou para mim. Lá eu fazia de tudo: eu passava, lavava, limpava, só não cozinhava. Meus outros empregos sempre foi de empregada doméstica, desde quando eu cheguei aqui. Tem dez anos de empregada doméstica **(Natália, 34 anos, paranaense)**.

Como vemos nesses depoimentos, as redes de parentesco e amigos são extremamente importantes para as mulheres recém-chegadas em São Carlos para a obtenção de um emprego. O primeiro emprego, e outros posteriormente, só foram conseguidos por intermédio da ajuda de um parente ou amigo que, já residindo em São Carlos, dava boas referências das recém-chegadas, contribuindo enormemente para com o seu ingresso no mercado de trabalho. Contudo, percebe-se

que as redes também podem ter um forte poder de reproduzir as desigualdades sociais, “aprisionando” essas mulheres em empregos ou espaços sociais de convivência de suas redes, não lhes possibilitando novas alternativas de ocupações socialmente mais valorizadas. É claramente perceptível em seus depoimentos que elas iniciaram as suas atividades laborais em São Carlos como empregadas domésticas e permaneceram por muitos anos no mesmo tipo de trabalho, sem nenhuma perspectiva de mudança. Ao mesmo tempo em que permaneceram trabalhando de empregadas domésticas, também não fizeram cursos de qualificação e não procuraram emprego em outros setores de trabalho. Isso contribuiu enormemente para a manutenção dos baixos salários, da condição de pobreza, perpetuando, enfim, a desigualdade social de classes.

Outra reflexão que podemos fazer sobre as redes sociais é que elas também podem não só reproduzir desigualdades sociais, mas também desigualdade de gênero. Por isso, baseando em Neto e Nazareth (2009), entendemos que a análise das redes deve incluir uma perspectiva de gênero em seu entendimento. Segundo as autoras, vários estudos recentes perceberam a existência de significativas desigualdades de gênero no interior das redes sociais, levando-os a questionar o entendimento das redes como “estruturas altruístas, democráticas e quase livres de tensão” (2009, p. 05). Por um lado, há um entendimento que a mulher se utiliza mais das redes sociais (Assis, 2003), em virtude delas proporcionar uma sensação de proximidade com a cultura de origem e de pertencimento ao grupo. Por outro lado, como as desigualdades de gênero ainda permanecem fortes num âmbito mais amplo da sociedade, as redes, sob influência dessas desigualdades, poderiam reduzir o acesso das mulheres a empregos de qualidade e na esfera pública, levando-as a assumir empregos de menor prestígio e de baixa remuneração, como o emprego doméstico. E, no caso de mulheres migrantes, isso parece se potencializar, devido às baixas taxas de escolaridade e à falta de experiência profissional com que costumam migrar (NETO, NAZARETH, 2009).

O fato é que há um grande número de mulheres migrantes precisando e querendo ser incorporadas ao mercado de trabalho, mas sem qualificação adequada. De modo que serviços de doméstica, diarista, faxineira ou babá, que não exigem qualificação e culturalmente são associados às mulheres, acabam sendo ocupações remuneradas com grande procura entre as mulheres migrantes. Muitas vezes sua única forma de articulação com o mercado de trabalho, mesmo que o vivam de forma irregular e informal, sem as garantias previstas em lei (NETO, NAZARETH, 2009, p. 6).

Vimos nos depoimentos acima que os trabalhos reservados para as mulheres migrantes recém-chegadas, sem qualificação e especialização, por intermédio das redes de parentesco e amizade, foram aqueles ligados à esfera doméstica que, histórica e culturalmente, sempre foram associados à mulher. Durante toda a sua trajetória de vida em São Carlos, essas mulheres trabalharam de empregadas domésticas, um trabalho socialmente desvalorizado, que rende ganhos baixos, potencializando, desta forma, a desigualdade de gêneros na sociedade.

Enfim, sabemos da grande importância das redes sociais nos processos migratórios, mas diante das constatações feitas, não devemos deixar de relativizá-las, mostrando que elas não só agregam e facilitam a inserção dos recém-chegados na sociedade de destino, mas que também podem gerar “aprisionamentos”, desigualdades sociais e de gênero em determinadas situações.

8.5 O Processo de Adaptação em São Carlos

Apesar da densidade e da força dos laços das redes de parentesco, a adaptação em uma nova localidade, numa terra onde a cultura e os costumes, muitas vezes, são distintos em relação aos do migrante, nem sempre ocorre pacificamente. São diversos os traumas a que os recém-chegados estão sujeitos, desde a dificuldade financeira, a dificuldade de arrumar emprego, até a discriminação por provir de uma região culturalmente diferente. Percebemos, nesta pesquisa, que muitos migrantes possuem forte ligação com os costumes e a cultura de sua terra natal, assumindo facilmente a sua “identidade cultural” (HALL, 1999). Essa “identidade cultural”, que se caracteriza pela pertença do migrante à sua cultura regional, expressa-se na comunicação, na culinária, nos costumes, nas festas, etc., e, muitas vezes, não é bem aceita inicialmente na sociedade de destino, diante da intolerância à diversidade cultural (GIDDENS, 2005). É em virtude dessa não aceitação da cultura alheia e do etnocentrismo da sociedade receptora que a adaptação do migrante recém-chegado se torna mais difícil na nova sociedade.

Este “estranhamento cultural” envolve, em maior grau, os nordestinos, mas famílias paranaenses também são vítimas, principalmente se o grupo familiar for muito pobre. A origem pobre, aliada ao trabalho socialmente desqualificado e precário, forma a dose certa para o florescimento da discriminação e para o surgimento do sentimento de humilhação quando os migrantes recém-chegados se instalam na nova sociedade, dificultando assim, a sua adaptação.

A nossa adaptação aqui foi muito sofrida. Olha, quando a gente chegou aqui, eu fui muito humilhada, porque eu passei a catar papelão, trabalhar no lixão. Chegou uma mulher a falar pra nós que a gente era urubu, que não tinha cabimento levar uma vida daquela. Eu falei assim: “mas é melhor a gente trabalhar do que roubar, né?” Falei para ela. Naquela hora eu me senti mal. Eu falei assim: “quem sabe um dia você vai fazer o mesmo que nós faz”. Quando foi agora, eu topei com ela fazendo o mesmo que eu estava fazendo (**Irene, 63 anos, paranaense**).

Já os nordestinos, além de sofrerem com a pobreza e a condição precária de suas vidas, muitas vezes também são discriminados e humilhados pelo fato de se comunicarem verbalmente com sotaque diferente da população nativa de São Carlos, provocando relações conflituosas entre o migrante e o considerado morador local. Suzana, migrante de Pernambuco, foi vítima da intolerância à diversidade cultural. Ela fala que o processo de adaptação à cidade de São Carlos no início foi muito difícil, pois as pessoas debochavam de seu jeito de falar e dos nomes que ela atribuía aos objetos e produtos.

Minha adaptação aqui foi terrível! Terrível! Quando eu cheguei aqui, fui comprar as coisas e o nome não era aquilo que eu sabia: já era outra coisa. Por exemplo: sabe o zíper, de calça? Você imagina lá como a gente chama? “Fechecler”. Aí eu fui lá comprar o Fechecler e todo mundo ficava olhando na minha cara e eu acabei vindo embora sem o objeto, porque ninguém me vendeu. Ninguém sabia o que era. Pra falar, assim, algumas palavras, nossa, as pessoas davam risada. Outros faziam pouco caso, outros até gostavam de ouvir, pra dar risada. Foi muito difícil. O jeito da gente falar, eles acham esquisito. Assim, o jeito da gente falar. As palavras que a gente fala, que aqui eles chamam uma coisa, lá é outra. Uma vez fui comprar um galeto aqui, o homem disse: “aqui não tem galeto não”. Ele disse: “O que é galeto?” Galeto, galinha de cozinhar. Aí ele disse: “Aqui não é galeto, é frango”. Por exemplo, lá a gente compra confeito, não bala. Então, foi assim, algumas coisinhas foi difícil. Quando eu fui fazer entrevista na fábrica, meu primeiro emprego aqui, a gerente falou assim para mim: “Você tem certeza que você vai conseguir?” Eu falei: “eu vou, porque eu tenho vontade de trabalhar”. Ela olhou assim para a minha cara, analisou acho que um monte de coisa errada que estava em mim, né, daí ela falou assim para mim: “Olha Suzana, eu vou te dar a chance, porque eu estou olhando para você e estou vendo tanta sinceridade que eu nunca vi igual”. Sabe aquele jeito doido, de eu estar falando aquelas palavras estranhas, esquisitas? Ela disse: “Então você começa tal dia”. Nossa, foi o máximo, de uniforme trabalhar. Era muito legal. Aquilo pra mim era tudo de bom. Mas, quando eu abria a boca, pra falar com uma pessoa ou outra, eu via gente dando risada. Nossa, eu passei tanta humilhação. Até que um dia ela me chamou pra conversar. Ela falou: “Como você está?” Falei: “Olha, no serviço eu estou bem, agora essas pessoas, não sei não, mas, alguma coisa eu faço de errado, porque tudo que eu faço eles acham graça. Eu pareço mais a palhaça no circo”. Tudo que eu falava eles davam

risada. Aí eu já comecei a evitar. Era bom dia! Boa tarde! Pra mim já tava bom. Até hoje eu não consigo falar igual a eles. Mas foi difícil. (Suzana, nordestina).

Como vemos no depoimento de Suzana, por ela carregar consigo um traço cultural que a distinguia das pessoas naturais de São Carlos (a fala e o sotaque, caracteristicamente nordestinos), ela passou a ser discriminada e humilhada quando chegou à cidade e muito sofreu com isso. Esse traço distintivo que ela carregava, e ainda carrega, e que tornou a razão de sua humilhação, segundo Goffman (2006), assume a feição de um estigma, um atributo que a diferencia e a torna desacreditada perante um determinado grupo social.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e o seus atributos, a sua identidade social. Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontra em uma categoria em que pudessem ser incluídas, sendo até, de uma espécie menos desejada. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma (GOFFMAN, 2006, p. 12).

Uma pessoa estigmatizada, portanto, é aquela que poderia ter sido “facilmente recebido na relação social cotidiana, mas possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 2006, p. 14). Portanto, Suzana passou a ser estigmatizada por carregar consigo um atributo cultural que a distinguia das pessoas em São Carlos. E, tendo a noção disso, passou a evitar as pessoas em suas relações diárias, especialmente os colegas de trabalho, pois eram os que mais a ridicularizavam. Geralmente, as pessoas estigmatizadas se isolam do convívio social pelo fato de ter a consciência de quanto as pessoas a inferiorizam por carregar um atributo diferencial, considerado negativo socialmente. “O medo que os outros possam desrespeitá-la por algo que ela exiba significa que ela sempre se sente insegura em seu contato com os outros” (GOFFMAN, 2006, p. 23).

A dificuldade de adaptação à nova localidade, em virtude ainda do choque cultural, também é potencializada a partir da perspectiva do migrante. Ou seja, muitas vezes, o migrante não consegue se acostumar rapidamente com os costumes da nova sociedade e também enxerga o

comportamento do outro com certo preconceito, tornando a sua adaptação mais complexa. Neste caso, eles não estão sendo estigmatizados em razão de um atributo específico seu, fruto de sua origem cultural, mas ao tomar como parâmetro os seus costumes regionais e encarar os costumes da nova sociedade como diferentes, eles passam a ter dificuldade de adaptação.

Foi difícil, viu. Ah, no início eu não me acostumava aqui não, viu. Sabe, foi difícil, eu não me acostumava aqui não. Sei lá, porque muda completamente. Você vem de uma cidade pequena, para uma cidade tão grande como São Carlos, né. E para mim foi difícil para habituar, sabe, até mesmo com as pessoas, porque é diferente de um lugar para outro. Então, foi muito difícil pra mim, viu, não foi fácil de acostumar aqui, não viu. **(Marisa, 43 anos, paranaense).**

Ah, demorou bastante para a gente se adaptar, porque é completamente diferente, tudo é diferente. Então, foi difícil. Eu senti bastante **(Rose, 22 anos, paranaense).**

Eu estranhei as pessoas. O pessoal aqui é mais estranho. O pessoal não gosta que se aproxima e na primeira oportunidade que der para fazer alguma coisa, faz. As pessoas de São Carlos e não do bairro **(Sílvia, 38 anos, nordestina).**

Além de todos esses problemas citados, as dificuldades enfrentadas pelas famílias migrantes, recém-chegadas em São Carlos, envolvem a falta de emprego e a de dinheiro. Embora as famílias tivessem, em geral, o apoio das redes de parentesco, nos quesitos acomodação e moradia, na procura de emprego, etc., ainda assim, muitas delas tiveram dificuldade para arrumar emprego e, conseqüentemente, compor uma renda familiar.

Quando chegamos aqui foi difícil, viu. Primeiro a gente não arrumava emprego. Não passava fome porque eu trabalhava de empregada. Mas a vida daqui era mais difícil do que lá. O dinheiro era mais curto **(Cleide, 56 anos, paranaense).**

A maior dificuldade que nós passou aqui quando chegamos foi a falta de emprego **(Ruti, 43 anos, paranaense).**

A maior dificuldade que nós tivemos aqui foi para se alimentar. Porque a minha mãe ganhava muito pouco, então no almoço a gente comia na escola, se não ficava sem comer. E depois, só quando a minha mãe chegava, que ela trazia um pouco de arroz do serviço, porque era bem difícil, era só ela que trabalhava. E depois, só comia no outro dia, só na escola **(Rose, 22 anos, paranaense).**

Por sua vez, em geral, as famílias migrantes, cuja migração ocorreu de modo indireto para São Carlos, isto é, depois de já terem migrado para outras localidades a partir de sua terra de

origem, são as que encontram menos dificuldades na adaptação à cidade. Os traumas e os conflitos no local de destino, frutos de choques culturais ou de dificuldades financeiras, já são conhecidos delas, em razão de já terem passado por outras cidades e regiões e, assim, estão mais preparadas para enfrentá-los. Certamente, para aquelas famílias que migraram inicialmente de sua terra de origem para outros estados, cuja cultura regional se distingue bastante, como é no caso de nordestinos que migraram para São Paulo, a migração posterior para São Carlos e a adaptação na cidade, tornam-se bem mais fácil. Este é o caso de Sandra, que por uns bons longos anos viveu na capital paulista e só mais recentemente migrou para São Carlos. Ela conta que a adaptação em São Paulo foi mais difícil, quando comparada a adaptação em São Carlos.

Prá cá foi fácil. Eu já tinha morado em São Paulo. Lá foi mais difícil. O meu bairro começou a ficar violento e na época eu estava com duas filhas e elas brincavam na rua. Mas aqui foi bom. Gostei da cidade. Foi fácil (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Para finalizar, é justo afirmar que há também aquelas mulheres migrantes, e famílias, que passaram pouca ou nenhuma dificuldade em São Carlos. Já no início se adaptaram bem e, rapidamente, conseguiram alojamento e emprego na cidade. Os parentes, muitas vezes, proporcionaram esse bem-estar aos recém-chegados.

Não tive nenhuma dificuldade aqui em São Carlos. Eu fiquei na casa da minha mãe, não faltava nada. Não faltava o leite das crianças. Nunca passei necessidade aqui (**Guiomar, 33 anos, paranaense**).

Até que não passei muita dificuldade aqui. Posto de Saúde já tinha, tinha escola. Não passei necessidade aqui (**Tereza, 67 anos, nordestina**).

Não sofri muito não aqui. Graças a Deus o povo tem me ajudado muito aqui. Me deram cesta básica, deram roupa. Eu cuido de uma senhora de 91 e a filha dela é muito boa pra mim. Ela é do norte também. Veio faz muito tempo. Criou os filhos, construiu muita coisa. Fala pra eu não ir embora não, aquele lugar sofrido. Ela diz: “eu não tenho vontade de ir pra lá não” (**Fátima, 52 anos, nordestina**).

Interessante notar, no depoimento de Fátima, que o não sofrimento em São Carlos está associado ao recebimento de ajuda das pessoas do bairro ou da cidade. Percebe-se em sua entrevista que o pouco que consegue em São Carlos, seja com ajuda, seja trabalhando, já é o suficiente para sobreviver na cidade e, por isso, demonstra estar satisfeita com o lugar que escolheu, apesar de sua evidente situação de pobreza. Mas essa satisfação transparece em razão de uma vida sofrida que o nordeste, sua região de origem, lhe proporcionou. Por isso, o momento presente, vivenciado em São Carlos, por mais difícil que seja, ainda é melhor do que o passado, vivido no Nordeste, na sua terra de origem. Ela se contenta com o pouco que tem, mas esse pouco é muito, comparado ao que viveu em sua terra natal, sem emprego, sem dinheiro e sem vizinhos para lhe ajudar, já que eles também se encontravam na mesma situação.

8.6 Os Migrantes e o Bairro

Vimos neste texto, a partir do depoimento das mulheres migrantes pesquisadas, que a rede de parentesco foi muito importante para muitas delas no momento da chegada, pois as auxiliou na procura de emprego, na ajuda financeira e, sobretudo, na moradia. Contudo, inicialmente, nem todas as mulheres migrantes e suas respectivas famílias passaram a residir no bairro Cidade Aracy. Uma parcela delas, inicialmente, residiu em outros bairros, também localizados na periferia de São Carlos, seja em casa de parentes ou não, antes de irem para o Aracy. É fato que aquelas que já tinham parentes residindo neste último bairro em questão, em geral, instalaram-se nele quando chegaram. Mas outras, sem parente no bairro ou com eles residindo em outras regiões da cidade, quando chegaram a São Carlos, passaram a residir fora do Cidade Aracy. Com relação às mulheres migrantes que se instalaram em outros bairros periféricos da cidade, é importante afirmar que depois elas passaram a residir no Cidade Aracy, em razão, sobretudo dos preços baixos de imóveis e terrenos, bem como do aluguel. Portanto, o que mais incentivou e influenciou a ida delas, e de suas respectivas famílias, para o bairro em questão, foi o custo mais baixo dos imóveis e dos terrenos. Mas há outro motivo também: o problema da criminalidade e do uso e venda de drogas. Assim, algumas famílias se mudaram para o Aracy porque nos seus antigos bairros a violência e o tráfico de drogas eram assustadores.

Quando chegamos aqui, compramos uma casinha no Gonzaga. Mas lá foi o fim. Moramos lá 14 anos. Lá é o lugar mais pior de São Carlos, muita droga, muito ruim. Eu morava no meio de três biqueiras. Agora aqui no Aracy estamos desde o ano passado. Vendemos a casa lá e compramos aqui. Aqui é melhor. Não me arrependo de ter vindo para cá, não arrependo. Tudo que eu preciso tem aqui (**Cleide, 56 anos, paranaense**).

Mas, em geral, as famílias pesquisadas que moram hoje na grande Cidade Aracy, seja desde o início, quando chegaram a São Carlos, seja depois de terem residido em outro bairro, foram influenciadas e incentivadas a fixarem-se no bairro pelo custo baixo dos terrenos e dos imóveis e pela facilidade de pagá-los, bem como pelo aluguel mais barato que, muitas vezes, pode ser negociado diretamente com o proprietário do imóvel.

Porque era mais barato as casas, né. A gente vai comprar uma casa no Cruzeiro do Sul como? É mais caro. Então, aqui é mais barato. Compra um terreno mais barato e vai fazendo como pode. Então se torna mais barato, né (**Noêmia, 50 anos, paranaense**).

Eu vim para o Aracy, porque nós pagava aluguel. Nós não tinha condição, nós morava no Jóquei na época. Pagava aluguel, mas não tinha condição de pagar aluguel mais. Aí meu cunhado falou: “vamos lá no Aracy, que surgiu um loteamento novo, barato. Vamos lá!”. Aí pegamos e viemos. A mulher que veio vender para nós, trouxe nós direto nessa rua aqui neste terreno, Aí eu falei “é esse daqui que eu quero”. Aí nós compramos aqui (**Lurdes, 53 anos, paranaense**).

Muitas mulheres, especialmente aquelas que chegaram ao bairro com suas respectivas famílias quando ele estava começando, contam que o bairro era pouco estruturado, sem asfalto, água potável, energia, bem como sem posto de saúde, escolas. O bairro possuía poucas casas, geralmente cercadas pelo matagal.

Quando chegamos aqui, em 1995, as ruas eram de chão, não tinha água, nem asfalto. Tinha pouca casa quando viemos para cá (**Marisa, 43 anos, paranaense**).

Quando viemos para o bairro, não tinha quase comércio, loja, era bem ruim aqui, viu (**Luana, 35 anos, paranaense**).

Quando chegamos aqui, eu falei: “mas será, meu Deus, nós vamos ficar no meio do mato e agora?” Eu que estou acostumada no meio do mato não dá

medo. Mas e elas? Falei: “Meu Deus, nós vamos ficar no meio do mato, heim!”. Não tinha luz, não tinha nada aqui, só mato. Mas aí fiquemos **(Irene, 63 anos, paranaense)**.

O Aracy era muito precário quando viemos para cá. Tinha muito mato, muito bicho. Era como se fosse uma fazenda **(Glória, 37 anos, nordestina)**.

Hoje aqui tá bom. Quando eu cheguei aqui era tudo mato. Tinha até medo de ficar aqui **(Dolores, 54 anos, nordestina)**.

Interessante afirmar que a infraestrutura do bairro começou a melhorar há cerca de 10 anos apenas. Assim, muitas famílias migrantes que chegaram depois que o bairro já havia iniciado, lá por volta dos anos 90 até o início de 2000, ainda conheceram um bairro com uma infraestrutura ruim. Porém, atualmente, o grande Cidade Aracy é um enorme bairro, com cerca de 20 mil habitantes (MACIEL, 2012) e está melhor estruturado, com abastecimentos de água, asfalto, esgoto, etc. O bairro também conta com algumas escolas, creches, posto de gasolina, posto médico, farmácia, agência bancária e um forte comércio. Quase tudo se encontra no bairro, desde quitandas a supermercado, pequenos bares a restaurantes, etc. Além de igrejas, Evangélica e Católica. E é em razão desse grande salto de qualidade do bairro, no quesito infraestrutura, que as mulheres migrantes, ao compará-lo com o que era há cerca de uma década atrás, consideram-no um excelente bairro para se morar. Por isso, a maioria delas gosta do bairro e não pensa em trocá-lo por outro, mesmo ele sendo estigmatizado e discriminado pela população de São Carlos, que ainda o enxerga com maus olhos.

Gosto muito de morar aqui. Não pretendo mudar deste bairro não. **(Malvina, 73 anos, nordestina)**.

Gosto muito de morar aqui. Não pretendo sair daqui. Já tenho minha casa pronta aqui. Eu não penso em sair daqui não. **(Guiomar, 33 anos, paranaense)**.

8.7 O Cidade Aracy e a sua Relação com São Carlos

Apesar de a maioria das mulheres migrantes entrevistadas gostarem do bairro em que moram e não pensarem em deixá-lo enquanto estiverem vivendo em São Carlos, muitas delas se queixam e reconhecem o estigma que ele carrega, o de ser um bairro violento e perigoso. Afirmam que as pessoas em São Carlos discriminam exacerbadamente o bairro por ele ser pobre e de periferia e, conseqüentemente, as pessoas que nele residem. De fato, muitas pessoas na cidade, no ponto de ônibus, nas regiões próximas ao bairro, aconselharam-me para ter cuidado ao andar no bairro, sobretudo se fosse à noite. É certo que as pessoas, residentes no bairro, sofrem muito com esse preconceito.

Este é um ponto de unanimidade nas falas das entrevistadas: sabem que vivem e convivem num bairro altamente estigmatizado em São Carlos. A mesma constatação foi feita por Silva (2006). A autora, em sua tese de doutorado, analisa as redes de relações sociais em que estão envolvidos estes migrantes e, gradativamente, vai percebendo não apenas o estigma que o bairro carrega, mas também que os seus moradores, independentemente de sua procedência, ocupação, posição e relação com o bairro, identificam e reconhecem o estigma do bairro e o preconceito que sofrem por serem moradores do Aracy. De acordo com a autora, os moradores do Aracy compreendem que estão lidando com esse estigma ao se inserirem na cidade de São Carlos, principalmente ao tentarem se inserir no mercado de trabalho da cidade. Reconhecem a dificuldade de conseguir emprego quando declaram serem residentes do Cidade Aracy. “Mesmo o bairro tendo melhorado em diversos quesitos – ruas asfaltadas, serviços públicos, igrejas, bancos – os moradores ainda convivem com o estigma – e o reconhecem” (SILVA, 2006: p. 70).

Assim como em Silva (2006), as falas das mulheres migrantes, paranaenses e nordestinas, denunciam o preconceito que sofrem por morar no Aracy. Todas elas, sem exceção, compreendem a grande Cidade Aracy como um bairro extremamente estigmatizado pela população em geral de São Carlos. Afirmam que a maioria dos moradores de outros bairros da cidade enxerga o Cidade Aracy como um bairro pobre, perigoso, habitado por marginais e criminosos, falas que revelam o ressentimento e a tristeza dessas mulheres com parte da população de São Carlos, que desconhece a realidade do bairro e faz uma representação ruim dele e das pessoas que nele moram.

Mulheres Nordestinas:

O Cidade Aracy não é bem visto. Muito mal visto. Porque como tem muita gente pobre, porque na verdade todo mundo que mora aqui no Cidade Aracy são de baixa renda. Foi o único lugar que a gente conseguiu comprar uma casinha. Então, por isso eles acham que é um lugar ruim. Mas não é não! Aqui tem gente muito boa. Tem algumas pessoas. Mas tem muita gente boa, gente que trabalha. Todo mundo aqui trabalha nessa rua (**Adelaide, 27, nordestina**).

Eles discriminam muito. Eu tava no ponto do ônibus, aí o homem perguntou: “que ônibus é aquele?” Eu disse: “Aracy”. Ai ele disse: “Deus me livre”. Eu falei: “pois eu estou esperando o ônibus do Antenor Garcia”. Ele estava discriminando. Ai o povo pensa que o povo daqui é todo ruim (**Tereza, 67, nordestina**).

Mulheres Paranaenses:

O pessoal de São Carlos tem preconceito, discrimina quem mora aqui (**Josefa, 60 anos, paranaense**).

Ah, sei lá, tem muita gente que não gosta daqui. Diz que tem muito bandido. Mas todo dia sai ônibus lotado de gente que vai trabalhar. Mas tem gente que tem uma péssima visão daqui (**Lurdes, 53, paranaense**).

As pessoas falam que é muito violento, muito perigoso. Mas eu como moro aqui quase oito anos. Eu acho um lugar super sossegado, super tranquilo. É um bairro humilde, mas um bairro que tem bastante pessoas boas. Mas eles pensam muito mal. Pensam muito mal. Eu acredito que eles pensam mal por não dar uma oportunidade para conhecer. Em todos lugares há pessoas boas e ruins. E por uma pessoa que fez alguma coisa ruim que mora no bairro, então eles julgam todo mundo. Tipo, mora no Antenor, mora no Aracy, já não dão oportunidade nem de trabalho. Só que quem convive aqui dentro e é uma pessoa boa, vê que tem muitas pessoas boas. Pessoas ruins têm, não vou dizer que não. Em todos os bairros tem, em bairros bons também têm (**Cida, 32 anos, paranaense**).

Este estigma que o Cidade Aracy carrega e que é percebido pela população ali residente, afeta, decisivamente, a conquista de empregos. Muitos afirmam que deixaram de conseguir emprego pelo simples fato de residirem no bairro, visto que os potenciais empregadores o encaram como um bairro perigoso, onde residem bandidos e pessoas que não merecem o seu voto de confiança. Os relatos das entrevistadas comprovam isso:

Ah, tem muito preconceito, ainda existe preconceito. Porque você vai trabalhar... isso já aconteceu comigo, de eu ir procurar emprego e a pessoa

perguntar onde eu moro, e eu falo e a pessoa não quer mais. Às vezes, o serviço estava até certo e eu chegar lá e falar que eu moro no Cidade Aracy e perder o emprego. Eu trabalhava num emprego que minha patroa falava assim: “Ah, minha amiga fala que eu sou doida de ter uma empregada que mora no Cidade Aracy, porque minha empregada é de Ibaté”. Aí eu falei: “Então fala para a sua amiga arrumar uma empregada de Ibaté para a senhora”. E hoje, graças a Deus, todo lugar que eu trabalho, o povo gosta muito de mim. Depois que eu entro o povo pega aquela confiança. Esses dias mesmo ligou uma moça para mim e perguntou onde eu morava. Eu falei que morava no Cidade Aracy. Aí ela falou: “Ah, então eu não quero”. Ainda tem muita gente que tem preconceito desse lugar, mas não sabe que mora muita gente boa nesse lugar. Muita gente humilde aqui nesse lugar (**Natália, 34, paranaense**).

Ave Maria, se você chega num lugar e disser que é do Cidade Aracy, só vê gente saindo com medo. Mas eles acham assim: que as pessoas daqui são tudo gente pobre, que veio lutar a vida. São tudo preconceito. Eu já ouvi isso no banco de emprego. Inclusive meu filho fez currículo para distribuir e não colocou o endereço daqui. Colocou o endereço da tia dele lá do Cruzeiro do Sul. Eles vê: se você for da Cidade Aracy, eles não chamam. Porque a gente aqui é tudo gente pobre que trabalha, ninguém fica parado. Tudo mundo tem uma ocupação. Só por isso é o preconceito por ser pobre. Aqui na Aracy são gente tudo trabalhador (**Suzana, 41, nordestina**).

O pessoal de São Carlos tem preconceito com esse bairro. Eu lembro que eu ia procurar emprego, e falava que eu morava no Aracy, o pessoal já olhava meio torto. O pessoal falava que quem morava aqui ou vai ser bandido ou prostituta, ou vai ser empregada doméstica. Então, foi a maior dificuldade arrumar emprego. Eu lembro que quando meu marido chegou, ele ia trabalhar numa empresa. Mas quando ele chegou lá e deu o endereço, aí falaram: “ah, você mora longe”. Aí ele falou “ah, mas eu arrumo condução”. Mas não deram a vaga para ele (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Na visão das migrantes entrevistadas, há bairros do grande Cidade Aracy que são mais discriminados e, por isso, sua população sofre ainda mais com a dificuldade em conseguir emprego. Moradores do Antenor Garcia e parte do Cidade Aracy II são os mais afetados e, frequentemente, são obrigados a mentir o endereço residencial, visando pleitear uma vaga de emprego.

Ah, tem preconceito. Para você arrumar serviço, você tem que falar que você mora no Cruzeiro, lá no Aracy I, se não ninguém dá. Se você falar que mora aqui, no Aracy II ou no Antenor, ninguém dá. Eles acham que as pessoas são pessoas assim, malandras (**Irene, 63 anos, paranaense**).

Por tudo isso, conforme afirmou Silva (2006), independentemente de sua origem, ocupação, posição e relação com o bairro, os moradores do Cidade Aracy reconhecem o preconceito que sofrem por pertencerem ao bairro. Sabem que são todos ali tidos como *moradores do Aracy*, moradores de um bairro bastante estigmatizado pela população de São Carlos. Portanto, partem de uma posição social ruim. Mas, apesar disso, afirmaram que não têm vergonha nenhuma em declarar para as pessoas de São Carlos que são moradores do Cidade Aracy. Em suas entrevistas, percebemos que muitas têm orgulho de morar neste bairro, pois vivem uma vida digna ali. Se às vezes elas, ou membros de suas famílias, têm que mentir o endereço em uma entrevista de emprego, fazem isso simplesmente porque o preconceito e a discriminação do outro os levam a fazê-lo, caso contrário não conseguiriam o emprego. Mas não se sentem bem, visto que a sua vontade era declarar o verdadeiro endereço.

8.8 Os Recém-Chegados e os Moradores Antigos do Bairro

Uma abordagem interessante que é necessário fazer, diz respeito aos relacionamentos entre o migrante recém-chegado no bairro Cidade Aracy, e os moradores já residentes nele. Para isso, nada melhor do que recorreremos aos pressupostos teóricos de Norbert Elias. Elias (2000), em “Os Estabelecidos e os Outsiders”, descreve uma comunidade da periferia urbana, na Inglaterra, em que mostra uma forte divisão em seu interior, entre um grupo estabelecido há tempos e um grupo mais novo de residentes, que era tratado pelos primeiros como *outsiders*. O grupo dos estabelecidos estigmatizava sobremaneira o grupo dos *outsiders* e o representava como pessoas de menor valor humano. De acordo com Elias, membros de grupos mais poderosos que outros entendem-se como humanamente superiores, enxergam-se como pessoas melhores, dotadas de uma espécie de carisma grupal e de virtudes que faltam aos outros. Pior do que isso, os indivíduos que se acham superiores, podem fazer com que os outros indivíduos vistos como inferiores se sintam carentes de virtudes ao ponto de se julgarem, de fato, humanamente inferiores. No estudo de Elias, aqueles que se achavam superiores, recusavam-se a manter contatos sociais com aqueles recém-chegados, tidos por eles como inferiores, exceto o exigido por suas atividades profissionais. Como diz Elias,

Juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de uma espécie inferior. Em suma, tratavam todos os recém-chegados como pessoas que não se inseriam no grupo, como 'os de fora'. Esses próprios recém-chegados, depois de algum tempo, pareciam aceitar, como uma espécie de resignação e perplexidade, a ideia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade (ELIAS, 2006: p. 20).

A explicação sociológica dada por Elias para tal fato está na característica de coesão dos grupos e no conjunto de regras e normas estabelecidas entre eles. Os estabelecidos, grupo de antigos residentes, era um grupo bastante coeso que se conhecia havia muitos anos e, por isso, estabelecera para si um estilo de vida comum e um conjunto de normas. Todos observavam e seguiam certos padrões e se orgulhavam disso. Por outro lado, os recém-chegados ao bairro eram pouco coesos, eram desconhecidos não apenas dos antigos residentes, mas também entre si e, por isso, não conseguiam revidar aos estigmas lançados pelo grupo estabelecido. Para estes, os recém-chegados eram vistos como uma ameaça a seu estilo de vida.

Por sua vez, essa relação entre os moradores mais antigos do Cidade Aracy e os migrantes recém-chegados, talvez pela existência de fortes redes sociais (sobretudo de parentesco, instaladas no bairro, que proporcionaram um confortável acolhimento aos recém-chegados, talvez pela própria falta de coesão dos moradores mais antigos, em razão novamente das diversas redes sociais existentes ali, como as redes de paranaenses, as redes de mineiros, as redes de pernambucanos, as redes de alagoanos, etc.) não foi conflituosa e, por isso, os recém-chegados não sofreram com os estigmas e a discriminação lançados pelos migrantes estabelecidos.

Como se vê, apostamos fortemente que as redes sociais de migrantes, não só a calcada na relação de parentesco, mas também na de amizade, na de vizinhança, na de conterrâneos, dentre outras, contribuíram decisivamente para com a instalação do migrante recém-chegado no bairro, evitando conflitos com os moradores mais antigos. Acreditamos que a diversidade de redes sociais, não apenas acolheu confortavelmente o migrante recém-chegado, como também impossibilitou que se desenvolvesse uma profunda coesão entre os moradores já estabelecidos e, conseqüentemente, um estilo de vida próprio. Como boa parte das famílias moradoras do Aracy é migrante, com intenso contato com as redes sociais ali existentes, não se criou uma coesão no bairro, gerando um estilo de vida próprio, que pudesse ser ameaçado pelos migrantes recém-chegados. Desse modo, a chegada e a inserção destes no bairro, ocorreram sem

conflitos e traumas. As narrativas das mulheres migrantes, sejam paranaenses, sejam nordestinas, demonstram que elas, e suas respectivas famílias, foram muito bem recebidas pelos moradores mais antigos do bairro:

Mulheres Nordestinas:

Fui muito bem tratada pelo povo daqui do Aracy quando cheguei aqui. Não tenho nada a dizer deles não. O povo não me tratava mal (**Tereza, 67 anos, nordestina**).

Quando eu cheguei aqui, foi bom viu. Muita gente falava: “você vai gostar”. Via que eu estava procurando emprego, eles me incentivavam. A maioria do pessoal daqui é da Bahia, Sergipe (**Sílvia, 38 anos, nordestina**).

Mulheres paranaenses:

Fomos tratados muito bem quando chegemos. Nunca tivemos problemas com os vizinhos. (**Josefa, 60 anos, paranaense**).

Sempre fomos muito bem tratados. Porque aqui tem muita pessoa de outro estado. Tem gente do Paraná, de Pernambuco (**Cida, 32 anos, paranaense**).

Fomos bem tratados, bem recebidos. Nossa, as pessoas receberam a gente super bem. Não fomos discriminados (**Marisa, 43 anos, paranaense**).

É importante afirmar que este agradável acolhimento dos recém-chegados pelos moradores mais antigos do Cidade Aracy gerou, em consequência, boas amizades e um grande respeito entre as famílias. Por isso, hoje, segundo os depoimentos das mulheres migrantes entrevistadas, a relação entre as pessoas do bairro, bem como entre os vizinhos, em geral, é muito boa. As depoentes afirmam que eles sempre os ajudam quando podem e vice-versa. As famílias mais pobres, que vivem em situação de miserabilidade no bairro, sejam elas paranaenses ou nordestinas, afirmaram que são gratos aos vizinhos e outros moradores do bairro, pois eles ajudam no orçamento doméstico ou com a alimentação e vestuário, doando alimentos e roupas.

8.9 A Identidade Migrante

A análise das entrevistas revela que jamais as mulheres migrantes em questão, bem como seus familiares, tiveram medo ou vergonha de assumir para a população de São Carlos a identidade migrante, seja de qual procedência for. Todas afirmam em suas entrevistas que sempre se pronunciaram a respeito de suas origens, apesar de algumas delas terem sido discriminadas por isso, como vimos acima o caso de Suzana, que sofria com a discriminação no local de trabalho e o caso de Irene. Mas isso jamais lhes impediu de revelar as suas verdadeiras identidades, a de pernambucana e a de paranaense, respectivamente. Por sua vez, a maioria das entrevistadas afirma que elas podem até terem sido discriminadas por morar no Aracy, um bairro de periferia que carrega um estigma, mas nunca foram desrespeitadas ou discriminadas por serem migrantes, principalmente dentro do próprio bairro, que é composto, em sua maioria, por migrantes. As mulheres afirmam, ainda, que nunca perderam emprego por dizer que eram migrantes. Por isso, nunca tiveram vergonha de declarar para as pessoas que vieram de outros estados e regiões do país, assumindo abertamente a sua identidade migrante. Muitas, inclusive, apesar de já morarem há muitos anos em São Carlos, ainda têm traços característicos, como a fala e o sotaque, que rapidamente demonstram a identidade migrante dessas mulheres e de suas respectivas famílias. Enfim, em suas falas se pode notar que sentem orgulho de sua origem.

8.10 O Retorno para a Terra de Origem

As entrevistas revelam que muitas mulheres migrantes, principalmente aquelas que já moram há mais tempo em São Carlos e que têm uma intensa rede de parentesco na cidade ou no bairro, calcada em “laços fortes” e composta por filhos, netos, mães e pais e parentes mais próximos, não desejam retornar para suas terras de origem ou sair de São Carlos com o objetivo de migrar para outras localidades. Essas afirmam que, apesar da saudade de sua antiga cidade e dos parentes que nela ficaram, e de terem sofrido no começo com a adaptação, hoje sentem como se a cidade de São Carlos fosse a sua terra de origem. Muitas dessas mulheres, em São Carlos, têm trabalho, redes de amizade e de parentes, além de filhos e netos que já nasceram ali e, por tudo isso, não pensam em retornar para a cidade ou estado onde nasceram.

Mulheres Paranaenses:

Não pretendo retornar para lá (Porecatu-PR). A minha cidade é aqui, a minha família está aqui. Estou satisfeita com a cidade (**Marisa, 43 anos, paranaense**).

Não volto, agora a minha cidade é aqui. Eu não tenho um pingão de vontade de voltar para lá. Tanto eu como meu esposo não temos vontade de voltar para lá. Não sinto falta. Só se for para passear. Às vezes, passo até dois anos sem ir lá (**Natália, 34 anos, paranaense**).

Mulheres Nordestinas:

Pra morar não vou não. Aqui é a minha fazendinha agora. Não volto não, só se for para passear (**Malvina, 73 anos, nordestina**).

Não, meu lugar agora é aqui (**Glória, 37 anos, nordestina**).

Embora, para muitas mulheres o sentimento de pertença a São Carlos seja bastante grande, negando-se a retornar para suas terras de origens, pois já estabeleceram laços profundos na cidade, muitas delas, especialmente as nordestinas, não vão embora porque sabem que lá passarão por muitas dificuldades. Ao lembrarem seus momentos de sofrimento na terra de origem, elas se negam a retornar.

Não volto! Só se for a passeio. Mas para morar, não. A dificuldade é muito grande lá. Se você ver a dificuldade que eu já passei lá. Um filho da gente te pedir um pedaço de pão e a gente não ter para dá, né (**Silvana, 45 anos, nordestina**).

Não, não pretendo voltar. Aqui é bem melhor. Muito melhor, porque lá foi muito sofrido (**Joana, 67 anos, nordestina**).

Contudo, o sentimento de pertença à cidade de São Carlos não é unânime entre as mulheres entrevistadas. Há aquelas que desejam ir embora, regressar para o seu local de origem. Principalmente aquelas que chegaram há menos tempo e estão passando por processos difíceis de adaptação, bem como aquelas que se encontram em situações problemáticas, como a falta de

emprego, de dinheiro, de recursos para atender as necessidades familiares, estas desejam retornar para as suas terras de origem.

Mulheres paranaenses:

Se dependesse de mim, eu voltava. Se eu conseguisse comprar uma casinha lá, eu voltava (**Irene, 63 anos, paranaense, passa por problemas financeiros e falta de emprego em São Carlos**).

Se dependesse de mim, eu voltaria. Se tivesse emprego, eu voltaria. Jamais que eu deixaria o meu lugar (**Maria, 37 anos, paranaense**).

Mulheres Nordestinas:

Se Deus quiser, nunca mais moro nesse lugar. Eu vou embora. Fico contando as horas de ir embora. É duro, viu. Até agora não arrumei emprego. Não sei nada, não conheço nada. Não saio de casa. Já decidi: eu vou embora. Se meu marido não quiser ir, ele fica. Eu vou (**Rita, 37 anos, nordestina**).

Se eu tivesse uma boa condição financeira, se eu fosse aposentada, se eu tivesse uma renda fixa, se eu não tivesse que batalhar por uma renda fixa lá, eu iria (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Enfim, neste capítulo expusemos, em linhas gerais, a trajetória de vida e de migração das mulheres migrantes, paranaenses e nordestinas, e de suas respectivas famílias. Em sequência, no próximo capítulo, discutiremos, a partir de todo conhecimento já acumulado e dos arranjos e contextos familiares em que estão inseridas, os papéis sociais atribuídos e desempenhados por elas no âmbito do processo migratório e da sociedade.

9 MULHERES MIGRANTES: O DESEMPENHO DOS PAPÉIS SOCIAIS

O intuito deste capítulo é o de compreender, a partir da origem e do status¹³ que as mulheres migrantes em questão ocupam no contexto familiar, os papéis sociais desempenhados por elas na trajetória de suas vidas e, mais especificamente, no processo migratório, analisando não apenas aqueles desempenhados na sociedade de destino, isto é, em São Carlos, relacionados ao mundo do trabalho e ao convívio social, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, mas também a sua participação nos processos decisórios da migração e, ainda, na articulação e mobilização das redes migratórias de parentesco. Buscamos, com esta análise, verificar se existem especificidades nas atribuições e desempenhos destes papéis sociais entre as mulheres migrantes, paranaenses e nordestinas, segundo o seu contexto familiar.

Compreendemos, a partir da leitura de diversos autores¹⁴, que, historicamente, os papéis sociais designados e desempenhados pelas mulheres no Brasil estiveram bastante ligados ao circuito doméstico, gerando uma enorme separação entre papéis masculinos e papéis femininos. Mas, segundo Santana (2000), o marco da modificação do papel das mulheres na sociedade e na forma como elas se subjetivam ocorreu depois que elas começaram a controlar a própria sexualidade e a fecundação e com a intensificação da entrada no mercado de trabalho produtivo. Isso ocorreu por volta de 1960 e se fortaleceu nas décadas seguintes (70, 80, 90), com a participação delas em movimentos que exigiam igualdades trabalhistas entre homens e mulheres e que lutavam pela cidadania, colocando em crise a divisão sexual no trabalho (GIULANI, 2004).

Portanto, é certo que houve profundas mudanças na condição feminina a partir da segunda metade do século XX. Mas será que todas as mulheres foram beneficiadas por essas mudanças? Qual será a condição e o status das mulheres provenientes das camadas populares, moradoras de periferias? Quais os papéis sociais desempenhados por elas? Os contextos

¹³ Estamos utilizando o conceito sociológico de status de Giddens (2005), aquele que consiste na localização do indivíduo na sociedade dentro de uma hierarquia social, de acordo com a sua participação na distribuição desigual da riqueza, do prestígio e do poder. Nesse sentido, entendemos que, de acordo com o status assumido pelas mulheres migrantes em seus respectivos contextos familiares, lhe são designados papéis sociais específicos para serem desempenhados no âmbito da sociedade e no processo migratório.

¹⁴ Santana (2000); Giuliani (2004); Oliveira (2005); Sorj (2005); Rago (2004); Picanço (2005); Bassanezzi (2004); Soihet (2004), dentre outros citados no capítulo três.

familiares nos quais estão inseridas influenciam na atribuição e desempenho destes papéis? Procuramos responder a estas e a outras questões neste momento.

9.1 O Olhar sobre o Mundo de Origem: a Infância, o Trabalho Doméstico e o Casamento

A compreensão da infância dessas mulheres é um elemento importante em nossa análise, pois ajuda a compor um quadro mais completo de suas histórias, de seus relacionamentos, de seus ensinamentos e pertencimentos. As narrativas revelam a imagem que elas têm de sua infância, bem como os papéis sociais que, naquela época, em suas terras de origem, já estavam sendo atribuídos por seus pais e sendo desempenhados por elas. Revelam uma infância vivenciada em sítios, recheada de brincadeiras, mas também sobrecarregada pela necessidade de ajudar os pais no trabalho. Recordam a relação entre pais e filhos e afirmam que, em seus tempos de criança, os filhos já aprendiam a trabalhar cedo, sendo ensinados pelos pais. Revelam ainda a relação entre os próprios pais e destacam a autoridade paterna nessa relação.

Em geral, tanto as mulheres nordestinas quanto as paranaenses nasceram em núcleos familiares patriarcais, caracterizados pela autoridade e dominância masculina sobre a figura feminina e sobre os filhos. São núcleos nos quais os filhos e as mulheres estavam sob a chefia do patriarca, recebendo ordens dele e desempenhando seus papéis sociais, segundo as normas desse modelo. É muito comum, nesse sentido, as mulheres trabalharem na roça, plantando e colhendo, bem como produzindo e manufaturando alimentos, como forma de ajuda ao serviço do marido, mas também desempenhando, necessariamente, os trabalhos domésticos sem, contudo, receber a ajuda do cônjuge. São mulheres que, de certa forma, aceitavam a dominação masculina e a encaravam como natural. Conforme destacou Bordieu (1999), a dominação masculina é resultado de uma violência suave, quase imperceptível e, portanto, é vista pelos dominadores e, também, pelos dominados, como normal, como algo natural. Ou seja, segundo o autor, a dominação masculina deixa de ser encarada como arbitrária e passa a ser entendida, pelos sujeitos sociais, como natural. Eles naturalizam aquilo que, na verdade, foi culturalmente criado.

Muitas dessas famílias nordestinas e paranaenses moravam e trabalhavam em terras de fazendeiros, produzindo para os donos da fazenda e plantando para si em pequenas áreas de terra na fazenda. Trabalhavam não só o homem, mas também a mulher e os filhos, como forma

de complemento ao trabalho do primeiro. Um sistema parecido com o que Silva (2004) chama de colonato. Com o final do trabalho escravo e o início da mão de obra livre, com a chegada dos imigrantes europeus, o colonato, segundo a autora, foi adotado por fazendeiros de café no estado de São Paulo no final do século XIX, vindo a perdurar até por volta de 1960. Nesse sistema, os fazendeiros contratavam unidades familiares, e o trabalho das mulheres estava incluído no contrato feito com a sua família; nesse processo, a família recebia proporcionalmente ao número de braços aptos ao trabalho. Em contrapartida, tinha permissão para plantar culturas de subsistências intercalares nos cafezais. “O que a família conseguia produzir era usado para a sua subsistência e o excedente poderia ser comercializado pelos colonos, vendido ao próprio fazendeiro ou nas fazendas, vilas ou cidades da vizinhança” (SILVA, 2004: p. 556). A família era, simultaneamente, produtora e consumidora.

Nesse sistema, o trabalho da mulher era importante na indústria doméstica, em que ela preparava carnes de vaca e de porco, gorduras, doces, conservas farinha de milho, etc. Além disso, fabricava sabão, costurava roupas para toda a família, produzia rapaduras, queijo, manteiga, bem como beneficiava arroz e café nos pilões. As filhas também ajudavam as mães com a indústria doméstica e com o serviço do lar. A participação dos homens na indústria doméstica era bem limitada, referindo-se mais à produção de cestos, balaios, móveis, etc. Mas, apesar do importante papel das mulheres na produção, seu trabalho individualizado não era reconhecido, pois pertenciam a uma força de trabalho familiar que era controlado pelo marido autoritário que dava ordens. Segundo Silva:

A mulher exercia um papel muito importante no sistema de colonato. Seu sucesso dependia da capacidade das mulheres de aproveitarem ao máximo as vantagens desse regime de trabalho, que lhes permitia conjugar o trabalho da casa com o da roça e do cafezal. Mas, apesar de desempenharem tarefas dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seus trabalhos eram englobados no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido. A organização do trabalho – a alocação dos diferentes membros da família no trabalho – cabia ao homem. Sendo simultaneamente chefe da família e do trabalho, seu poder atingia a todos os membros, transformando filhos e mulher praticamente em seus trabalhadores. Era como se o trabalho familiar mascarasse o trabalho realizado pelas mulheres e crianças, pois era o homem, o chefe da família, quem fazia o contrato de trabalho com o proprietário das terras (2004: p.557).

Vemos então que o pai detinha um grande poder sobre os filhos e a mulher, organizando o trabalho familiar na fazenda e estabelecendo uma rígida estrutura familiar baseada na divisão sexual e geracional do trabalho. O homem era considerado o “chefe da família” e todos ali deveriam responder à sua autoridade. Nessa unidade familiar, à qual também pertenciam as famílias originárias das mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, também existia uma diferenciação entre a relação do pai e da mãe com os filhos. Assim, as entrevistas revelam a autoridade do pai e a delicadeza e a sensatez da mãe. Enquanto os pais eram de pouca conversa, as mães, naquele tempo, estavam mais abertas ao diálogo com os filhos, embora não discordassem da autoridade do marido.

Mulher Paranaense:

Ah, minha infância foi bem divertida, porque a gente morava no sítio e a gente brincava muito. Ia no rio no final de semana, mas ajudava os pais também. Meu pai era muito turrão, não conversava com o filho de jeito nenhum. Minha mãe é que conversava mais comigo. Não era liberal, aberto como hoje. Mas meu pai era muito autoritário, a gente pedia alguma coisa e era sempre não. Minha mãe fazia tudo que ele queria. Ela trabalhava em casa, fazia o serviço de casa, depois ia para a roça, trabalhava o dia inteiro e chegava à tarde. Então, não tinha muito não para ela, porque ela fazia tudo que ele queria. Meu pai era muito autoritário com ela. E assim ele foi comigo (**Luana, 35 anos, paranaense**).

Mulheres Nordestinas:

Olha, a minha infância foi boa. A gente era pobre. Mas tive uma infância muito boa. Eles ensinavam as coisas boas para a gente e trabalhar. Mas meu pai, só de olhar para mim eu até chorava. Sabe aquela educação tradicional. Minha mãe já era diferente, eu falava de tudo. Lá os pais são autoritários, mas minha mãe não. Minha mãe teve uma vida muito sofrida (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Eles me davam conselho, porque meu pai era de uma família pobre também, e ele sempre trabalhou na roça, né. Aí que ele ensina para gente era da roça mesmo. Porque no meu tempo mesmo era mais diferente do que hoje para criar filho. Porque se eu ia fazer uma coisa e meu pai falasse não, eu não fazia aquilo, mesmo que eu não gostasse, eu ficava calada. Hoje, os filhos não tem mais respeito pelos pais (**Joana, 67 anos, nordestina**).

As mulheres entrevistadas não negam que começaram a trabalhar desde cedo e que suas mães lhes ensinaram o trabalho doméstico ainda quando eram crianças. Afirmam que

naquele tempo era natural a filha aprender com a mãe o serviço de casa, muitas vezes, responsabilizando-se sozinha por ele e pelo cuidado dos irmãos menores. Assim, práticas como lavar, passar, limpar a casa, cuidar de crianças menores, foram ensinadas por suas mães ainda quando nossas entrevistadas eram pequenas. Desse modo, percebemos que, se havia naquele tempo a dominação e autoridade do homem para com a mulher e os filhos, também havia a autoridade da mãe para com as filhas no quesito “ensino das práticas domésticas”. Como a autoridade dessas mulheres-esposas e mães se restringia ao âmbito doméstico, eram elas as responsáveis a ensinar as filhas os serviços domésticos. Portanto, as mulheres migrantes entrevistadas foram educadas quando crianças por suas mães a lidarem com as atividades do lar.

Heilborn (2000) aponta que o serviço doméstico realizado por crianças e jovens em suas próprias casas é ordenado pelo gênero. As meninas são ensinadas que a casa é coisa de mulher e, dessa forma, são educadas para lidarem com as atividades do lar e, sobretudo, são reprimidas caso não cumpram de maneira positiva esses deveres.

As meninas desde cedo se incumbem de tarefas bastante árduas, representadas pela variedade de atividades necessárias para a reprodução da unidade residencial. Os serviços domésticos das meninas compreendem a produção ou transformação secundária de bens de consumo e a realização de atividades associadas à subsistência e manutenção do lar e de seus dependentes. Lavar, passar, tomar conta de crianças menores, limpar e arrumar a casa, esquentar refeições, são atividades regulares para as meninas desde os cinco, seis anos de idade (HEILBORN, 2000: p.16).

Portanto, no contexto familiar em que predomina a divisão sexual dos papéis, o trabalho doméstico reveste-se de um conteúdo de obrigação para as meninas e de ajuda para os meninos, condicionada à vontade deles. Sua socialização segue regras que o impelem para fora do grupo doméstico, privilegiando o trabalho externo. Sendo assim, os meninos, em comparação às meninas, gozam, nos primeiros anos de suas vidas, de uma relativa liberdade derivada da construção social da masculinidade nesses grupos sociais. Já as meninas são objetos de restrições relativas aos locais que podem frequentar (HEILBORN, 2000). É isso que constatamos nas entrevistas com as mulheres migrantes em São Carlos, especialmente com as provenientes do estado paranaense. Elas relatam a obrigação de aprender o serviço doméstico ainda quando crianças, bem como a divisão sexual do trabalho, revelando a diferenciação entre papéis masculinos e femininos. Vejamos os detalhes:

Mulheres paranaenses:

Quando eu era criança, minha mãe realizava o serviço de casa e meu pai trabalhava na roça, plantando arroz e feijão. Ela fazia e falava: “você ajudam eu lavar a louça, fazer isso, fazer aquilo”. Ela ensinava tudo, como lavar uma roupa, até como colocar num varal. Então, desde pequena minha mãe me ensinou o trabalho doméstico. Tudo que eu aprendi hoje foi por causa da minha mãe. Ela me ensinava a cozinhar, lavar, fazer todos os afazeres de casa, né. Eu ajudava minha mãe. Quando criança eu já ia aprendendo tudo que ela ia fazendo **(Maria, 37 anos, paranaense)**.

Minha mãe sempre chegava nós no eixo, né. Falava: “fulana, você tem que fazer isso, fazer aquilo, porque quando vocês casarem, vocês terão o marido de vocês e vocês vão ter que fazer isso, fazer aquilo. Vocês vão ter que cuidar da casa”. Ela ensinava nós tudinho. A mãe ensinou nós. Nós aprendeu com ela a lavar roupa, costura, a mexer com máquinas de costurar, nós aprendeu de tudo. À noite nós ia para a igreja. Nós não tinha amigo, não tinha amiga. **(Irene, 63 anos, paranaense)**.

Minha mãe era muito rígida com nós, meninas, com o serviço de casa. Tinha que fazer bem feito, senão faria duas vezes. Às vezes a gente lavava a roupa, era criança, não lavava direito. Minha mãe chegava em casa e dizia: “não tá bom, vai lavar de novo”. Tinha que estar tudo certinho **(Cida, 32 anos, paranaense)**.

Minha mãe falava que a gente tinha que fazer as coisas certinhas, o serviço de casa, porque se casasse o marido ia bater se não aprendesse. Ela falava que o trabalho doméstico é coisa de mulher **(Ruti, 43 anos, paranaense)**.

Por sua vez, embora as mulheres migrantes nordestinas, provenientes de núcleos familiares patriarcais, também tenham aprendido o trabalho doméstico com as mães, há uma diferença na educação delas para o trabalho doméstico, em relação às mulheres paranaenses: parece que não existia a obrigação da filha realizar o serviço de casa, já que a mãe dava liberdade para a filha escolher fazer as atividades domésticas ou não. Este é o caso de Sandra. Segundo ela, era a sua mãe e sua irmã mais velha que ficavam responsáveis pelas atividades domésticas, sendo que ela própria contribuía pouco na realização de tais atividades. Segundo conta, a sua mãe lhe dava liberdade de escolha e, por isso, não a obrigava e nem a responsabilizava pelo serviço de casa:

Era minha mãe e minha irmã mais velha quem cuidava dos afazeres domésticos de casa. Eu ajudava bem pouco. A minha mãe me dava muita

liberdade. Se eu não quisesse fazer nada, ela nem ligava. Mas minha mãe que fazia mais e minha irmã (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Como vemos no depoimento de Sandra, além de sua mãe não lhe obrigar a realizar o serviço de casa, era a sua irmã mais velha que ficava responsável, juntamente com a mãe, pelas atividades domésticas. Segundo Heilborn (2000), é sempre a filha mais velha que fica responsável pelo serviço doméstico, ao passo que a mais nova, acima dos cinco, seis anos de idade, pode apenas ajudar a irmã mais velha. De qualquer forma, tal ajuda faz parte da socialização feminina nas famílias pobres, em que as meninas, desde a tenra idade, são educadas para o serviço doméstico. Mas essa ajuda não se traduz em obrigação.

O caso de Mercedes também é bastante representativo e revela que a principal ocupação dela quando criança era o trabalho no campo. Ela ajudava desde pequena seu pai na lavoura de mamona.

Eu vim de uma família de agricultores. Meu pai tinha fazenda e nós trabalhava na fazenda junto com ele. Inclusive eu não estudei muito, porque eu trabalhava na fazenda. Eu fui para a roça com meu pai. Ele tinha lavoura de mamona e eu quebrava mamona na roça com ele. Eu também juntava mamona para eu comprar roupa, comprar sapato. Aí eu fazia horta, vendia na feira para ajudar meus pais. (**Mercedes, 58 anos, nordestina**).

É interessante ainda relatar a representação que seus respectivos pais faziam do casamento. Segundo a análise das entrevistas, compreendemos que, quanto menos dominador e autoritário o pai fosse, maior era a sua participação no diálogo com as filhas sobre o casamento. Este é o caso de Maria, por exemplo. Ela nasceu numa família paranaense baseada no modelo conjugal nuclear, caracterizada claramente pela diferenciação entre papéis femininos e masculinos. Consistia numa família em que o pai lidava com os assuntos referentes à esfera pública, realizando trabalhos fora do ambiente doméstico, e a mãe lidava com as atividades do lar. Porém, era uma família na qual a dominância e autoridade do marido e pai não ultrapassavam os limites do respeito familiar, e que prevalecia, mais do que as ordens e mando, o diálogo entre os membros familiares. Nessa família, havia espaço para a conversa entre marido e mulher e, sobretudo, entre pai e filha. Inclusive sobre o casamento. Apesar de dar conselhos, que aparentemente demonstram a importância à filha de se casar, de ter um marido de boa índole e se

portar conforme uma mulher casada de respeito, ainda assim o diálogo estava estabelecido entre pai e filha. Vejamos:

Meu pai falava assim: quando a gente conhecesse alguém, era para a gente levar as coisas a sério, sem brincadeira. Quando eu conheci o meu marido, eu comecei a namorar. Foi meu primeiro namorado, já casei. Eu tinha treze anos quando eu comecei a namorar ele. Daí meu pai falava: “cuidado, vê aonde pisa, o que fala e namora direito”. E foi me ensinando assim. Para eu fazer um bom casamento, para eu escolher a pessoa certa (**Maria, 37 anos, paranaense**).

Por sua vez, quanto mais dominador e autoritário o pai fosse, quanto mais assentada no núcleo patriarcal a família estivesse, menor era o diálogo do pai com a filha sobre a noção de casamento, recaindo mais sobre a mãe esta obrigação. A compreensão que temos é a de que a noção de casamento em famílias cujo homem é a autoridade máxima está associada ao ambiente doméstico, a casa, a coisas femininas e que, portanto, a conversa sobre ele é um assunto que deve ser iniciado pela mãe, sobretudo se o assunto for tratado com as filhas. Porém, é evidente que o pai participava decisivamente no processo de efetivação do casamento da filha. Nessas famílias mais tradicionais, a mão da filha sempre era pedida, pelo noivo, ao pai e não à mãe. Mas, a conversa inicial sobre o casamento, sobre o status que a filha deveria assumir no casamento, geralmente era iniciada pela mãe. O pai parecia se isentar dessa responsabilidade. Era a mãe que dizia o que a filha poderia, ou não, fazer num casamento.

O meu pai nunca conversou comigo sobre casamento não, mas minha mãe sim. Minha mãe que conversava comigo. Minha mãe era muito assim: ela falava sobre o que não podia fazer. Ela não aconselhava como se faz hoje. Ela falava: “não pode isso, não pode aquilo” (**Luana, 35 anos, paranaense**).

Minha mãe me dava conselho, que era para a gente casar (**Ruti, 43 anos, paranaense**).

Há casos ainda de famílias notadamente assentadas em um núcleo patriarcal em que nem o pai e nem a mãe conversavam com os filhos, especialmente com as filhas, sobre o casamento. Este é o caso, novamente, da nordestina Sandra. Ao conferirmos seu depoimento, compreendemos que a obrigação de tratar sobre o assunto matrimonial com ela, se não recaía ao pai, também não recaía à mãe. Segundo ela: “Meus pais não conversavam nada comigo sobre o

casamento. A gente não conversava sobre isso”. E também é o caso da paranaense Lurdes, que afirma: “meus pais não falavam nada sobre o casamento não. Minha mãe nunca falou”.

Assim, nessas relações familiares, quanto mais acentuadas fossem a autoridade do marido e do pai sobre a mulher e filhos, maior era a distinção entre os papéis masculinos e femininos, e menor era o diálogo entre pai e filhas sobre assuntos considerados domésticos.

9.2 O desempenho dos Papéis Sociais Segundo o Arranjo e Contexto Familiar

Analisaremos, nos tópicos abaixo, os papéis sociais desempenhados pelas mulheres migrantes no âmbito da sociedade (de origem e de destino) e no processo migratório, segundo o seu contexto familiar. Para efetivação e melhor compreensão da análise, dividimos em dois grupos os arranjos familiares: o primeiro refere-se aos arranjos nos quais os relacionamentos familiares são estabelecidos principalmente entre o casal, seja ele formado por marido e esposa, ou por companheiros, além dos filhos. Este grupo, então, é formado por famílias conjugais nucleares e famílias reconstituídas. O segundo grupo refere-se aos arranjos nos quais a mulher é a “chefe de família” ou naqueles em que os relacionamentos familiares não se concentram apenas no casal e filhos, mas se estende para outros membros que compõem a família, afrouxando, de certa forma, a rigidez nas relações de gênero. Portanto, o segundo grupo é formado por famílias baseadas no modelo monoparental feminino e por famílias extensas.

Quadro-referência: Contextos familiares em São Carlos e na terra de origem

Mulheres Paranaenses	CONTEXTO FAMILIAR ATUALMENTE EM SÃO CARLOS		CONTEXTO FAMILIAR NA TERRA DE ORIGEM	
	<u>Arranjos familiares</u>		<u>Arranjos familiares</u>	
Conjunto de 15 mulheres migrantes entrevistadas	Conjugal Nuclear/Família Reconstituída	Monoparental Feminino/Família Extensa	Conjugal Nuclear/Família Reconstituída/Outros	Monoparental Feminino/Família Extensa/Outros
	Quantidade: 10	Quantidade: 05	Quantidade: 11	Quantidade: 04
Mulheres Nordestinas	CONTEXTO FAMILIAR ATUALMENTE EM SÃO CARLOS		CONTEXTO FAMILIAR NA TERRA DE ORIGEM	
	<u>Arranjos familiares</u>		<u>Arranjos familiares</u>	
Conjunto de 18 mulheres migrantes entrevistadas	Conjugal nuclear/Família Reconstituída	Monoparental Feminino/Família Extensa	Conjugal Nuclear/Família Reconstituída/outros	Monoparental Feminino/Família Extensa/Outros
	Quantidade: 08	Quantidade: 10	Quantidade: 12	Quantidade: 06

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisamos o quadro-referência, percebemos que no conjunto de quinze mulheres migrantes paranaenses pesquisadas, dez delas fazem parte, em São Carlos, de um contexto familiar calcado nos arranjos, conjugal nuclear e família reconstituída, onde existe, portanto, a presença da figura masculina exercendo o papel de marido ou companheiro. As outras cinco mulheres paranaenses que migraram e moram em São Carlos são provenientes de famílias cujo modelo se baseia no arranjo monoparental feminino. Especificamente em relação às dez mulheres que são casadas e vivem acompanhadas por maridos ou companheiros, nove delas fazem parte de um contexto familiar calcado no arranjo conjugal nuclear, vivendo em São Carlos a partir da tríade pai, mãe e filhos. E apenas uma delas é proveniente de família reconstituída, caracterizada pela convivência com um segundo marido. Além disso, dentre esse conjunto de dez mulheres que vivem nestes contextos familiares, apenas uma, Luana, não era casada em sua terra de origem, vindo a se casar apenas em São Carlos. Todas as outras dez casaram-se ainda antes de efetivarem o processo migratório e, portanto, já viviam sob a companhia de um marido ou companheiro. Por sua vez, dentre as cinco mulheres paranaenses que vivem em São Carlos em famílias cujo modelo é o monoparental feminino, duas delas, antes de efetivarem a migração, também viviam sob a companhia de um marido ou companheiro. Irene foi casada na terra de origem e só se separou do marido em São Carlos, após efetivação do processo migratório. Já Ruti era amasiada em Guaravera-PR e também apenas se separou depois de migrarem para São Carlos. Portanto, o conjunto de casadas e/ou amasiadas na terra de origem é constituído por onze mulheres paranaenses.

Por sua vez, no conjunto de dezoito mulheres migrantes nordestinas pesquisadas, oito delas fazem parte, em São Carlos, de um contexto familiar calcado nos arranjos, conjugal nuclear e família reconstituída. As outras dez mulheres que migraram e moram em São Carlos são provenientes de famílias cujo modelo se baseia no arranjo monoparental feminino (oito delas) e na família extensa. Especificamente em relação às oito mulheres que são casadas e vivem acompanhadas por maridos ou companheiros, cinco delas fazem parte de um contexto familiar calcado no arranjo conjugal nuclear, vivendo em São Carlos a partir da tríade pai, mãe e filhos, e três delas são provenientes de famílias reconstituídas, caracterizadas pela convivência com um segundo marido. Além disso, dentre esse conjunto de oito mulheres que vivem nestes contextos familiares, cinco delas eram casadas ou possuíam companheiro em sua terra de origem; duas não eram casadas e uma era separada quando efetivou o projeto migratório, mas foi casada por longos

anos antes de migrar. Portanto, embora os núcleos familiares sejam mais diversificados em relação às paranaenses, ainda assim a maioria das nordestinas vivia em companhia de maridos ou companheiros na terra natal. Por sua vez, dentre as dez mulheres nordestinas que vivem em São Carlos em famílias baseadas no modelo monoparental feminino e na família extensa, sete delas, antes de efetivarem a migração, também viviam sob a companhia de um marido ou companheiro. Duas eram viúvas antes de efetivarem o projeto migratório. E apenas uma era solteira ¹⁵.

9.3 O Caso das Famílias Conjugais Nucleares e Reconstituídas:

Cabe neste espaço analisar os papéis sociais desempenhados por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, inseridas em contextos familiares baseados nos arranjos “Conjugais Nucleares” e “Famílias Reconstituídas”, desde a terra de origem até a sociedade de destino.

9.3.1 A vida na terra de origem

A partir dos dados, a primeira constatação que fazemos é a de que, em geral, as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, já exerciam o papel de esposa quando ainda moravam em suas terras de origem. Assim, o primeiro papel social assumido por elas antes do projeto migratório, e após constituir família, foi o de esposa, já que elas se casaram, ou amasiaram, na terra de nascimento. Essa constatação permite afirmar, portanto, que existia nestes contextos familiares, ainda na terra de origem, uma intensa relação de gênero protagonizada pela mulher-esposa e pelo homem-marido. Assim, quando nos referimos à vida dessas mulheres em questão em sua terra de origem, após constituir família, estamos nos referindo a mulheres casadas ou amasiadas, que viviam juntamente com seus maridos ou companheiros sob um teto e ambos protagonizavam relações de gênero dentro e fora do seio familiar. Ambos assumiam um status, um posicionamento dentro desse núcleo familiar e, a partir disso, desempenhavam papéis na sociedade. Cabe averiguar, então, se havia uma distinção entre os papéis sociais desempenhados pelos maridos e pelas esposas, levando em consideração que a maioria delas é proveniente de cidades pequenas, sendo que muitas são oriundas de sítios e fazendas e viveram em contextos bastante rígidos e tradicionais.

¹⁵ Para mais detalhes, consultar quadro-resumo exposto na Introdução.

Outra constatação feita pelas entrevistas diz respeito aos filhos. Nesses contextos aos quais nos referimos, a maioria das mulheres entrevistadas já possuía filhos na sua terra de origem, antes de migrarem para São Carlos. Isso revela, então, o outro papel social exercido pela maioria das mulheres paranaenses e nordestinas em questão: o papel de mãe. Conforme afirma Durham (1983), as peculiaridades biológicas e culturais do processo reprodutivo dos seres humanos possuem um peso enorme sobre as mulheres. Isso significa que a mulher que exerce o papel de mãe passa por um processo específico, que só ela pode exercer, um processo que surge a partir das diferenças biológicas do ser humano e que gera a construção cultural da divisão sexual do trabalho. Ou seja, no caso da mulher-mãe, existe um período de dependência do filho em relação à mãe e esse tende a ser bastante longo. A mãe tem que amamentar o filho, carregá-lo e tudo isso tendendo a sobrepor ao nascimento de outros filhos. Isso significa que as mulheres pobres passam boa parte de sua vida adulta em casa, no contexto doméstico, cuidando de mais de uma criança, de idades diferentes, o que contribui, decisivamente, para com o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho.

Sartori (2004) também afirma que embora a divisão sexual do trabalho esteja relacionada às peculiaridades culturais, constituindo-se um constructo social, não se pode negar que ela tem como base a maternidade, já que esta limita temporariamente a mobilidade da mulher, nos seus mais diversos aspectos, em razão da gravidez, da amamentação, do cuidado com o filho. Disso resulta o fato de que a mulher acaba ficando mais circunscrita à casa, enquanto que o marido se consolida como principal provedor, trabalhando nos espaços públicos, fora de casa e estabelecendo novas relações sociais. Desse modo, a situação da mulher em relação a seu posicionamento dentro da família se agrava no sentido de torná-la dependente do marido.

Diante dessa circunstância, enfatiza a autora, embora as mulheres tenham se incorporado ao mercado de trabalho assalariado, a maioria delas ainda tem como responsabilidade primordial a criação dos filhos e a manutenção da casa. Sendo assim, a motivação para o exercício do trabalho assalariado ocorre de modo diferente entre homens e mulheres. Enquanto o homem trabalha para prover o sustento da casa, a mulher ingressa no mercado de trabalho para auxiliar o marido no orçamento doméstico.

Os argumentos de Durham (1983) e Sartori (2004) são muito importantes e profundos. Mas é importante levar em consideração, também, que, ao estudar as trajetórias de vida, bem como os papéis sociais a partir dos arranjos familiares, a origem geográfica, social e

cultural dessas famílias e de seus integrantes, os valores e os costumes devem ser considerados. Assim, o que se pretende dizer é que famílias estruturadas sob um modelo organizacional (conjugal nuclear, por exemplo), mas que possuem origens diferentes, em razão de condição geográfica, social, cultural e, sobretudo, econômicas (como as famílias de paranaenses e as de nordestinos), podem (ainda que não necessariamente) atribuir papéis diferentes para os seus atores no âmbito da sociedade e no processo migratório.

Nesse sentido, ao analisarmos as entrevistas com as paranaenses, por exemplo, podemos afirmar que havia uma tendência dessas mulheres-esposas e mães, ainda em suas terras de origem, a ficarem circunscritas a casa, exercendo papéis considerados femininos, como cuidar dos filhos e realizar as atividades domésticas, enquanto seus maridos exerciam o papel principal de provedor, trabalhando fora de casa. O modelo de família no qual estavam inseridas (Conjugal Nuclear ou Reconstituída), fundado num núcleo patriarcal, bem como o fenômeno da maternidade, associados a uma vida simples vivida, geralmente, no campo e numa sociedade com costumes rígidos e tradicionais, formavam um cenário propício ao desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho e à diferenciação entre papéis masculinos e femininos.

Em geral, os maridos trabalhavam na roça ou em ambientes públicos, fora do ambiente doméstico e as mulheres ficavam em casa cuidando dos filhos e dos trabalhos domésticos. Algumas delas, cujos maridos trabalhavam na roça, depois de cuidar de suas responsabilidades com a casa e os filhos, “ajudavam-nos” com o serviço na agricultura. Mas percebemos em suas entrevistas que o provedor principal da casa era o homem, cabendo à mulher, como atividades principais, o cuidado da casa e dos filhos.

Lá em Guaravera, eu cuidava mais da casa e dos filhos. Às vezes eu ia para a roça com o meu companheiro. Mas era eu quem cuidava dos afazeres domésticos. Eu lavava roupa, passava, cozinhava, limpava a casa, cuidava das crianças, fazia tudo na casa. Depois de casada, sempre fui eu que fiz o serviço de casa (**Ruti, 37 anos, paranaense**).

Eu sempre fiz o serviço de casa, desde criança. Lá no Paraná, depois de casada, eu também continuei fazendo. Eu e meu marido morava no sítio. Eu ajudava o meu marido com o bicho da seda. Mas, primeiro eu fazia o serviço de casa, depois eu ia pra roça. Meu marido só trabalhava na roça. Eu limpava a casa, limpava, lavava, cozinhava, cuidava dos filhos. Sempre fui eu que fiz o trabalho de casa. Além de fazer o serviço de casa, eu cuidava dos filhos também (**Maria, 37 anos, paranaense**).

Eu sempre cuidei do serviço de casa. Quando eu peguei dez anos, eu já tomava conta da casa. Só que com quatorze anos eu me casei. Aí eu fazia todo o serviço de casa e depois tive filhos e cuidava também. Mas também ajudava o meu marido na roça. Mas meu marido não ajudava eu em casa. Trabalhava na roça com ele e olha que ele tinha dinheiro e não me dava nada não (**Lurdes, 53 anos, paranaense**).

Há casos ainda em que a mulher-esposa não podia trabalhar fora de casa ou da roça, em outros ambientes onde o marido não estava presente. Partia do marido a proibição de realizar trabalhos fora do espaço domiciliar, do sítio. Esse é o caso, por exemplo, de Irene, 63 anos, que atualmente é separada, mas que quando residia no Paraná era casada e vivia com seu marido e filhos num sítio, em Ortigueira. Vejamos abaixo parte da entrevista com ela:

Entrevistador: Você trabalhava em sua terra natal?

Irene: Eu trabalhava em casa e na roça.

Entrevistador: Então você cuidava dos afazeres domésticos?

Irene: Era eu, era eu.

Entrevistador: Conte quais eram as atividades domésticas que você realizava.

Irene: Limpar casa, lavar roupa, 'dá' comida para os filhos.

Entrevistador: Você cuidava dos filhos?

Irene: Sim, cuidava deles.

Entrevistador: Seu marido ajudava?

Irene: Não. Quando os meninos ficavam 'doente' era eu que levava no médico, para levar na escola, era eu que ia. Nunca ajudou nessa parte.

Entrevistador: Seu marido deixava você trabalhar fora?

Irene: Ele não gostava que eu trabalhava fora. Eu tinha que trabalhar com ele, mas quando ia trabalhar fora, ele ficava xingando. Que nem eu fui trabalhar numa empresa lá no Paraná, trabalhava dez mulheres lá. Eu fui trabalhar e ele tirou eu do serviço. Nunca deixou eu trabalhar. Eu tinha que trabalhar era com ele na roça. Ele queria que eu ficasse trabalhando junto com ele. Se ele pegasse a enxada para carpir, eu tinha que pegar a minha também. Se contrariasse ele, ele brigava. Não precisava nem contrariar.

Entrevistador: Seu marido era autoritário?

Irene: Era autoritário. Mandava em tudo. Queria mandar em tudo, até na comida. O pacote de arroz tinha que durar dois meses. Tudo tinha hora dentro de casa.

Compreendemos então que, por muitos anos, sobretudo ainda no Paraná, Irene viveu uma relação conflituosa com o seu marido, diante da autoridade dele. Irene vivia em uma relação de gênero desigual, marcada pela dominação do marido sobre ela e os filhos. Tudo era controlado, desde a comida até as suas vontades. Ela não podia trabalhar fora de casa e, além de cuidar dos afazeres da casa e dos filhos, sem contar com a ajuda do marido, ainda era obrigada a trabalhar na roça, juntamente com o marido, no momento em que ele quisesse. Percebe-se que, nessa relação, além da dominância masculina sobre a mulher, havia também nítida separação entre papéis masculinos e papéis femininos. Apesar disso, depois de migrarem para São Carlos, essa autoridade do marido foi se acabando diante de problemas com bebidas, da incapacidade dele prover integralmente a família, como já vimos nesta tese.

Essa distinção entre papéis masculinos e femininos também é característica nas relações familiares das outras mulheres citadas e, em geral, em todas as mulheres paranaenses que viviam em famílias cujos arranjos se baseiam no conjugal nuclear ou reconstituída. Além de assumirem os papéis de esposa e de mãe, as atuações sociais dessas mulheres no seio familiar e na sociedade, ainda na terra de origem, ficavam circunscritos ao ambiente doméstico. Elas eram responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e de todos os assuntos relacionados à esfera doméstica. Nesses contextos familiares, o cuidado com a casa e com os filhos era considerado papel feminino e o homem jamais se incumbiria disso. O seu principal papel, e obrigação era conseguir, através de seu trabalho, o sustento da família. Ele constituía-se, portanto, o principal provedor da casa. A mulher-esposa até poderia ajudá-lo no trabalho, e algumas eram obrigadas a fazer isso, como vimos no caso de Irene, mas não antes de cuidar dos afazeres domésticos e sempre sob a sua supervisão. Seu trabalho, no campo ou fora dele, caso permitido, constituía-se apenas como uma ajuda e nunca como a força de trabalho principal.

Mas e no caso das mulheres nordestinas, como se processava essa relação? A mulher ficava restrita ao ambiente doméstico e o homem era o provedor da casa? As entrevistas mostram que nem sempre. Boa parte das mulheres nordestinas, originárias de localidades maltratadas pela escassez de chuva, provenientes de famílias extremamente pobres, com filhos para alimentar e com a renda do marido que não era suficiente para prover integralmente a família, necessitava trabalhar fora do ambiente doméstico para poder garantir a subsistência familiar. Muitas dessas famílias residiam no campo e o trabalho da mulher se desenvolvia na roça, juntamente com o marido, ou ainda na produção de alimentos ou na coleta de frutos e

verduras para serem vendidos na feira. É claro que muitas mulheres nordestinas também viviam em contextos familiares nos quais o marido era autoritário; fato é que muitas delas se ocupavam das atividades domésticas do lar, muitas vezes sem a ajuda do marido. Mas a condição econômica ruim da família, imposta pela falta de emprego, pela seca, pela baixa escolaridade e pouca qualificação profissional dos integrantes das famílias, propiciava uma situação na qual a mulher tinha que necessariamente sair dos limites do âmbito doméstico e trabalhar em outras esferas, seja no campo, seja na cidade em setores do comércio, serviços ou da indústria.

Lá na Bahia eu trabalhava. Eu era professora. Eu sempre trabalhei **(Sueli, 44 anos, nordestina)**.

Quando eu casei, eu continuei trabalhando no campo. Parei de trabalhar com meus pais e continuei trabalhando depois de casada. Quando nós casamos, nós saímos da fazenda e fomos morar na zona sul da Bahia, e começamos a trabalhar como diarista, na roça. Trabalhava para os outros, recebia o dinheirinho por semana. Mas mal dava para comprar comida. Eles davam a casa para morar e mal dava comida **(Mercedes, 58 anos, nordestina)**.

Sempre trabalhei, nunca parei de trabalhar. Tinha que trabalhar para ajudar o meu marido, pois o que ele ganhava não dava para pagar tudo. Então, eu trabalhava, nunca deixei de trabalhar. A vida toda trabalhando **(Lúcia, 48 anos, nordestina)**.

Lá eu trabalhava. Trabalhei muito. Mas é como si diz: trabalhava, mas o dinheiro é pouco. Ganha pouco de mais, bem menos que aqui. Trabalhava até a noite só sai final de mês ganhava R\$ 200,00. Só prefeitura que ganha bem um salário. Lá o pobre só pode compra carne de gado de mês em mês **(Rita, 37 anos, nordestina)**.

Importante notar que a dificuldade financeira das famílias levavam essas mulheres nordestinas, por mais que fossem esposas e tivessem filhos, a trabalharem fora da esfera doméstica, de modo que pudessem contribuir para a composição da renda familiar, já que a renda do marido não garantia integralmente o sustento da família. E nestes contextos familiares, nós encontramos o que Silva (2007) denomina de “provedor defeituoso”, como já relatado. Ou seja, devido às dificuldades econômicas, do desemprego, dos salários baixos, os homens deixam de prover integralmente as suas famílias. Com isso, torna-se imprescindível a participação das mulheres no orçamento doméstico. Essa situação, por sua vez, livra as mulheres, de certa forma, das amarras do marido autoritário e dominador (SILVA, 2004).

Isso revela que, aparentemente, as mulheres nordestinas tinham uma vida mais dinâmica e produtiva na sociedade de origem. Essas mulheres, mesmo inseridas em contextos familiares contemplados pela presença da figura do marido, muitas vezes autoritário, exerciam mais ativamente os seus papéis na sociedade, por mais que essa dinâmica fosse propiciada pela condição socioeconômica desfavorável da família. Ainda assim, isso possibilitou certa ruptura com a rigidez da estrutura familiar condicionada ao modelo conjugal nuclear, possibilitando uma maior participação da mulher no mundo do trabalho fora dos limites da esfera doméstica e a diminuição da divisão sexual do trabalho.

Apesar disso, temos que relatar que, em algumas famílias nordestinas, o trabalho remunerado da mulher era encarado como secundário, como uma ajuda ou contribuição ao trabalho remunerado do homem. Além disso, a própria mulher introjetava a negação de seu trabalho, perpetuando relações desiguais de gênero. Esse é um caso bastante comum em famílias paranaenses. Um exemplo é Maria, de 37 anos, que enfatiza em sua entrevista que lá no Paraná a família tinha tudo, fartura de alimentos em virtude do trabalho no campo, mas que quem produzia era o marido, sendo que ela só “participava” do processo de trabalho, embora ela trabalhasse na roça, no quintal, no pomar. Percebe-se então que ela própria inviabiliza e nega o seu trabalho, mesmo que ele gerasse renda e contribuísse com o orçamento familiar. Mas essa negação do trabalho feita pela própria mulher também é encontrada em famílias nordestinas. Vejamos o depoimento de Silvana, 45 anos:

Eu não trabalhava. Na minha terra não tinha serviço, nem na roça. Nem cana, nada, nada. Ele (marido) lá era pedreiro, e sempre fazia um servicinho, mas não era registrado. Mas não era registrado. Eu cuidava da casa apenas. Trabalhava em casa. Fazia o serviço de casa. Cuidava do quintal também, né. Pegava manga, jaca, quando era tempo. Assim, a gente colhia e botava o menino para vender na feira. Eu também vendia na feira, tomate, cebola. Eu produzia alguma coisinha no terreno e vendia na feira, pra sobreviver, né **(Silvana, 45 anos, nordestina)**.

Percebe-se no depoimento de Silvana a clara negação do próprio trabalho. Ela não considerava a sua atividade laboral como um trabalho. Inicialmente nega que trabalhava, pois em sua terra era difícil conseguir um emprego. Mais abaixo, vemos, contudo, que ela, além de cuidar dos afazeres da casa, cuidava do quintal, produzia frutos no seu terreno e vendia o que produzia na feira. E embora isso gerasse ganhos financeiros, contribuindo com a renda familiar, ainda

assim, não era considerado um trabalho. Era considerado trabalho a atividade do marido, que era pedreiro, trabalhava fora da esfera doméstica e trazia dinheiro para casa. Nota-se, então, que a concepção de trabalho está muito ligada aos ganhos que ele rende, mas, sobretudo, ao seu alcance, que foge dos limites do âmbito do doméstico.

Em suma, as análises das entrevistas permitem afirmar que os arranjos familiares influenciam diretamente nos papéis sociais que as mulheres nordestinas e paraenses representam na sociedade. Percebemos que na sociedade de origens, elas, vivendo em contextos familiares baseados no modelo conjugal nuclear, muitas vezes tendem a negar o próprio trabalho, valorizando o trabalho do marido. Observamos ainda que as mulheres paraenses, casadas e com filhos, tinham uma vida mais circunscrita ao ambiente doméstico, ao passo que o marido trabalhava fora, na esfera pública ou no próprio campo, estabelecendo relações desiguais de gênero, em que prevalecia a divisão sexual do trabalho. Contudo, por outro lado, a origem e a condição socioeconômica das famílias também podem influenciar no desempenho dos papéis sociais pelas mulheres, modificando certas dinâmicas familiares em suas terras de origem. Vimos, por exemplo, que as nordestinas, em razão de suas condições, trabalhavam arduamente, saindo dos limites da esfera doméstica. Tinham uma vida mais dinâmica, produtiva e ativa na sociedade, visando contribuir para com a renda familiar. Por sua vez, isso gerava relações de gêneros menos desiguais e, conseqüentemente, a diminuição da divisão sexual do trabalho.

Assim, pode-se falar que famílias estruturadas sob um modelo organizacional, de acordo com fatores externos que influenciam em sua dinâmica, podem atribuir papéis diferentes para os seus atores no âmbito da sociedade e no processo migratório.

9.3.2 A decisão de emigrar

Como já é de conhecimento neste estudo, vários teóricos já se propuseram a analisar os motivos de emigração de uma pessoa ou de um núcleo familiar. Há correntes de pensamento que afirmam que o motivo da migração decorre da expectativa de maximização de alguma utilidade, como a renda e o emprego. Outras correntes afirmam que a decisão de emigrar resulta de fatores combinados de expulsão e atração. Há também correntes que argumentam que os migrantes saem de seus locais de origem e escolhem os lugares de destino onde esperam receber benefícios sociais e ter acesso a melhores serviços públicos. Há também as correntes mais

recentes que apontam a importância das redes migratórias, especialmente de parentesco, no processo decisório da emigração. Com isso, os indivíduos decidiram deixar as suas terras de origem e se deslocarem para terras desconhecidas, não somente à procura de emprego, renda, benefícios e acesso a melhores serviços públicos, mas, também, porque sabem que as redes sociais, existentes no local de destino, podem facilitar o seu acesso naquele lugar, auxiliando-os com a moradia, na procura de emprego, na inserção e nos relacionamentos sociais.

Vimos que a maioria das mulheres migrantes aqui estudadas, e suas respectivas famílias, deixaram as suas terras de origem e migraram para São Carlos principalmente à procura de emprego, benefícios e acessos a melhores serviços públicos, mas também para ficar perto de familiares que outrora haviam migrado. Além disso, em geral, as migrações foram efetivadas e auxiliadas por intermédio de redes migratórias, especialmente de redes de parentesco. Porém, cabe saber ainda de quem partiu a decisão de emigrar. Nesses contextos familiares aos quais estamos nos referindo neste tópico, qual foi a participação da mulher no processo decisório da emigração? A mulher- esposa tomou a decisão sozinha ou o homem-marido se incumbiu desse papel? Ou a decisão partiu de ambos os personagens sociais? É importante entender se a mulher paranaense e a nordestina, casada ou amasiada, vivendo em companhia de um marido ou companheiro, queria partir de sua terra de origem para outras localidades ou se ela foi a contragosto, porque o marido tomou a decisão.

A análise das entrevistas revela que as mulheres migrantes paranaenses, provenientes de famílias conjugais nucleares e reconstituídas, e as casadas na época do processo decisório da emigração, em geral, não foram as responsáveis pela decisão de emigrar, mas sim os seus maridos ou companheiros, ou ainda, os filhos, muitas vezes, influenciados por parentes.

Meu marido que teve a ideia de vir. Meu marido veio primeiro e ficou na casa de uma cunhada minha. Ele veio sozinho, trabalhou uns dois meses, foi para o Paraná me buscar e voltamos. Aí vieram os filhos também (**Arlinda, 60 anos, paranaense**).

Vejamos também um trecho de nossa entrevista com Maria, paranaense de 37 anos. Ela revela que a decisão de migrar foi de seu marido, influenciado pelo irmão, que já morava em São Carlos.

Entrevistador: Quem teve a ideia de migrar?

Maria: O meu marido. É que ele estava muito cansado de trabalhar com o bicho da seda. Não dava lucro, dava prejuízo. Não era suficiente para a gente se manter na roça. Aí o irmão dele, que já morava em São Carlos, achou melhor a gente vim pra cá.

Entrevistador: De quem foi a decisão final de emigrar?

Maria: Foi do meu marido e do irmão dele. O irmão dele já estava aqui e juntos, eles decidiram o que era melhor para nós.

Entrevistador: Você queria vir para São Carlos?

Maria: Naquele momento eu gostei, mas a roça é uma coisa muito boa. Eu tinha de tudo lá. Lá eu não comprava nada. Comprova apenas coisa que não saia da roça, como açúcar, essas coisas assim. Mas eu gostava da roça. Eu gosto até hoje. Eu sinto falta. Se dependesse de mim, eu não estava aqui. Meu marido que gosta. Graças a Deus, deu certo pra gente aqui. Hoje a gente tem que ir no lugar que é melhor pra gente, né. Mas se dependesse de mim, eu não teria vindo para São Carlos não, porque eu gosto da roça. Eu nasci lá, vivi lá.

Vejamos também o depoimento de Irene, paranaense de 63 anos, que deixa bem claro que não foi sua a decisão de emigrar, mas sim do marido e dos filhos:

Entrevistador: Foi de quem a ideia de migrar?

Irene: Meus filhos e meu marido. Eu fiquei assim, disse: “o que nós vamos fazer lá, num lugar estranho, o que nós vamos fazer lá, nós não conhece ninguém lá”.

Entrevistador: De quem foi a decisão final de emigrar?

Irene: Dos meus filhos e do meu marido

Entrevistador: Você queria vir para São Carlos?

Irene: Não muito.

Há também o caso de Luana, que ainda não era casada quando migrou para São Carlos. Mas ela revela em sua entrevista a relação entre os pais, demonstrando que o pai era, em geral, a pessoa no grupo familiar que tomava as decisões em nome da família. Cabia à esposa, e aos filhos, apenas concordar com a decisão final.

A ideia de migrar foi do meu pai. Começou vir os parentes, aí ele teve a ideia de vir também. A minha mãe não queria vir para cá e, por isso, foi bem difícil. Ela queria voltar. Depois ela se habituou bem aqui, mas no começo ela queria. E ele quis vir pra cá porque lá era muito difícil e os parentes foi vindo, melhorando, então, ele veio também. Ela não queria, mas ela concordou (**Luana, 35 anos, paranaense**).

Há um caso, ainda, cuja decisão partiu de ambos os cônjuges, após a mulher convencer o marido. Mas, neste caso, veremos que a decisão de emigrar foi motivada pelo

distanciamento entre mãe e filha. Este é o caso de Lurdes, que migrou com o seu companheiro para São Carlos, pois sua mãe, tempos antes, já havia migrado. E Lurdes, como não ficava longe da mãe, migrou, após consenso, juntamente com o marido. Como veremos mais adiante, na análise das entrevistas das paranaenses que vivem em São Carlos em famílias cujo arranjo é o monoparental feminino, as mulheres paranaenses têm forte tendência de migrar quando há uma separação de longa distância, entre pais e filhos, provocada pelo deslocamento de um ou de outro. Ou seja, a motivação na decisão de migrar não estaria na procura de emprego, de melhor condição de vida, etc., como parece ser mais frequente no caso das mulheres nordestinas, mas simplesmente porque ou a mãe, ou a filha migrou antes e isso gerou uma ruptura e um distanciamento na relação entre elas. Sendo o apego e a dependência entre ambas muito grandes, a separação provocada pela migração tende a se tornar insuportável, o que leva a outra parte ainda não emigrada a deixar o local de origem e ir ao encontro da parte já emigrada. E foi isso o que aconteceu com Lurdes:

Eu queria vim para São Carlos por causa da minha mãe que já estava aqui. Eu nunca fiquei longe da minha mãe. Então eu conversei com o meu marido e ele aceitou (**Lurdes, 53 anos, paranaense**).

Por sua vez, quando analisamos as entrevistas das mulheres nordestinas, há um emaranhado de tramas que influenciaram no processo decisório de migrar. Deste modo, também encontramos mulheres que efetivaram o projeto migratório, a partir da tomada de decisão do marido ou companheiro, assim como ficou constatado entre as paranaenses. Por isso, é possível afirmar que muitas mulheres nordestinas, provenientes de arranjos baseados no modelo conjugal nuclear e nas famílias reconstituídas, não foram as responsáveis pela decisão de emigrar, mas apenas os seus maridos ou companheiros, muitas vezes, influenciados por parentes.

Quem teve a ideia de migrar foi ele (marido). Ele veio primeiro, ficou nove meses e eu fiquei lá com as crianças (**Silvana, 45 anos, nordestina**).

Porque lá tava ruim de emprego pro meu marido. Pra mim não, porque eu sempre trabalhei lá. Nunca fiquei sem emprego, ganhava bem. Ele veio ai tive que vir também. Ele veio por causa dos irmãos mesmo. Eu não sabia que existia São Carlos (**Sílvia, 38 anos, nordestina**).

Também há o caso de Rita, de 37 anos, que migrou para São Carlos de Arapiraca,

Alagoas, com o marido, em virtude da doença da irmã dele que já residia em São Carlos. Ela conta que assim que eles resolveram morar juntos, o companheiro decidiu migrar, e coube a ela vir junto. Nesse sentido, a decisão de migrar não partiu dela, mas sim do companheiro.

O motivo da gente ter vindo para São Carlos foi o seguinte: porque conheci meu novo marido e com uma semana ele me trouxe para São Carlos. O meu marido já morou outras vezes em São Carlos. Eu é a primeira vez. Eu nem conhecia São Carlos. Meu marido veio mais por causa de uma irmã. Ela operou de um mioma e veio para morar com os filhos em São Carlos. E ele disse que iria trazer uma mulher que ele estava gostando. Aí nós juntamos e viemos. Mas eu não gosto de São Carlos não. Se Deus quiser, logo vou embora daqui (**Rita, 37 anos, nordestina, família reconstituída**).

O resultado da migração indesejada de Rita é a infelicidade de morar numa cidade distante de sua terra natal e de seus pais, amigos e parentes que ficaram. Rita não tem parentes, nem conhecidos, em São Carlos: as únicas pessoas mais próximas são os parentes do companheiro. Por isso, ela tem uma grande necessidade de voltar. Não consegue se acostumar com a cidade e com a rotina. A tomada de decisão do marido, optando pela migração, gerou problemas emocionais e de relacionamento em Rita: vivendo em uma sociedade com elementos culturais tão diferentes daqueles de sua terra de origem, como a fala e o sotaque, gostos musicais, alimentação, etc., ela se nega a participar e estabelecer relações sociais em São Carlos. Da mesma forma, seu relacionamento com o companheiro mudou, resultando em conflitos e tensões entre eles:

Tenho medo da minha mãe morrer e eu aqui. Já pensou? É duro. Tem dia que não consigo falar com a família, fico aperreada, choro, penso que está acontecendo alguma coisa. Quando eu converso com eles, falo que está bem, fico preocupada. Já decidi: vou embora. Meu marido não quiser ir, ele fica! Eu vou. Sinto muita saudade de minha cidade. Ainda mais pelos problemas que passo. Depois de três meses aqui, as coisas foi engrossando: marido bebe, sai de final de semana e fico aqui sozinha. Minha família é tudo na minha vida (**Rita, 37 anos, nordestina, família reconstituída**).

E ela complementa:

Minha relação (com vizinhos) é bom dia, boa tarde, boa noite e acabou. Não gosto de amizade com ninguém. Cada qual no seu canto, oi e pronto. A gente não tem que ficar muito na casa dos outros (**Rita, 37 anos, nordestina, família reconstituída**).

Percebe-se também na fala de Rita que, embora a decisão de migrar tenha sido do marido e isso tenha produzido resultados negativos para a sua vida, a decisão do retorno para a terra de origem, tende a partir dela, e isso acontecerá mesmo que o marido não queira retornar.

Outra constatação feita nas entrevistas com mulheres migrantes paranaenses, mas, sobretudo, com as mulheres migrantes nordestinas, diz respeito à prática de os homens (marido ou companheiro) migrarem primeiramente e as mulheres ficarem nas terras de origem e, posteriormente, depois de terem se estabelecido no local de destino, conseguido uma casa para morar, emprego e dinheiro, é que as mulheres efetivam a migração. Isso é um fato muito recorrente nas falas das mulheres nordestinas e vai muito ao encontro das análises das teorias neoclássicas, que enfatizam que os indivíduos racionais decidem migrar porque esperam obter a partir de seus deslocamentos, um retorno líquido positivo, geralmente monetário. Desse modo, os benefícios da migração devem ser maiores do que os custos, minimizando o máximo possível os riscos da migração (SOARES, 2004; PEIXOTO, 2004). Sendo assim, percebe-se, através das entrevistas, que os homens nordestinos migram primeiro, justamente para reduzir ao máximo os riscos da migração, já que, se ela não der certo, o custo gerado, em razão de sua decisão de migrar, será menor do que se ele tivesse migrado conjuntamente com a mulher e os filhos. Constata-se, então, a racionalidade nos processos migratórios dessas famílias que, calculam e minimizam os riscos e instituem modalidades de migração, e assim, inicialmente, desloca-se apenas uma parte da família e a outra aguarda em sua terra de origem o melhor momento para migrar. Acontece que, geralmente, é a mulher e os filhos que ficam.

Foi assim: meu irmão foi lá(terra natal), viu o sofrimento da gente e nesse tempo que ele foi lá, estava um tempo seco, não dava nem para plantar nada né. E ele viu o sofrimento da gente e ele fez o convite para o meu marido, que ele arrumava um emprego para ele, como de fato o meu marido veio na frente e ele arrumou mesmo. E eu concordei e depois vim também (**Joana, 67 anos, nordestina**).

Meu marido veio trabalhar na laranja. Depois que eu vim (**Vânia, 28 anos, nordestina**).

Meu companheiro veio na frente, pra vê se arrumava um serviço, uma casa para a gente morar. Depois de três meses eu vim para cá (**Fátima 52 anos, nordestina**).

Apesar dessas mulheres e filhos terem ficado em suas terras de origem enquanto os

maridos ou companheiros migraram em busca de uma melhora na condição de vida da família, não podemos afirmar que elas não desempenhavam ativamente seus papéis sociais. Muitas ficaram administrando os negócios que mantinham na terra natal, ou tomando decisões racionais em prol da efetivação de sua migração. Além disso, administravam a casa, cuidavam da terra, trabalhavam no campo, plantavam, criavam animais, etc. Outras também, passando dificuldade no local de origem, decidiram efetivar o projeto migratório e se deslocaram sozinhas, ou com os filhos para a localidade de destino, sem que o marido soubesse. Esse foi o caso de Silvana, 45 anos, que revela que, apesar de ter ficado na terra natal, após o marido ter migrado, a sua condição lhe impôs a necessidade de tornar-se mais ativa e dinâmica no desempenho de seus papéis sociais.

Meu esposo me deixou lá com cinco filhos pequenos. A menor tinha um ano e a mais velha tinha sete. Só que eu passava dificuldade com os meus filhos lá. Ele mandava pouco dinheiro. Aí o que eu fiz? Eu vendi as minhas coisas, até panela eu vendia, por um real, cinquenta centavos. E fui juntando o dinheiro para poder vim embora com os meus filhos. Porque eu não ia passar dificuldade com os meus filhos lá. Porque lá é difícil ter serviço. Aí eu mandei um telegrama para ele, mas ele não sabia que eu ia vim para cá. Aí veio eu e meus filhos e quando eu cheguei na rodoviária de São Paulo, o povo dizia que roubava crianças. Aí eu botei eles em cima das malas. Aí eu tinha o endereço de onde meu marido estava e peguei um táxi e disse: “quero ficar nesse endereço aqui”. O dinheiro do taxi foi o dinheiro da minha televisão. Aí o taxista me levou até na porta da casa de onde ele estava. Ele estava ficando na casa do primo dele. Aí lá ele levou um maior susto. Perguntou: “o que que você está fazendo aqui”? Falei: “Olha, eu estou passando dificuldade lá. Eu estou pronta para arrumar um serviço aqui”. Aí a gente arrumou um barraco na favela. Ele trabalhava para a gente comer e eu trabalhava para poder pagar o barraco. Aí eu saía quatro e vinte da manha pra poder trabalhar. Pegava dois ônibus. E deixava as crianças tudo presa em casa. Pois não tinha onde deixar. Aí eu deixava a comida pronta, cada uma em seu pratinho, sabe. Escondia fogo. Aí, pronto! Quando eles acordavam, estavam com fome, eles se viravam. E ficou assim. **(Silvana, 45 anos, nordestina).**

A entrevista revela que ela teve um papel importante ao decidir migrar para São Paulo, tentando solucionar o problema relacionado à dificuldade financeira da família. Revela também que, enquanto Silvana estava na terra de origem e se preparava para migrar com os filhos, ela administrava os bens que possuía e tomava decisões importantes, como a venda desses bens, para poder juntar o dinheiro e colocar em prática o seu projeto migratório. O desempenho ativo e dinâmico dos papéis sociais na terra de origem, enquanto o marido estava fora, vai ao encontro do que Silva apresenta em seu texto intitulado “Vidas em Trânsito, mulheres dos cocais

maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas”. Silva revela que as mulheres maranhenses, sozinhas em suas terras de origem, em razão da migração de seus maridos, objetivando trabalhar nas cidades canavieiras paulistas, representavam ativamente seus papéis na sociedade. No tocante ao trabalho, a maioria delas se esforçava para manter a atividade de ‘quebrar coco’. Afirma ainda que para aquelas que viviam nas cidades, além dos salários dos que haviam migrado, a única fonte de rendimento era proveniente do seu trabalho enquanto quebradeiras de coco babaçu. Elas trabalhavam o dia todo na colheita de cocos e no final do dia os levavam em sacos sobre a cabeça para suas casas, onde eram quebrados.

Finalmente, entre boa parte das mulheres migrantes nordestinas, também há uma tendência muito forte delas participarem intensamente do processo de decisão da migração. E nesse sentido, elas se aproximam muito das mulheres pesquisadas por Novaes (2001). Ao estudar quatro bairros da periferia da cidade de Araraquara, no interior paulista, Novaes investiga a participação ativa e a ação política feminina. Nesse estudo, a autora mostra que mulheres originárias de família pobre, muitas delas migrantes e nordestinas, residentes na periferia, são ativas e dinâmicas, capazes de transformar seu cotidiano vivido e recriar laços de sociabilidade e de solidariedade, entrelaçando público e privado, de modo a romper a ideologia que dicotomiza tais espaços, naturalizando o espaço privado como feminino e o público como masculino. A autora encontra em seu estudo, mulheres que lutam por melhores condições de moradia e de vida e se mobilizam por intermédio de associações de bairro, reivindicação ao poder local, ações diretas e redes de sociabilidade. A pesquisa de Novaes revela que pobreza, combinada ao gênero feminino, é fundamental para determinar trajetórias de vida que movem muitas mulheres à luta espontânea. As mulheres de origem pobre, com muita frequência, participam de situações em que lutam pela creche, por uma escola mais próxima, pela colocação de lombadas nas ruas em que as crianças brincam, pela segurança.

Da mesma forma, nos processos migratórios é possível encontrarmos mulheres migrantes que sejam participativas e dinâmicas, que atuam ativamente nos fluxos e na mobilização das redes migratórias. E as entrevistas com as nordestinas revelam isso. Há uma tendência muito grande dessas mulheres, em virtude de sua vida sofrida em suas terras de origens, de sua situação de pobreza, fruto da escassez de trabalho e da falta de qualificação, da terra prejudicada pela seca, etc., bem como da necessidade de ficar próximos dos filhos que migraram outrora, de se empenharem ativamente no projeto migratório, tomando as decisões de

migrar em conjunto com o marido ou, algumas vezes, sozinhas. Esse foi o caso de Mercedes, 58 anos, que em 1979, passando dificuldade financeira em sua terra natal, em razão do baixo salário que recebia para trabalhar no campo e também em decorrência de conflitos no relacionamento com o marido que era alcoólatra, decidiu, sozinha, migrar para São Paulo, vislumbrando uma vida melhor. E coube ao marido acompanhá-la.

Foi eu, foi eu que decidi migrar. Naquela época a gente tinha a ilusão que em São Paulo ia ter uma vida melhor. Aí eu resolvi ir para lá, em 1979 (**Mercedes, 58 anos, nordestina**).

Há outros depoimentos que também revelam o quanto essas mulheres atuaram ativamente nos fluxos migratórios, tomando as decisões de migrarem sozinhas ou conjuntamente com o marido.

Foi eu quem decidi migrar para São Carlos. É sempre a mulher que toma a decisão. Por mais que o homem seja autoritário, é sempre a mulher. E ele concordou, ainda mais porque eu ia vim para cá para também ajudar a irmã dele. Então, ele concordou. Eu vim para cá no mês de Abril. Na época eu não tinha certeza o mês certo que eu vim para cá, porque o meu marido ficou cumprindo aviso lá (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Meu marido já conhecia aqui, já tinha parentes. Seus irmãos já moravam aqui. Aí uma vez a gente veio conhecer, gostamos. Ele perguntou se eu tinha gostado. Eu falei que sim. Aí ele perguntou se eu queria ir morar aqui. Como eu tinha gostado, eu vim e não me arrependo (**Lúcia, 48 anos, nordestina**).

Foi os dois, porque quando nós resolveu a vir, foi os dois. Nós viemos pra cá pa não fica mais sozinhos. Nossos filhos morava aqui a muitos anos. Aí nós não quisemos ficá lá sozinhos. Lá nois tinha bastante irmãos, mas é assim, eles também precisa de ajuda. Tem muitos sobrinhos, mas cada pessoa tem o que se faz, não é isso? Então eu vim pra perto das minhas filhas. Eu to achando melhor e aqui a Cidade Aracy, é a cidade do mato. E eu fico olhando praquela serra, só tem mato. É como se tivesse lá na minha cidade. Acho tão bom aqui! To gostando daqui, principalmente da igreja. Então veio eu e o meu marido (**Malvina, 73 anos, nordestina**).

Esses dados referentes a atuação das mulheres nordestinas provenientes de famílias reconstituídas ou baseadas no modelo conjugal nuclear vão ao encontro da análise de Miranda (2010). Miranda revela que as mulheres estão participando mais ativamente do processo migratório, sendo que muitas tomam sozinhas a decisão de migrar ou conjuntamente com seus

respectivos companheiros, tornando-se verdadeiros atores do processo migratório. E isso está sendo capitado pelas teorias recentes sobre migração. Elas estão tendo maior visibilidade nos processos migratórios e estão sendo retratadas como sujeitos ativos e determinantes para os projetos familiares de migração (RODRIGUES, STREY, SPINOSA, 2009; LISBOA, 2007).

Assis (2007) afirma que a imagem de mulheres migrantes passivas, que esperam ou apenas acompanham seus maridos e filhos nos fluxos migratórios, passou a ser questionada desde meados da década de 1970 por estudiosos de gênero e feministas, instigando os estudos migratórios a lançar outro olhar para o processo migratório e questionando seus pressupostos teóricos. A partir desse novo olhar, foi possível perceber que as mulheres, embora migrem, em sua maioria, em grupos familiares, também migram sozinhas, em busca de autonomia e oportunidades ou para fugir de discriminações nos locais de origem.

9.3.3 Os papéis sociais desempenhados no local de destino

As entrevistas revelam que as mulheres migrantes paranaenses continuam desempenhando papéis sociais ligados ao âmbito doméstico, enquanto que o marido constitui-se na principal força de trabalho remunerado da casa. Ou seja, o marido, nestes contextos familiares, tende a ser o provedor principal da casa e o grande tomador de decisões sobre assuntos relativos ao que está fora do espaço doméstico, enquanto a mulher, que é esposa e mãe, embora até possa trabalhar fora, continua responsável pelas atividades ligadas ao lar e aos filhos. Muitas vezes, aquelas que trabalham fora, trabalham em serviços ligados ao circuito doméstico, como trabalhadoras domésticas, faxineiras ou babás, ou ainda em empresas, mas exercendo funções ligadas à limpeza. Mas, mesmo nesses casos, é ela a única responsável pelo serviço do lar. Isso porque seu trabalho remunerado entra apenas como uma ajuda ao trabalho remunerado do marido. Nestes contextos familiares, não é a esposa quem deve prover a família, mas sim o marido, o reconhecido socialmente como “chefe de família”. A mulher-esposa continua sendo representada como um ser frágil, muito capaz de tomar decisões referentes ao ambiente doméstico, mas incapaz de prover sozinha a família.

De acordo com Bruschini (2007), as mulheres provenientes de camadas mais altas da sociedade, instruídas, com longos anos de estudo e qualificadas, têm adentrado em áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e até mesmo a engenharia,

tradicional reduto masculino. E completa:

O ingresso das mulheres nessas boas ocupações teria sido resultado da convergência de vários fatores. De um lado, uma intensa transformação cultural, a partir do final dos anos 60 e, sobretudo, nos 70, na esteira dos movimentos sociais e políticos dessa década, impulsionou as mulheres para as universidades, em busca de um projeto de vida profissional e não apenas doméstico. A expansão das universidades públicas e, principalmente, privadas, na mesma época, foi ao encontro desse anseio feminino. De outro lado, a racionalização e as transformações pelas quais passaram essas profissões abriram novas possibilidades para as mulheres que se formaram nessas carreiras, ampliando o leque profissional feminino para além dos “guetos” tradicionais. Tanto a medicina como a arquitetura e a advocacia tem passado por processos de especialização e assalariamento, em detrimento da antiga autonomia profissional. As representações sociais, construídas tanto pela sociedade como pelas próprias categorias, também estão se modificando, particularmente no que diz respeito ao seu perfil liberal, o que repercute no nível de prestígio e *status* atribuído a esses profissionais (BRUSCHINI, 2007, p 553).

Toda essa mudança, relacionada à situação da mulher proveniente de classe mais alta, proporcionou-lhe, portanto, a possibilidade de estudar, de se qualificar e ocupar empregos de maior prestígio e reconhecimento social, longe do circuito doméstico, que lhe remuneram bem o bastante para prover sozinha a sua família. Diferentemente de como ocorre em família de classe média e alta, muitas vezes, a mulher-esposa, proveniente de família pobre, tradicional e com rígida divisão sexual do trabalho, sendo menos escolarizada e qualificada, quando trabalha, o faz apenas para complementar a renda do marido e, ainda, exerce sozinha o serviço de sua casa, sem a ajuda do esposo, perpetuando, assim, a diferenciação entre os papéis masculinos e femininos. Desse modo, em geral, as mulheres migrantes paranaenses residentes em São Carlos, provenientes de famílias conjugais nucleares ou reconstituídas, quando não são apenas donas de casa, lidando com atividades do lar e cuidando dos filhos e de outros parentes, são empregadas domésticas, faxineiras ou babás. Trabalham, portanto, em redutos considerados femininos, não se livrando do circuito doméstico.

Na categoria de mulheres donas de casa, veremos abaixo que o marido é o principal provedor da família, trabalhando fora. Há ainda casos em que a mulher até tentou se inserir no mercado de trabalho, mas a necessidade de cuidar dos filhos a impediu:

Eu nunca trabalhei fora. Meu marido é quem sempre trabalhou. Eu faço meus bicos aqui em São Carlos. Faço salgado em casa para vender. Até agora estou

com uma fornada aí. Meu marido trabalha de pedreiro (**Arlinda, 60 anos, paranaense**).

Sou do lar. Trabalhei aqui em São Carlos uma vez, mas minha filha era pequena e não se acostumava com ninguém. Aí eu parei de trabalhar e voltei a ficar em casa, para cuidar dela (**Luana, 35 anos, paranaense**).

Eu sou do lar, nunca trabalhei aqui. É meu marido que trabalha fora. Ele nunca ficou desempregado. Com seis dias aqui ele já tinha conseguido emprego. Ele é operador de máquinas e por anos ele trabalhou naquela fábrica de massa de tomate. (**Josefa, 60 anos, paranaense**).

Eu nunca procurei emprego aqui em São Carlos, porque eu cuido da casa, dos filhos. Então, não tem jeito. Olha, depois que eu casei, eu sempre fiz sozinha o serviço de casa. Eu lavo, passo, cozinho, limpo a casa, cuido do marido, dos filhos, nunca acaba. Eu levo os filhos na escola, levo e busco. Meu marido que trabalha fora. Ele é gesseiro (**Maria, 37 anos, paranaense**).

Quanto àquelas mulheres que trabalham, ou trabalharam, fora, em geral sempre ocuparam a função de empregada doméstica, faxineira ou babá. O primeiro emprego delas em São Carlos foi nessas respectivas áreas, devido, principalmente, a uma experiência anterior com as atividades domésticas. Durante toda a sua trajetória na cidade, sempre ocuparam essas funções reconhecidas socialmente como femininas e, atualmente, se não estão trabalhando nessas áreas, transformaram-se em donas de casa, perpetuando, ainda mais, a distinção entre trabalhos masculinos e trabalhos femininos.

Minha primeira ocupação aqui em São Carlos foi de empregada doméstica. Eu sempre trabalhei como doméstica. Hoje não trabalho mais. Sou apenas dona de casa (**Cleide, 56 anos, paranaense**).

Eu sempre trabalhei como doméstica aqui. Eu trabalhava na casa de uns estudantes. Hoje apenas meu marido trabalha (**Noêmia, 50 anos, paranaense**).

Entre as migrantes paranaenses que vivem em São Carlos e não trabalham fora do ambiente doméstico parece haver consenso de que é natural que mulheres que são casadas com maridos que recebem um salário relativamente bom, capaz de suprir as necessidades básicas da família, e que têm filhos, não tenham a necessidade de trabalharem fora, na esfera pública. Cabe a elas, nestes contextos, ficarem em casa, cuidando das atividades domésticas e dos filhos pequenos. O trabalho é visto por elas apenas como o instrumento, o meio necessário para gerar renda e prover o sustento da família, e não como atividade social que pressupõe e promove a

interação social, a sociabilidade, a relação do homem com outros homens, a cooperação social e, por fim, a construção da identidade humana. (ALVES, 2005). Nesse sentido, se o marido possui um trabalho na esfera pública e consegue prover toda a família, é normal, é natural em seus pensamentos, que ela fique em casa se dedicando ao lar, aos filhos e ao marido. Promovendo, portanto, a diferenciação entre os papéis masculinos e femininos.

Eu não trabalho fora. Mas meu marido deixaria eu trabalhar. Mas não há necessidade, né, pois ele trabalha. E também tem a criança, né. Não tem como **(Maria, 35 anos, paranaense)**.

Eu não trabalho fora. Mas é mais por opção mesmo. Meu marido, ele trabalha, ele ganha até razoável. Meu marido fala: “se você for trabalhar”.... ele não fala para mim não ir, mas ele não fala para eu ir também. Ele fala assim para mim, sempre falou, desde quando a gente casou: “eu prefiro que você não trabalhe, porque a mulher trabalhando é muito difícil, porque tem que chegar em casa e fazer tudo”; Então, ele fala assim. Ele prefere que eu não trabalhe, mas ele não me proíbe, se eu quiser ir. É que nem minha filha fala: “eu trabalho, meu pai trabalha, o serviço vai ficar tudo para depois”. Porque quando ele chegar, com certeza ele não vai fazer o serviço de casa. **(Luana, 35 anos, paranaense)**.

Portanto, as entrevistas revelam que os papéis sociais desempenhados em São Carlos pelas mulheres migrantes paranaenses, provenientes de famílias conjugais nucleares ou reconstituídas, continuam circunscritos ao ambiente doméstico, ao domínio do lar, já que os maridos são os principais responsáveis pelo trabalho remunerado, realizado na esfera pública, e pelo provimento da família. Mesmo aquelas que trabalham fora, sempre desempenham funções ligadas ao circuito doméstico e que sempre foram designadas historicamente à figura feminina, como o trabalho doméstico, o emprego de babá ou de faxineiras. Com isso, percebemos nesses contextos familiares específicos que as mulheres continuam assumindo e aceitando como natural apenas o status de esposas e de mães, deixando de assumir outros que a levariam além dos limites do lar. Enquanto isso, os maridos e companheiros continuam desempenhando atividades no âmbito público e se portando como principal provedor da casa, sem recair nele a obrigação de realizar os afazeres domésticos. O resultado é o fortalecimento da divisão sexual do trabalho e o alargamento da distinção entre os papéis masculinos e papéis femininos.

Esse confinamento da mulher na esfera doméstica da sociedade de destino ainda se demonstra mais severo para com aquelas que migraram diretamente do campo para a cidade. Como vimos, algumas mulheres paranaenses participantes desta pesquisa levavam uma vida

camponesa em suas terras de origem e, mesmo ficando bastante circunscritas ao ambiente doméstico, vivendo sob uma rígida estrutura familiar baseada no patriarcalismo, elas também trabalhavam a terra, plantavam e colhiam, faziam hortas e cuidavam de pequenos animais como galinhas e porcos e, embora estas atividades não fossem consideradas por elas como um trabalho, por não gerar uma renda monetária, promovendo, portanto, a negação do seu próprio trabalho, era uma espécie de válvula de escape que as libertava momentaneamente da esfera doméstica. Mas a migração para a cidade implicou em novas configurações sociais e restringiu o desempenho de seus papéis sociais ao cuidado com a casa e com os filhos, tornando-se apenas donas de casa. Nesse sentido, a migração para a cidade promoveu a perda da condição camponesa dessas mulheres. Essa situação já foi analisada por Silva, Melo e Appolinário (1988), em um trabalho no qual elas estudam a migração das mulheres camponesas do estado do Maranhão para acompanhar os maridos e filhos no trabalho nas lavouras canavieiras paulistas. Afirmam as autoras que ao migrar, essas mulheres passam a assumir outros papéis na sociedade de destino, convertendo-se em donas de casa nas cidades canavieiras paulistas, iniciando um processo de perda da condição camponesa enquanto quebradoras de coco babaçu nos cocais maranhenses. Comentam as autoras:

O tempo do espaço reprodutivo obedece às determinações do tempo do espaço do corte da cana. O cotidiano das mulheres é orientado pela lógica do tempo de trabalho de seus maridos, filhos e parentes nos canaviais. A jornada de trabalho das mulheres inicia-se por volta das quatro horas da manhã. Preparam o almoço e a merenda de seus maridos que se destinam aos pontos de ônibus – que os transportam até os canaviais -, por volta das cinco horas e trinta minutos. Logo após a saída dos homens, aquelas que possuem filhos em idade escolar lhes preparam para levá-los até a escola. As demais dão início às demais tarefas domésticas e cuidam das crianças. As saídas às ruas ocorrem quando vão ao supermercado, às aulas de crochê, ao Posto de Saúde ou ao banco para receberem os salários dos homens. Por volta das quatro horas da tarde preparam o jantar para os homens que chegam do trabalho e, em seguida, lavam suas roupas para serem usadas no dia seguinte. Algumas delas desempenham algumas atividades remuneradas como faxineiras, manicures (p. 331).

Por outro lado, quando analisamos as entrevistas com as mulheres migrantes nordestinas, percebemos que a condição de camponesa que possuíam em suas terras de origem também se acaba com a migração para a cidade. Mas as relações que essas mulheres estabelecem na sociedade de destino tendem a ser mais complexas, envolvendo um emaranhado de tramas, o que as levam a desempenhar diferentes papéis sociais: ora são trabalhadoras ativas e dinâmicas

nos diferentes setores; ora são donas de casa, ora são ex-trabalhadoras, vivendo de aposentadoria; ora são desempregadas, que procuram emprego e vivem apenas com auxílios do governo, como o oriundo do programa Bolsa Família, ou ainda com ajuda de vizinhos; ora não estão trabalhando em decorrência de doenças e lutam para poderem se aposentar por invalidez.

Diferentemente das paranaenses, em razão de diversos fatores, mas, sobretudo em decorrência da condição de enorme pobreza da família herdada da terra de origem, há uma boa parcela de mulheres nordestinas que não se limitaram apenas ao espaço doméstico e tiveram que trabalhar nas mais diversas áreas de emprego, atuando ativamente em São Carlos. Ao perderem a condição de camponesa, a migração e a situação socioeconômica da família impôs novas configurações sociais, permitindo que elas saíssem do âmbito doméstico e ampliasse a participação e o desempenho dos papéis sociais para outras esferas, trabalhando na indústria, no setor de serviços, no comércio e também de empregadas domésticas. Percebemos nas entrevistas e em nossas visitas à suas casas, que as famílias nordestinas baseadas no modelo conjugal nuclear ou na família reconstituída, possuem uma condição de vida em São Carlos pior do que as famílias paranaenses: quando comparadas, elas vivem em piores casas do bairro, sofrem mais com o preconceito por serem originárias de uma região pobre do Brasil e por possuir estilo de vida, costumes e modo de falar diferente; têm grandes dificuldades para conseguir emprego em razão da pouca instrução escolar e qualificação profissional. Segundo Silva (2006), a representação do nordestino no bairro Cidade Aracy, por exemplo, ainda que velada, é diferente da do paranaense: cria-se, muitas vezes, um olhar pejorativo sobre o nordestino, uma representação estigmatizada, quase que inversa da do paranaense, o que acaba dificultando muito mais o acesso dos nordestinos ao mercado de trabalho.

Nessas reais circunstâncias, o marido, ou companheiro, ao se empregar, muitas vezes não consegue prover integralmente a família, promovendo o que Silva, Melo e Apolinário (2007) denominam de “crise do provedor”, ou “provedor defeituoso”. Devido às dificuldades econômicas, do desemprego, dos salários baixos, os homens deixam de prover integralmente as suas famílias. Com isso, torna-se imprescindível a participação das mulheres no orçamento doméstico. Nesse sentido, o “provedor defeituoso” é um elemento importantíssimo para se compreender nesses grupos familiares, o desempenho ativo e dinâmico dos papéis sociais das mulheres migrantes nordestinas na sociedade de destino. Elas são obrigadas a arrumar um emprego e se assalariar para garantir as condições mínimas de sobrevivência da família, o que as

levam, em alguns casos, a tornarem-se “chefes de família” (SILVA, 2004).

Eu sempre trabalhei aqui em São Carlos. A gente sempre teve uma vida sofrida. Meu marido trabalhava na Água das Fontes. Os patrões perguntaram se eu queria trabalhar. Ai eu fiquei por dois anos. Depois eu trabalhei no Luizão de auxiliar de cozinha. Depois no motel. Sempre registrada. Trabalhei na laranja, mas muito sofrido, mas não deu não. Hoje sou auxiliar de cozinha, copeira **(Glória, 37 anos, nordestina)**.

Desde quando eu cheguei em São Carlos eu trabalhei. Coloquei comércio e estou até hoje. Aqui trabalha eu e meu companheiro. Mas eu já foi doméstica, copeira, faxineira, arrumadeira em São Paulo. Aqui não, porque eu coloquei comércio. **(Célia, 49 anos, nordestina)**.

Muitas outras mulheres entrevistadas sempre trabalharam, inclusive arduamente após o processo de migração. Mas diante de vários fatores, como o preconceito com o povo nordestino, a pouca educação escolar e a falta de qualificação profissional, elas têm dificuldade para encontrar e se manter no emprego e, por isso, atualmente, encontram-se desempregadas. Muitas dependem da ajuda de recursos provenientes de programas do governo, como o Bolsa Família, ou da ajuda do CRAS existente no bairro, que disponibiliza cesta básica, passes para elas irem ao médico ou procurar emprego. São mulheres que estão desempregadas atualmente, mas tal condição não lhes impede de atuar dinamicamente na sociedade: lutam para conseguir um emprego, articulam maneiras de conseguir auxílios junto aos órgãos de assistencialismos, criam e recriam laços de sociabilidade e de solidariedade, além de lutarem por melhores condições de vida.

Pra conseguir trabalhar foi muito difícil. Até pessoa com 18 anos sem registro na carteira já tem problema pra arruma o primeiro emprego. Como vai vir uma pessoa de Pernambuco prá cá com carteira registrada se lá não tem emprego? Ai quando você chega, as pessoas olha na sua cara, nunca trabalhou na vida, a pessoa já trabalhou tanto na vida. Essas são as dificuldades de um Pernambucano quando vem prá cá. Pra quem não tem ninguém aqui é melhor nem vir. Se não tive uma família pra apoiar aqui vai morar na rua. As pessoas daqui não gostam de pernambucano. Se eles pudesse ver a gente bem longe daqui **(Suzana, 41 anos)**.

Suzana conta que sempre teve muita dificuldade para conseguir emprego em São Carlos, mas nunca deixou de trabalhar. Passou por vários empregos, trabalhou arduamente em fábricas, escritórios, casas de estudante, sempre com limpeza ou em linha de produção. Conta que

a maior dificuldade nos empregos sempre foi o preconceito por ser de Pernambuco e por ter sotaque diferente. Apesar de sempre ter trabalhado em São Carlos, atualmente ela está desempregada, procurando serviço. Ela não deixa de ir ao balcão de emprego. Quando a família passa por maiores necessidades, ela recorre ao CRAS.

Há também os casos das mulheres nordestinas que sempre trabalharam e atuaram ativamente, tanto em suas terras natais, quanto nas cidades de destino, recebendo proventos necessários para a manutenção da subsistência familiar. Mas, atualmente, estão mais restritas ao ambiente doméstico em virtude de problemas de saúde. Este é o caso de Lúcia, 48 anos, que devido a uma grave doença relacionada ao sistema nervoso, foi obrigada a parar de trabalhar fora, ficando mais restrita ao âmbito de sua casa.

Sempre trabalhei. Mas atualmente estou doente, então estou parada. Mas minha vida toda eu sempre trabalhei. Hoje eu fico em casa. Probleminha de saúde (**Lúcia, 48 anos, nordestina**).

Apesar da doença e da impossibilidade de trabalhar fora, ela realiza, com muita dificuldade, os serviços de casa e, quando as dores são muito intensas, ela pede aos membros da família, inclusive ao companheiro, para que realizem os afazeres domésticos.

Apesar da minha doença, pois eu não tenho força para fazer nada, sou eu que faço o serviço de casa. É uma luta, viu. Às vezes peço para meu marido, alguém fazer um serviço pesado, porque eu não aguento. É muita dor no pulso, dor nos pés. Mas sempre foi quem fez os serviços de casa (**Lúcia, 48 anos, nordestina**).

Ainda há casos de mulheres que somente estão em casa, sem trabalho, em razão de já terem se aposentado. Sempre trabalharam e desempenharam papéis ativos e dinâmicos na sociedade, mas a aposentadoria as limitou ao ambiente doméstico. Não deixaram de tomar decisões; não deixaram de exercer papéis ativos na sociedade, mas reservaram um maior tempo para o cuidado da casa e dos filhos. E, até mesmo o fato de decidir ficar em casa, cuidando do lar e da família, também demonstra o desempenho de um papel social mais dinâmico, ativo. Estar em casa cuidando dos filhos, do marido, do lar, foi uma decisão que partiu delas, em razão da aposentadoria e não uma imposição resultante de relações desiguais de gênero. Se não estivessem aposentadas, estariam trabalhando fora, trazendo renda para poder prover a família.

Por fim, há também mulheres nordestinas que, depois que efetivaram o projeto migratório, mudaram completamente o estilo de vida, confinando-se no âmbito doméstico, assim como vimos o caso das mulheres paranaenses. Mulheres que viviam no campo e trabalhavam na terra, mas que com a migração, novas configurações sociais foram impostas, restringindo o desempenho de seus papéis sociais ao âmbito doméstico, tornando-se donas de casa. Atualmente, só realizam o trabalho de casa e cuidam do marido e dos filhos. O desempenho de seus papéis sociais está mais relacionado a essa esfera do privado do que ao âmbito público.

Antes de migrar, eu trabalhava na roça com o meu marido. Depois fomos para São Paulo. Lá eu não trabalhava. Só cuidava das crianças e do serviço de casa. Era ele (marido) quem trabalhava. Ele trabalhava de encanador. Eu só ficava em casa cuidando dos filhos. Aqui em São Carlos também não trabalho. Só em casa, faço o serviço de casa (**Joana, 67 anos, nordestina**).

Enfim, podemos perceber que famílias estruturadas sob um mesmo modelo organizacional, como as analisadas neste tópico, mas que têm origens diferentes, em razão de condição geográfica, social, econômica e cultural, possibilitam às mulheres o desempenho de diferentes papéis no âmbito da sociedade e nos processos migratórios. Enquanto as mulheres migrantes paranaenses, vindas de famílias mais tradicionais, estruturadas sob um núcleo patriarcal, caracterizadas pela divisão sexual do trabalho, tendem a ficar mais circunscritas ao ambiente doméstico, seja no local de origem ou na sociedade de destino, tendo também pouca participação na tomada de decisão sobre a migração, as mulheres nordestinas, boa parte delas camponesas e originárias de localidades maltratadas pela escassez de chuva, provenientes de famílias extremamente pobres, com maridos ou companheiros que não ganhavam o suficiente para poder prover integralmente a família no local de origem, trabalhavam fora do ambiente doméstico para ajudar na subsistência familiar. E assim, trabalhavam com o marido na roça ou na produção de alimentos, bem como na venda de produtos agrícolas, ou ainda em algum outro setor de trabalho, e tinham uma vida mais dinâmica e ativa em suas terras de origem, apesar de negarem o próprio trabalho, não tomando consciência desse papel que desenvolviam.

Quanto ao processo decisório de migrar, há um emaranhado de tramas que o influenciam intensamente. Assim, para algumas mulheres nordestinas, a tomada de decisão partiu do marido ou companheiro; outras tomaram a decisão juntamente com o cônjuge; outras ainda participaram ativamente do processo decisório de migração, sendo que a sua opinião fora

decisiva para a efetivação do projeto migratório. Já na sociedade de destino, as relações desenvolvidas pelas nordestinas tendem a ser mais complexas do que as desenvolvidas pelas paranaenses, envolvendo, novamente, um emaranhado de tramas que as levaram a desempenhar diversos papéis sociais. Boa parte delas, em razão da situação de pobreza da família, do preconceito para com os nordestinos, da incapacidade do marido prover integralmente a família, passou a desempenhar ativamente seus papéis sociais, trabalhando para além dos limites da esfera doméstica, lutando por direitos, correndo atrás de benefícios de programas assistenciais do governo, etc. Outra parte estava desempregada, mas não deixou de representar seus papéis sociais ativamente na sociedade de destino, visto que lutou para conseguir empregos, articulou maneiras de conseguir auxílios do governo, criou e recriou laços de sociabilidade e de solidariedade, visando melhores condições de vida.

9.4 Famílias Baseadas no Modelo Monoparental Feminino e Extensas

Neste subtópico, analisamos os papéis sociais desempenhados por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, provenientes de famílias baseadas no modelo monoparental feminino e famílias extensas, no âmbito da sociedade e nos processos migratórios do qual fizeram e ainda fazem parte. A primeira constatação é a de que estes grupos familiares são bem mais pobres em relação às famílias paranaenses e nordestinas conjugais nucleares ou reconstituídas. São famílias que residem nas localidades mais afastadas do bairro, perto da Serra ou de matagais, distantes das principais avenidas e comércios do bairro Cidade Aracy. Algumas delas vivem em casas que estão em situação precária, sem acabamento e sem infraestrutura.

Entre as paranaenses, no modelo monoparental feminino é formado, em São Carlos, por cinco famílias. Entre as cinco mulheres migrantes paranaenses que compõem esse modelo de família, duas delas já eram casadas ou amasiadas antes de migrarem para São Carlos e três eram solteiras. Os papéis sociais desempenhados por essas duas casadas antes de migrarem já foram analisados na seção precedente. Analisaremos, a seguir, os papéis sociais desempenhados por elas no contexto da configuração atual de famílias em que estão inseridas em São Carlos, ou seja, no contexto de modelo monoparental feminino. Sobre as três mulheres que eram solteiras antes de efetivarem o projeto migratório, apenas uma se amasiou em São Carlos com um rapaz morador do bairro Cidade Aracy, mas alguns anos depois separou-se. O motivo da separação foi o ciúme

do amásio, que não queria que ela trabalhasse fora. Inconformada com a situação, ela resolveu se separar:

Meu marido não gostava que eu trabalhava fora. Acho que a gente se separou mais por causa disso, de eu trabalhar fora. Ele tinha ciúmes e acabou acontecendo que teve que separar. Ele não gostava porque no trabalho, assim, sempre tem homem. Então, ele já não gostou muito. A gente trabalhava junto, na mesma fábrica. Então, quando ele via alguém chegar perto de mim, vixe, aí dava problema. Aí resolvi separar (**Rose, 22 anos, paranaense**).

Desse relacionamento nasceram dois filhos, sendo um menino, que está com cinco anos, e uma menina, que completou quatro anos. Atualmente, Rose está desempregada, mas afirma que sempre trabalhou¹⁶. Sua profissão é operadora de máquina. Ela está sobrevivendo com seus dois filhos, somente com o auxílio do programa “Bolsa Família” e com o seguro desemprego. Todas as mulheres paranaenses que vivem em São Carlos, em famílias cujo modelo é o monoparental feminino, possuem residências e vivem com seus filhos. Dentre as cinco mulheres, três delas têm menos de 35 anos. As outras duas têm entre 43 e 60 anos. Esse dado revela que uma pequena maioria desse grupo de família é formada por mulheres jovens, que possuem filhos ainda pequenos, menores de idade.

Por sua vez, entre as nordestinas, o arranjo monoparental feminino é constituído em São Carlos por oito famílias. Além disso, há duas famílias caracterizadas como famílias extensas. Dentre esse grupo de mulheres migrantes nordestinas, sete eram casadas ou amasiadas antes de migrarem para São Carlos e apenas três não viviam com companheiros ou maridos, sendo solteiras, viúvas ou separadas. Portanto, percebe-se que, proporcionalmente, há uma inversão de modelos familiares entre paranaenses e nordestinas. Enquanto a maioria das paranaenses que vivem atualmente em São Carlos em famílias de acordo com o modelo monoparental feminino vivia em suas terras de origens em famílias baseadas neste mesmo modelo, a maioria das nordestinas vivendo em São Carlos segundo o arranjo monoparental feminino vivia em suas terras de origem em arranjos familiares baseados no modelo nuclear ou reconstituído. Isso implica argumentar que os arranjos familiares das mulheres migrantes tendem a ser mais voláteis no sentido de que durante a sua trajetória de vida elas podem se inserir em diversos arranjos familiares e, com isso, representar diferentes papéis sociais.

¹⁶ Rose perdera o emprego havia duas semanas no dia em que foi feita a entrevista.

Os papéis sociais desempenhados nas terras de origem por mulheres nordestinas casadas ou amasiadas antes de migrarem, já foram analisados na seção acima. Vimos que, diferentes das mulheres paranaenses provenientes do mesmo arranjo familiar que, na terra de origem, tendiam a ficar mais circunscritas ao ambiente doméstico, restringindo o desempenho de seus papéis sociais, as mulheres nordestinas, em razão de diversos fatores externos, como extrema pobreza, escassez de chuva, etc., tendiam a desenvolver uma trama complexa de relacionamentos que, muitas vezes, permitia que o desempenho de seus papéis sociais fossem mais ativos e dinâmicos. Essa constatação também diz respeito a essas sete mulheres: em razão de suas condições, mesmo vivendo em famílias conjugais nucleares ou reconstituídas, trabalhavam arduamente, saindo dos limites da esfera doméstica. Tinham uma vida mais dinâmica, produtiva e ativa na sociedade, quando comparadas às paranaenses, visando contribuir com a renda familiar. Por sua vez, isso gerava relações de gêneros menos desiguais e, conseqüentemente, a diminuição da divisão sexual do trabalho.

Analisaremos abaixo os papéis sociais desempenhados na terra de origem, no processo migratório e na sociedade de destino, por mulheres migrantes nordestinas e paranaenses provenientes apenas de famílias baseadas no modelo monoparental feminino e famílias extensas, em que não existe uma relação desigual de gêneros entre marido/companheiro e mulher.

9.4.1 A vida antes de migrarem para São Carlos

A primeira constatação que fazemos é a de que a maioria das mulheres paranaenses e nordestinas provenientes de famílias monoparentais femininas já tinham filhos antes de migrarem para São Carlos. Isso implica dizer que elas já exerciam o papel de mãe em suas terras de origem, antes de virem para São Carlos. E o que isso determina no exercício de seus papéis sociais dentro e fora de casa? A maternidade limitou o desempenho dos papéis sociais dessas mulheres no ambiente doméstico? De acordo com a análise das entrevistas, por um lado, a maternidade, ou seja, o nascimento dos filhos, não limitou seus papéis sociais, mas, por outro, isso não as livrou das obrigações de realizar as atividades do lar.

Ora, após constituir uma família com o nascimento dos filhos, essas mulheres passaram a residir sob o mesmo teto apenas com eles, sem a presença de maridos ou companheiros. Para isso, necessitaram trabalhar arduamente em busca de prover o sustento de sua

família. Nesse sentido, as mulheres paranaenses e nordestinas solteiras, viúvas ou separadas, mas com filhos, passaram a desempenhar, antes de migrarem para São Carlos, o papel principal de provedora da casa. Elas passaram a ser as “chefes de famílias”, necessitando efetivar trabalhos remunerados fora de casa, para poderem se sustentar e, também, dar sustento aos filhos. Esses trabalhos remunerados não se limitavam às atividades de empregadas domésticas, babá ou faxineiras, atividades ligadas ao âmbito doméstico e reconhecidas socialmente como femininas, mas extrapolavam esses limites, sendo exercidos no âmbito público, a partir da execução de funções em fábricas ou, arduamente, na agricultura. Nesses casos, o trabalho remunerado dessas mulheres não era visto como ajuda ou apenas como um “bico”, mas como o meio principal de poder prover a sua família e seus filhos. Então, nesse sentido, elas se livraram das amarras do espaço doméstico, executando atividades fora, em outros espaços que normalmente são representados por famílias populares, como sendo redutos masculinos. Para as paranaenses, há uma mudança radical no desempenho dos papéis sociais, quando comparado àquelas provenientes de famílias baseadas no arranjo conjugal nuclear ou reconstituído: se nestes modelos as paranaenses estavam mais restringidas ao espaço doméstico, no arranjo monoparental feminino, elas tornaram-se mais ativas e dinâmicas no desempenho dos papéis sociais.

Mulheres paranaenses:

Lá em Curitiba eu sempre trabalhei, desde quando eu era menininha. O último serviço que trabalhei lá foi na produção, numa fábrica. Mesmo tendo filhos, eu sempre trabalhei (**Cida, 32 anos, paranaense**).

Lá na minha terra eu sempre trabalhei na lavoura, na roça, né. E mesmo com os meus filhos pequenos, eu trabalhava, e ainda cuidava deles (**Guiomar, 35 anos, paranaense**).

Mulheres Nordestinas:

Eu sempre trabalhei na minha vida. Quando ainda estava casada, e muito mais ainda depois que me separei. Cheguei até passar fome. A gente ia trabalha de alugado. Alugado as pessoas leva a gente pra trabalha pra ganha como se fosse R\$ 1,50 pra da de come pros meus filhos. (**Dolores, 57 anos, nordestina**).

Até mesmo quem morava em família extensa, na companhia do marido, representava ativamente papéis sociais antes de efetivar a migração. Não existia uma relação desigual de

gênero. A convivência com outros parentes, como sobrinhos, netos, etc., sob o mesmo teto, promovendo assim, a formação de uma família extensa, permitia o desenvolvimento de uma relação de gênero mais flexível, na qual marido e mulher atuavam com dinamismo social, trabalhando fora da esfera doméstica, sobretudo no campo. Esse é o caso de Catarina, que durante toda a sua vida trabalhou, principalmente, na roça, fora de casa. Mesmo depois de ter filhos, continuou trabalhando para poder ajudar a prover a sua família.

Ave Maria! Era tão puxado minha vida. Não tinha sossego, trabalhava na roça. Trabalhei tanto no mundo. **(Catarina, 73 anos, nordestina).**

Por outro lado, o trabalho remunerado realizado na esfera pública, não as livrou das atividades domésticas e do cuidado com os filhos. Na verdade, houve uma sobrecarga de trabalho, visto que elas, além de trabalharem fora, tinham que realizar as atividades de casa, quando da chegada ao lar. Nesse aspecto, há uma semelhança com as mulheres casadas que trabalhavam fora. Ambas, mesmo exercendo trabalhos remunerados fora de casa, ainda eram obrigadas a realizar o serviço de casa e cuidar dos filhos. A diferença é que, no caso das mulheres casadas, havia uma relação de gênero desigual, pois os maridos não as ajudavam com as atividades domésticas, pois entendiam que cabia à mulher realizá-las. No caso das mulheres chefes de família, não há a relação de gênero desigual, porque não existe marido. Sendo elas as únicas que podiam realizar as atividades domésticas, tudo sempre recaía sobre suas costas. Como o trabalho remunerado da mulher, gerava-se rendimento suficiente apenas para prover o sustento da família, impossibilitando-a, portanto, de contratar alguém para realizar as atividades domésticas de seu lar, e assim elas eram obrigadas a realizá-las a qualquer custo.

É claro que, conforme os filhos vão crescendo, os mais velhos, especialmente se forem meninas, também realizam o serviço doméstico. Aí entramos novamente naquele velho ciclo: entre um grupo de irmãos composto por meninos e meninas, é sempre a menina, geralmente a mais velha, que fica responsável pelas atividades domésticas de sua casa. Essas, desde cedo, aprendem a fazer o serviço doméstico. Os meninos também podem ajudar, mas o trabalho nunca recai sobre eles como obrigação. De qualquer forma, mesmo nos casos em que existiam filhos que ajudavam no serviço de casa, a obrigação principal, ainda recaía sobre a mãe,

a mulher “chefe de família”. Vejamos detalhes de um trecho da entrevista realizada com Guiomar, que confirma nossa análise.

Entrevistador: Mesmo trabalhando, você cuidava dos afazeres domésticos em Curitiba?

Guiomar: Sim, era eu que fazia. Mas minha filha também me ajudava.

Entrevistador: Quais atividades domésticas você realizava?

Guiomar: Lavava a louça, fazia a limpeza da casa, fazia tudo dentro de casa.

Entrevistador: E ainda cuidava dos filhos?

Guiomar: Sim, claro.

Em suma, no caso das outras mulheres que não eram casadas antes de migrarem para São Carlos, mas já tinham filhos, a maternidade não limitou o desempenho de seus papéis sociais na esfera doméstica, já que, obrigatoriamente, elas tiveram que trabalhar em outros setores da economia para conseguir prover a sua família. Por outro lado, isso não as livrou das obrigações de realizarem as atividades do lar e, com isso, houve uma sobrecarga de trabalho, visto que elas, além de trabalharem fora, tinham que realizar os serviços de casa, antes ou depois que chegavam do trabalho.

9.4.2 A decisão de emigrar

Em geral, a decisão de emigrar dessas famílias baseadas no modelo monoparental feminino, foi da mulher, a chefe de família. Nesses núcleos não havia a relação desigual entre homens e mulheres. Não existia a dominação e a autoridade masculina; os filhos ainda eram pequenos, e não tomavam decisões por si só. Sendo independentes e autônomas nesse contexto familiar, cabia a elas a tomada de decisão sobre a migração. É interessante notar os motivos que levaram essas mulheres, chefes de família já em suas antigas localidades, a tomarem a decisão de migrar para São Carlos. Entre as paranaenses, por exemplo, muito além do que o motivo de procura de trabalho, melhoria na condição de vida ou facilidade de acesso aos serviços e benefícios públicos, essas mulheres, em sua maioria, resolveram partir de suas antigas cidades e

se instalar em São Carlos em virtude de terem ficado longe de seus familiares, especialmente da mãe, que já haviam migrado outrora para São Carlos e, também, visando conseguir tranquilidade e sossego. Esse é o caso de Cida, que saiu de Curitiba porque sua irmã e sua mãe já haviam deixado a cidade paranaense. Cansada da violência e da vida agitada que levava lá, Cida resolveu ir para onde sua mãe estava. Em São Carlos, passou a residir, inicialmente, com a mãe e, posteriormente, numa casa própria comprada no mesmo bairro em que ela mora. Todos os dias, Cida vai visitá-la e, inclusive, a ajuda com os afazeres domésticos. Segundo conta, toda semana ela faz uma faxina para a mãe. Talvez seja uma forma de agradecimento àquela mulher, que muito lhe ajudou na nova cidade e no novo bairro, acolhendo-a e contribuindo na compra de sua casa. Vejamos o que ela conta:

Eu vim para São Carlos em busca de sossego e por causa da minha mãe e de minha irmã que já moravam aqui. Nossa, a minha mãe me ajudou bastante aqui em São Carlos. Até quando eu vim, eu morei com ela, não tinha onde morar e morei com ela. Depois eu comecei a trabalhar, isso já na primeira semana. Eu trabalhava, mas era só para mim, para eu economizar e comprar a minha casinha. E eu consegui, graças a Deus e a minha mãe **(Cida, 32 anos, paranaense)**.

Guiomar também afirma que tomou a decisão de sair do Paraná e migrar para São Carlos, porque quase toda a sua família já havia migrado, inclusive a sua mãe. Longe da família e sentindo muita saudade, ela decidiu migrar, juntamente com os filhos. Quando chegou a São Carlos, ela e os filhos passaram a morar na casa da mãe e, somente há quatro anos, conseguiu comprar uma casinha naquele mesmo bairro. Nesse caso, então, a decisão de migrar ocorreu pela necessidade de ficar próxima de sua família, especialmente da sua mãe.

Eu decidi vir para São Carlos porque foi no caso que eu fiquei só lá, né. A minha família estava tudo pra cá, né. Minha mãe, meu irmão **(Guiomar, 33 anos, paranaense)**.

No conjunto das três mulheres paranaenses que viviam em suas antigas cidades no contexto da família baseada no modelo monoparental feminino, apenas uma migrou para São Carlos por motivos de emprego, após sua irmã, que já morava em São Carlos, tê-la incentivado. De qualquer forma, a decisão final de migrar foi da mãe de Rose e não de uma figura masculina.

Por sua vez, quando nos referimos às nordestinas, a situação se inverte: a decisão de emigrar, em todos os contextos familiares, é tomada em razão, sobretudo, da necessidade de procurar um emprego, de melhorar a condição de vida e de ter acesso aos bens e serviços e benefícios públicos, não migram, portanto, apenas para ficarem próximas de familiares, mas, principalmente, por uma questão de sobrevivência. Este é o caso de Dolores, 54 anos, que migrou para São Carlos em busca de uma vida melhor, depois que se separou do marido ainda em Floresta, PE. Ela afirma que sua decisão foi tomada em virtude da dificuldade que estava passando com os filhos na terra natal. Como ela já tinha um parente morando em São Carlos e este lhe falara que a cidade era boa para emprego e atendimento médico, ela decidiu deixar a sua terra e tentar a sorte no interior de São Paulo. Vejamos seu depoimento:

Eu tomei a decisão de vir para cá. Foi eu. Porque eu separei e lá não tinha emprego nenhum. Não tinha como ajudar criar meus filhos. Tinha um tio meu aqui e a esposa dele, minha tia. Aí eu vim pra casa dele. Já faz mais de 7 anos que ele faleceu. Deixei meus filhos pequenos. Eu vim. Só não roubei. Sou sincera. Meus filhos ficaram com meus pais. E ainda, às vezes o que eu ganho aqui, eu ainda ajudo meus filhos. Agora mesmo, vai fazer 15 dias que minha filha foi operada e ela pediu uma ajuda pra mim e eu to com esse remorso, que eu não pude ajudar. Falei: “tenha paciência, quando eu consegui eu te mando”. Ainda hoje veio uma colega e disse: “está pra sair um dinheiro do meu marido, quando vir eu te dou R\$ 100,00 pra você manda pra ela”. Fazer o que? Mas aqui é muito melhor que lá. É ruim, mas tem Bolsa Família, eles te ajuda, às vezes, num gás. Eu fiquei sabendo por que tem uma colega que é separada e ela falou. Mas sabe quando você é uma pessoa de arregaçar as mangas e trabalhar? Este ano eu fui pra laranja pra pode ganhar um trocado. Me matava pra ganhar um sacolão de laranja que dá R\$ 9,00 (**Dolores, 54 anos, nordestina**).

Neto e Nazareth (2009), ao analisarem as experiências migratórias de mulheres nordestinas, perceberam que, atualmente, elas migram em número significativamente maior do que os homens. Ou seja, as mulheres nordestinas, a maioria delas não casadas, tomam sozinhas a iniciativa de migrar e, em proporção maior do que os homens, deslocam-se para destinos onde suas redes estão mais consolidadas. Só para se ter uma ideia, enquanto em 1991 migraram cerca de mil mulheres nordestinas a mais do que homens para o Rio de Janeiro, em 2000 esse número saltou para 64 mil. Esses dados e informações nos permitem pensar que a figura da mulher que migra apenas para acompanhar o marido, ou para rearranjos familiares, ainda que bastante em evidência, dá espaço para outra característica da mulher nos fluxos migratórios internos: a de

mulher independente e ativa no processo migratório, que coloca em prática seu projeto a partir de uma decisão pessoal, ainda que baseada em outros fatores, como a influência das redes migratórias. Tal fenômeno pode ser explicado sob vários aspectos, que vão desde a escassez de oportunidades de trabalho para as mulheres na região nordeste, até as mudanças relacionadas à condição feminina e a uma maior conscientização das mulheres, que não apenas desejam uma vida melhor em termos objetivos, como trabalhos e estudos, mas também ambicionam uma vida melhor em termos subjetivos, buscando romper com situações de opressão, discriminação e violência.

Além disso, apontam Neto e Nazareth (2009), as redes migratórias surgem como facilitador importante na decisão e no projeto migratório feminino, já que elas podem dar o apoio necessário à mulher como o acolhimento, a viabilização de trabalho e moradia e servindo como família ampliada, possibilitando, desse modo, uma melhor inserção na sociedade de destino.

Assim, se as mulheres migram em maior número do que os homens, não sendo mais possível pensar apenas na justificativa de mulheres como meras acompanhantes e em projetos de reunificação familiar como principal motivador, as redes servem de suporte e constituem, muitas vezes, como família ampliada, dando a sensação fundamental de pertencimento e servindo de embrião para o reconhecimento social (NETO E ELIZABETH, 2009, p. 04).

Enfim, a decisão de migrar das mulheres paranaenses e nordestinas solteiras ou separadas, chefes de família, partiu da própria mulher. Foram elas que planejaram e colocaram em prática o projeto migratório e tomaram todas as decisões necessárias para que ele se efetivasse. No caso das paranaenses, essa participação ativa no processo migratório se deu em razão, sobretudo, da necessidade de ficarem próximas de seus familiares, especialmente de suas mães e, também, visando a busca de sossego e tranquilidade em uma cidade menor e interiorana. Já em relação às nordestinas, o desempenho ativo e dinâmico dos papéis sociais nos processos migratórios ocorreu, sobretudo, em razão da necessidade de conseguir um emprego e melhor condição de vida para si e para toda a sua família.

9.4.3 Os papéis sociais desempenhados já em São Carlos

Vimos até o presente momento que na terra de origem, as mulheres paranaenses e nordestinas, chefes de família e com filhos, vivendo, portanto, no contexto da família monoparental feminina, eram responsáveis pelo desempenho de trabalhos remunerados fora do circuito doméstico e pelo provimento da casa. Essas mulheres, até mesmo em decorrência do contexto familiar em que estavam inseridas, portavam-se de forma mais ativa e dinâmica no mundo do trabalho e nas relações sociais, quando comparadas com as mulheres paranaenses casadas ou amasiadas. Por isso, os papéis sociais que desempenhavam na antiga cidade não ficavam circunscritos ao ambiente doméstico, estendendo-se para além dele, já que eram exercidos também na esfera pública. No entanto, isso não as livrou das obrigações de realizarem as atividades do lar e, com isso, houve uma sobrecarga de trabalho, visto que elas, além de trabalharem fora, tinham que realizar os serviços de casa, antes ou depois que chegavam do trabalho. Vimos também que a decisão de migrar nesses contextos familiares, partiu da própria mulher. Portanto, o papel social dessas mulheres no processo migratório que liga o local de origem ao local de destino, foi bastante ativo, visto que elas planejaram e colocaram em prática o projeto migratório.

Cabe agora analisar se os papéis sociais desempenhados por elas no local de destino, ou seja, em São Carlos continuam sendo exercidos fora do circuito doméstico ou se estão restritos a ele, ou ainda, em ambos. A análise das trajetórias de vida dessas mulheres, “chefes de família”, na cidade de São Carlos, revela os papéis sociais desempenhados por elas atualmente na cidade. As entrevistas revelam que, em geral, os papéis sociais assumidos por essas mulheres na cidade de São Carlos, são desempenhados dentro e fora do ambiente doméstico. No caso das paranaenses, Cida e Guiomar continuam realizando trabalhos na esfera pública e desenvolvendo relações sociais nesses espaços, mas também continuam fazendo os serviços de casa. Cida, assim que chegou a São Carlos, rapidamente começou a trabalhar de camareira em um hotel. Ela conta que conseguiu o emprego na primeira semana sua em São Carlos. Segundo ela, uma prima do marido da irmã dela, que já trabalhava lá, arrumou-lhe o emprego. Contudo, Cida engravidou e teve que sair do trabalho para cuidar da filha que, atualmente, tem sete anos. Depois disso, ela não conseguiu mais nenhum emprego fixo e hoje trabalha nos finais de semana em uma rotisseria, além de fazer bico vendendo produtos Avon. Mesmo assim, ela diz que consegue gerar uma renda em torno de R\$ 500,00 e, sozinha, mantém a casa, bem como as necessidades básicas suas e dos filhos. Além de trabalhar fora e vender Avon, Cida também realiza o serviço de sua

casa. Lava roupa, passa, faz faxina em casa e cuida dos filhos.

Já Guiomar conta que, quando chegou a São Carlos, foi diretamente trabalhar em uma cooperativa, na reciclagem de lixo, e lá continua até hoje. Sua renda é pequena, mas ela consegue sustentar sozinha toda a família e ainda pagar a prestação de sua casa. Ela trabalha todo dia nessa cooperativa, desde cedo até o final da tarde. Guiomar possui quatro filhos que residem com ela em São Carlos, sendo dois meninos e duas meninas. Os meninos têm treze e sete anos e as meninas têm dezesseis e quatorze anos. Nenhum deles trabalha fora, sendo que as necessidades básicas da família são supridas apenas com o salário que Guiomar recebe na cooperativa. Os filhos não trabalhem fora. As meninas ajudam Guiomar com os afazeres domésticos de sua casa, reproduzindo assim, entre os filhos, a divisão sexual do trabalho e a diferenciação entre papéis femininos e papéis masculinos. Isso porque o trabalho doméstico de sua casa recai como obrigação apenas sobre ela e as filhas. Os meninos, segundo seu depoimento, não são obrigados a realizarem os afazeres.

Rose também sempre trabalhou em São Carlos, mesmo quando era casada. A sua separação se deu em razão ciúme do marido, que não queria que ela trabalhasse fora de casa. Atualmente, Rose está desempregada e está vivendo com os recursos do seguro desemprego. Ela conta que está procurando um novo emprego e que, certamente, logo estará empregada. Sua área de trabalho é na produção industrial, operando máquinas. Rose possui dois filhos e é ela quem cuida deles. Além disso, é Rose também a responsável pelos afazeres de seu lar.

Por sua vez, Irene e Ruti separaram-se e também passaram a desempenhar atividades fora do lar, mas a falta de emprego na cidade as levou a ficarem desempregadas. Atualmente, por motivos de saúde, Irene não está trabalhando fora e sobrevive com ajuda dos filhos e de vizinhos, além de uma bolsa de R\$ 58,00, paga pelo CRAS. Mas ela afirma que sempre trabalhou em São Carlos, também juntando lixo reciclado. Neste município ela vive apenas com uma filha de 19 anos. Seus outros filhos já casaram. Segundo ela, os serviços domésticos são realizados por ela e pela filha. Ela afirma que sempre ensinou às filhas o trabalho doméstico e como cuidar de uma casa. Mesmo separada, Irene dá muita importância para o casamento e acha necessário que a filha aprenda e faça o trabalho doméstico corretamente para não ter problemas futuros com o marido. Vejamos o que ela nos diz em seu depoimento:

Eu sempre ensinei minhas filhas o trabalho de casa. Tem que ensinar, né. Porque ela vai casar e ter a casa dela. Como é que ela vai cuidar do marido, vai lavar uma roupa, cuidar duma comida? O marido chegou do serviço, o que que ele vai comer? Eu tenho uma menina que é casada que ela nunca deixou eu fazer um almoço para o namorado dela e nem um café e uma janta. Podia a sogra dela chegar em casa, o sogro dela chegar, que ela falava: “não mãe, é meu namorado que está aqui, é o meu sogro, então eu que tenho que fazer a comida. Se eles gostar, eles vão aprovar”. E hoje a sogra dela gosta muito dela (**Irene, 60 anos, paranaense**).

Vemos então no depoimento de Irene que parece ser obrigatório que a figura feminina saiba realizar todas as atividades domésticas, para ser considerada uma “boa” mulher e dona de casa. Em sua fala, percebemos a naturalidade da relação entre trabalho doméstico, cuidado com a casa e com o marido e a figura feminina. Isso nos leva a entender que a mulher nasceu exclusivamente para essas atividades e, se ela não as sabe realizar, alguma coisa está errada, algum acidente aconteceu no percurso de sua vida.

Finalmente, Ruti, desempregada atualmente em São Carlos, mantém a sua família com a ajuda que recebe de filhos e vizinhos. Porém, conta que, após a separação de seu amásio, buscou sempre trabalhar em São Carlos. Com pouco estudo e sem qualificação, sempre trabalhou de faxineira. Nunca foi registrada e sempre passou por dificuldades financeiras. Além de cuidar dos afazeres domésticos da casa de outras pessoas, ela também ainda é a única responsável pelos afazeres de seu lar.

Com relação às nordestinas, as entrevistas revelam também que, em comparação com as mulheres provenientes de famílias conjugais nucleares, elas têm uma vida mais ativa e dinâmica em São Carlos, assumindo papéis sociais na esfera pública, trabalhando ou procurando emprego nas mais diversas áreas de trabalho, correndo atrás de seus direitos e de benefícios sociais e, quando não conseguem, desenvolvem maneiras para conseguir prover minimamente as suas famílias, recebendo ajuda de conhecidos e vizinhos. Agem conforme analisou Novaes (2001): são mulheres capazes de transformar seu cotidiano vivido e recriar laços de sociabilidade e de solidariedade, rompendo a ideologia que dicotomiza os espaços. São mulheres que lutam por melhores condições de moradia e de vida, além de se mobilizam por intermédio de associações de bairro, reivindicação ao poder local, ações diretas e redes de sociabilidade. Assim, como relata Novaes, percebemos que a pobreza, combinada ao gênero feminino, é fundamental para determinar trajetórias de vidas mais dinâmicas e ativas na sociedade. E mesmo aquelas que estão

desempregadas, em razão da necessidade, assumem essa característica dinâmica em suas relações sociais, visando melhorar a condição de vida. Mas, apesar dessa vida mais ativa, do desempenho dos papéis sociais em diversas esferas, elas também não deixam de atuar dentro do lar, entrelaçando, dessa forma, os espaços público e privado.

Minha vida aqui em São Carlos é bem trabalhosa. Eu trabalho fora (em um motel) e também em casa. Eu chego do serviço três e meia da tarde. Mas eu chego, faço comida, faço as coisas de casa. Hoje mesmo foi a minha folga, mas eu passei a manhã todinha lavando roupa. Lá em São Paulo, eu trabalhava fora, chegava em casa oito horas da noite, pegava dois ônibus. Saía de São Mateus para Santo Amaro, botava a janta no fogo, dava banho nas crianças e ainda lavava a roupa. Lavava a roupa, mas a casa eu deixava mais para o final de semana, para limpar bem a casa **(Silvana, 45 anos, nordestina)**.

Hoje não estou trabalhando, mas trabalhei em várias indústrias aqui em São Carlos. Minha renda fixa hoje é o Bolsa Família. Mas nunca deixei de procurar emprego. Meus filhos precisam comer. A gente que é pobre, não é fácil, precisa correr atrás. Aqui em São Carlos a gente tem muita dificuldade para arrumar emprego, porque aqui tem que ter o QI, né. O quem indica. Lá em São Paulo não: você arruma o emprego mais fácil. Mas aqui, olha, tanto é hoje estou desempregada. Meu primeiro emprego aqui foi na Modenute, que eu consegui através de um político. Não deu uma semana e já me chamou. Eu já tinha mandado currículo lá há muito tempo. Então, o seu currículo não vale nada. Vale você conhecer alguém dentro da empresa. Lá eu embalava e separava produtos de cozinha **(Sandra, 35 anos, nordestina)**.

Não tenho renda familiar, só quando trabalho que consigo. Fui no CRAS, mas por enquanto não consegui nada. Fez meu cadastro, mas ainda não veio nada. Mande os currículos, mas pra pega nessa idade é meio difícil. Minha colega me entregou na empresa que ela trabalha. Agora estou esperando. Aqui em São Carlos a gente tem muita dificuldade de arrumar emprego, porque eles pedem referência e você sem referência é ruim. Mas a referência foi eu mesma. Minha primeira ocupação aqui foi cuidar de criança. Gosto de cuidar de pessoa. Queria cuidar de idoso. Se eu conseguisse, eu queria fazer isso. É o maior prazer na minha vida. Hoje eu sou faxineira. Quando consegue arrumar. Quando fico parada, minhas vizinhas que me ajudam. Às vezes tenho que fazê fogão de lenha, quando o gás acaba. Hoje tem uma casa que faço faxina de 15 em 15 dias ganho R\$ 35,00 por faxina **(Dolores, 54 anos, nordestina)**.

Em suma, compreendemos que, em geral, essas famílias “chefiadas” pelas mulheres paranaenses e nordestinas, no bairro Cidade Aracy, são extremamente pobres e passam recorrentemente por dificuldades financeiras, devido à falta de emprego e de bons salários,

resultado de sua pouca escolarização e qualificação profissional. As entrevistas revelam ainda que, em geral, os papéis sociais assumidos por essas mulheres na cidade de São Carlos, são desempenhados dentro e fora do ambiente doméstico, não as livrando completamente, portanto, das amarras do circuito doméstico. Isso porque os trabalhos remunerados, que realizam fora do ambiente doméstico, não as livraram das obrigações de realizarem as atividades do lar e, com isso, especialmente nos casos das mulheres que estão empregadas, há uma sobrecarga de trabalhos. Por sua vez, aquelas mulheres que possuem filhas, especialmente as paranaenses, ensinam a elas a prática do serviço doméstico e entendem como natural que toda mulher deva saber lidar com uma casa e com o cuidado dos filhos. De certa forma, no contexto das famílias paranaenses, mesmo sem a mulher estabelecer relações de gênero desiguais com a figura de um marido ou companheiro, elas continuam concebendo como natural e desempenhando atividades reconhecidas socialmente como femininas, não se livrando, portanto, das amarras do âmbito doméstico. Seus papéis sociais, ainda que desempenhados também fora dos limites do lar, não permitem que elas se desvinculem completamente da esfera que sempre foi considerada reduto feminino: a doméstica.

9.5 Articulação e Mobilização das Redes Migratórias de Parentesco

Como já é de conhecimento, Santos e Sertório (2010) afirmam que as pesquisas sobre migração têm revelado a importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos, tendo elas uma participação mais ativa. Em muitos casos, elas têm sido articuladoras e mobilizadoras de redes sociais na migração, especialmente de redes de parentesco e, muitas vezes, são as pioneiras no movimento migratório familiar. Também vimos com Castro apud Assis (2007) que as mulheres são hábeis na construção de redes de apoio mútuo que auxiliam a alocação dos migrantes, sua incorporação no mercado de trabalho e sua inserção no tecido social. Ridley-Leigh (1980) revelou que as mulheres migrantes, provenientes de camadas populares, são ótimas na articulação e mobilização de redes migratórias, sobretudo, de parentesco. Elas sentem-se motivadas a articular redes de parentesco não somente por causa das obrigações ou do imperativo moral, mas também por conta dos benefícios, reais e percebidos, que esperam e necessitam, bem como pelo prazer de ajudarem um familiar seu do local de origem na sociedade de destino,

sentindo-se úteis e responsáveis por esse papel social. O estudo de Ridley-Leigh mostrou que a mulher migrante, proveniente de famílias pobres, é muito mais ligada aos laços de parentesco do que o homem, transformando-se em um agente mobilizador dentro da rede de parentesco. O autor coloca que, carente de um relacionamento social mais intenso na sociedade de destino, já que muitas vezes ela fica “presa” ao ambiente doméstico, cuidando dos filhos e dos afazeres do lar, a mulher migrante, em todos os estágios do processo de adaptação, mantém laços mais contínuos e fortes com seus parentes no local de origem do que o homem, a fim de garantir a sua base. Assim, ela se torna um importante agente de mobilização e articulação de redes migratórias de parentesco.

De acordo com Truzzi (2008), as redes migratórias e, particularmente, as redes de parentesco, são fundamentais para a ação de migrar devido à sua função social de manter contatos recorrentes entre os indivíduos, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Elas demonstram grande importância nos processos migratórios, pois permitem informar previamente o emigrante sobre as oportunidades e dificuldades por meio de cartas, telefonemas e, atualmente, por recursos na internet. Os emigrados podem disseminar informações, tanto no que se refere às perspectivas de emprego, moradia, etc., quanto aos recursos monetários, capazes de financiar e viabilizar a viagem. Por isso, é importante “sublinhar o papel ativo dos emigrados, já partidos, na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros” (TRUZZI, 2008, p.05). Ainda segundo Truzzi, as informações trazidas pelos emigrados aos novos migrantes potenciais sobre oportunidades ou dificuldades autorregulam o sistema de migração. Por isso, a veracidade e a confiabilidade atribuída a tais informações são de grande relevância. Deste modo, os contatos pessoais tornam-se muito importantes, pois são “mais confiáveis que as informações não pessoais” (2008, p.09).

Ao analisarmos as entrevistas, percebemos que há uma necessidade muito grande das mulheres migrantes, sejam paranaenses, sejam nordestinas, de manter constantemente contatos com os seus familiares que ficaram, a fim de disseminar informações sobre o local de destino, como possibilidades de empregos, qualidade de vida, aumento nos rendimentos, etc. Dessa forma, tais mulheres passam a articular e mobilizar ativamente as redes de parentesco, visando convencer os parentes que ficaram na terra de origem a efetivarem o projeto migratório. Cabe, nesse momento, então, analisar quais os motivos que podem levá-las a articular e mobilizar essas

redes. Afirmando que nosso intuito nessa tese não é analisar especificamente, assim como fez Ridley-Leigh (1980), o processo de articulação e mobilização das redes migratórias de parentesco desenvolvido pelas mulheres migrantes, mas tão somente conhecer o seu papel nesses processos e, especialmente, a motivação que as levou a isso. Qual será a participação das mulheres paranaenses e nordestinas nesse processo? Os motivos que as levaram a articular e mobilizar redes de parentesco no processo migratório são os mesmos?

As análises afirmam que a participação das mulheres nordestinas na articulação e mobilização das redes de parentesco é bastante ativa e ocorre, sobretudo, em razão delas objetivarem ajudar algum parente seu que está passando por dificuldade financeira em sua terra de origem. Assim, a partir do momento em que se instalam e se acomodam em São Carlos, elas reúnem todos os esforços possíveis para trazer seus parentes que ficaram na terra de origem. Deste modo, elas influenciam na decisão destes de migrarem, afirmando que não apenas as oportunidades de trabalho em São Carlos são melhores, mas também a qualidade de vida e os serviços públicos prestados, como auxílio assistencial, educação e, principalmente, saúde. É claro que visam com isso, aparentemente, também o benefício de terem seus parentes por perto, especialmente se for uma mãe, um pai ou os irmãos. Este é o caso, por exemplo, de Lúcia, 48 anos, que incentiva enormemente os filhos a migrarem para São Carlos, destacando a facilidade de compra de imóveis e a ótima qualidade de vida que eles poderão ter em São Carlos. O objetivo dela é ter os filhos próximos.

Eu incentivo, principalmente os meus filhos, que ficaram em São Paulo. Eu já consegui trazer duas filhas. Hoje moram aqui no Aracy. Agora eu fico incentivando meus outros dois filhos, que estão lá em São Paulo. Falo para eles que aqui é melhor: menos agito, mais tranquilo, menos assalto, essas coisas. Tem um lá que não tem casa ainda, e aqui é mais fácil de comprar casa, mais barato (**Lúcia, 48 anos, nordestina**).

Mas o objetivo principal de articular e mobilizar redes de parentesco consiste em ajudar os familiares, fazendo com que eles saiam de um lugar sofrido, caracterizado, em suas falas, pela falta de emprego, escassez de chuva, baixos rendimentos e falta de oportunidades e migrem para um lugar que acreditam ser melhor. Portanto, no caso dessas mulheres migrantes, a articulação e mobilização das redes de parentesco não envolve somente a questão do apego

familiar, da necessidade de estarem próximas de seus parentes, mas principalmente a expectativa e a possibilidade de proporcionar, àqueles que ficaram, uma vida melhor, com a efetivação de um possível projeto migratório.

Sim, incentivo. Depois que eu cheguei eu incentivei minha irmã Adelaide, que morou uns quatro anos comigo, a vir com o marido dela e foram morar na minha casa. Lá não tinha onde o marido dela trabalhar e nem ela. Aqui começaram trabalhar. Arrumaram um quartinho e foram morar. Depois veio mais um irmão e depois meus pais (**Suzana, 41 anos, nordestina**).

Eu tenho contato com a minha família lá no norte. Eu comunico com telefone com eles. Eu incentivei o meu irmão, quando eu fui para lá em 2008. Ele é um cara do bem. Eu falei que ele ia se dar muito bem aqui, porque ele é um cara muito trabalhador. Mas ele não veio não. Sabe o pessoal de lá ganham menos, mas sei lá. Muita gente vive do Bolsa Família (**Sandra, 35 anos, nordestina**).

Eu sempre incentivo eles (parentes) vir. Quase todo mundo que vem para cá gostou. Veio um sobrinho meu de Pernambuco que estava desempregado. Mas ele começou a carregar saco de açúcar, um serviço muito pesado para ele. Aí ele não gostou e voltou para lá (**Silvana, 45 anos, nordestina**).

Quanto à participação das mulheres migrantes paranaenses na articulação e mobilização de redes migratórias de parentesco, constatamos que ela é ativa, porém aparentemente menor e por motivo diferente da participação das mulheres migrante provenientes de famílias nordestinas. Mulheres paranaenses, principalmente com menos tempo de instalação em São Carlos, mobilizam-se e articulam redes de parentesco, em geral, com objetivo de trazer familiares não apenas para conseguir emprego, auxílios sociais e melhor qualidade de vida, mas especialmente para ter próximo delas alguém de sua família. Todas elas mantêm contatos com os parentes em suas terras de origem e sempre os convidam e os incentivam a migrarem para São Carlos. Muitas já conseguiram trazer irmãos, tios e tias e, especialmente, pais e mães, alojando-os em suas casas, e auxiliando-os na procura de um emprego.

Eu sempre tenho contato com os meus parentes lá. Eu tenho dois irmãos lá, e meus tios também. Eu ligo, sempre tenho contato lá. Eu incentivo muito eles vim pra cá. Eu incentivo meus irmãos. Um já veio. Um eu já consegui trazer, ele veio pra cá. Ficou com a gente um tempo. Conseguimos emprego para ele

na mesma usina que meu marido, mas ele teve um problema de saúde e hoje ele está afastado. Sempre tem um parente que vem, fica uns tempo aqui, depois volta, porque não acostuma. Mas vira e mexe eu ligo para minha irmã e falo: “vem embora pra cá, para perto de nós” (**Natália, 34 anos, paranaense**).

A necessidade de ficarem mais próximos dos parentes é o motivo principal de tentarem, através da articulação das redes, trazê-los para São Carlos. Como vimos nesta tese, existe uma grande quantidade de mulheres migrantes paranaenses que vive em São Carlos sob o contexto da família conjugal nuclear, sendo muitas delas, donas de casa e, diferentemente dos seus respectivos maridos, que trabalham fora e têm um círculo de amizade mais estendido, carecem de relacionamentos sociais mais intensos no âmbito público. Por isso, tendem a articular e mobilizar redes migratórias de parentescos. Mesmo as mulheres migrantes paranaenses, provenientes de famílias monoparentais femininas que, em certa medida, não carecem de relacionamentos sociais fora do âmbito doméstico, também são ativas em articular e mobilizar redes migratórias de parentesco, não apenas para que consigam emprego e melhorem de vida, mas também para que eles possam ficar mais próximos de si.

Portanto, sendo o apego familiar muito intenso, a articulação e mobilização das redes migratórias de parentescos são feitas pelas mulheres migrantes paranaenses em São Carlos visando, principalmente, os benefícios de terem o seu ente querido próximo de si. As palavras de Maria confirmam mais uma vez isso:

Eu os incentivo. Por mim eu gostaria que minha família ficasse tudo perto de nós. Mas lá eles estão bem. Cada um tem seu sítio. Mas eu falei para um irmão meu para vir para cá. Falei: “vem pra cá que meu esposo ensina fazer gesso, quem sabe seja melhor”. Mas, por enquanto ele falou que não. Mas eu queria. Mas eu queria estar com eles, né. Eu fico muito sozinha aqui. É bom a gente estar junto com a irmã, irmão, né. Até um sobrinho eu consegui trazer. Aí ele foi no Paraná, arrumou uma moça no Paraná, aí voltou e hoje mora aqui no Aracy. Eu consegui trazer ele, pra ficar com nós. Conheceu uma menina no Paraná e está morando com ela hoje. Todo dia ele vem aqui (**Maria, 37 anos, paranaense**).

Enfim, a análise das entrevistas revela que as mulheres migrantes nordestinas e paranaenses são importantes articuladoras de redes de parentesco em São Carlos. Mas os motivos que as levam a mobilizarem tais redes são diferentes. Enquanto as nordestinas articulam redes de

parentesco objetivando ajudar familiares que estão passando por dificuldade financeira em sua terra de origem e influenciam na decisão destes de migrarem, afirmando que as oportunidades de trabalho em São Carlos são melhores, bem como a qualidade de vida e os serviços públicos prestados, como auxílio assistencial, educação e, principalmente, saúde, as paranaenses, principalmente aquelas com menos tempo de instalação em São Carlos, geralmente mobilizam e articulam redes de parentesco com o objetivo de trazer familiares para ficarem próximos delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dessa pesquisa consiste em fornecer maior visibilidade à figura feminina no processo migratório interno, revelando as suas trajetórias de vida e de migração e os papéis sociais desempenhados pela mulher nos diversos contextos e fases de sua vida. Foi possível constatar que não era objetivo dos estudos clássicos sobre a migração, baseados na teoria *push-pull*, incluir em suas análises a categoria gênero e, assim, as mulheres quase nunca foram retratadas como sujeitos ativos e dinâmicos da migração. Nesses estudos clássicos, a migração é compreendida como resultado de uma escolha racional do indivíduo e não como estratégias familiares nas quais homens e mulheres fazem parte, contribuindo, decisivamente, para os arranjos e rearranjos das relações familiares e de gênero. Também não foi objetivo das teorias clássicas, compreender a dinâmica familiar e os papéis sociais que as mulheres representavam no contexto de suas famílias e, conseqüentemente, no processo migratório no qual elas se sujeitavam. A figura feminina era praticamente invisível aos olhos dessas teorias.

Por sua vez, as pesquisas mais recentes sobre migração têm dado maior importância para categorias esquecidas nos estudos clássicos e vêm introduzindo em seus estudos análises que contemplam categorias e conceitos, como “família”, “redes sociais” e “gênero”, bem como destacando a mulher como sujeitos ativos no processo migratório, revelando que elas não apenas migram objetivando acompanhar os maridos ou membros familiares, mas que representam papéis importantes e decisivos nos projetos migratórios, muitas vezes tomando a decisão de migrar e readequando o seu modo de vida após a migração, na sociedade de destino. Sertório e Santos (2010) revelam que elas têm sido articuladoras e mobilizadoras de redes sociais na migração, especialmente de redes de parentesco e, muitas vezes, são as pioneiras no movimento migratório familiar.

Dessa forma, os estudos mais recentes vêm contribuindo decisivamente na tentativa de dar maior visibilidade feminina no processo migratório. Mas, ainda assim, os seus enfoques, mesmo quando nos referimos à bibliografia nacional, são voltados muito mais para a migração internacional do que para os deslocamentos internos. Obviamente que existem muitos trabalhos no Brasil que retratam a mulher nos processos migratórios internos, dentre esses, alguns foram citados nesta pesquisa. Contudo, o maior volume da produção bibliográfica está voltado para a compreensão da migração internacional. E é nessa lacuna que se enquadrou essa pesquisa, na

tentativa de dar visibilidade à figura feminina na migração e de fortalecer a compreensão de que a mulher brasileira migra no âmbito interno do país sendo que, muitas vezes, faz isso sozinha ou, quando acompanhada, tomando decisões e colocando em prática o projeto migratório da família, assumindo posturas dinâmicas e ativas em todo o processo, desde a localidade de origem, até na nova sociedade. Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi o de compreender as trajetórias de famílias migrantes e, sobretudo, as trajetórias de vida e os papéis sociais atribuídos e desempenhados no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios, por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, residentes no bairro da cidade de São Carlos, denominado Cidade Aracy, considerando sempre a origem, a situação socioeconômica e o arranjo familiar.

Esta pesquisa também levou em consideração a importância da família e do status que a mulher migrante pobre tem em seu interior, para analisar a dinâmica da migração. Desse modo, nós partimos do pressuposto de que é na família que é possível internalizar as relações de gênero, construir identidades e reproduzir desigualdades sociais e relações de poder entre homens e mulheres. Entendemos que é a partir de sua posição na comunidade familiar que a mulher projeta e desempenha determinados papéis sociais no âmbito da sociedade em geral e, especificamente, nos processos migratórios. Mas, a condução da pesquisa também nos levou a compreender que fatores externos, como a origem geográfica, a condição climática da região, bem como a origem socioeconômica e cultural das famílias são importantes para a compreensão e diferenciação das trajetórias de vidas e dos papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. Por isso, compreendemos que, se as famílias e os arranjos familiares influenciam diretamente nas trajetórias de vida e nos papéis sociais, eles também podem ser influenciados por fatores externos, resultando numa diferenciação de papéis entre um mesmo modelo de organização familiar, mas com origens diferentes. Ou seja, famílias estruturadas sob um mesmo modelo organizacional, como o conjugal nuclear, por exemplo, mas com origens diferentes, em razão de condição geográfica, climáticas, social, como as famílias de paranaenses e as de nordestinos, podem atribuir papéis diferentes para os seus atores no âmbito da sociedade e no processo migratório.

Quando nos referimos e comparamos a condição das mulheres migrantes pesquisadas provenientes de famílias pobres, baseadas no modelo conjugal nuclear e na família reconstituída, caracterizadas, sobretudo pela autoridade e dominância masculina sobre a figura feminina e sobre

os filhos, há uma tendência de diferenciação de desempenho de papéis sociais no âmbito da sociedade e dos processos migratórios entre mulheres paranaenses e nordestinas, em virtude de fatores externos que influenciam na dinâmica familiar e, conseqüentemente, no desempenho desses papéis.

Percebemos que nestes contextos familiares, as mulheres migrantes paranaenses, que geralmente tiveram e ainda têm uma condição socioeconômica melhor e mais estável do que as mulheres migrantes nordestinas, bem como as que provieram de terras não tão castigadas pelos efeitos climáticos, como a seca, tendem a assumir papéis ligados ao circuito doméstico, reproduzindo, de certa forma, a desigualdade de gênero no que se refere ao trabalho e à diferenciação entre papéis femininos e masculinos, bem como reproduzindo as relações de poder entre homens e mulheres. Na sociedade de origem, antes de migrar, boa parte dessas mulheres vivia no campo, eram esposas e possuíam filhos, todos vivendo sob a autoridade do chefe da família. Em geral, ficavam circunscritas à casa, executando papéis considerados femininos, como cuidar dos filhos e realizar as atividades domésticas, enquanto seus maridos exerciam o papel principal de provedor, trabalhando fora de casa. O modelo de família no qual estavam inseridas (Conjugal Nuclear ou Reconstituída), fundado em um núcleo patriarcal, bem como o fenômeno da maternidade, associados a uma vida simples vivida geralmente no campo e numa sociedade com costumes rígidos e tradicionais, formavam um cenário propício ao desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho e à diferenciação entre papéis masculinos e femininos.

Já no que diz respeito a sua participação no processo migratório, a maioria delas migrou para acompanhar os seus maridos, tendo pouca participação na decisão final de migrar. Geralmente, foi o marido que tomou a decisão de colocar em prática o projeto migratório após contatos e troca de informações com parentes ou amigos que outrora migraram para a mesma localidade. Neste sentido, coube à mulher migrante paranaense acompanhá-lo na migração. Quando chegaram a São Carlos e passaram a residir no Cidade Aracy, em geral, elas acabaram assumindo o papel de dona de casa e, quando assumiram um trabalho remunerado, geralmente foi o de empregada doméstica, faxineira ou babá, embora também encontremos mulheres que trabalham em fábricas ou outros setores de trabalho. Porém, estas são minoria. Entre as migrantes paranaenses que vivem em São Carlos e não trabalham fora do ambiente doméstico, parece haver o consenso de que é natural mulheres que são casadas com maridos que recebem um salário relativamente bom, capaz de suprir as necessidades básicas da família, e que têm filhos, não há a

necessidade de elas trabalharem fora, na esfera pública. Cabe a elas, nestes contextos, ficar em casa, cuidando das atividades domésticas e dos filhos.

Contudo, o confinamento da mulher na esfera doméstica na sociedade de destino se revelou muito severo para aquelas que migraram diretamente do campo para a cidade. Muitas mulheres levavam uma vida camponesa em suas terras de origem e, mesmo ficando bastante circunscritas ao ambiente doméstico, também trabalhavam a terra, plantavam e colhiam e, embora estas atividades não fossem consideradas por elas um trabalho, por não gerar uma renda monetária, eram uma espécie de “válvula de escape” que as libertava momentaneamente da esfera doméstica. Mas, a migração para a cidade promoveu novas configurações sociais e restringiu ainda mais o desempenho de seus papéis sociais ao cuidado com a casa e com os filhos, tornando-se apenas donas de casa, promovendo, assim, conforme afirmou Silva, Melo e Apollinário (1988), a perda da condição camponesa dessas mulheres.

Por outro lado, quando olhamos para as famílias migrantes nordestinas, percebemos que a origem, a condição climática e a condição socioeconômica podem ter influenciado no desempenho dos papéis sociais pelas mulheres, modificando certas dinâmicas familiares em suas terras de origem. Vimos que as nordestinas provenientes de famílias baseadas no modelo conjugal nuclear, em razão de diversos fatores externos, em geral trabalhavam arduamente em suas terras natais, saindo dos limites da esfera doméstica. Por isso, havia uma tendência delas possuírem uma vida mais dinâmica, produtiva e ativa na sociedade, visando contribuir para com a renda familiar. Por sua vez, isso gerava relações de gêneros menos conflituosas e, conseqüentemente, a diminuição da divisão sexual do trabalho. Percebemos nas entrevistas que a condição econômica ruim da família, imposta pela falta de emprego, pela seca, pela baixa escolaridade e pouca qualificação profissional dos integrantes das famílias, propiciava uma situação em que a mulher tinha que, necessariamente, sair dos limites do âmbito doméstico e trabalhar em outras esferas, seja no campo, seja na cidade em setores do comércio, serviços ou indústria.

No que diz respeito à decisão de migrar, as mulheres migrantes nordestinas também tendem a ser mais dinâmicas e ativas do que as paranaenses, muitas vezes tomando decisões sozinhas ou em conjunto com o marido ou companheiro sobre a efetivação do projeto migratório. É claro que quando analisamos as entrevistas das mulheres nordestinas, há um emaranhado de tramas que influenciaram no processo decisório de migrar. Desse modo, também encontramos

mulheres que efetivaram o projeto migratório, a partir da tomada de decisão do marido ou companheiro, assim como ficou constatado entre as paranaenses. Contudo, há uma tendência muito forte delas participarem intensamente do processo de decisão da migração, algo não encontrado entre as mulheres paranaenses casadas ou amasiadas. Em virtude de sua vida sofrida em suas terras de origens, de sua situação de pobreza, fruto da escassez de trabalho e da falta de qualificação, da terra prejudicada pela seca, etc., bem como da necessidade de ficarem próximas dos filhos que migraram outrora, elas se empenharam ativamente no projeto migratório, tomando as decisões de migrar em conjunto com o marido ou, algumas vezes, sozinhas.

Quando chegam à sociedade de destino, os papéis sociais desempenhados pelas mulheres migrantes nordestinas provenientes de famílias conjugais nucleares, também se diferenciam das mulheres migrantes paranaenses. Percebemos que a condição de camponesa que possuíam em suas terras de origem também se acabou com a migração para a cidade, promovendo novas configurações sociais. Mas, as relações que essas mulheres estabelecem na sociedade de destino tendem a ser mais complexas, envolvendo um emaranhado de tramas, o que as levam a desempenhar diferentes papéis sociais: ora representam o papel de trabalhadoras ativas e dinâmicas nos diferentes setores; ora representam o papel de donas de casa; ora atuam como ex-trabalhadoras, vivendo de aposentadoria; ora desempenham o papel de desempregadas, que procuram emprego e vivem apenas com auxílios do governo, ora não estão trabalhando em decorrência de doenças e lutam para poderem se aposentar por invalidez. Esse complexo e emaranhado de tramas e de papéis sociais desempenhados pelas nordestinas revela uma atuação mais dinâmica e ativa na sociedade de destino pelas nordestinas, quando comparadas às paranaenses.

Por sua vez, ao analisar e comparar a família baseada no arranjo monoparental feminino, percebemos que os fatores externos, como a origem, os fatores climáticos, a situação socioeconômica, dentre outros, continuam influenciando, mas deixam de ser elementos decisivos para a diferenciação de desempenho de papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. A grande questão aqui é que ambas as mulheres, solteiras, divorciadas ou viúvas, boa parte delas mães, embora de origem diferente, assumiram a posição de “chefe de família” e principal provedora da casa, passando a viver num contexto familiar não mais calcado numa relação desigual de gênero. Isso possibilitou uma atuação mais dinâmica e ativa na sociedade de origem e ao longo do processo migratório. Sendo as principais provedoras da família, elas

necessitaram efetivar trabalhos remunerados, fora de casa, para poderem se sustentar e sustentar os filhos. Esses trabalhos remunerados não se limitavam às atividades de empregadas domésticas, babá ou faxineiras, sendo exercidos no âmbito público, a partir da execução de funções em fábricas ou, arduamente, na agricultura. Nesses casos, o trabalho remunerado dessas mulheres não era visto como ajuda ou apenas como um “bico”, mas como o meio principal de poder prover a sua família e a seus filhos. E, nesse sentido, elas se livraram das amarras do espaço doméstico, executando atividades em outros espaços que normalmente são compreendidos como sendo redutos masculinos. Para as paranaenses, há uma mudança radical no desempenho dos papéis sociais, quando comparadas àquelas provenientes de famílias baseadas no arranjo conjugal nuclear ou reconstituídas: se nestes modelos, as paranaenses estavam mais restritas ao espaço doméstico, no arranjo monoparental feminino, elas tornaram-se mais ativas e dinâmicas no desempenho dos papéis sociais.

Desse modo, as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas acabaram assumindo sozinhas a responsabilidade de prover a família, trabalhando na esfera pública, embora isso não as livrou da responsabilidade de realizar as atividades domésticas de seu lar. Na verdade, houve uma sobrecarga de trabalho, visto que elas, além de trabalharem fora, tinham que realizar as atividades do lar, depois que chegavam do trabalho. Nesse aspecto, há uma semelhança com as mulheres casadas, que trabalhavam fora. Ambas, mesmo exercendo trabalhos remunerados fora de casa, ainda eram obrigadas a realizar o serviço de casa e cuidar dos filhos.

Nesse contexto de família, tanto as mulheres paranaenses, quanto as mulheres nordestinas, tomam sozinhas a decisão de emigrar, demonstrando sua pró-atividade no processo migratório. Contudo, percebemos que há uma diferenciação entre elas: enquanto as paranaenses decidiram migrar em virtude da saudade que elas sentiam de seus parentes, sobretudo, da mãe e dos irmãos, que outrora migraram para São Carlos e, também, visando conseguir tranquilidade e sossego, as mulheres nordestinas decidiram migrar em razão, sobretudo, da necessidade de procurar um emprego, de melhorar a condição de vida e de ter acesso aos bens e serviços e benefícios públicos. Não tomaram a decisão de migrar apenas para ficarem próximas de familiares, mas, principalmente, por uma questão de sobrevivência. Desse modo, muitas vezes, por incentivo e intermédio de uma forte rede de parentesco, colocaram em prática o projeto migratório e se instalaram em casas de parentes no local de destino.

Finalmente, quando chegam à nova localidade, paranaenses e nordestinas provenientes da família monoparental feminino também tendem a ter uma vida ativa e dinâmica, em razão da necessidade de trabalhar para poder prover integralmente a família. E, assim, trabalham nos mais diversos setores da economia, seja no corte de cana-de-açúcar, na colheita da laranja, seja, inclusive, no setor do trabalho doméstico. Quando não conseguem empregos, em razão de sua situação de pobreza, necessitam da ajuda de vizinhos e de auxílios proporcionados pelos programas assistenciais dos governos municipal, estadual e federal.

Desse modo, concluímos que as mulheres migrantes em questão, de acordo com o contexto sociocultural e familiar, desempenham papéis sociais diferentes. A família e os arranjos familiares influenciam decisivamente no desempenho dos papéis sociais. Mas, outros fatores, como a origem, a cultura regional, a condição climática, a condição socioeconômica, dentre outros, podem contribuir e influenciar intensamente nessas representações, ao ponto das mulheres provenientes de um mesmo arranjo familiar atuarem de modos diferentes na sociedade em geral e no processo migratório.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho, Capitalismo e Formas do Salariato: Notas Teórico-Críticas, **O público e o privado**, n. 6, p. 109-28, jul./dez. de 2005.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ARAÚJO, Anísio José da Silva. Reestruturação Produtiva e Divisão Sexual do Trabalho: mudanças e permanências. **Revista Conceitos**, n. 1, p.7-16, jul./dez de 2002.
- ÁREA do município de São Carlos: em destaque a região Cidade Aracy. Disponível em: http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&biw=1680&bih=878&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_cp.r_qf.,cf.osb&q=google+maps+cidade+aracy+sao+carlos&um=1&ie=UTF-8&hq=&hnear=0x94b8779a62225fbb:0x31e5e43285da0416,Cidade+Aracy,+S%C3%A3o+Carlos+-+S%C3%A3o+Paulo&gl=br&ei=xNdxT8yjN8WcgQfIr9hR&sa=X&oi=geocode_result&ct=image&resnum=1&ved=0CCIQ8gEwAA. Acesso em: 25 jan. 2012.
- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, Prismas da memória: emigração e desenraizamento. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 11, p. 29-40, 2000.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Rupturas e permanências: a emigração de brasileiros para os EUA e as transformações nas relações familiares e de gênero. In: **XXIV Encontro Nacional Da Anpocs** Gt Família E Sociedade, 2000.
- _____. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15 n. 3, p.745-772, 2007.
- BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior**: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERICAT, Eduardo. **La integración de los métodos quantitativo y qualitativo en la investigación social**. Significado y medida. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

BILAC, Elisabete Dória. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Educ, 2006.

BILAC, E. D. Gênero, família e migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 65-77.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Marques et al (org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Texto para discussão: 366**. Cedeplar. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BRUSCHINI, M.C.A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. p. 537-572.

CARDOSO, Tayguara Torres. Sertão Nordestino, Desenvolvimento e População – Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da “Operação Nordeste”. **XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG, 29 set a 3 out, 2008.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História oral**: teoria e técnica. Florianópolis: UFSC, 1978.

CORSEUIL, Carlos Henrique. **Decisões críticas em idades críticas**: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

COSTA, M.C.S. Nós das redes. **Revista Travessia**, ano, XIV, n, 40, maio-agosto/2001.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; RAMOS, Natália; FRANKEN, Ieda. Mulheres migrantes: representação social da qualidade de vida de mulheres brasileiras migrantes. **Fazendo gênero 8 – corpo, violência e poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

DETALHAMENTO da grande Cidade Aracy. Disponível em: http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&biw=1680&bih=878&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_cp.r_qf.,cf.osb&q=google+maps+cidade+aracy+sao+carlos&um=1&ie=UTF-8&hq=&hnear=0x94b8779a62225fbb:0x31e5e43285da0416,Cidade+Aracy,+S%C3%A3o+Carlos+-+S%C3%A3o+Paulo&gl=br&ei=xNdxT8yjN8WcgQfIr9hR&sa=X&oi=geocode_result&ct=image&resnum=1&ved=0CCIQ8gEwAA>. Acesso em: 25 jan. 2012.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DORNELAS, Sidnei Marco. Redes sociais na migração: questionamentos a partir da pastoral. **Revista Travessia**, ano XIV, n, 40, maio-agosto/2001, p.5-10.

DURHAM, E.R. A família e a mulher. **Cadernos CERU**, n. 18, maio 1983, p. 7-47.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 1, vol. 1, jun. p.84-99, 1986.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPIN, O. Psychological impact of migration on Latinas: Implications for psychotherapeutic practice. **Psychology of Women Quarterly**, 489-503, 1987.

FAZITO, D. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. **XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, MG, 4-8 nov. 2002.

FAZZITO, Dimitri. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação. Texto submetido para avaliação e participação no seminário "**As famílias e as políticas públicas no Brasil**", 21-22 de novembro, ABEP, Belo Horizonte, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1920.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, Tânia Mara Galli. De mulher a enfermeira: conjugando trabalho e gênero. In: LOPES, Marta Marques et al (org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande se Senzala**. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

FUSCO, Wilson. Redes familiares na emigração valadarense para os Estados Unidos. **Revista Travessia**, ano, XIV, n, 40, maio-agosto/2001, p.11-16.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. São Paulo: Artmed, 2005.

GIULANI, Paola Cappellin. O movimento das trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: la identidade deteriorada. 1. ed. 10. reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

HAGUETTE, Tereza. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dimensões culturais do trabalho infantil feminino**. OIT-Brasil, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. PNAD, 2010.

JARDIM, Maria Chaves et al. **Inclusão social é trabalho coletivo**: resgate da dignidade e da auto-estima de moradores de um bairro popular. Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de Extensão Universitário. Belo Horizonte, 2004.

JOSÉ FILHO, M. **A família como espaço privilegiado para construção da cidadania**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

KOSMINSKY, Ethel. Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. **Cadernos Pagu**, n. 23, 279-328, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos feministas**, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, p. 805-821, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Marques et al (org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCENA, Célia Toledo. Trajetória de migrantes: reconstrução de identidades e invenção de tradições. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 10, p. 69-80, 1999.

LYRA M. R. B. Sulanca X Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 144-154, out./dez. 2005.

MACIEL, Lidiane. Arranjos, desarranjos e rearranjos familiares: um estudo sobre famílias de trabalhadores rurais migrantes no interior paulista. In: **Congresso Latino-americano de Sociologia rural**, Porto de Galinhas, 2010.

MACIEL, Lidiane. **O sentido de melhorar de vida**: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

MAIA, R.L. Migrações e Redes de Relações Sociais em Meio Urbano: Um Exemplo a partir do Porto. **Revista de Demografia Histórica**, XX, v.1, p.53-80, 2002.

MARCONDES, W.B et al. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. São Paulo: **Perspectiva**, v.17, n.2, p.91-101, jun.2005.

MARTES, A.C.B. **Brasileiros nos Estados Unidos**: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago., 2004.

MASSEY, Douglas et al. **Return to Aztlan**: the social process of international migration from Western Mexico: Berkeley, University of California Press, 1987.

_____. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MEDEIROS, Maria das Graças Lucena de. Novos arranjos familiares: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas. Texto submetido para avaliação e participação no Grupo de Trabalho “**População e Gênero**” no XIII Encontro Nacional da ABEP, 4 a 8 de novembro, Ouro Preto, 2002.

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Educ, 2006.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1999.

MIRANDA, Joana. Gênero e migração: mulheres imigrantes em Portugal. In: **Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia**. Universidade do Ninho, Portugal, 2010.

NETO, Maria Inácio D'Ávila; NAZARETH, Juliana. **Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas**. [s. l], 2009.

NOGUEIRA, Olinto José. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. **Análise e Conjuntura**, v.6, n.1, p.38-47, 1991.

NOVAES, Elizabete David. Experiência feminina: política, sociabilidade e solidariedade na periferia. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 12, 2001.

OLIVEIRA, Z.L.C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis In: SCALON, C; ARAÚJO, C (org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUE, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social no Brasil, **Cadernos Adenauer: Pobreza e Política Social**: p. 11 a 31. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

PAULINO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Paraná, v.2, ano.1, jul/dez., 1998.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers**, n. 11, 2004.

PENAZZI, Maria Emília; SANTOS, Margaret Ferreira. Diretrizes de planejamento urbano sustentável para o bairro Cidade Aracy, município de São Carlos – SP. Congresso de Iniciação Científica, 15., 2007, São Carlos. **Anais de eventos da UFSCar**, v.3, p. 1015, 2007.

PERILLO, Sônia Regina. Tendências migratórias no estado de São Paulo: uma análise regional. **Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1994.**

PICANÇO, F.S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida família. In: SCALON, C; ARAÚJO, C (org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PINHEIRO, L; GALIZA, M; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 312, set-dez. 2009. p. 851-859.

POIRIER, Jean. **Histórias de Vida**. Teoria e Prática. São Paulo: Celta, 1999.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

REIS, R.R; SALES, T (org). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

RIDLEY-LEIGH, Dominique. Mulheres na Migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. **Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 26, p. 209-222, 1980.

RODRIGUES, Roberta de Alencar; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade**; v. 21, n. 3, p. 421-430, 2009.

ROCHA, Sônia. **Renda e Pobreza – Medidas per capita versus adulto-equivalente**. Rio de Janeiro: IPEA: 1998.

_____. **Pobreza e desigualdade no Brasil:** O esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate.** 7. ed. São Paulo: Educ, 2006.

ROVAI, Marta G.O; EVANGELISTA, Marcela Boni. **Da fala à escrita:** processos e procedimentos em busca da construção narrativa. História Agora, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **A mulher na sociedade de Classe:** Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAMPAIO, M.R.A; PEREIRA, P.C. Habitação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 167-183, 2003.

SANTANA, Munich Vieira. **As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local do emprego.** Natal, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SAQUET, M.A; MONDARDO, M.L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, ano 11, n. 13,p. 118-127, 2008.

SARTI, Cyntia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate.** 7. ed. São Paulo: Educ, 2006.

_____. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O valor da família para os pobres. In RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A. T. (org.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. São migrantes tradicionais? **Revista Travessia**, ano VIII, n. 23, set-dez., 1995.

SARTORI, Elisiane. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: desigualdades, avanços e impasses. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 15, 2004, p. 171-184.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SERTÓRIO, Lidiane Bruno; SANTOS, Miriam de Oliveira. Relações entre trabalho, educação, gênero e migração. In: **Anais Seminário do Trabalho: trabalho, educação e sociabilidade**. Marília, 24 a 28 de maio de 2010.

SEYFERTH, G et al. **Mundos em movimentos**. Santa Maria: Ed UFSM, 2007.

SILVA, Maurício Roberto da. **Trama doce-amargo: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, série 2, v. 19, n.1, junho 2008.

_____. De Colona a Boia-fria. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias. **Revista Travessia**, ano I, mai-ago., 1988.

_____. O rosto feminino da migração sazonal. **Revista Travessia**, ano IX, set-dez., 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros; APPOLINÁRIO, Andréia Perez. Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas. In: SCOTT, P.; Cordeiro, R.; MENEZES, M. A.. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2010, v. 1, p. 37-62

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros; APPOLINÁRIO, Andréia Perez. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. **Ruris**, v.1, n.1, março, 2007.

SILVA, Virgínia Ferreira da. Migrantes na Periferia Urbana: redes sociais e a construção do bairro. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Usp**. Ano 1, Julho, 2007.

SILVA, Virgínia Ferreira da. Migrantes na periferia urbana do interior de São Paulo: trajetórias e identidade. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 18, p. 91-105, 2006.

SILVA, Virgínia Ferreira da. **Migração e redes sociais**: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. Tese (doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. 260 f.

SINGER, P. **Economia política e urbanização**. São Paulo: Cebrap, Brasiliense, 1976.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de brasileiros. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.3, jul./set. 2005.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 21, n.1, p. 101-116, jan/jun. 2004.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: SCALON, C; ARAÚJO, C (org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SOTO, E. & Shaver, P. Sex-role traditionalism, assertiveness, and symptoms of Puerto Rican women living in the United States. **Hispanic Journal of Behavioral Sciences**, v. 4, n. 1, p. 1-19, 1982.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, México, boletim 54, p. 114-139, 2004.

STENGEL, Márcia. **Narrativas Infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Educ, 2006.

TAYLOR, S.J; Bogdan, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significado**. Barcelona, Piados, 1992.

TILLY, C. Transplanted Networks in Virginia Mclaughlin (ed.) **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics**. New York: Oxford University Press, 1990

TOSSIN, Laíssa Fernandes; SANTÍN, Lúcia. Projeto migratório feminino: motivações e sofrimentos entre sonhos e realidade. **Imaginário-USP**, v. 13, n. 14, p. 417-438, 2007.

TRUZZI, Oswaldo; Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, 2008.

VALE, A.L.F; SOUZA, J.G. Articulação em redes produzindo territórios. **Anais do XVI Encontro Nacional de estudos populacionais**. Caxambu, 2008.

VELOSO, Renato. Relações de gênero: notas introdutórias. **Enfoques – revista eletrônica dos alunos do PPGSA**: 2 NR.1 – julho 2003. Disponível em: < <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br> >. Acesso em: 05/06/2008.